MATEUS MANFRIN BONAVIGO

TERRA PROMETIDA

Igreja Católica, agricultores sem-terra e o Serviço Nacional de Informações no norte do Rio Grande do Sul (1978-1993)

ACERVUS

TERRA PROMETIDA

Igreja Católica, agricultores sem-terra e o Serviço Nacional de Informações no norte do Rio Grande do Sul (1978-1993)

© Mateus Manfrin Bonavigo, 2025
Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagens da 1ª e 4ª Capas

BRASIL. SNI. APA. Informação nº 043/119. Movimento dos colonos Sem-Terra. Encruzilhada Natalino, Ronda Alta/RS. Porto Alegre, 14 nov. 1981, anexos. Código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC. GGG.81003448. Autor não identificado. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B699t Bonavigo, Mateus Manfrin
Terra prometida [recurso eletrônico] : Igreja Católica, agricultores sem-terra e o Serviço Nacional de Informações no norte do Rio Grande do Sul (1978-1993) / Mateus Manfrin Bonavigo. – Passo Fundo: Acervus, 2025.
15 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5230-021-8.

1. Reforma agrária - Rio Grande do Sul. 2. Igreja Católica - Clero. 3. Trabalhadores rurais. 4. Serviço Nacional de Informações. I. Título.
CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Acervus Editora

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Athany Gutierres (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (UniVr – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

Mateus Manfrin Bonavigo

TERRA PROMETIDA

Igreja Católica, agricultores sem-terra e o Serviço Nacional de Informações no norte do Rio Grande do Sul (1978-1993)

ACERVUS
Passo Fundo
2025

PREFÁCIO

A obra que tenho o prazer de apresentar analisa um dos momentos mais conflituosos da luta pela terra no sul do país. Originalmente fruto da dissertação de mestrado de Mateus Manfrin Bonavigo, *Terra Prometida: Igreja Católica, Agricultores Sem-Terra e o Serviço Nacional de Informações no norte do Rio Grande do Sul (1978-1993)*, foi desenvolvida junto à linha de pesquisa Política e Relações de Poder, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo.

Em busca da "terra prometida", os agricultores sem-terra questionaram o latifúndio improdutivo sob um contexto complexo no qual a Ditadura Militar (1964-1985) e a Teologia da Libertação foram eixos polarizadores nesses episódios.

Destrinchando essa conjuntura de forma diacrônica, a obra mostra os primórdios da problemática da terra no Brasil, desde a Lei de Terras (1850) até as circunstâncias que resultaram na criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), nos anos 1960, de-

monstrando o cuidado do autor em recuperar o processo anterior aos acontecimentos abordados nessa pesquisa a fim de conferir inteligibilidade ao momento exposto.

A historiografia sobre essas movimentações dos agricultores sem-terra em torno das fazendas Brilhante e Macali e, posteriormente, da fazenda Annoni de forma geral, privilegia a análise a partir de suas implicâncias sociais e econômicas, sendo que o jovem historiador, Mateus Manfrin Bonavigo, inova, colocando no centro da narrativa o recorte político, em sentido amplo, e mais especificamente, os aspectos que se referem à ação da vigilância governamental, realizada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre essas mobilizações.

A fim de reconstituir esses fatos, o autor foi incansável na análise das fontes documentais que lhe ampararam a pesquisa, localizadas no acervo do Arquivo Nacional, e praticamente ainda timidamente exploradas de forma sistemática. Tratam-se dos relatórios gerados pelo SNI durante esse processo, os quais permitiram adentrar na problemática da complexa relação entre a mobilização dos sem-terra, a atuação do clero e as operações repressivas.

O autor mostra que os relatórios do SNI revelaram dados cruciais para que os agentes da vigilância organizassem as estratégias de repressão. Não é demais salientar que essa documentação primária foi cuidadosamente cotejada com robusto levantamento historiográfico, das obras clássicas até às pesquisas atuais sobre a temática, sob criteriosa interpretação do autor.

Por fim, o cômputo final dessa pesquisa se traduz em uma obra indispensável para a compreensão da disputa pela terra na região, a qual ainda tem o mérito de suscitar questões que certamente levarão ao aprofundamento das investigações sobre a temática.

Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel

SUMÁRIO

Apresentação 9

Introdução 11

1. Luta pela terra: Ocupação Macali e Brilhante 25

1.1. A repressão: o Serviço Nacional de Informações (SNI) 26
1.2. Igreja Católica e Teologia da Libertação: atuação da CPT 36
1.3. Propriedade e conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul 46
1.4. Brilhante e Macali: disputas judiciais e ocupação 60
1.5. Disputa pela terra: arrendatários e Estado 79

2. Encruzilhada Natalino: Entre a repressão e a persistência 97

2.1. Cronologia do acampamento de Encruzilhada Natalino 98
2.2. Constituição do acampamento de Encruzilhada Natalino 106
2.3. Intervenção Militar Federal em Natalino: Curió e o auge da repressão 121
2.4. Do fim da intervenção à permanência no acampamento de Encruzilhada Natalino 160
2.5. Ações significativas: Campanha de Solidariedade e o Dia do Colono 176

3. Vigilância do SNI: atuação da Irmã Aurélia, resignificação em Nova Ronda Alta e a conquista da Fazenda Annoni 197

3.1. Irmã Aurélia: símbolo da atuação religiosa feminina junto aos sem-terra 197

3.2. Fase final do acampamento de Encruzilhada Natalino 213

3.3. Da Romaria da Terra à Nova Ronda Alta (1982) 227

3.4. Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (1984) 248

3.5. Conquista da Fazenda Annoni: luta na justiça, ocupação, repressão e assentamento (1985-1993) 257

Considerações finais 277

Referências 283

Anexos 291

Sobre o autor 299

APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto de minha dissertação de Mestrado em História, portanto torna-se válido elucidar os motivos que me levaram a pesquisar e escrever sobre a luta dos agricultores sem-terra, o apoio obtido de setores da Igreja Católica e o aparato de vigilância e repressão do SNI. Tais motivações consistem em um prévio conhecimento dessa história por viver na região que ocorreu o processo de luta pela terra entre os municípios de Ronda Alta, Sarandi e Pontão no norte do Rio Grande do Sul; por meus avós terem participado desse processo na década de 1980, ao prestarem apoio juntamente com outros pequenos agricultores de Ronda Alta às famílias acampadas em Encruzilhada Natalino e na Fazenda Annoni; e por conviver com tantas famílias que participaram desta história de luta, pessoas honestas e trabalhadoras que reivindicaram um pedaço de terra para poderem tirar seu sustento digno e produzirem alimentos nos antes latifúndios improdutivos.

Natural de Ronda Alta/RS, vivi com meus pais e avós paternos no interior do município até completar 5 anos de idade, na Linha Baixada, comunidade de pequenos agricultores que fazia parte da Reserva Indígena de Serrinha e que no período estava em processo de redemarcação. Devido a retomada da área, em março de 2003 nos mudamos para o Assentamento Onze de Maio – Tarumã em Sarandi, o último assentamento criado na região nos anos 2000, área obtida através da luta dos agricultores sem terra. O Assentamento Onze de Maio - Tarumã está localizado a menos de 10 km de Encruzilhada Natalino e mais próximo da primeira gleba desapropriada da Fazenda Annoni em 1987, locais que são contemplados nesta pesquisa. Nos 21 anos residindo neste local, tive o privilégio de conviver com várias famílias beneficiadas pela reforma agrária e acompanhar de perto tantas histórias e dilemas, onde atualmente há o sentimento de orgulho por terem vencido a opressão através da união popular e da conquista de uma área de terra, na qual o trabalho possibilitou o sustento e desenvolvimento desse povo e que garantiu estudo para seus filhos. De toda forma, foi gratificante o aprendizado humanitário perpassado na vivência comunitária, onde os exemplos de solidariedade prevalecem sobre o egoísmo e individualismo, visando o bem de todos.

Agradeço a Universidade de Passo Fundo, o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UPF), a Capes, aos professores, meus pais e avós, padre Arnildo Fritzen, tantos amigos e amigas que me apoiaram na construção dessa pesquisa e a editora Acervus pela publicação. Dedico este trabalho as milhares de famílias que lutaram por uma área de terra para trabalhar e aos religiosos que os apoiaram na caminhada.

Desejo a todos uma boa leitura e reflexão.

Mateus Manfrin Bonavigo

INTRODUÇÃO

A história brasileira é composta de ações e reações. Um dos objetos de estudo de grande relevância são as relações de poder, compostas pelas continuidades e rupturas dessas relações. Uma importante área de análise é o processo de vigilância militar, por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI), no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sobre os movimentos sociais pela terra e o apoio que recebiam de setores do clero.

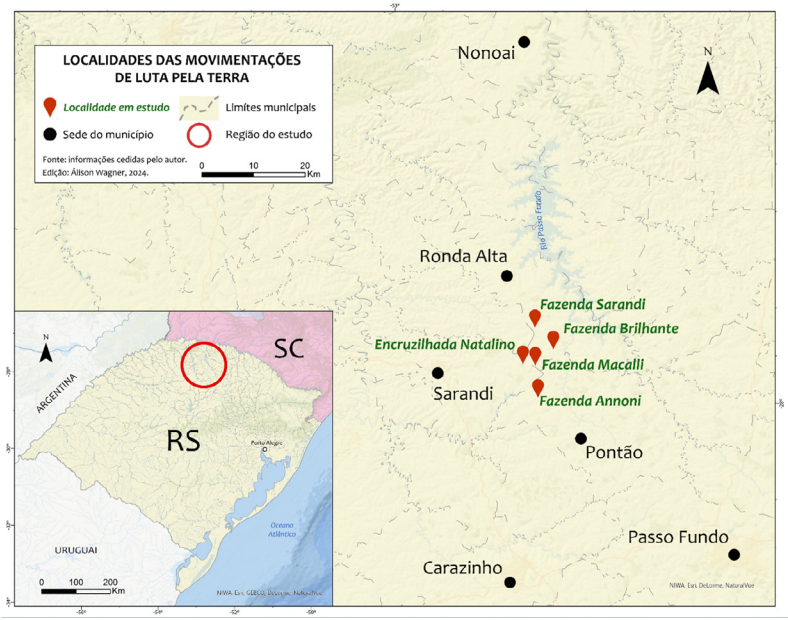
Tem-se por objetivo deste trabalho compreender o processo da participação religiosa na formação dos movimentos sociais pela terra, no período entre 1978 e 1993, as motivações que mobilizaram esse grupo, a repressão aos considerados subversivos pelo governo militar e o consequente aparelhamento da vigilância pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), no norte do Rio Grande do Sul, especificamente na região abrangida pelo munícipio de Ronda Alta, entre os anos de 1978-1993.

Para isso, pretende-se analisar desde a demanda pela reforma agrária até a presença de setores do clero na formação dos movimentos sociais e no apoio a sua organização. Debater o papel de vigilância do SNI sobre o clero e esse movimento, assim como a repressão da política do Estado no período. Constitui uma chave de leitura desses fenômenos ainda insuficientemente abordada pela historiografia. Como fontes para este estudo, serão analisadas as documentações e relatórios do SNI, disponibilizadas na plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), este será o centro da pesquisa, pois as fontes disponíveis são suficientes para alicerçar este trabalho e muitos outros.

A escolha desta temática leva-nos à análise do contexto do início da década de 1960, no qual houve um processo crescente de agitação nos campos político, agrário e religioso. É importante destacar que, para compreender esses processos a nível nacional, uma análise do que se passava no âmbito regional pode lançar luz tanto no que tange às parecenças quanto ao que é propriamente específico da região.

Neste caso de estudo, em 1962, a região de Ronda Alta (Mapa 1), era pertencente ao município de Sarandi, no qual o então governador Leonel Brizola decretou a desapropriação da chamada Fazenda Sarandi. A área possuía mais de 20 mil hectares, era de propriedade de uruguaios, estava abandonada e pouca área estava arrendada para terceiros. Acumulava-se, no período, a pressão por terras para os pequenos agricultores e os filhos destes. Na região de Ronda Alta, a presença do trabalhismo foi um forte fator de movimentação da população, mesmo que sufocados pelo golpe militar de 1964. Em 1978, colonos expulsos da Reserva Indígena de Nonoai vagaram pelo estado até ficarem acampados na Encruzilhada Natalino (Mapa 1), em Ronda Alta, origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), amparados pela Igreja Católica, a qual se escudava em

uma passagem do Livro de Êxodo a respeito da "Terra Prometida" e do símbolo da grande cruz de madeira, onde era necessário mais que uma pessoa para carregá-la.



Mapa 1. Área de estudo das localidades das movimentações de luta pela terra. Fonte: elaborado por Álison Wagner (2023), a partir de informações cedidas pelo autor.

Cada região possui uma estrutura, a qual é capaz de diferenciá-la de seu entorno, essa personalidade torna possível sua delimitação a partir da compreensão de especificidade que ela contém. Qualquer segmento do espaço definitivamente é dinâmico, construído historicamente e faz parte do social, então, as características internas são determinadas por meio da interação com o todo. A região, obviamente, possui relações de caráter com o sistema maior, porém também possui relações internas autônomas que lhe confere caráter próprio (Reckziegel, 1999).

A história regional oferece elementos fundamentais e insubstituíveis para estudos comparativos. É importante afirmar que a história regional é capaz de mostrar elementos significativos que não foram observados por análises mais amplas. O regional não compreende apenas um espaço físico, mas um conjunto de relações estruturadas por meio das identidades particulares. Uma proposta de história regional não deve abordar o regional em si mesmo, mas possibilitar uma leitura mediante uma análise que reconheça o quão complexa a realidade concreta e suas representações são, sem perder a essência do modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as integram (Reckziegel, 1999).

A história está sujeita a propensões e a região está historicamente inserida nesse quadro. Os fenômenos ligados em nível regional podem pertencer a uma tendência ampla, nacional ou mundial, ou a uma tendência de contexto particular. É possível afirmar que a história regional tem características universais e particulares. Os fenômenos históricos que acontecem a nível regional de qualquer maneira são exemplares por possuir significação universal, tanto por serem excludentes como por permitirem paralelos de análise. O recorte regional nos estudo históricos é manifestação de um tempo que recusa as concepções hegemônicas, na tentativa de resgatar as particularidades e especificidades locais, na possibilidade de refutar ou confirmar as grandes sínteses, até então consideradas válidas em todas as realidades históricas (Reckziegel, 1999).

Em termos de suporte teórico-conceitual, será feito nesse trabalho uma análise documental. É importante salientar que no momento em que é modificada a escala de observação, as realidades começam a aparecer de forma diferente. Para cada experiência e acontecimento histórico, é necessário um método de pesquisa que nos leve a desvelar tais acontecimentos. Segundo Rüsen (2007), a experiência do tem-

po humano, vivido pela consciência da imprevisibilidade do processo histórico, deve ser analisada pelo método hermenêutico. Para o tempo natural, onde há determinação e previsibilidade, usa-se o método analítico. No tempo histórico, onde há a articulação entre as intenções subjetivas e condições objetivas, emprega-se o método dialético. Cada método é usado conforme a orientação específica de segmento de análise (Caldas, 2010).

Caldas (2010), após analisar o trabalho de Rüsen (2007), ressalta as etapas da hermenêutica. A heurística hermenêutica conduz em um horizonte de pesquisa as fontes que ocasionam em intencionalidade objetiva. A crítica hermenêutica é um método no qual é possível analisar uma obra, baseada no vocabulário de outras obras da época em que foi produzida e os temas em desenvolvimento. A interpretação hermenêutica trata sobre a compreensão e interpretação dos fatos, a mudança nos processos históricos.

A interpretação histórica, segundo Droysen (2009), é composta por quatro processos. O primeiro é a interpretação pragmática, interpreta vestígios históricos encontrados no presente e que trará conhecimento empírico. É necessário procedimento de comparação com outros vestígios semelhantes, cria-se um campo mais abrangente de fontes para ser mais objetivo, factual e pontual. A segunda etapa é a interpretação das condições, fatores históricos existem para que o objetivo e o factual adquiram sentido. A interpretação conduz ao sentido lógico para identificar as determinações para a compreensão de uma situação histórica. A terceira é a interpretação psicológica, que busca reconstruir as intenções dos agentes históricos nas circunstâncias em que gerariam sentido empático, com base nas ações humanas. Nessa etapa da hermenêutica, na qual busca-se transpor para o passado, ao querer "entrar" na pele do objeto de estudo, o intérprete se anula. O objeto era dotado de lucidez sobre os próprios atos, não

é possível iludir-se sobre e o objeto manteve-se o mesmo em significativa parte da vida, sendo possível analisar biografia no processo de interpretação. Por último, a interpretação das ideias, o sentido mais profundo das ações dos agentes históricos, sentido ideal ou espiritual. Nessa categoria, o autor usa, por exemplo, Alexandre Magno ao unir Ocidente e Oriente, o qual não imaginou que preparou o terreno para a difusão do cristianismo, que se originou no oriente e tornou-se ocidental (Caldas, 2010).

O método hermenêutico exige rigor na interpretação das fontes. Durante a interpretação, o pesquisador percebe a necessidade de comparação das fontes, em que o pesquisador precisará escolher e selecionar onde será possível obter mais proveito, em seguida, o estudioso precisa discernir sobre o essencial e o secundário de forma objetiva. Após, é o processo da interpretação das ideias articulando as fontes, adentrando no processo do conhecimento, no qual a subjetividade é uma lenta construção. Atinge-se o resultado que consiste em pensar sobre o próprio pensamento e ao mesmo tempo pensar o objeto. Essa é a importância do processo da metodologia, o "reconhecimento" (Caldas, 2010).

No decorrer da produção historiográfica, houve um movimento que acarretou o declínio da história do político, porém com o tempo esse segmento da história volta ao primeiro plano, ao lado da história das relações internacionais, história religiosa e história cultural, ambas reformadas e em processo de desenvolvimento. Na chamada História Política, existem oscilações que podem ser explicadas pela relação entre a realidade e aquilo que a observa, pois devem ser consideradas as mudanças que afetaram o político e as alterações ocorridas no "espírito dos historiadores" que fizeram dos fenômenos políticos o principal objeto de estudo (Rémond, 1996).

Por muito tempo, a história política era construída a partir do

Estado, do poder e das disputas pela conquista e manutenção deste, inclusive obteve grandioso prestígio junto aos historiadores. Nesse modelo de historiografia, produzia-se uma espécie de brilho que provinha do Estado, algo supremo que representasse o sagrado em meio as sociedades. No período do Antigo Regime, a história era produzida em torno da do soberano e da exaltação da monarquia. As revoluções que acabaram com os regimes monárquicos aproveitaram-se da posição em que a história política se encontrava, então, mudaram o objeto, o enfoque não seria mais o monarca, mas o Estado e a nação, com enfoque na constituição da unidade nacional (Rémond, 1996).

No século XX, houve, em uma geração de historiadores, uma revolução em relação à antiga história política tradicional, capaz de levar ao debate outras características historiográficas como a história cultural, econômica e propriamente uma nova história política, capaz de analisar as estruturas, não mais feita em função das ações de um monarca. Nesse sentido, a "nova história" leva à passagem do estudo da história factual para o entendimento das "causas profundas", a relevância das ações coletivas perante as ações individuais no curso da história (Rémond, 1996).

Na contemporaneidade, nas sociedades, a política é organizada em torno do Estado e é estruturada em função deste, o poder do Estado simboliza o maior nível da organização política e é o objeto principal das competições. Foi herdado do direito romano que o Estado era um árbitro soberano e acima dos interesses particulares e no ensino de teologia trabalha que o Estado era defensor imparcial do bem comum. Porém os críticos modernos romperam com essas concepções ao proclamar que o Estado não é soberano e nem imparcial e que o Estado é um instrumento da classe dominante, as decisões e iniciativas do governo e poderes públicos são a expressão das relações de forças (Rémond, 1996).

Houve reintegração entre os fatores políticos e o campo de observação historiográfico. Nesse sentido, foi ampliado o domínio político com o aumento das atribuições do Estado. A opinião pública passou a voltar-se para o poder público, inclusive foram formuladas teorias legitimando a intervenção do Estado, a política passou a apropriar-se de diversas problemáticas que não eram suas atribuições. No processo em que os poderes públicos adotaram os processos de legislação, cultura, saúde, assistência social, dentre outros setores, ambos passaram para o campo da história política. Percebe-se a aproximação entre a política e as relações de poder exercem sobre as formas de agrupamento como associações, agrupamentos, sindicatos e igrejas, não é possível ignorar a política (Rémond, 1996).

Em termos de fontes, foi feita uma varredura sobre a temática aqui proposta e encontrados muitos trabalhos de pesquisa e documentações do período (1974-1993). Ao pesquisar pelas demandas de Reforma Agrária e o Golpe Militar de 1964, o apoio do clero e das irmãs religiosas à formação dos movimentos pela terra, as ocupações de terras, as manifestações de agricultores sem-terra, bem como o correspondente aparato de vigilância centralizado no SNI, localizamos documentações na plataforma do Sian.

Os documentos disponíveis no Sian evidenciam o aparelhamento e vigilância do SNI sob os setores da sociedade, em especial análise aos clérigos taxados de subversivos e comunistas pelas atitudes de amparo junto ao povo, formação dos movimentos sociais e críticas à repressão do governo militar. Nesse caso, os documentos de caráter "confidencial" trazem detalhados a situação de arrendamento das Fazendas Brilhante e Macali antes da desapropriação, os atos dos clérigos e a atuação das irmãs religiosas na organização dos movimentos de "luta pela terra", as ocupações por meio de acampamentos à beira de estradas e em latifúndios, boletins e cartas de apoio aos agricul-

tores sem-terra e suas manifestações e o desfecho em torno dos três processos, que são os pilares para compreender essa área historiográfica. São eles a ocupação das granjas Macali e Brilhante em 1979; o acampamento na Encruzilhada Natalino, com início em dezembro de 1980, e a transferência do acampamento para Nova Ronda Alta até ao assentamento definitivo em 1983, ambos em Ronda Alta, e a ocupação da Fazenda Annoni, em Sarandi, em 1985, com o término do assentamento em 1993. A manifestação do Dia do Agricultor, em Natalino, Ronda Alta, em julho de 1981; o processo de intervenção militar federal, sob responsabilidade do major Curió, no acampamento de Encruzilhada Natalino, em agosto de 1981, com as incessantes tentativas de desarticulação e desmanche do acampamento; a atuação de religiosos e religiosas junto na organização dos agricultores sem-terra; a 5ª Romaria da Terra, em 1982, e o anúncio da aquisição de uma área pela Igreja Católica para assentamento provisório das famílias acampadas em Ronda Alta, no início de 1982, e toda a discussão das plenárias feitas nesse ato na luta por direitos sociais e críticas a ditadura são o ponto alto deste trabalho, pois os relatórios do SNI nos possibilitaram uma análise aprofundada de todo esse processo. É importante destacar, sobre a Fazenda Annoni, a existência de vários relatórios do SNI sobre o a luta na justiça em torno da desapropriação, porém, pela extensão e tempo hábil desta pesquisa, não será possível uma análise aprofundada, recorrendo às análises historiográficas para elucidar o conflito, ocupação e repressão.

Para compreender a vigilância governamental em torno das movimentações camponesas e religiosas por reforma agrária, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tornou-se em uma fonte profissional de informações para os generais que ocuparam a presidência. Eram informações filtradas pelos altos escalões. Esse setor de informações foi responsável por gerar consequências muito graves para a socieda-

de brasileira. O SNI foi criado logo após realizado o golpe de Estado em 1964, porém outros órgãos, como a polícia política, a propaganda política e a censura, demoraram mais tempo para serem efetivadas. No final dos anos de 1960, havia grande acirramento entre a oposição e os militares. Assim, o governo militar adotou maneiras para estruturar as atividades realizadas pelas ditaduras, no que se refere à criação de organismos e treinamento especializado na área da censura da imprensa, atividades culturais e artísticas, criação da propaganda política e da polícia política. As atividades mais efetivadas foram as de espionagem e polícia política. Um grande expoente dessas articulações foi o Sistema Nacional de Informações (Sisni) criado nos anos de 1970 (Fico, 2001).

Para compreender a questão da vigilância militar sobre os agricultores sem-terra e o clero inserido no contexto, é necessário elucidar a consolidação do governo militar no pós-golpe de 1964, pois os governos militares foram essenciais para atender aos interesses da burguesia, associada aos capitais nacionais e internacionais. Segundo Fico (2001), as bases sociais do regime militar, análises historiográficas e jornalísticas caracterizam o golpe de 64 como "cívico-militar", no qual inclui-se o apoio dos setores da classe média urbana e a participação de lideranças políticas civis nesse processo. É importante observar como esse tom de autoritarismo circunda na sociedade. Teve participação de civis, porém o golpe foi militar, em que as tropas entraram em ação, em seguida, a declaração de vacância na presidência. A escolha do presidente foi tumultuada e forjou-se em reunião entre civis e o general Arthur da Costa e Silva.

De apoiadora inicial do golpe de 1964, a Igreja Católica manifestou seu descontentamento com o andamento do regime, pois em novembro de 1967 houve a prisão de integrantes da Juventude Operária Católica (JOC) e de um padre francês, o que fez a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitir um manifesto de protesto. Havia um quadro geral de insatisfação com a Ditadura Militar, em que o movimento operário em declínio, Carlos Lacerda sem rumo em busca de alternativas e a oposição da Igreja, não constituía o enfoque de preocupação do governo, pois o maior alvo de preocupação eram os comunistas e os estudantes (Fico, 2001).

Nos anos de 1970, as questões sociais passaram a ganhar força. A problemática indígena em relação a terra, por meio do criado Conselho Indigenista Missionário (CIMI), foi um marco da inserção da Igreja Católica e das pastorais sociais nessas questões. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada ao campo pastoral da CNBB esteve presente junto aos pequenos agricultores na luta contra a grilagem de terra, pela reforma agrária. Essas entidades foram órgãos de resistência dessas categorias sociais. A Igreja produziu vários documentos denunciando os excessos da ditadura militar, os problemas econômicos e a marginalização do povo. Houve o apoio de entidades internacionais e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foi pressionada a assumir a defesa dos indígenas. Em 1973, foi promulgado o Estatuto do Índio para assegurar áreas indígenas e suas demarcações (Tedesco, 2012).

Neste processo, Zarth e Tedesco (2010) elucidam que a propriedade da terra, o agrário e o agrícola, na territorialização do espaço brasileiro, andam juntos em torno de políticas públicas que favorecem um modelo de produção excludente em termos econômicos, culturais, sociais e políticos. Assim, é possível remontar a Lei de Terras de 1850, a qual foi responsável por estimular os conflitos agrários entre as categorias: colonos, caboclos, indígenas, posseiros, latifundiários, Estado e colonizadoras. Surgiram grupos oficiais de resistência[1] anos

1 Nos anos de 1950, surgiu no Brasil a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura Brasileira (Ultab), com influência comunista. A Ultab esteve presente em todos os estados,

mais tarde, na luta pela terra, os quais eram mediados por organizações de produtores, políticos e religiosos, em 1960, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e, nos anos 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental por estar ao lado dos agricultores sem-terra. Criada em 1975, com atuação nacional e validada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve por inspiração a experiência do Conselho Missionário Indígena e a atuação junto às comunidades rurais, quando prestou assistência aos agricultores naquele período. No processo da chamada "luta pela terra", o "Livro de Êxodo" do Antigo Testamento, na Bíblia, aborda a passagem do povo de Deus que era escravo no Egito Antigo e foi liberto em busca da "Terra Prometida", essa ideia serviu de base de apoio para reflexões sobre as condições dos trabalhadores do campo. A CPT, em seu trabalho, agia alertando sobre os projetos e a repressão do governo militar e trabalhou em conjunto com a CNBB, todavia manteve-se autônoma (Goes, 2010).

Muito foi pesquisado e produzido sobre o contexto a partir da Lei de Terras de 1850, os processos de colonização e territorialização no Norte do Rio Grande do Sul, os conflitos pela posse da terra, as intrusões nas reservas indígenas e a retomada das reservas por estes, o Golpe de 1964, a formação do aparato de vigilância militar, o papel da Igreja Católica junto aos movimentos sociais à luz da Teologia da Libertação, dentre outras temáticas abordadas neste trabalho. A con-

porém no Rio Grande do Sul fez-se presente o Master e em Pernambuco as Ligas Camponesas. Segundo Goes (2010, p. 29), a década de 1960 é o período em que o chamado "populismo nacional" entra em crise. Nisso, aumenta o debate sobre a questão agrária, ao mesmo tempo os agricultores mobilizavam-se, de tal modo é formado o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no RS. O Master iniciou os acampamentos em 1962 na luta pela terra, inclusive o movimento teve o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido que fazia parte o governador Leonel Brizola do RS. O PTB perdeu as eleições de 1962, na sucessão do Brizola no governo. Com isso, o Master passou a ser enfrentado e enfraquecido pelo novo governo.

tribuição desta pesquisa centra-se na relação existente entre o clero e os agricultores sem-terra, a partir do processo de vigilância militar, no qual foram elaborados diversos relatórios de espionagem pelo SNI sobre esses grupos e suas ações.

Em termos de organização, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, são abordados a formação do aparato de vigilância militar (SNI) nas décadas de 1950 a 1970, os antecedentes e a demanda pela reforma agrária, uma contextualização sobre a territorialização no norte do RS, a desapropriação da Fazenda Sarandi, a retomada indígena da Reserva de Nonoai e a expulsão dos colonos (1978), os arrendamentos das Fazendas Brilhante e Macali e as ocupações nessas áreas em 1979. No segundo capítulo, são trabalhados o processo do acampamento de Encruzilhada Natalino, com início em dezembro de 1980, o apoio e organização do clero junto aos acampados no trabalho da CPT, a atuação das irmãs religiosas, a intervenção militar federal no acampamento e a representação da vigilância do governo militar. O terceiro e último capítulo centra-se na atuação das irmãs religiosas, na pessoa da Irmã Aurélia, o desfecho do acampamento de Encruzilhada Natalino em 1982, a repressão policial, a realização da Romaria da Terra em Ronda Alta no mesmo ano, a transferência do acampamento para Nova Ronda Alta, área adquirida pela Igreja para assentamento provisório, o assentamento definitivo em 1983, a formação do MST (1984) e a ocupação e assentamento na Fazenda Annoni (1985-1993), em Pontão/RS.

1.

LUTA PELA TERRA

Ocupação Macali e Brilhante

Neste capítulo, iremos tratar sobre o processo de ocupação das granjas Macali e Brilhante em Ronda Alta, em 1979. Todavia, para compreender a historiografia que envolve o apoio de religiosos aos agricultores sem-terra em busca por acesso à terra para trabalhar e a vigilância e repressão militar sobre esses setores, faz-se necessário elucidar como foi a formação e atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão responsável pela vigilância e repressão militar, o contexto de inserção da Igreja Católica[1] nas causas sociais, influenciada pela Teologia da Libertação, como a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um breve contexto da territorialização do Norte do Rio Grande do Sul e a ocupação das granjas Macali e Brilhante.

1 O posicionamento da Igreja Católica não era coeso em relação ao apoio aos agricultores sem-terra. Os religiosos considerados conservadores posicionaram-se ao lado do governo e dos latifundiários, e os religiosos progressistas posicionaram-se ao lado dos agricultores sem-terra e da reforma agrária. Para melhor compreender os conflitos internos na Igreja Católica, ver a dissertação de mestrado: BENINCÁ, Elli. **Conflito religioso e práxis:** a ação política dos acampados de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o conflito religioso. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

1.1. A repressão: o Serviço Nacional de Informações (SNI)

Para compreender este trabalho, é necessário partir da elucidação sobre a "chave principal" capaz de fazer a ligação entre os acontecimentos históricos envolvidos, descritos na historiografia e nas fontes que aqui servem de sustentação. A chave refere-se ao processo de vigilância exercido pela Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), por meio da atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI). O SNI foi responsável por produzir inúmeros relatórios de caráter: confidencial, secreto e ultrasecreto, sobre pessoas e instituições, no intuito de dominar as informações para poder pressionar e reprimir qualquer oposição ao regime. No caso de estudo, o órgão foi responsável por produzir relatórios em que descrevem a atuação de religiosos e entidades civis, junto aos agricultores sem-terra nas ocupações realizadas nas Granjas Brilhante e Macali, com maior ênfase na Encruzilhada Natalino e na Fazenda Annoni. Inclusive, abordam sobre as manifestações desses agricultores acampados, nas comemorações do "Dia do Colono", na "Romaria da Terra" e demais reuniões e protestos realizados. A vasta quantidade de informações nesses relatórios serviu como fonte para sustentar esta pesquisa, como uma espécie de "diário", os agentes do SNI descreveram, a seu modo, categoricamente o cotidiano da luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul.

Fico (2001) nos auxilia ao elucidar sobre o sistema de informações e de segurança, o conjunto de órgãos encarregados de fazer espionagem e reprimir os brasileiros considerados "subversivos". Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), houve variações na intensidade da repressão. Logo após o golpe e a partir de 1968 com a edição do Ato Institucional n.º 5, a repressão teve sua fase mais intensa. Nos governos seguintes de Geisel e Figueiredo, nos quais ficou conhecida as fases da "distensão" e da "abertura" política, as punições dimi-

nuíram. Após o golpe de 1964, ao qual iremos nos referir adiante, os setores populacionais puderam observar arbitrariedades praticadas pelo governo nas mais distintas esferas, com a perseguição punitiva assumida pelos golpistas. Havia momentos em que "aliviava" a repressão, com intuito de induzir a uma possível esperança de democracia, porém esses momentos correspondiam a fases de maquinações pelos militares mais exaltados com a intenção de "definitivamente implantar – ou fazer perdurar indefinitivamente – um forte esquema repressivo capaz de controlar, pela força, quaisquer dissensões" (Fico, 2001, p. 18-19).

Após o golpe de 1964[2], os setores populacionais puderam observar atos de arbitrariedades praticados em todas as esferas, como nunca antes visto na história do país. Inclusive, esses setores surpreenderam-se com a perseguição punitiva assumida pelos golpistas. Havia momentos em que "aliviava" a repressão, com intuito de induzir a uma possível esperança de democracia, porém esses momentos correspondiam a fases de maquinações pelos militares mais exaltados com a intenção de "definitivamente implantar – ou fazer perdurar indefinitivamente – um forte esquema repressivo capaz de controlar, pela força, quaisquer dissensões" (Fico, 2001, p. 18-19).

Os generais, ao assumirem a presidência, prometeram medidas liberalizantes ao país, contudo o poder prosseguia na linha autoritária. Tais medidas eram vistas pelos militares mais exaltados com a pos-

2 Foge do objetivo dessa pesquisa aprofundar os contextos do Golpe de 1964 e da Ditadura. Para maior compreensão sobre, ver os trabalhos: FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do regime autoritário.** Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Coleção O Brasil Republicano, vol. 4. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes:** O golpe de 1964 e a ditadura militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

sibilidade da perca do controle do regime, subversão e possível vitória ao denominado "comunismo internacional". Retardaram ao máximo as medidas liberalizantes do regime, por conseguinte, a implantação e a decadência do sistema de segurança e informações refletida na perca e reconquista do controle do poder por militares mais "moderados". Os governos militares foram essenciais para atender aos interesses da burguesia associada aos capitais nacionais e internacionais. Segundo Fico (2001), as bases sociais do regime militar, análises historiográficas e jornalísticas caracterizam o golpe de 64 como "cívico-militar", em que inclui o apoio dos setores da classe média urbana e a participação de lideranças políticas civis nesse processo.

Havia dois grupos de militares, os "moderados" e os de "linha dura", esses mais radicais integraram os sistemas de segurança e informações. Na estrutura hierarquizada da carreira militar, os órgãos de repressão e espionagem teriam certa autonomia, pois atuavam independentemente das cadeias de comando da hierarquia militar. Nesse sentido, significa que os chefes não estariam tão diretamente envolvidos nas ações violentas de torturas e assassinato de presos políticos, ações feitas sem autorização da alta hierarquia. Segundo essa concepção, a autonomia teria influenciado a constituição de um ramo paralelo que funcionava conforme as necessidades dos órgãos de repressão. Esse sistema idealizado pelos generais radicais, no qual as ações violentas teriam sido realizadas sem sua autorização direta, força subordinada aos comandos das grandes unidades militares. Os crimes de tortura e assassinato de presos políticos aconteceram com a aceitação dos oficiais-generais responsáveis pelas operações e diretrizes de segurança. Os oficiais moderados criaram a autonomia aos responsáveis diretos pela tortura e assassinato para justificarem-se como omissos (Fico, 2001).

Havia a classificação dos militares mais "moderados" e os mais

"duros", porém havia outros ramos internos a esses dois segmentos. Os militares radicais que integraram os sistemas de segurança e de informações afirmavam que os casos de tortura não existiram ou que não foram mais que alguns excessos. Militares mais moderados, como o ex-presidente Ernesto Geisel, admitiram que a tortura era um mal necessário, mesma opinião de militares da linha dura, considerado indispensável uma "certa dose, pelo menos, de tortura psicológica". A classificação designada aos militares considerada convencional, no caso, em que alguém considere a tortura um "mal menor" seja "moderado", torna-se uma classificação controversa (Fico, 2001).

O SNI produzia e mandava produzir informações. Provavelmente, envolveu-se em operações de segurança para designar as operações policiais repressivas como prisões e interrogatórios. Todo o sistema de segurança detinha organização própria e o SNI não era o "órgão de segurança por excelência", inclusive não se constituiu em órgão central de coordenação sobre os outros órgãos repressivos. O serviço contava, além dos órgãos da coordenação, com uma Secretaria Administrativa, Inspetoria Geral de Finanças, Agência Central e agências regionais. A Agência Central era organizada em três setores: Informações Estratégicas, Segurança Interna e Operações Especiais, ainda sendo era responsável por buscar informações quando não era possível obtê-las por meio dos órgãos de colaboração. As agências regionais se inspiravam no funcionamento da Agência Central (Fico, 2001).

Os documentos de esfera pública serão sigilosos sempre que for indispensável à segurança da sociedade e do Estado. Segundo Fico (2001, p. 25), no Brasil, esses documentos são classificados da seguinte forma:

> (a) ultra-secretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais

> (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral). Somente algumas autoridades podem atribuir tais categorias aos documentos: a classificação de ultra-secreto, por exemplo, pode ser dada apenas pelos chefes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais. A partir do momento em que um documento é produzido como sigiloso, seu acesso fica interditado por um certo tempo - o que se chama "prazo de classificação".

Após o golpe de 1964, o Comando Supremo, em 9 de abril, decretou um "Ato Institucional", mais tarde, passaria a ser conhecido como AI-1, devido a outros atos institucionais serem decretados posteriormente. O primeiro ato conferia ao "Comando Supremo da Revolução" o poder para os radicais realizarem as punições. Costa e Silva, por meio do "Comando", fez expedir pouco antes da posse de Castelo Branco, o "Ato do Comando Supremo da Revolução n.º 9" e a "Portaria n.º 1". Ficou estabelecido que os responsáveis pelos inquéritos poderiam delegar atribuições a diligências ou investigações. A cargo da portaria ficou determinado a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar os crimes contra o Estado e a ordem vigente. Com isso, oficiais puderam prosseguirem na "caça às bruxas", inclusive após a posse de Castelo Branco. O ato de perseguição não se fundamentava somente no anseio de "eliminar o inimigo", considerado subversivo e interessado na implantação de uma "república sindicalista". O ministro da Guerra foi a liderança para os coronéis exaltados começarem a agir na condução do IPM e na organização das punições. Castelo Branco teve grandes problemas com a linha dura dos militares em seu governo. Muitas arbitrariedades foram cometidas pelo país, mesmo com o governo militar em vigor, pois os oficiais

continuavam agindo como se tivessem que vencer o que chamavam de "Revolução". Os governadores reclamaram a situação para Castelo Branco, porém as cassações se amontoavam (Fico, 2001).

Em junho de 1964, encerrou o prazo para as cassações e suspensões dos direitos políticos, estabelecido pelo Ato Institucional. Dois dias antes do prazo, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), no dia 13 de junho. Tal medida gerou preocupação em alguns políticos, pois temiam que esse órgão fosse ter a mesma função que o Departamento de Imprensa e Propaganda no governo de Getúlio Vargas. Castelo precisou negociar com parlamentares a aprovação do projeto. O SNI foi criação de Golbery do Couto e Silva, o qual era um militar da Escola Superior de Guerra (ESG), astuto em assuntos políticos e geopolíticos. Na década de 1950, Golbery estudou a necessidade de ter um órgão tal qual o SNI, tanto que no período das conspirações ele elaborou uma rede que reuniu as informações em dossiês sobre 400.000 pessoas. No governo de Juscelino Kubitschek, existia um órgão de informações. Todavia, os militares não acreditavam que fossem informações seguras, tanto que ansiavam por um órgão que estivesse em conformidade com a "doutrina de segurança nacional". Para a criação do SNI, Golbery obteve ajuda de consultores norte-americanos (Fico, 2001).

Segundo Fico (2001), com o tempo a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento foi se adaptando a forma de cada governante. Após 1964, a ESG entra em decadência, pois os militares no governo após Castelo não tiveram formação nela. A ESG foi responsável pela criação da doutrina de segurança nacional. Nesse sentido, apontou que o Brasil se situava no contexto da Guerra Fria pelos seguintes fatores: tamanho da população, extensão territorial, posicionamento geopolítico e vulnerabilidade ao comunismo. A partir desses apontamentos, concluíram que o Brasil era capaz de se tornar

uma grande potência mundial e a necessidade de se precaver perante a "ameaça comunista". Em seguida, a ESG elaborou possíveis caminhos para o Brasil seguir: em caso de uma hipotética guerra entre países capitalistas e comunistas, formas de combater o comunismo interno e o desenvolvimento econômico capaz de garantir o futuro do Brasil como grande potência. No aspecto intelectual e geopolítico, Golbery foi o principal expoente.

O SNI teve Golbery como primeiro chefe em 1964. Primeiramente, o órgão era responsável pelas informações e cinco anos após a criação passou a trabalhar como um sistema de segurança. Golbery era classificado como moderado e oponente aos radicais da linha dura, os quais não tiveram tanta expressão no governo de Castelo Branco. Inicialmente, o SNI era um órgão responsável pelas informações e mais tarde passou a ser um órgão da repressão, consolidando-se como polícia política (Fico, 2001).

Em 1967, foi aprovada uma nova Constituição, dois meses antes da posse de Costa e Silva. Essa Constituição aderiu a alguns pontos definidos nos atos institucionais e foi criado um setor específico para a repressão política. Passou a ser necessário ao regime a aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN), para tipificar os crimes previstos na Constituição. A LSN foi redigida pelo ministro da Justiça, Carlos Medeiros, com ajuda de Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar. Castelo Branco colaborou nessa lei com a definição de "segurança interna" e "guerra revolucionária e guerra psicológica", dando forma a qual foi expedida por meio de um decreto-lei, em 13 de março de 1967. Castelo teve participação na ideia de "guerra interna" e que qualquer brasileiro fosse tachado de "subversivo". A linha dura passou de grupo de pressão para polícia política (Fico, 2001).

A Igreja Católica manifestou seu descontentamento com o andamento do regime, pois, em novembro de 1967, houve a prisão de

integrantes da Juventude Operária Católica e um padre francês, o que fez a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitir um manifesto de protesto. Havia um quadro geral de insatisfação com a Ditadura Militar, no qual o movimento operário estava enfraquecido, Carlos Lacerda sem rumo em busca de alternativas e a oposição da Igreja, não constituíram o enfoque de preocupação do governo, pois o maior alvo de preocupação eram os comunistas e os estudantes (Fico, 2001). Em julho de 1968, o chefe do SNI, general Emílio Garrastazu Médici, solicitou ao presidente Costa e Silva a criação de um órgão aos moldes do que viria a ser o AI-5. Antes do sequestro, havia sido criado o DOI-Codi, em julho de 1969. Costa e Silva optou em seguir o caminho da ditadura e isso o marcou como responsável por diversos crimes hediondos (Fico, 2001).

O setor de informações temia o "avanço comunista", tanto que jornais satirizaram todo o medo que havia por parte dos militares, em um período em que a esquerda não estava no poder. No decorrer do tempo, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tornou-se uma fonte profissional de informações para os generais que ocuparam a presidência. Eram informações filtradas pelos altos escalões. Esse setor de informações foi responsável por gerar consequências muito graves para a sociedade brasileira. O SNI foi criado logo após realizado o golpe de Estado em 1964, porém outros órgãos, como a polícia política, a propaganda política e a censura, demoraram mais tempo para serem efetivadas. No final dos anos de 1960, havia grande acirramento entre a oposição e os militares. Assim, o governo militar adotou maneiras para estruturar as atividades realizadas pelas ditaduras, no que se refere à criação de organismos e ao treinamento especializado na área da censura da imprensa, atividades culturais e artísticas, criação da propaganda política e da polícia política. As atividades mais efetivadas foram as de espionagem e polícia política. Um grande expoente dessas

articulações foi o Sistema Nacional de Informações (Sisni) criado nos anos de 1970 (Fico, 2001).

Em junho de 1970, o SNI conseguiu aprovar o Plano Nacional de Informações (PNI), ou seja, um plano setorial que seguia o Conceito Estratégico Nacional para atuação no regime. O primeiro Plano definiu as missões a serem cumpridas pelos órgãos de informações, o qual foi aprovado entre os anos de 1969-1974, no mandato do general Carlos Alberto de Fontoura, enquanto gestor do setor. O Plano Nacional de Informações era atualizado com frequência, inclusive a redação da Doutrina Nacional de Informações, era competência do SNI. O PNI era um plano com função de abranger diversas informações do país. Foi criado por militares e civis, mas o principal projetador foi o general Fontoura. Os órgãos que compunham o Sisni redigiam os planos que necessitavam de aprovação pelo SNI. Na composição do Sisni, havia dois modelos de informações: a informação e a contrainformação, a qual tinha função de combater as "atividades de informações dos inimigos":

> Cabia ao SISNI, deste modo, assegurar o perfeito funcionamento do sistema, determinando a execução de atividades de informações, normatizando, supervisionando e fiscalizando todos os órgãos participantes, a fim de que um fluxo constante de informações mantivesse o governo informado de tudo.
> O SISNI era integrado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pelos "Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis", pelos "Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares", pelo "Subsistema de Informações Estratégicas Militares" (SUSIEM) e por outros órgãos setoriais (Fico, 2001, p. 80-81).

O SNI categoricamente era o órgão central do Sisni, o chefe possuía o mesmo status que um ministro de Estado e assessorava o presidente do país. Sua tarefa consistia em coordenar as atividades de informações em todo o território do Brasil, após passou a recolher informações estrangeiras, principalmente nos países da América Latina. Os órgãos que estavam sob comando do SNI possibilitavam sua ingerência em diversas áreas da administração pública, o órgão produzia e mandava produzir informações. Provavelmente, envolveu-se em operações de segurança para designar as operações policiais repressivas como prisões e interrogatórios (Fico, 2001).

Muitas das atividades eram desenvolvidas pelo SNI e a principal era levar até o presidente do país e seus assessores "informações necessárias". Isso acontecia de várias formas, inclusive diariamente pela elaboração de um apanhado dos principais assuntos em pauta. Semanalmente, era produzido uma "Resenha Semanal", abordando "assuntos econômicos, assuntos políticos, subversão, assuntos administrativos, assuntos psicossociais, informações externas" (Fico, 2001, p. 83) e outras. Nela, a difusão era para o presidente, o secretário particular do presidente, os chefes do Gabinete Militar e do Gabinete Civil, as agências regionais e centros militares.

Compreende-se o processo histórico da formação e atuação do Serviço Nacional de Informações, órgão responsável pela "inteligência" do governo militar por meio da vigilância, na qual evidencia-se o poder e influência do SNI na sociedade, prestando um serviço de monitoramento e repressão. Esse trabalho evidencia a forte presença da atuação desse órgão nacional na região norte do Rio Grande do Sul, em que foi registrado todos os acontecimentos em torno da luta por terra pelos agricultores sem-terra e do apoio prestado por religiosos e entidades civis. Relatórios que até então estavam inacessíveis aqui serão evidenciados.

1.2 Igreja Católica e Teologia da Libertação: atuação da CPT

No processo histórico desta pesquisa, compreende-se a atuação da Igreja Católica, por meio de religiosos junto aos agricultores sem-terra, no papel de apoio e organização destes. Resultado de um processo na América Latina, a partir da década de 1960, a chamada "Teologia da Libertação", um novo modelo de "ser Igreja", no qual a preocupação e atuação eclesial voltou-se "preferencialmente aos pobres" e as periferias.

Para compreender o que é a Teologia da Libertação, Löwy (2016) elucida que essa teologia desempenha um papel importante na compreensão da realidade social na América Latina. A Teologia da Libertação é resultado de conceitos religiosos e marxistas, especialmente do conceito de luta de classes. Então, nesse sentido:

> A "Igreja dos Pobres" da tradição cristã tornou-se, na Teologia da Libertação, uma Igreja baseada em classes, que se conscientizou das necessidades da luta revolucionária como uma fase no caminho da libertação, e que celebra essa libertação em sua liturgia, algo que necessariamente leva a um questionamento da estrutura sacramental e hierárquica da Igreja (Löwy, 2016, p. 127).

Após a Assembleia de Medellin em 1968, foi discutido as problemáticas da América Latina e por meio de um documento do Papa Paulo VI, classificando o subdesenvolvimento latino-americano, com as características próprias de cada país, um elemento injusto que conspira contra a paz nesses países. A partir de Medellin, foi apontado os males estruturais da América Latina e a necessidade de superá-los. Tais males eram a injustiça, a violência, a exploração, dentre outros. O período de formulação da Teologia da Libertação deu-se entre os anos

de 1968-1975, período marcado por grande efervescência política no território. Nesse sentido, convergia em torno da libertação, a teologia e a esquerda do continente, pois, desde os anos de 1960, a América Latina encontrava-se em demasia os golpes de Estado (Silva, 2006).

O Concílio Vaticano II marcou, entre os anos de 1960 a 1980, a participação e atuação de setores da Igreja Católica junto aos Direitos Humanos, assumindo compromisso com os oprimidos. A Instituição Igreja estava ciente de que as transformações sociais e a elevação social dos pobres necessitam do rompimento de cadeias, como as que escravizam no trabalho e em relação à sua consciência, de tal modo que a Igreja passa a atuar na organização desse povo. Passadas duas décadas do fim da Segunda Guerra Mundial, as sociedades estavam se modernizando e os valores mudando, a Igreja Católica muito presente no meio social e rural[3] então pensava em um modelo de "capitalismo social" mais "humano e solidário" nesse processo histórico. A adesão do clero à causa dos trabalhadores rurais chocou-se com os interesses de parte significativa de muitos grandes fazendeiros, pois estes praticavam exploração dos trabalhadores (Goes, 2010).

Houve muita repressão por parte do Vaticano aos teólogos da libertação, acusados de trocarem os pobres da Bíblia pelo "proletariado marxista". Nesse sentido:

> Para os teólogos da libertação, "os pobres" é um conceito que tem conotações morais, bíblicas e religiosas. O próprio Deus é definido por eles como o "Deus dos

3 É importante considerar que, nos anos de 1950, surgiu no Brasil a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura Brasileira (Ultab), com influência comunista, a qual tentou organizar os pequenos agricultores no RS, com enfoque nos assalariados rurais, inclusive organizá-los para que houvesse uma aliança política com os operários. A Ultab esteve presente em todos os estados, porém no Rio Grande do Sul fez-se presente o Master e em Pernambuco as Ligas Camponesas. Ver: GOES, Valdemar da Silva. **Entre cruzes e bandeiras:** a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

> Pobres" e Cristo se reencarna nos pobres crucificados dos dias atuais. É também um conceito mais amplo que o das classes trabalhadoras: inclui, segundo Gutiérrez, não só as classes exploradas mas também as raças menosprezadas e as culturas marginalizadas [...] acrescenta as mulheres, uma categoria social que é duplamente explorada (Löwy, 2016, p. 131).

Com a presença do trabalho da "militância comunista" no meio rural, a Igreja Católica iniciou um processo de ação pastoral chamado "trabalho de base". A ação dos trabalhos de base fez-se entre os camponeses, com início na década de 1950, em que a ação da Igreja estava contra os interesses dos latifundiários. É possível compreender que os católicos e as Ligas Camponesas possuíam a pauta em conjunto defendendo a reforma agrária, porém havia a diferença de que as Ligas Camponesas defendiam uma reforma agrária "radical", na qual as propriedades[4] fossem confiscadas. De outro lado, os católicos ansiavam por uma reforma agrária que respeitasse o "direito de propriedade", que houvesse "justa indenização aos proprietários" que fossem ter suas terras desapropriadas. Nesse segmento, a presença da Igreja Católica prosseguia na constituição de cidadania aos trabalhadores do campo, pois estes encontravam-se em relações de dependência pessoal por maiores proprietários (Goes, 2010).

No Rio Grande do Sul, ocorreu entre o final de março e início de abril de 1962 o 1º Encontro de agricultores do estado. O encontro teve por objetivo a fundação da "Federação das Associações dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários". No encontro, foi estabelecida uma Comissão Executiva Provisória. O movimento cobrou

4 Para compreender o processo de distribuição de terras no Rio Grande do Sul, ver: MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. **Estado, terra e Poder:** a questão agrária no judiciário do Planalto Rio-Grandense – República Velha. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

do governo Brizola e do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), órgão estadual responsável pela reforma agrária no RS. No evento, foi decidido a aprovação da sindicalização rural, pois até o momento o Master apenas organizava os agricultores em associações civis, porém perdia espaço para o movimento camponês da Frente Agrária Gaúcha (FAG) organizado pela Igreja Católica, pois os sindicatos possuíam legitimidade jurídica perante o Estado e as associações não possuíam isso. Após esse encontro/congresso, o Master passou a promover a sindicalização em todos os municípios por meio dos sindicatos de assalariados rurais e sindicatos de produtores autônomos (Goes, 2010).

Segundo Goes (2010), a Frente Agrária Gaúcha (FAG) foi criada em 1961 e atuou até fins dos anos de 1970, sendo um movimento de agricultores organizado pela Igreja Católica do RS. Em 1961, havia um cenário político e social conturbado, de tal modo que a FAG aproveitou o período para manifestar sua proposta de desenvolvimento rural. O autor cita Gehlen (1938, p. 84 *apud* Goes, 2010) para caracterizar que a FAG foi um movimento social de agricultores cristãos preocupados com a promoção dos seres humanos no campo, atuante em duas décadas em que havia a "intervenção da Igreja no meio rural". A FAG centrou-se em promover cooperativas, associações, cursos e congressos por meio dos sindicatos para os agricultores, os quais estavam em situação de "pobreza, abandono e exploração", inclusive constituía-se no âmbito de combater as ideologias contrárias a compreensão da Igreja. A FAG e seus sindicatos surgiram para enfrentar o Master, por meio de um modelo diferente de organização dos agricultores. A temática da terra era amplamente debatida, de tal modo que a FAG não pode ignorar isso, tanto que reconhecia as problemáticas em torno da concentração da terra em mãos de poucos e o aumento das dificuldades dos pequenos agricultores.

A FAG foi responsável por propor a organização de sindicatos

de pequenos agricultores e assalariados rurais. A FAG e o Master buscaram criar grande número de sindicatos para obter reconhecimento da federação e filiação na Contag. A FAG obteve mais trabalho a partir de 1964 quando o golpe militar fez com que o Master fosse reprimido com violência, sindicatos e cooperativas do movimento foram proibidos e fechados, restou o sindicalismo da FAG. É necessário compreender que o Master defendia as reformas de base e incentivou que houvesse acampamentos, de tal modo reivindicando dos governos estadual e federal a desapropriação de terras públicas e terras improdutivas. A FAG priorizava a educação do homem do campo em uma perspectiva cristã, de outro lado, comparava a reforma agrária pretendida pelo Master com o comunismo (Goes, 2010).

No início dos anos de 1960, a Igreja Católica buscou inserir-se nos movimentos sociais, por meio da inspiração da doutrina social da Igreja. Os sindicatos possuíam um trabalho assistencialista e prestadores de serviços, nos quais não havia representação política e "classista". A Igreja participou da criação da Fetag no RS e os agricultores foram incentivados a se associarem nos sindicatos. A FAG obteve apoio da Igreja Católica, tanto que representava os sem-terra e pequenos agricultores. Esse movimento social foi composto por agricultores cristãos e preocupado com a vida do ser humano no campo, no meio rural. Na região norte do Rio Grande do Sul, os representantes da FAG eram ligados à agricultura modernizada, em torno do trigo e da soja, alguns eram industriais e comerciantes. A Igreja atuava com ênfase no papel do trabalho, da terra e da família dos colonos, a modernização da produção e a entrada nos sindicatos e cooperativas, inclusive marcou presença nos programas de rádio anunciando a doutrina social cristã (Goes, 2010).

Segundo Goes (2010, p. 37-38), a CNBB incentivou a diocese de Passo Fundo a partir de 1954 a participar de ações no campo, le-

vando temas a serem desenvolvidos sobre "saúde, higiene, educação recreação, associativismo, economia doméstica e organização rural". O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, criado em 1962, foi exemplo de onde se fez presente a ação mediadora da Igreja, na região desenvolvia-se o cooperativismo, o qual necessitava da organização sindical, pois a FAG defendia que esses cooperativismo e sindicatos estivessem em sintonia. Os sindicatos funcionaram por anos como apoio político das cooperativas e não exatamente identificado aos pequenos agricultores. Em fins da década de 1970, os sindicatos identificaram-se mais aos agricultores familiares, pois surgiram novas formas de representação e políticas de organização associadas ao recomeço dos movimentos da luta pela terra.

Denota-se que a FAG e os sindicatos atuavam na defesa dos interesses dos agricultores donos de terras; de outro lado, a Ultab, Master e as Ligas Camponesas estavam em defesa dos trabalhadores rurais assalariados, arrendatários[5], posseiros e os que foram expulsos das terras em que estavam. A FAG lutava pela defesa da propriedade dos colonos e assim acabou por defender a grande propriedade. A FAG enquanto movimento político e ideológico acabou, porém a proposta política permaneceu entre os agentes de pastoral, da CPT e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Goes, 2010).

Os grupos políticos aliados do governo militar e dos latifundiários lutaram contra os avanços conquistados no decorrer da década de 1950 e 1960 sobre a questão da terra, principalmente nas políticas da Reforma de Base do governo do presidente João Goulart. Antes

5 Arrendamento é a prática em que terceiros pagam um valor ao dono de uma área de terra, para nela produzir por um tempo determinado. Para melhor compreender o conceito, ver: RÜCKERT, Aldomar. **A construção do território na Região de Ronda Alta:** ocupação e colonização – 1831/1996. Ronda Alta: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1999; RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do território:** a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

da Ditadura Militar instaurada em 1964, a Igreja Católica havia assumido posicionamento em torno da questão social e da luta pela terra, porém com muito mais ênfase no pós-1964. Questões como o medo do comunismo, criação de sindicatos, conflitos internos e cenários de ação social definiram os segmentos de ações da instituição Igreja e havia bispos que defendiam a reforma agrária (Tedesco, 2012).

A atuação da Igreja Católica nos anos 1970 presenciou-se na criação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As CEBs eram consideradas "redutos de orações e festas", não foram intensamente perseguidas pelo governo militar, nesse sentido, foram locais de incentivo a "novas experiências pastorais". Goes (2010, p. 22) continua a análise ao explicar o que eram os grupos de CEBs:

> As Comunidades Eclesiais de Base: são comunidades, uma reunião de pessoas que vivem na mesma região e possuem a mesma fé. São eclesiais, porque estão unidas à Igreja. São de base porque são constituídas de pessoas das classes populares. Localizam-se em geral na zona rural e na periferia das cidades. Organizam-se em torno das paróquias ou capelas por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Foram reconhecidas como o primeiro e fundamental núcleo eclesial, responsável em seu próprio nível pela riqueza e dinamização do projeto de Jesus de Nazaré.

Nos grupos de CEBs, eram realizadas leituras da Bíblia nos pequenos grupos e em comunidade. O trabalho realizado a partir das leituras estava em sintonia com a "perspectiva social do oprimido", no intuito de que fosse gerada uma nova forma de viver e "sentir a presença de Deus" para ver a realidade social e buscar compreender o "outro (como irmão)". As CEBs surgiram no período da Ditadura Militar, em que o regime autoritário fechou a participação política. A Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou proteção da instituição às CEBs e, inclusive, às pastorais que poderiam serem reprimidas pela polícia militar. Nas décadas de 1970 e 1980, muitos setores sociais puderam ter espaço de atuação política por meio das CEBs, todavia as organizações mantinham o caráter religioso (Goes, 2010).

O trabalho realizado nas CEBs foi inspirado pela leitura considerada transformadora da realidade social na qual vive a população pobre, baseando-se que na Bíblia está escrito sobre o Reino de Deus, o qual se concretiza nas relações das pessoas. Os membros buscaram realizar essa visão em movimentos sociais, sindicatos e outras associações consideradas de esquerda, nos quais eram valorizadas a igualdade e a democracia direta. As CEBs ajudaram as pessoas a "serem sujeitos da sua própria história, ajudando-as a assumir sua identidade" (Goes, 2010, p. 23), caracterizando-as com herdeiras do passado, protagonistas do presente e construtoras do futuro. Para isso, faz com que as pessoas se sintam unidas pela cultura e pela história, adquirindo consciência sobre o "projeto comum" e a organização para alcançar tal projeto (Goes, 2010).

Em todo o território brasileiro, as CEBs expandiram-se, principalmente nos movimentos populares e no ambiente rural. Por meio das palavras dos bispos ou dos padres, os agricultores tomaram consciência e passaram a se organizarem para reivindicar os seus direitos e, junto a isso, espalhar as organizações populares pelo campo. A Igreja aliou-se à causa dos trabalhadores rurais e os incentivou a lutarem em busca de seus direitos (Goes, 2010).

O Concílio Vaticano II encerrou-se em 1965. A partir desse Concílio, dos encontros episcopais de Medellín (1968) e os de Puebla (1979), a Igreja Católica passou a assumir uma opção preferencial pelos pobres e inseriu-se mais junto das camadas populares. Tudo isso foi importante para o surgimento da Teologia da Libertação, na dé-

cada de 1970, considerada uma corrente teológica que reúne as teologias cristãs no "Terceiro Mundo" e nas localidades e periferias pobres do "Primeiro Mundo", no intuito de lutar contra a pobreza "pela sua libertação". Goes (2010, p. 25) continua o decorrer da análise ao citar o livro *A Igreja dos oprimidos*, de Helena Salem, e apresentado por Paulo Freire, em que considera "uma nova teologia, centrada na libertação social, e não mais na salvação eterna individual". A Teologia da Libertação foi desenvolvida de início na América Latina, a teologia usou como ponto inicial para reflexão a pobreza e a exclusão social sobre a orientação da luz da fé cristã.

Segundo Goes (2010), a Teologia da Libertação tem por característica a consideração de que o pobre não é apenas um "objeto de caridade", pois se constitui como sujeito de sua própria libertação. Os teólogos dessa vertente propuseram uma pastoral baseada nas CEBs, na qual os cristãos das classes sociais populares possam reunirem-se para trabalhar a articulação entre a fé e a vida, organizando-se em comunidade para buscar melhorias nas suas condições sociais através da militância do movimento, os quais seriam protagonistas do seu "processo de libertação". As Comunidades Eclesiais de Base apresentavam um novo modelo de "ser Igreja", prezando a vivência comunitária, a solidariedade e a participação.

De tal modo, a primeira grande atividade da Comissão Pastoral da Terra no Rio Grande do Sul ocorreu por ocasião da comemoração do Dia do Agricultor na década de 1970. Pronunciou-se fazendo críticas ao evento, composto de almoços e de discursos bonitos das autoridades, e transformando-o em espaço de debates e reflexões sobre a "situação socioeconômicas dos agricultores". A CPT se pautou no princípio de que os acampados deveriam assumir o processo da luta pela terra, efetivar as negociações com o governo e o Incra e buscar o apoio da imprensa, de forma a serem "sujeitos do processo" (Goes, 2010).

Em 1978, surgiram lideranças da área popular preocupados em organizar um movimento de ampla abrangência para direcionar o foco das propostas em relação à luta pela terra. Em nível nacional, a CPT começava a lutar pela causa dos sem-terra. Na região de Ronda Alta e Sarandi, localizaram-se os centros da adesão de representantes da Igreja à causa, os quais engajaram-se na luta dos colonos, necessitados de liderança e organização (Tedesco, 2012). Nos anos de 1980, a CPT se posicionou em relação à reforma agrária e à distribuição dos solos urbanos. Embasaram os argumentos pela causa os livros do frei Leonardo Boff, sobre a Teologia da Libertação, e os documentos do Concílio Vaticano II, sobre o compromisso da Igreja junto às causas populares. A ação da CPT foi possível devido ao espaço político e apoio proporcionados pela CNBB (Goes, 2010).

Em 1979, o grupo das famílias retiradas de Nonoai[6] já possuía certa organização mediada pela Igreja, lideranças sindicais e políticas e pelo meio universitário. Em julho do mesmo ano, os colonos iniciaram o processo de ocupação das fazendas. De tal modo, realizaram várias viagens até Porto Alegre para negociarem com o governo do Estado a liberação das Fazendas Macali e Brilhante (Mapa 1), na antiga Fazenda Sarandi, em Ronda Alta. Em setembro, deu-se a ocupação dessas áreas. A ocupação da Brilhante provocou reação do Estado, os meses seguintes foram de intenso combate entre os colonos sem-terra e a Brigada Militar. Entre maio e julho de 1980, são selecionadas as famílias para o assentamento na Fazenda Brilhante. Em outubro, outro grupo que não foi assentado, ocupando a Fazenda Annoni (Mapa 1), porém logo são expulsos pela Brigada Militar (Tedesco, 2012).

O princípio das assembleias para discutir o rumo dos acampados deu-se em 1979. Assim, formou-se as primeiras comissões res-

6 Sobre as famílias de colonos expulsas da Reserva Indígena de Nonoai, será explicado no próximo subtítulo 1.3.

ponsáveis pela formação da direção política dos sem-terra. Essas lideranças deviam organizar os colonos acampados para pressionar as autoridades e exigir que as famílias fossem assentadas nas fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta. Houve então a preocupação referente à simbologia dos acampados na Macali, na qual foi adotada a cruz no intuito de produzir significado de sofrimento e de conquista concomitantemente (Goes, 2010, p. 54 *apud* Tedesco; Carini, 2008).

A formação da Teologia da Libertação e com isso as CEBs e a CPT, possuem origem quando a Igreja passou a legitimar a preferência pelos pobres, resultante da "Conferência Latino-Americana dos Bispos em Puebla". Goes (2010, p. 26) caracteriza que "no período da ditadura militar a Igreja era o grande guarda-chuva sob o qual os descontentes do regime podiam se abrigar". Nota-se que as organizações, partidos políticos, instituições, movimentos sociais, enfim, tudo que era a favor da democracia e contrário ao regime foram perseguidos pela ditadura militar. Com isso, o único refúgio para essas pessoas foi na Igreja Católica, onde era possível haver organização. No período, os agricultores empobreceram e aumentou o número de agricultores sem-terra. A Igreja embasada na fundamentação bíblica passou a organizar os agricultores sem-terra. As CEBs e a CPT foram totalmente importantes na formação do MST (Goes, 2010).

1.3. Propriedade e conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul

É importante ressaltar que a questão dos conflitos agrários é vista com senso comum e, em muitos casos, de forma pejorativa pela população, sem esclarecimentos aprofundados sobre a relevância da questão. Nesse sentido, entra em xeque duas realidades, a dos indí-

genas que há 2.000 anos habitam o território sul-rio-grandense, sobrevivendo da natureza e da preservação de seus costumes ligados a terra, e, de outro lado, estão os colonos ligados à terra, descendentes de imigrantes europeus, os quais as origens remontam a imigração no século XIX, incentivados por políticas governamentais e convencidos no intuito de melhorarem as próprias condições de vida.

Segundo Zarth e Tedesco (2010), a propriedade é uma relação social. Contudo essas relações são conflituosas, produtoras e expressivas de tensões sociais. O norte do Rio Grande do Sul foi um desses espaços com expressividade nesse sentido desde meados do século XIX, principalmente com a efetivação da Lei de Terras de 1850 e passado o século XX com intensa movimentação social, a qual envolveu os grupos: indígenas, colonos, latifundiários, atingidos por barragens, enfim, todos os camponeses. A Lei de Terras de 1850 foi responsável por consolidar a grande propriedade em todo o país e contribuiu para a eliminação dos pequenos posseiros, permitiu e incentivou a colonização privada, deu privilégios a alguns grupos sociais e acabou por gerar conflitos. Alguns intelectuais da época pertencentes aos grupos dominantes defendiam uma revisão da estrutura agrária. É possível citar José Bonifácio de Andrada e Silva, ele defendeu a imposição de um limite as sesmarias, as improdutivas deveriam retornar ao governo para serem vendidas e não mais doadas. Assim, os recursos iriam garantir uma colonização gratuita por parte do Estado, aos imigrantes pobres, indígenas, mulatos e negros foros. Considerava também o fim da escravidão, incrementando indígenas e negros ao processo agrário, no qual o espaço seria ocupado e produzido. Ainda no século XIX, teve quem defendeu reforma agrária para povoar e melhorar a produção agrícola, porém, na independência do país, as sesmarias passaram a serem legitimadas pelas chamadas "posses", ocasionando em enormes latifúndios detentores de poder.

A Lei de Terras de 1850 dificultou o acesso a terras pelos pequenos camponeses. Mais tarde, o presidente do estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, na Lei n.º 28, de 5 de outubro de 1889, reafirma a necessidade de acabar com as fraudes que estavam a sugar as terras do estado. Uma maneira de fraude largamente utilizada era pagar uma multa irrisória pelo registro de posse, por não estar de acordo com a Lei de 1850. Para fazer isso, diziam que a terra havia sido comprada de um posseiro, o qual ocupou pacificamente antes de 1850 e que não tinha ido até o registro paroquial para registrar, conforme o regulamento de 1854, e assim estavam legitimadas as grandes propriedades (Zarth; Tedesco, 2010).

A enorme concentração fundiária resultou em conflitos sociais por parte dos nativos, colonizadores e companhias colonizadoras, porém, para ocorrer a colonização, houve grupos que foram colocados em segundo plano, como os posseiros, os quais foram expulsos para haver colonização por parte das colonizadoras. As maneiras de obtenção de terras não geraram equidade social, assim o poder territorial, econômico e político ficou concentrado nas mãos de um mesmo grupo (Zarth; Tedesco, 2010).

A região norte do Rio Grande do Sul, nos séculos XIX e XX, foi alvo de disputas pela legitimação de posse das terras, como escrevem Zarth e Tedesco (2010, p. 154), "pela via do absenteísmo, do coronelismo, do mandonismo e do grande poder do latifundiário e, mais tarde, do granjeiro". O arrendamento, a expropriação dos posseiros caboclos e a incorporação das companhias colonizadoras e a prioridade dada aos colonos na apropriação das terras revelam uma intensa configuração do território agrário regional. Essa realidade constituiu a reterritorialização do espaço norte sul-rio-grandense, portanto, do agrário pelas diversas formas de produção do trabalho, na qual a estrutura agrária constituiu-se e permanece na atualidade no sul do

Brasil. Então, a realidade agrária é nutrida pelas raízes da lógica da propriedade privada da terra.

As movimentações do Master no início dos anos de 1960, estiveram ligadas ao processo que se desencadeou contra os trabalhadores rurais, devido ao capitalismo no campo, responsável pelo êxodo rural e a concentração da propriedade nas mãos de poucos. Houve contradição, pois o fator do "capitalismo tecnológico", devido à modernização, aumentou a produção agrícola, enquanto os pequenos agricultores foram perdendo espaço, muitos em situação de miséria, devido aos rumos que se formavam no campo, havia confrontos e novas "lutas políticas". Devido ao cenário que se formava nas décadas de 1960 a 1980, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para organizar os agricultores expropriados sem-terra e os que foram expulsos da terra em que estavam, esse movimento remontou a experiência de luta pela terra pelo Master (Goes, 2010).

A propriedade da terra e a questão agrícola, na territorialização do espaço brasileiro, andam juntas em torno de políticas públicas que favorecem um modelo de produção excludente em termos econômicos, culturais, sociais e políticos. Assim, é possível remontar a Lei de Terras de 1850, a qual foi responsável por estimular os conflitos agrários entre as categorias: colonos, caboclos, indígenas, posseiros, latifundiários, Estado e colonizadoras. Surgiram grupos oficiais de resistência anos mais tarde, na luta pela terra, os quais eram mediados por organizações de produtores, políticos e religiosos, em 1960, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e, nos anos 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A respeito da colonização[7], ela moldou o cenário do Rio Grande

7 A respeito da colonização, é importante compreender a imigração italiana para o Brasil. Segundo Santos (2006), no século XIX, a região da Itália era dividida em oito unidades políticas independentes, na segunda metade do século, houve a Unificação Italiana, surgindo a Itália enquanto país. Em um processo de transformações econômicas e sociais advindas da Re-

do Sul a partir das políticas de Estado e pelas colonizadoras particulares para ocupação das terras. Assim, havia latifúndios demarcados e os sem demarcação, esses segundos foram responsáveis pela expulsão de posseiros do território no período em que eram demarcados.

Entre 1958-1964, com maior ênfase na região centro e norte do estado, havia disputa pela tutela sobre o rural, em especial sobre os pequenos agricultores. De acordo com Tedesco (2012, p. 245), a "Igreja Católica, PCB, Master, Brizola, Ligas Camponesas, associação de produtores e partidos políticos tentaram implementar suas ações nesse sentido". A Igreja saiu vencedora nesse processo. Em 1963, 900 colonos acamparam no interior da reserva indígena, em um momento histórico em que os movimentos sociais eram vistos como "sinais eminentes do comunismo" (Tedesco, 2012, p. 245). Indígenas e pequenos agricultores disputavam o mesmo espaço, enquanto madeireiros lucravam. As terras devolutas esgotaram-se, então, os colonos e os caboclos que não foram para os centros urbanos passaram a entrar nas áreas indígenas. Havia uma ideia, que teve maior ênfase no governo Brizola, que havia muita terra para poucos indígenas, a qual ajudou na legitimação da intrusão[8] (Tedesco, 2012).

Para compreendermos o processo de luta pela terra e vigilância militar no norte do RS na segunda metade do século XX, é necessário

volução Industrial, impactou diretamente os pequenos agricultores que construíam produtos manufaturados para complementar a renda familiar. A crise econômica se acentuou em 1890, o governo incapaz de resolver a problemática, com o aumento significativo do empobrecimento, encontrou como solução impulsionar levas de emigrantes, principalmente camponeses, especialmente para a América. As colônias no sul Brasil foram apresentadas como um "paraíso", atraindo os imigrantes. Isso fez parte de um projeto para substituir o trabalho escravo e para "povoar os campos vazios" no sul, lugar habitado por indígenas, e colonizar por meio da pequena propriedade. Os imigrantes chegados no RS eram chamados de colonos devido à aquisição da "colônia" uma fração de terras para cultivar, mais tarde a expressão "colono" passou a designar uma identidade, um grupo étnico.

8 Intrusão é o processo de ocupar terras alheias sem autorização do legítimo proprietário. Nesse caso, não foi legítima a intrusão em terras indígenas.

retomar a análise de Tedesco (2012), em que historicamente a luta indígena é manifestada por direitos, manutenção da identidade, preservação de seu habitat, contra processos de demarcação e delimitação de território e as intrusões causadas pela esfera estatal. Os conflitos entre colonos e indígenas, no caso em Nonoai em 1978, foram ocasionados por decisões políticas equivocadas da parte governamental. Para os indígenas e colonos, atores sociais envolvidos no conflito, a terra carregava horizontes amplos, simbólicos e materiais, econômicos e culturais, considerando-a patrimônio e história de vida, a ser repassado para a descendência.

Entre os anos de 1940-1960, foi o período de maior concentração de ação política nas reservas indígenas, cujo objetivo era o de aliviar as tensões sociais, devido ao esgotamento de novas fronteiras agrícolas. O Estado, pressionado pelo grande capital fundiário e pelas colonizadoras, permitiu a entrada de colonos nas reservas indígenas. A Reserva Indígena de Nonoai possuía 34.908 hectares, em fins da década de 1940, sendo destinado à colonização quase 20 mil hectares, devido à criação do parque florestal, com intuito de cultivo (Tedesco, 2012).

Para compreender a origem dos agricultores que ocuparam as granjas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, faz-se necessário elucidar que eles ocuparam a Reserva Indígena de Nonoai. A reserva foi retomada pelos indígenas após muitas lutas, resultando na expulsão dos colonos e transformando-os em agricultores sem-terra. Esse processo deu origem a retomada da luta pela terra em plena Ditadura Militar.

A reserva indígena de Nonoai origina-se em 1848 e media 10 léguas. Em 1910, a reserva foi dividida em duas: a reserva de Nonoai ao norte com 34.908 hectares e a reserva de Serrinha ao sul com 11.950 hectares, a área no meio dessas reservas foi destinada à colonização e distribuída a colonos que chegavam de outros lugares (Aresi, 2008). A reserva indígena de Nonoai possuía 34.908 hectares quando de-

marcada inicialmente, no final dos anos de 1940, quase 20 mil hectares foram destinados à reserva florestal pelo Estado. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi criado em 1940, contudo o órgão evidenciou um processo de diminuição territorial das reservas indígenas. O poder estatal serviu por legitimar o avanço de madeireiros, arrendatários e outros capitalistas sobre as áreas indígenas, tanto que a presença e atividades das madeireiras foram intensas nessas áreas. Esses grupos observavam as reservas indígenas como oportunidade para lucrar, enquanto os pequenos agricultores viam como possibilidade de sobrevivência. Pela presença constante dos colonos, esses viviam em conflitos com os indígenas, disputando o mesmo espaço. Certo grupo de jesuítas, em 1967, realizou um levantamento em três reservas indígenas no RS e na reserva de Nonoai havia mais de 500 famílias de "intrusos" (Tedesco, 2012).

Em torno de 900 colonos, em 1963, acamparam na reserva indígena de Nonoai em uma localidade chamada de Passo Feio. Foi um grande evento que repercutiu no meio político, acadêmico e na imprensa, em um momento muito importante em que os movimentos sociais eram vistos como "sinais eminentes do comunismo", uma ameaça aos interesses dos poderosos oligarcas agrários. Essa movimentação forçou o governo do Estado a desapropriar 2.499 hectares da reserva, "constituindo a 4ª Secção Planalto", em que duzentas famílias de colonos foram assentadas em 1963. Essa atitude do governo resultou em maiores intrusões nas reservas indígenas, na década de 1960 (Tedesco, 2012).

Na década de 1970, a chamada "questão indígena" começa a ganhar força nas discussões políticas e sociais do país. Nesse período, houve a formação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o qual é considerado um marco da Igreja Católica e das pastorais sociais. No mesmo segmento, houve a Comissão Pastoral da Terra (CPT),

a qual foi outro avanço, foi fomentada por Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia no Mato Grosso (MT), bispo ligado às questões em torno da terra, de tal forma tornou-se entidade autônoma e ligada ao campo pastoral da CNBB, junto aos pequenos agricultores pela reforma agrária. A CPT obteve maior expressão a nível nacional na década de 1980. Junto ao CIMI e a CPT, havia as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), instituições que atuavam enquanto "resistência de categorias sociais (urbanas e rurais) subalternizadas pelas dinâmicas de desenvolvimento econômico do país" (Tedesco, 2012, p. 248).

O grande marco que motivou os indígenas a expulsarem os colonos da reserva indígena de Nonoai foi um encontro nacional das comunidades indígenas realizado em Barra do Garças/MT, em maio de 1978. No encontro, foram abordadas as intrusões nas áreas indígenas, a violência que sofriam por parte dos fazendeiros e madeireiros e o descaso da Funai. A violência física passou a ser usada, de um lado, indígenas lutando pela retomada das terras e de outro, colonos em processo de resistência à perda da terra. O conflito entre indígenas e colonos aconteceu em outras reservas, além de Nonoai. Nesse sentido, a Funai, as entidades religiosas como o CIMI da Igreja Católica e o Comin da Igreja Luterana, as pastorais sociais da CNBB, entidades jurídicas e civis aderiram a "causa indígena", da mesma forma, tornaram-se simpatizantes à "causa camponesa" (Tedesco, 2012).

O Cimi-Sul evidencia em 1978 que, entre 1976-1977, os indígenas superaram os conflitos internos, organizaram-se com apoio do Cimi, divulgaram a opressão acometida aos indígenas e a perseguição por parte da Funai. Ao fim de 1977, houve troca de cacique na reserva de Nonoai, esse acontecimento foi importante pelo fomento a posições mais "radicais" entre os indígenas. Tal cacique era contra à presença dos posseiros, colonos, arrendatários etc., pertencia a uma

geração mais nova dos caingangues, conhecido por cacique Xangrê, afrontou a Funai e deu início a "revolta". Além da questão de comando interno, somaram-se fatores essenciais como um grau significativamente alto de conscientização entre os indígenas, várias adesões a questão indígena, apoio e manifestações de várias entidades, pessoas e movimentos sociais que estavam em crescimento no Brasil; de outro lado, estava a desorganização dos pequenos agricultores na reserva (Tedesco, 2012).

Na análise de Tedesco (2012, p. 252), trata a situação na Reserva Indígena de Nonoai em maio de 1978, a partir de uma reportagem do jornal *O Nacional de Passo Fundo* (RS), em que aborda o clima de "intimidação, advertências, incêndios às escolas, ataques a casas e, finalmente, expulsão", um processo em que havia a luta entre os colonos e indígenas, em que dezenas de pessoas estavam feridas e precisaram serem levadas a hospitais em Passo Fundo. A violência física foi usada por ambas as partes, indígenas na luta pela retomada das terras e colonos resistindo a perca das terras. O confronto obrigou a Funai a inserir-se, de fato, junto ao movimento indígena como aliada e tratar da retirada dos colonos nas reservas indígenas. Desse confronto, estima-se em mais de mil famílias de colonos expulsos da reserva, parte significativa passou a vagar pelas estradas da região sem ter destino.

Por meio da chamada "luta social", os indígenas conseguiram recuperar as terras na reserva de Nonoai. Com isso, resultou em um outro cenário de complexa resolução, mais de mil famílias de colonos ao serem expulsos da reserva encontravam-se sem rumo. Tedesco (2012, p. 254) continua a análise em que tal acontecimento evidenciou "milhares de *sem terra* ficaram a vagar pelas estradas da região de Nonoai, Ronda Alta e Sarandi". Em torno de 750 das famílias dos colonos acamparam no Parque de Exposições de Esteio (RS) até que alguma solução fosse encontrada; outra parte ficou acampada pró-

xima a reserva; e outros espalharam-se pela região, sendo acolhidos por familiares ou conhecidos. Os setores políticos e grupos que temiam o avanço da chamada reforma agrária usaram dos veículos de informação para serem seus "porta-vozes", buscaram o caminho de desqualificar o movimento que acontecia e apontar soluções como a migração dos colonos para os projetos de colonização no centro-oeste e assalariamento urbano ou em empresas rurais da região. Os grupos dominantes defendiam a repressão policial para "manter a ordem e defender o direito de propriedade" (Tedesco, 2012, p. 254), com intuito de desmobilizar os movimentos a favor da reforma agrária. Em 1978, surgiram as lideranças diretamente do campo popular, com a preocupação em comum de um movimento com ampla abrangência, capaz de reunir em si as diversas propostas de luta pela terra. No período, a CPT estava em atuação a nível nacional, em favor da causa sem-terra; sindicalistas e cientistas foram aderindo à causa, pois o cenário político encaminhava-se para a possibilidade de haver organização de grupos.

Em relação à reserva indígena de Nonoai, os representantes da Igreja Católica da região norte, principalmente de Ronda Alta e Sarandi, engajaram-se na luta dos colonos. Tedesco (2012) aborda que o padre Arnildo Fritzen foi uma das principais lideranças da Igreja Católica na região:

> Transformou-se numa espécie de baluarte da causa camponesa na região. Assumiu a Paróquia de Ronda Alta em 1977 e imediatamente deparou-se com o drama dos posseiros de Nonoai. Num primeiro momento, na segunda metade do ano de 1978, dedicou-se exaustivamente ao trabalho de assessoria, objetivando dar um encaminhamento imediato às principais demandas dos camponeses expulsos de Nonoai que, segundo ele, "peregrinavam pelas estradas de Ronda

> Alta". Num segundo momento, amparado na filosofia da CPT, trata de articulara uma estratégia visando reunir os "desgarrados", sob a mística da resistência contra a opressão e a luta pelo direito a terra (Tedesco, 2012, p. 254).

Os colonos expulsos da reserva de Nonoai passaram a adentrar a Fazenda Sarandi. Todavia, no período, não havia organização dos colonos e nem lideranças reconhecidas. No período, a nível nacional, ainda estava em vigor um regime em que a democracia não era opção por parte dos governantes. Muitos colonos permaneciam sem rumo e desamparados. Os colonos acampados precariamente no Parque de Exposições em Esteio (RS), próximo à capital do estado, ganharam visibilidade e geraram discussão sobre a questão agrária. Três meses depois, após muitas negociações, 550 famílias foram transferidas para o Mato Grosso em projetos de colonização na região de "Terra Nova"; 130 famílias foram direcionadas para assentamento na Cooperativa Aceguá em Bagé (RS); outra parte esperava ser assentada no estado pelo governador Guazelli. Parte significativa dos colonos expulsos obtiveram solução, contudo os colonos desamparados que restaram continuaram em uma problemática. Não havendo proposta de reassentamento, 37 famílias na metade de 1978 adentraram a reserva florestal da Fazenda Sarandi. Tedesco (2012, p. 255) continua a análise, ao citar que no dia "05 de julho de 1978, dois dias após a primeira invasão, já se concentravam mais de 100 famílias no interior da referida área".

Para compreendermos a origem das granjas Macali e Brilhante, as quais foram ocupadas pelos agricultores expulsos da Reserva de Nonoai, é necessário elucidar que ambas eram integrantes da Fazenda Sarandi. As movimentações na luta pela terra remontam à região da Fazenda Sarandi, em Sarandi, em 1962, período e local de lutas entre camponeses, latifundiários e o Estado. Desde os anos de 1960, nessa

região, aconteceram muitas mobilizações, as quais reuniram quantidades significativas de concentração de pessoas envolvidas nos conflitos agrários que reivindicavam terra para que pudessem trabalhar e se sustentarem. As pessoas presentes nas mobilizações eram sem-terra e pequenos agricultores, apoiados por grande parte da Igreja Católica, a qual fez-se presente por meio de seus membros, como "organizadora e orientadora" (Goes, 2010, p. 20) mediante as pastorais.

Segundo Tedesco (2012), nos anos de 1960, estava discutindo-se a nível nacional a reforma agrária no Brasil. No Rio Grande do Sul, havia se formado o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master)[9], o qual foi um movimento organizado e comandado por lideranças políticas que possuíam ligação com Leonel Brizola, governador do estado. Na região norte do RS, o prefeito de Nonoai, Jair de Moura Calixto, realizou "incursões" na Fazenda Sarandi, que resultaram em uma movimentação em torno da reforma agrária promovida pelo governador Brizola, o qual desapropriou a Fazenda Sarandi com mais de 20 mil hectares no município de Sarandi, onde foi possível assentar centenas de famílias. Muitas famílias não haviam sido assentadas. Com isso, aumentou a "intrusão" nas reservas indígenas no norte do RS, como no caso de estudo a reserva de Nonoai.

O acampamento na Fazenda Sarandi iniciou-se no dia 11 de janeiro de 1962 com 300 pessoas, no dia 13, havia mais de 1.300 pessoas no local. O movimento foi marcado pela capacidade de mobilização, a qual esteve aliada a políticos do PTB da região. Com isso, a demanda por terras gerou impacto no estado e buscou solução na esfera pública. O acampamento de Capão da Cascavel foi organizado desde Nonoai (RS), local em que o prefeito era Jair Calixto do

9 O Master se consolidou enquanto instituição e passou a ter visibilidade entre 1960-1964. Devido ao processo de concentração de propriedades, crise do trigo e da pecuária e a introdução da cultura da soja, preocupou o movimento, pois surtiu efeito no Censo realizado em 1960, que evidenciou 297.814 agricultores sem-terra no RS (Tedesco; Carini, 2007).

PTB. Calixto foi a liderança nesse processo, ligado à pobreza, possuía o afeto do povo. Nonoai foi o ponto de organização e apoio do movimento que iniciara. Os agricultores foram cooptados por meio de emissários enviados por Calixto e um tal de "Chiquinho". De Nonoai, partiram 100 famílias e pelo caminho até Ronda Alta, muitos outros juntaram-se ao movimento. O governador Brizola buscou mostrar para a opinião pública que a movimentação partiu por iniciativa do prefeito Calixto. Brizola estava preocupado com a questão ideológica do movimento, fazer parecer que o movimento não soasse comunista ou subversivo. De tal forma, os jornais elucidavam que Brizola, ao orientar as ocupações no estado, determinava que fossem colocadas cruzes no centro dos acampamentos "para que mais tarde não nos chamem de comunistas" (Tedesco; Carini, 2007, p. 5).

No dia 13 de janeiro de 1962, por meio do Decreto Estadual n.º 13.034, deu-se a desapropriação de 21.889,14 hectares da Fazenda Sarandi, dos quais 6.151,28 hectares estavam de posse da Agropecuária Lucena S. A.; 7.087,86 hectares da Granadero Horácio Mailhos e 8.650 hectares da Estância Júlio Mailhos. No ato da desapropriação da Fazenda Sarandi, Brizola em seu discurso lança os cumprimentos ao pessoal envolvido e saúda pela "forma ordeira e pacífica", em que foi conduzido o ato, ressaltou que a reforma agrária é justa e de tal forma deveriam utilizar os meios justos, inclusive destacou que a criação das Associações dos Sem Terra, teriam o apoio dele (Tedesco; Carini, 2007).

Para compreender o processo da Fazenda Sarandi, a vigilância militar pode ser analisada a partir do relatório de apreciação n.º 016/115/APA emitido em 22 de agosto de 1979 pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), composto por 27 páginas, possui a seguinte titulação: "Assunto: Aspectos suscetíveis de exploração política, por parte de Leonel Brizola, face a reorganização do novo PTB

e aos problemas políticos, sociais e econômicos do RS". O texto do relatório aborda sobre a atuação de Leonel Brizola, o qual se insere na política em 1945 ao se tornar presidente da "mocidade trabalhista", na qual formavam-se as novas lideranças trabalhistas. Em janeiro de 1947, é eleito deputado estadual e é reeleito ao cargo em 1950, sendo o mais votado. Em outubro de 1954, é eleito deputado federal. Em 1955, funda o jornal *O Clarim* para conduzir sua luta política nas "frentes doutrinárias e propagandísticas". Em outubro de 1955, a Frente Popular, originada em 1951, aglutinada por setores da esquerda e populistas do Partido Social Progressista (PSP), elege Brizola prefeito de Porto Alegre. Em 1958, é eleito governador do estado do Rio Grande do Sul, derrotando o candidato da Frente Democrática, Cel. Walter Perachi de Barcellos. Ao ser governador, passou a usar o rádio como instrumento de luta política nas "palestras radiofônicas das sextas-feiras". Descreve sobre Brizola enquanto governador do RS, que empreendeu encampações referente as empresas norte-americanas American Foreign Power, em 1959, a qual era responsável por serviços de energia elétrica; em 1962 a empresa subsidiária da International Telephone and Telegraph (ITT), responsável por serviços telefônicos. Brizola substituiu essas empresas ao criar a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

O relatório do SNI (1979) continua a descrição, a seu modo, sobre Brizola ter "fomentado uma incipiente tentativa de reforma agrária", na qual desapropriou a Fazenda Sarandi (1962), no norte do RS, e da Fazenda Banhado do Colégio, em Camaquã. A iniciativa de desapropriações deu-se, devido ao surgimento de disputas entre posseiros e grileiros de terras em Encruzilhada do Sul/RS, que deram origem ao Movimento dos Agricultores Sem Terras (Master). Classifica que o Master serviu de "bandeira" de sustentação a causa da reforma agrária,

de tal modo, pelo fato da elaboração do relatório, acentua que o intuito do Master era "ocupar aleatoriamente terras devolutas ou latifúndios", o que de fato a ocupação de terras deu-se devido à má distribuição de terras no estado no passado, levando à necessidade de ocupação de terras devolutas e latifúndios improdutivos para reforma agrária.

Para efetivar as ações em torno da reforma agrária, as mobilizações populares em torno da Legalidade em 1961 para garantir a posse de João Goulart à presidência da República e a expectativa das "reformas de base", Brizola desempenhou papel significativo de mobilização e chamamento popular principalmente por meio de seus discursos no rádio, como no caso da formação dos Grupos de Onze.

1.4. Brilhante e Macali: disputas judiciais e ocupação

O relatório de 1979 aborda um item denominado "Problema Agrário", no qual elucida sobre o período de Leonel Brizola enquanto governador do estado do RS (1958-1962), onde o responsabilizam por iniciar "uma série de atividades" que o enquadraram como "nacionalista e anti-imperialista". Caracterizado como figura do "populismo gaúcho", apoiou as iniciativas dos "agricultores sem terras" que se instalavam em terras devolutas ou privadas reivindicando reforma agrária. Em 1962, após pequenos agricultores e sem-terra realizarem ocupações, foram desapropriadas as Fazendas Banhado do Colégio, no município de Camaquã, e a Fazenda Sarandi, na região de Sarandi, ambas com mais de 20.000 hectares. A Fazenda Sarandi não foi totalmente desapropriada para os agricultores, dos 21.889 hectares da fazenda, 3.152 hectares permaneceram em poder dos arrendatários Macali S/A e Ari Dionisio Dal Molim, ou seja, as respectivas granjas Macali e Brilhante, desapropriadas em 1979.

Segundo o relatório de 1979, em que se constituiu na versão de

que, desde 1976, o governo do estado do RS solicitou judicialmente a reintegração de posse das áreas remanescentes (Macali e Brilhante), pois até então o processo aguardava o despacho saneador do juiz da Comarca de Sarandi/RS. A demora da decisão fazia com que os agricultores e parlamentares exaustivamente esperassem uma resolução.

O documento prossegue o relato sobre a Fazenda Annoni localizada em Sarandi/RS, área de 8.007 hectares, mas que, na realidade, ultrapassava os 9.000 hectares, a qual inicialmente começou a ser desapropriada por meio do Decreto 70.232 pelo Incra, em 1972, com a finalidade de reassentar agricultores provenientes da área de construção da Barragem Hidroelétrica de Passo Real[10]. No período, a propriedade encontrava-se transcrita no registro de imóveis de Sarandi, em favor do Incra. Apenas 52 famílias foram reassentadas de forma precária, restando 240 famílias que tiveram suas terras alagadas pela barragem. De tal modo, a liberação ou não da Fazenda Annoni estava pendente no Tribunal Federal de Recursos em Brasília, diante da ação existente entre o Incra e a Família Annoni.

O SNI alega que o governo do RS encontrava "dificuldades em reassentar os agricultores sem terras" (SNI, 1979, p. 20), a quantidade desses aumentava significativamente, devido às expulsões das reservas indígenas, como a de Nonoai, em 1978, e devido à estrutura fundiária no estado constituída por "minifúndios". Porém, na realidade, constituiu-se em quantidades significativas de latifúndios, em que o restante do território foi constituído em minifúndios aos agricultores familiares; soma-se à problemática a demora do poder judiciário em julgar os atos de desapropriações, como no caso da área remanescente da Fazenda Sarandi no período.

10 Torna-se necessário elucidar que este trabalho objetiva-se em analisar, a partir dos relatórios do SNI, os processos envolvendo as ocupações de Brilhante e Macali, o Acampamento de Encruzilhada Natalino e ocupação da Fazenda Annoni. Portanto, a problemática envolvendo os atingidos por barragens não será aprofundada, devido à extensão desta pesquisa.

O governo militar tentou influenciar aos agricultores sem-terra a irem para os projetos de colonização na Região Centro-Oeste e Norte do Brasil, porém essas colonizações eram precárias e os agricultores eram "jogados" naquelas terras sem assistência. Então, no período da documentação aqui analisada (1979), é descrito que a "solução" encontrada pelas autoridades era alojar esses agricultores em outros estados do país, especialmente em Mato Grosso. Porém essa "solução" não era de agrado da maioria dos agricultores sem-terra, os quais queriam permanecer no RS, de tal forma que é citado que os parlamentares do MDB incitavam os sem-terra a permanecerem no estado sob o argumento de que havia terras suficientes para todos no RS, o que de fato era verdade. Somava-se a essa problemática as reivindicações das entidades de classes ligadas ao meio rural, em relação ao conjunto de medidas estabelecidas pela Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra. Tais medidas, segundo agricultores, fossem colocadas em prática, iriam atender os anseios da população camponesa. As providências solicitadas estavam previstas no Estatuto da Terra, como assistência técnica, produção e distribuição de sementes e mudas, mecanização agrícola, cooperativismo, assistência financeira e assistência à comercialização, eletrificação rural e obras de infraestrutura, seguro agrícola, orientação profissional, saúde e enquadramento sindical.

Devido à Lei da Anistia, Leonel Brizola voltaria do exílio. Com isso, os militares descreveram esse relatório aqui analisado, sobre as possíveis ações que o ex-governador, poderia tomar em relação à adesão à causa e a uma possível liderança junto aos camponeses, que no período estavam em movimento no processo de luta pela terra. Prossegue a análise em que é descrito sobre a precária situação dos pequenos agricultores e sem-terra no estado, que havia dificuldades existentes no processo de assentamento das famílias de colonos sem-terra, o

não cumprimento do Estatuto da Terra e a "imensa" movimentação dos agricultores no período, por meio da criação de associações, em que Brizola poderia "aproveitar-se" da situação, tendo em vista "o direcionamento dado ao seu governo no início dos anos 60, quando tentou iniciar, no Brasil, a Reforma Agrária". Nota-se o temor da volta de Brizola e uma possível liderança na retomada das reformas de base por meio da bandeira da reforma agrária.

A desapropriação da Fazenda Sarandi se desdobra a duas áreas remanescentes que juntas constituíam mais de 3.000 hectares, áreas que foram arrendadas pelo estado do RS, uma no início da década de 1970, a Liu Yen Sun[11] (Granja Brilhante), e a outra desde os anos de 1950, a Macali S/A – Agro Industrial e Comercial, sucessora da Madeireira Carazinhense S/A. Áreas que foram retomadas para desapropriação em 1979, porém a documentação da vigilância militar nos possibilita compreender o processo de arrendamento dessas áreas, que, de fato, não foram desapropriadas entre 1962-1963.

O relatório de Informe n.º 010/S-102-A7-CIE, de caráter "Confidencial", emitido pelo CIE do Gabinete do Ministro no Ministério do Exército, em 12 de janeiro de 1976, carimbado pelo SNI – Agência Central, composto por 13 folhas, possui a seguinte titulação: "Assunto: Ari Dionísio Dal Molim". Esse relatório aborda um contrato elaborado em Passo Fundo/RS, datado de 10 de agosto de 1973, sobre o Sr. Liu Yen Sun, o qual faleceu em 1973, e como deu-se o processo de herança das dívidas e bens desse sujeito, o qual possuía a posse de arrendamento da Fazenda Brilhante, uma área de 1.692,1 hectares, em Ronda Alta, e que a devida fazenda passou a pos-

11 As únicas informações encontradas a respeito de Liu Yen Sun, foram fornecidas pelos relatórios do SNI. Liu era de origem chinesa e residente em Passo Fundo/RS. Em 1972 obteve um contrato de arrendamento da "Granja Brilhante", área remanescente da Fazenda Sarandi, em Ronda Alta, juntamente ao seu sócio, Ari Dionísio Dal Molim. Liu Yen Sun faleceu em 1973.

se dos irmãos Ari Dionísio Dal Molim[12] e Argentino Dal Molim, a qual seria desapropriada para fins de reforma agrária em 1979.

Para compreender o processo de posse de arrendamento da área da Fazenda Brilhante, é preciso compreender o decorrer das informações contidas nesse e em outros relatórios que serão analisados. Esse documento inicia com três tópicos sobre os seguintes assuntos: o 1º sobre um contrato de compra de uma fazenda por Ari Dionísio Dal Molim (presidente da Fecotrigo) e Argentino Dal Molim. O 2º em relação ao contrato principal, teria sido estabelecido um preço a ser pago no Brasil e um outro que deveria ser pago por meio de nota promissória no valor de US$ 120.000,00 (cento e vinte mil dólares), em Nova York, por intermédio da Simab Corporation, firma envolvida na venda de soja do Brasil a União Soviética por meio da França. O 3º sobre a declaração de renda de Ari Dionísio Dal Molim, que, há cinco anos antes do relatório de 1976 era "relativamente pobre", acusa bens em valor superior a Cr$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros). A justificativa alegada aos lucros obtidos foi por meio de compra de ações na Bolsa de Valores de São Paulo.

O relatório prossegue a partir da intitulação "Contrato de cessão, transferência e venda parcial de meação e direitos hereditários", um contrato em que descreve sobre os bens e herdeiros de Liu Yen Sun, após seu falecimento, em 30 de julho de 1973, na qual abrange a área de terra na "Fazenda Sarandi", ou seja, a Fazenda Brilhante. Em relação aos herdeiros, é descrito sobre a viúva, Wei En Chang Liu, domiciliada na cidade de Passo Fundo; e os filhos domiciliados nos Estados Unidos, ambos foram representados pelos advogados Murilo

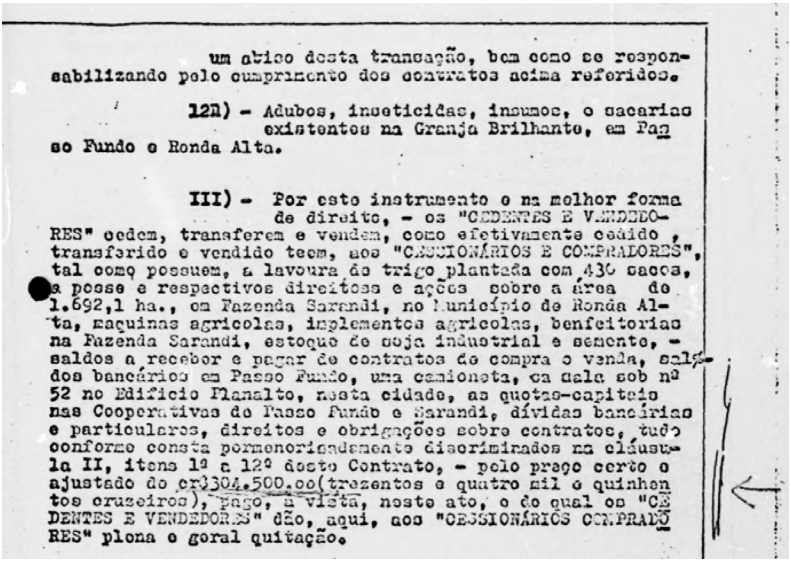
12 O SNI nos descreve sobre Ari Dionisio Dal Molim, o qual foi presidente da Fecotrigo e residente em Passo Fundo, possuía sociedade em negócios com Liu Yen Sun, como o arrendamento da Granja Brilhante em Ronda Alta. Ari, juntamente com seu irmão, Argentino Dal Molim, assumiram a totalidade do arrendamento sobre a referida granja, após a morte de Liu Yen Sun em 1973.

C. Annes e Alberi F. Ribeiro, residentes em Passo Fundo, enquadrados enquanto Cedentes e Vendedores; e, Ari Dionisio Dal Molim e Argentino Antônio Dal Molim, agricultores e residentes na cidade de Passo Fundo, enquadrados como Cessionários e Compradores.

Após o falecimento de Liu Yen Sun, na qualidade de "viúva-meeira" e "herdeiros necessários" do falecido, esses foram classificados como "cedentes e vendedores", considerados herdeiros legítimos dos bens: uma lavoura de trigo de 250 hectares, arrendada do estado do Rio Grande do Sul por meio da Central de Comando Mecanizado de Apoio à Agricultura (Cemapa), mais a posse e respectivos direitos sobre a gleba total arrendada de 1.692,1 hectares, referente às glebas 15 e 24 da Fazenda Sarandi, no município de Ronda Alta/RS, ou seja, a Granja Brilhante. Tal área possui as seguintes confrontações: ao norte, por uma sanga com a gleba n.º 1, ocupada por Elmo Emilio Hartmann, e ao sul por uma sanga com as glebas 25 e 29, ocupadas pela Madeireira Carazinhense S. A. – Macali e Oswaldo Carneiro de Borba, pelo Rio Sarandi com terras particulares; a leste pela faixa de segurança da barragem do Rio Passo Fundo. Incluem-se aos bens carros, tratores, semeadeiras, arados, grades, colheitadeiras, dentre outros implementos agrícolas. Nessa área também conhecida por "Granja Brilhante", permanece o maquinário e soma-se casas, galpões, cercas e um escritório localizado na área, inclusive pertencente a essa área de Liu Yen Sun, a quantidade de 8.362 sacos de soja.

O documento que é o contrato aborda sobre esses fatores e sobre o arrendamento, direitos e ações que possuem sobre a área de 1.692,1 hectares da Fazenda Brilhante, em que é assegurada por carta de anuência fornecida pela Cemapa a Liu Yen Sun, em 8 de março de 1973, pelo prazo de 5 anos, na qual faz parte do contrato que é esse relatório em análise. No prosseguir da análise, é possível encontrar saldo em bancos e as dívidas, junto a fornecedores em valores de

Cr$ 104.811,19 de Liu Yen Sun, dentre contratos de compra e venda em nome da "Granja Brilhante", com outros comércios, o documento não detalha o material de comercialização, porém é possível compreender que é a produção agrícola. Somaram-se às despesas os impostos e taxas referentes aos anos de 1972 e 1973, sobre o imposto de renda em relação à Granja Brilhante e a Liu Yen Sun Comércio e Exportação; e o valor de arrendamento da Brilhante no período de 1973 junto ao Estado do RS por meio da Cemapa. Em relação aos contratos firmados, coube aos "Cessionários e Compradores" enviar aos compradores ou vendedores de soja industrial ou semente um aviso se responsabilizando pelo cumprimento dos contratos realizados.



um aviso desta transação, bem como se responsabilizando pelo cumprimento dos contratos acima referidos.

12ª) - Adubos, inseticidas, insumos, o sacarias existentes na Granja Brilhante, em Passo Fundo e Ronda Alta.

III) - Por este instrumento e na melhor forma de direito, - os "CEDENTES E VENDEDORES" cedem, transferem e vendem, como efetivamente cedido, transferido e vendido tem, aos "CESSIONÁRIOS E COMPRADORES", tal como possuem, a lavoura de trigo plantada com 430 sacos, a posse e respectivos direitos e ações sobre a área de 1.692,1 ha., em Fazenda Sarandi, no Município de Ronda Alta, maquinas agricolas, implementos agricolas, benfeitorias na Fazenda Sarandi, estoque de soja industrial e semente, - saldos a receber e pagar de contratos de compra e venda, saldos bancários em Passo Fundo, uma camioneta, ca sala sob nº 52 no Edificio Planalto, nesta cidade, as quotas-capitais nas Cooperativas de Passo Fundo e Sarandi, dívidas bancárias e particulares, direitos e obrigações sobre contratos, tudo conforme consta pormenorizadamente discriminados na cláusula II, itens 1º a 12º deste Contrato, - pelo preço certo e ajustado de cr$304.500.00(trezentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros), pago, à vista, neste ato, e do qual os "CEDENTES E VENDEDORES" dão, aqui, aos "CESSIONÁRIOS COMPRADORES" plena e geral quitação.

Figura 1. Item de venda dos bens de Liu Yen Sun aos irmãos Dal Molim. Fonte: Relatório do SNI – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian).

Na 9ª folha do contrato de 1973, 11ª página do relatório elaborado pelo SNI (1976) junto ao Ministério do Exército, foi elaborado que os "Cedentes e Vendedores cedem, transferem e vendem, como efetiva-

mente cedido, transferido e vendido" aos "Cessionários e Compradores" (SNI, 1976, p. 11) a lavoura em que foi plantado 430 sacos de trigo; a posse, respectivos direitos e ações sobre a área de 1.692,1 hectares na Granja Brilhante, parte da antiga Fazenda Sarandi em Ronda Alta; máquinas e implementos agrícolas; benfeitorias na fazenda; estoque de soja industrial e sementes; saldos a receber e pagar em contratos de compra e venda; saldos bancários em Passo Fundo; uma sala de número 52 no Edifício Planalto, em Passo Fundo; uma camioneta; quota-capitais nas cooperativas de Passo Fundo e Sarandi; dívidas bancárias e particulares; direitos e obrigações sobre contratos. Tudo constado no contrato em que os compradores assumiram os fatores acima descritos no momento em que obtiveram plena e total quitação, ao realizarem o pagamento à vista no preço "certo e ajustado" de Cr$ 304.500,00 aos "cedentes e vendedores". Após o inventário, os bens de Liu Yen Sun passaram aos "Cessionários e Compradores", os quais ficaram encarregados sobre as responsabilidades relativas aos contratos de trabalho da Granja Brilhante e da Liu Yen Sun, Comércio e Exportação.

Os "Cessionários e Compradores" passaram a assumir todo o chamado "ativo e passivo" da Granja Brilhante e da Liu Yen Sun, Comércio e Exportação, manteve-se em ressalva um apartamento e um terreno em Passo Fundo; um automóvel Chevrolet; depósitos bancários que não haviam sido tratados no contrato, "fora da praça de Passo Fundo"; dentre outros imóveis sem relação com a Brilhante. Se esses adquirissem cinco ou mais quadras de "sesmaria na Fazenda Sarandi", seriam obrigados a doarem uma quadra de sesmaria[13] à Universidade de Passo Fundo em nome do falecido Yen Sun. Por fim, fica esclarecido que, no momento da assinatura do contrato, ficou dissolvida e liquidada a sociedade existente entre Liu Yen Sun e Ari Dionisio Dal

13 Quadra de Sesmaria é equivalente a 871.200m².

Molim, a qual girava sob a denominação de "Granja Brilhante", conforme um contrato de 10 de outubro de 1972, quitando-se as partes até a data do contrato aqui analisado.

Esse arquivo analisado prossegue com um relatório datado de 17 de maio de 1976, elaborado pelo SNI juntamente pela Divisão de Segurança e Informações ligada ao Ministério da Fazenda. Intitulado "Assunto: Ari Dionísio Dal Molim", sob referência: PB n.º 41/18/AC76, de 12/02/1976. Tal documento aborda sobre o considerável aumento nos bens e nas dívidas de Ari e Argentino Dal Molim, a partir de 1973, em que em 1974 foram obtidos os lucros de Cr$ 1.288.796,00 e Cr$ 1.893.013,00, respectivamente. Soma-se a informação de um aditivo entre os irmãos Dal Molim e os herdeiros de Liu Yen Sun, proprietário da Granja Brilhante. O aditivo do contrato principal elucida sobre a efetuação de um pagamento em Nova York, por intermédio da Simab Corporation, no valor de US$ 120.000,00.

O relatório prossegue com declarações de renda em relação a propriedades em nome de Argentino Antônio Dal Molim. Na página 72, aborda sobre o imóvel "Fazenda Sarandi", datado de 5 de maio de 1974, em que consta os seguintes fatores: quantidade de 13 pessoas residentes no imóvel, 7 trabalhadores assalariados permanentes que trabalham apenas ao declarante, 12 pessoas que ocupam os empregos no ano-base do documento, 15 pessoas que representam o número máximo de trabalhadores assalariados em períodos de maiores serviços e o total de salários pagos no ano base (1974), no valor de Cr$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos cruzeiros). Em relação ao item "cálculo da redução pelos investimentos no ano base", entre sementes, fertilizantes, defensivos e herbicidas, consta em "valor para redução" o total de Cr$ 578.045,94. Sobre o "cálculo do rendimento líquido tributável" da área, consta a receita bruta total no valor de Cr$ 1.016.195,18; despesas de custeio em Cr$ 572.958,78; resultado

líquido Cr$ 443.236,40. Somam-se à tabela os cálculos denominados "redução pelos investimentos, redução máxima permitida, redução utilizada, resultado líquido" (SNI, 1976, p. 72), para no fim constar "rendimento líquido tributável" no valor de Cr$ 44.323,64. Haviam se passados dois anos e meio do prazo do contrato de arrendamento que se encerraria em junho de 1976. O valor do arrendamento pago ao Estado, no exercício de 1974, foi no valor de Cr$ 6.500,00.

O próximo relatório é um conjunto de documentações e relatórios, o qual é composto por 52 páginas. O primeiro relatório desse conjunto inicia-se ao estar declarado que foi emitido em Brasília/DF, em 23 de novembro de 1976, um relatório de caráter "confidencial" pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual foi destinado ao ministro Armando Falcão. Tal documento possui esse endereçamento, porém o conteúdo trata-se de um relatório emitido na semana anterior, no dia 17 de novembro de 1976, o qual aborda a seguinte titulação: "Fatores que afetam a eficiência do poder judiciário na tramitação e julgamento de processos" (SNI, 1976, p. 4).

O documento aborda sobre o governo do estado do Rio Grande do Sul, em relação à "desapropriação efetivada em 1963" da área de 21.889 hectares, a Fazenda Sarandi em Ronda Alta, para fins de reforma agrária, tal propriedade pertencia a Júlio Mailhos S/A, uma empresa uruguaia que possuía outros acionistas brasileiros. O "Plano de Reforma Agrária" foi executado gradativamente, por meio do assentamento de agricultores em glebas divididas. Todavia, alguns arrendatários na Fazenda Sarandi, remanescentes do ato de desapropriação, permaneceram ocupando as terras, apesar das notificações administrativas expedidas pelo órgão responsável pelos Núcleos Agrícolas, no caso a Central de Comando Mecanizado de Apoio à Agricultura (Cemapa), vinculada à Secretaria de Agricultura do RS, para que esses arrendatários desocupassem as terras. Dois arrendatá-

rios caracterizam-se no "principal obstáculo" ao processo de reforma agrária da área: a Macali S/A, empresa exploradora do ramo agrícola (Granja Macali), e Ari Dionísio Dal Molim (Granja Brilhante), presidente da Fecotrigo. As duas áreas arrendadas somam o total de 3.151 hectares. De forma questionável, pagam uma taxa anual irrisória no que se refere ao valor do arrendamento, como foi possível perceber na análise do relatório anterior. No período dessas documentações, a região era valorizada devido à cultura da soja, sendo esse fator um dos responsáveis pela resistência da desocupação.

Tal recusa a desocupação da área levou a Cemapa, por meio da Secretaria de Agricultura, recorrer ao Poder Judiciário, porém o processo de desocupação aguardava despacho do Tribunal. Os elaboradores do relatório do SNI alegam a existência de "incidentes processuais" na ação de desocupação e culpam a demora em conclusão do processo, devido a fatores de deficiência estrutural do Tribunal de Alçada, rotatividade de magistrados, desinteresse de advogados etc. que não promovem a efetivação do processo. Consta, ainda, que no momento do relatório era impossível determinar o prazo em que ocorreria a sentença final do Tribunal. Fica o questionamento do porquê os órgãos estatais de vigilância criticam a resistência dos arrendatários entregarem as áreas para reforma agrária, se o mesmo Estado elabora os contratos de arrendamento a estes arrendatários.

O relatório aborda sobre as pessoas envolvidas e seus antecedentes nos processos de arrendamentos. O primeiro é Ari Dionísio Dal Molim, presidente da Fecotrigo, em agosto de 1973, figurou como "interveniente" em contrato de transferência de direitos da Fazenda Sarandi, no município de Ronda Alta/RS, que estava em propriedade de uma família chinesa (família do falecido Liu Yen Sun), firmado por ele e seu irmão, Argentino Antônio Dal Molim. Em novembro de 1975, ocupou a chamada "Granja Brilhante", denominação da fra-

ção de terras arrendadas da Fazenda Sarandi, em que passou a usá-las "sem nenhum ônus". O segundo é Argentino Dal Molim, que, em novembro de 1975, passou a ser responsável e administrador da "Granja Brilhante". Alguns dias após o relatório analisado acima, referente ao dia 23 de novembro de 1976, é elaborado outro relatório em 16 de dezembro de 1976, pelo assessor Jesuan de Paula Xavier, em que repete os mesmos dados, apenas acrescenta ao tratar, de forma breve, sobre os processos de numeração 51 159, 53 634, 54 641 e 58 075/75 – MJ, todos relativos a "Ação de Desapropriação" que o Incra moveu contra o "Grupo Rural Annoni" (Ernesto José Annoni e outros integrantes), também pertinentes à Fazenda Sarandi, pois, em um período anterior, as terras da Fazenda Annoni pertenceram à Fazenda Sarandi, o que será abordado na análise de outro relatório elaborado entre fevereiro a julho de 1976 sobre o histórico e características da Annoni.

A reclamação contida no relatório ao gabinete do ministro da Justiça era sobre a demora no despacho da ação perante a 3ª Vara Federal, em Porto Alegre/RS. Solicitava a presença de "força policial armada" na área desapropriada, de tal forma que relata que os desapropriados, por meio de recurso, tentaram impugnar junto ao Tribunal Federal de Recursos. O presidente do Incra declarou que manteria contato com o ministro para que este continuasse informado sobre a situação na Fazenda Sarandi e que, nos próximos dias, membros do Conselho de Segurança Nacional visitariam a área para examinar os problemas "ali criados". Consta no relatório que, ao perdurar a situação da demora da justiça em relação ao veredito e à resistência dos arrendatários a desapropriação, era tarefa do SNI transmitir os fatos em "caráter sigiloso" ao governador do RS, com vistas à Procuradoria-Geral do Estado, para que houvesse "interveniência", objetivando a acelerar o processo de tramitação do caso e solucioná-lo. Para encerrar tal documento, é descrito que é depositado esperanças na "Reforma

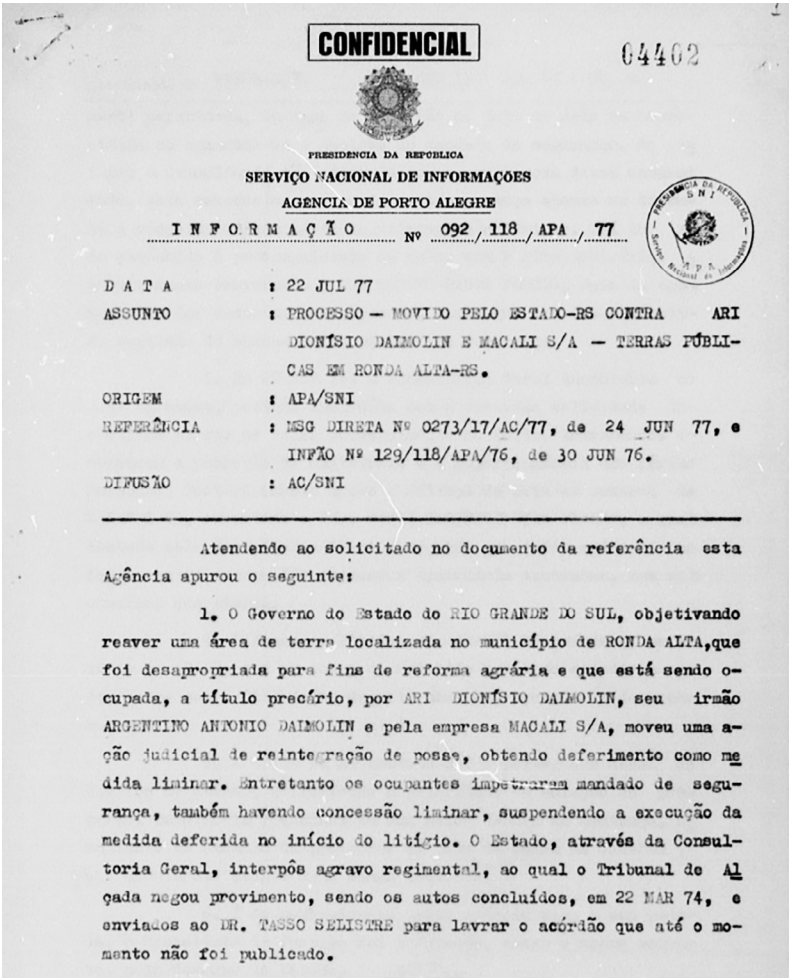
do Poder Judiciário", que estava em processo no Legislativo, para "solucionar a desalentadora situação que o quadro atual reflete" (SNI, 1976, p. 24). Denota-se a tentativa do governo militar em obter uma reforma no Poder Judiciário para que esse estivesse subserviente aos mandos e desmandos da ditadura militar.

Em anexo, consta o Ofício n.º 02/ASSINFO/GAB/GOV/RS, emitido pelo governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli, no dia 23 de março de 1977, em Porto Alegre, é destinado ao ministro Armando Falcão. Em tal ofício, o governador remete-se a esclarecimentos, afirma que a proposta de reintegração de posse da Fazenda Sarandi partiu do governo do Estado, em que o deferimento da medida liminar foi objeto de impugnação por mandado de segurança, no qual também houve concessão de liminar, suspendendo a execução da medida deferida "initio litis". Por meio da Consultoria-Geral do Estado, o Estado "interpôs agravo regimental", em que o tribunal negou o provimento, os autos foram concluídos em 22 de março de 1974 ao Dr. Tasso Selistre, que foi lavrado o "acordão". A reintegração de posse ficou paralisada desde aquele momento, visto que o juiz alegara a "necessidade de aguardar a decisão do mandado de segurança". Relata que, em 22 de novembro de 1976, a Consultoria-Geral do Estado encaminhou ao juiz da causa uma petição instruindo e insistindo que desse prosseguimento ao processo de desapropriação, porém alegam no documento que o magistrado foi promovido e a "superveniência das férias forenses". Então, em 14 de março de 1977, assumiu a comarca a Dr.ª Maria Berenice Dias de Freitas, que assegurou que daria andamento a esse e outros 120 processos que faltavam sentença. Por fim do documento, o governador utiliza de vocábulo a bajular o ministro Falcão.

O relatório seguinte trata de uma documentação que compõe o relatório de caráter "Confidencial" intitulado "Processo – Movido pelo Estado – RS contra Ari Dionísio Dal Molim e Macali S/A –

Terras Públicas em Ronda Alta – RS", emitido em 22 de julho de 1977 pelo Serviço Nacional de Informações, Agência de Porto Alegre/RS, caracterizado na informação n.º 092/118/APA/77. Aborda que tal Agência apurou, após um pedido denominado "Mensagem Direta Nº 0273/17/AC/77, de 24 JUN 1977", que o governo do RS objetivava reaver uma área de terra localizada em Ronda Alta, a qual havia sido desapropriada para fins de reforma agrária, porém estava ocupada por Ari Dionísio Dal Molim, seu irmão Argentino Dal Molim e pela empresa Macali S/A. O Estado moveu uma ação judicial de reintegração de posse, na qual foi obtido deferimento como medida liminar. No entanto, tais ocupantes impetraram mandado de segurança, em que também houve concessão liminar, que suspendeu a execução da medida deferida anteriormente. O Estado, por meio da Consultoria-Geral, interpôs "agravo regimental", sobre o qual o Tribunal de Alçada negou provimento, os autos foram concluídos em 22 de março de 1974 e enviados ao Dr. Tasso Selistre para "lavrar o acordão" que não havia sido publicado até o momento de elaboração desse relatório analisado.

O processo prossegue ao descrever que a Consultoria-Geral do Estado informou que a reintegração de posse que estava em tramitação no fórum de Sarandi/RS ficou "praticamente paralisada", devido à alegação do juiz da ação sobre a "necessidade" de aguardar a decisão do mandado de segurança. Entretanto, está descrito que a Consultoria não concorda com o termo de "necessidade", por entender que no mandado de segurança se discute apenas sobre o cabimento da reintegração liminar. Foi requerido o prosseguimento da ação com o "rito ordinário", o Dr. Olmiro Pautz Flores, juiz da ação, prometeu dar andamento ao processo, desde que a ele fosse remetida a certidão do andamento do mandado de segurança.



CONFIDENCIAL

04402

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

INFORMAÇÃO Nº 092/118/APA/77

DATA : 22 JUL 77
ASSUNTO : PROCESSO – MOVIDO PELO ESTADO-RS CONTRA ARI DIONÍSIO DAIMOLIN E MACALI S/A – TERRAS PÚBLICAS EM RONDA ALTA-RS.
ORIGEM : APA/SNI
REFERÊNCIA : MSG DIRETA Nº 0273/17/AC/77, de 24 JUN 77, e INFÃO Nº 129/118/APA/76, de 30 JUN 76.
DIFUSÃO : AC/SNI

Atendendo ao solicitado no documento da referência esta Agência apurou o seguinte:

1. O Governo do Estado do RIO GRANDE DO SUL, objetivando reaver uma área de terra localizada no município de RONDA ALTA, que foi desapropriada para fins de reforma agrária e que está sendo ocupada, a título precário, por ARI DIONÍSIO DAIMOLIN, seu irmão ARGENTINO ANTONIO DAIMOLIN e pela empresa MACALI S/A, moveu uma ação judicial de reintegração de posse, obtendo deferimento como medida liminar. Entretanto os ocupantes impetraram mandado de segurança, também havendo concessão liminar, suspendendo a execução da medida deferida no início do litígio. O Estado, através da Consultoria Geral, interpôs agravo regimental, ao qual o Tribunal de Alçada negou provimento, sendo os autos concluídos, em 22 MAR 74, e enviados ao DR. TASSO SELISTRE para lavrar o acórdão que até o momento não foi publicado.

Figura 2. Processo movido pelo Estado contra Ari Dionísio Dal Molim e Macali S/A. Fonte: Relatório do SNI – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian).

Em 22 de novembro de 1976, a Consultoria-Geral encaminhou a petição instruída com a certidão solicitada, insistindo ao juiz da causa que se desse prosseguimento ao processo. Todavia, nesse período, ocorreu a promoção do magistrado e superveniência das férias forenses. Houve a mudança de juiz da Comarca de Sarandi/RS, assumindo

a Dr.ª Maria Berenice Dias Freire. Esta, ao ser instalada pela Consultoria-Geral, assegurou que daria andamento ao processo e outros 120 processos que aguardavam sentenças. Consta que o promotor público de Sarandi informou, no início de julho de 1977, que os autos do processo se encontravam conclusos com a juíza da Comarca, aguardando despacho. É evidenciado certa "preocupação" na alegação de que havia uma falta de um contato com o Corregedor-Geral da Justiça no Estado, para solicitar prioridade na solução do processo, em que resultaria em uma demora na sentença, devido ao acúmulo de processos em mãos da juíza de Sarandi. Demonstra que essa Agência do SNI estava ciente que o Ministério da Justiça pretendia e foi informado sobre este processo pelo governo do Estado.

Em anexo ao documento anterior, consta um relatório com data de 30 de junho de 1976, categorizado como assunto "Ari Dionísio Dalmolim", emitido pelo SNI na Agência de Porto Alegre, com a Informação N.º 129/118/APA/1976; em referência ao PB. N.º 028/18/AC/76, de 16 de fevereiro de 1976. O qual retoma que em 1963 o governo do Estado do RS desapropriou, para fins de Reforma Agrária, uma área de 21.889 hectares de propriedade de Júlio Mailhos S/A, firma uruguaia e de outros. Terras localizadas no município de Ronda Alta/RS, área denominada "Fazenda Sarandi", a qual possuía alguns arrendatários no período da desapropriação.

Após o ato governamental, o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) foi incumbido de realizar a implantação de "Núcleos Agrícolas" e parcelar as terras, ao assentar agricultores através de uma seleção. Consta que a área era coberta de mata e foi subdividida em estilo colonial em que foram assentadas mais de 400 famílias. No restante, áreas de campo, foi implantado um "nucleamento em sistema granjeiro" em que as glebas eram arrendadas pelos ex-proprietários, ainda ocupadas pelos arrendatários até que o Estado fosse implantar

ou ampliar seu projeto de assentamento de novos agricultores, consonantemente com o decreto desapropriatório. O que de fato ocorreu foi que, no início do assentamento, os lotes ou colônias eram de 20 a 25 hectares no período do governador Brizola e o restante da área foi desmantelada no governo de Ildo Meneghetti, em que as áreas compuseram em torno de 150 hectares e entregues a aliados políticos, como será possível analisar os lotes no mapa da planta da fazenda.

Os ocupantes/arrendatários resistiram em abandonar as áreas, não atendendo aos pedidos e notificações a eles enviados, inclusive a valorização da cultura do trigo e da soja no período serviu para fortificar a resistência em entregarem as áreas. Após algum tempo, a Cemapa adotou "novas providências administrativas", no intuito de obter liberação das áreas em posse dos arrendatários, julgava que o passar de alguns anos teria o poder de convencê-los sobre as ocupações e bastasse para resolver a situação. Consta que houve sucesso parcial devido à regularização da situação da maior parte dos ocupantes. A implantação no estilo granjeiro agrupou os ocupantes em glebas de 150 hectares, com exceção dos arrendatários Liu Yen Sun e Macali S/A. O primeiro era agricultor e ocupante de uma área de 1.521 hectares, terras que denominou "Granja Brilhante", e o segundo é uma empresa "dedicada a atividades agrícolas" ocupante de uma área de 1.630 hectares.

Em outubro de 1972, Ari Dionísio Dal Molim, presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do RS LTDA (Fecotrigo), tornou-se sócio de Liu Yen Sun no arrendamento da "Granja Brilhante", porém Liu Yen Sun faleceu, em julho de 1973, e Ari Dal Molim juntamente com seu irmão Argentino Antônio Dal Molim adquiriram os bens deixados pelo falecido, entre outros fatores, como direitos e obrigações sobre o arrendamento das terras desapropriadas pelo Estado. Os motivos que levaram a família de Liu Yen Sun a trans-

ferir a posse de vários bens estavam ligados aos fatores de que a viúva Wei En Chang Lin desejava residir nos Estados Unidos com os filhos e pelo fato de Ari Dal Molim possuir 50% da Granja Brilhante. Na elaboração desse relatório (1976), consta que a viúva estava residindo com um sobrinho, em Curitiba/PR.

Em fins de 1974, os irmãos Dal Molim e a Macali S/A fizeram uma proposta de compra das terras ao Estado, que não concordou devido a legislação vigente no período, a Lei estadual n.º 5.685, de 2 de dezembro de 1969, alterada pela Lei n.º 6.045, de 25 de setembro de 1970, e o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 20.568, de 25 setembro de 1970, que regula a alienação das terras patrimoniais do Estado destinadas à colonização. Na proposta de compra, os arrendatários desejavam adquirir 50% da totalidade área nas mesmas condições, prazo e preço dos demais adquirentes sem-terra, ou seja, queriam pagar Cr$ 1.000,00 o hectare, com prazo de dez anos. O relatório acrescenta a importância de salientar que o valor real da terra naquela região é várias vezes superior ao da proposta feita. Em contraproposta, o Estado ofereceu para venda aos arrendatários a área de 150 hectares, que não foi aceita. Em meados de 1976, eles retornaram a fazerem novas propostas ao Estado. A Macali S/A estava apoiada pela Associação dos Municípios da Zona da Produção e se propôs a adquirir uma área que o preço e condições seriam estudados pelas partes envolvidas. Os irmãos Dal Molim desejavam adquirir ¼ da área que ocupavam no período.

A Lei n.º 5.865, de 2 de dezembro de 1969, refere-se à autorização a alienação de terras patrimoniais do Estado para fins agrícolas. Tal lei foi decretada pela Assembleia Legislativa e promulgada por Walter Peracchi Barcellos, governador do RS. Consta que as terras de patrimônio do Estado poderiam ser alienadas para agricultores sem-terra ou com terras insuficientes para sustento familiar e para as-

sociações de agricultores organizados em regime cooperativo. Cada família receberia uma gleba e o valor a ser cobrado não poderia ser menor ao da aquisição do Estado, somado às despesas de serviço; o pagamento seria em prestações anuais, com período de carência ou não, dependendo a condição do adquirente.

O processo de desocupação das terras em poder dos irmãos Dal Molim e Macali S/A encontrava-se no Tribunal de Alçada do RS aguardando despacho. Acrescenta o relato que na mesma região havia sido desapropriada pelo governo federal, em 1972, uma área de 9 mil hectares de propriedade do "Grupo Rural Annoni" para fins de reforma agrária, porém essa desapropriação estava sendo contestada na Justiça. Acrescenta-se o fato de "elementos do partido oposicionista" em manifestar declarações de que "o Governo tem interesse social numa reforma agrária em propriedades particulares, mas não procede assim quando se trata do próprio Estado" (SNI, 1977, p. 7), em que se referem à área em posse dos irmãos Dal Molim e Macali S/A. Complementa que o fato de Ari Dionísio Dal Molim ser presidente da Fecotrigo e a Macali S/A representar os interesses de comerciantes da região de Carazinho/RS repercutiu negativamente entre os agricultores sem-terra da região, pela "primazia" dada aos arrendatários, principalmente por levar em conta que, a partir de 1973, os mesmos arrendatários não pagaram pelo arrendamento.

Para prosseguirmos na análise dos relatórios, será necessário analisar a planta da Fazenda Sarandi, em anexo ao próximo documento, como deu-se a formação e o tamanho dos lotes de forma desproporcional, devido ao assentamento ter iniciado no governo de Leonel Brizola e ser concluso no governo de Ildo Meneghetti, o qual mudou a estrutura da pequena propriedade familiar para manter a grande propriedade dentro do antigo latifúndio maior, atendendo aos interesses políticos.

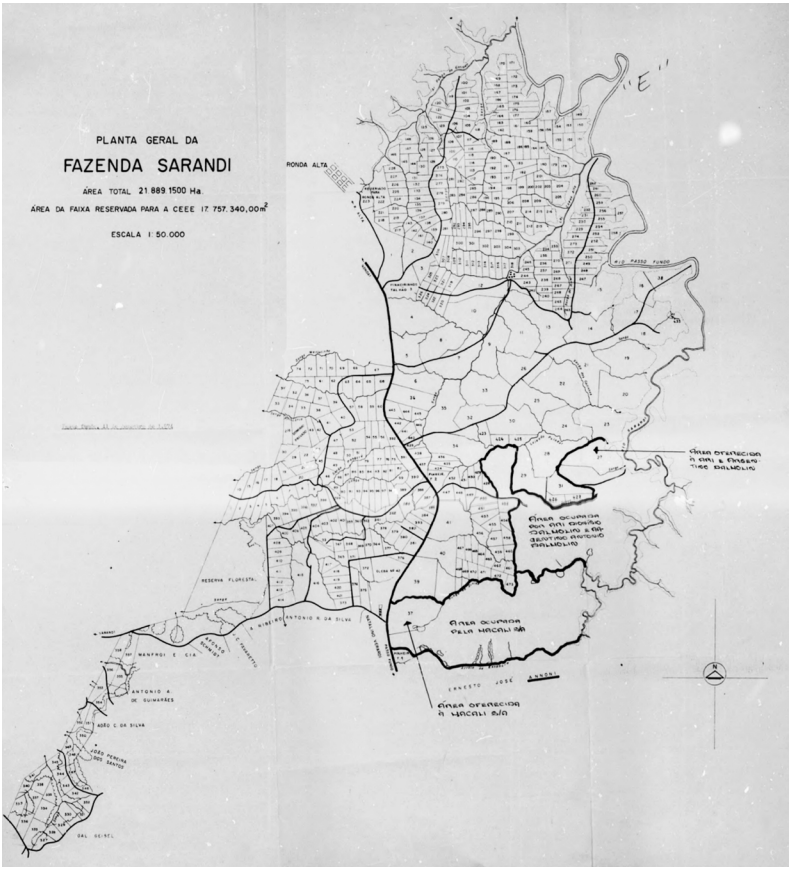


Figura 3. Planta geral da Fazenda Sarandi. Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

1.5. Disputa pela terra: arrendatários e Estado

Em 24 de abril de 1976, a Macali S/A envia um documento ao governador do estado do RS, Synval Guazzelli, composto de uma explicação e petição no decorrer, que se inicia ao apresentar que a Macali S/A – Agro Industrial e Comercial era sucessora da Madeireira Carazinhense S/A, de Carazinho/RS. Elucida que há mais de 20 anos

arrendou da Estâncias Júlio Mailhos S/A, firma uruguaia, uma área de 1.655 hectares na Fazenda Sarandi, no município de Ronda Alta/RS, onde se estabeleceu como "complexo agropecuário". Em 1963, o estado do Rio Grande do Sul desapropriou e adquiriu a Fazenda Sarandi da proprietária firma uruguaia. É abordado que a Macali S/A, com o consenso do Estado, permaneceu na área ampliando suas atividades e dedicando-se à produção de sementes de milho híbrido em convênio com a Secretaria de Agricultura.

No documento, a Macali S/A se denomina como a "maior produtora" de sementes de milho híbrido no estado do RS no período (1976). Isso devido ao material básico enviado pela Secretaria de Agricultura, por meio da estação de Nova Prata/RS, utilizando de técnica "especializada" e com assistência de agrônomos. Continua a "defender sua relevância", ao abordar sobre as instalações feitas pela empresa na Fazenda Sarandi e em Carazinho, as quais demandariam no período uma imobilização superior a Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) e que mais de 40 famílias compunham o trabalho.

É abordado o fato de que o estado do Rio Grande do Sul, pela Lei n.º 5.865, de 2 de dezembro de 1969, foi autorizado pelo Poder Executivo a alienar as suas terras patrimoniais para fins agrícolas, com finalidade de amparar os agricultores sem-terra ou com terras insuficientes para sustento. O artigo 2º dessa lei determina que as áreas de reservas florestais e as ocupadas com obras ou serviços do Estado sejam excluídas do processo de alienação. O artigo 13º assegura aos detentores dos lotes rurais, nas glebas incorporadas a seu patrimônio, o direito preferencial ao "domínio" das parcelas por eles ocupadas, desde que esteja em "harmonia" com a lei, ou seja, as glebas ocupadas passariam a ser de direito de quem a estivesse administrando, o que se denota que a Macali S/A recorreu a esses dispositivos da lei para obter pleno domínio da área que ocupava. A Macali S/A "considera" que se

encontram as determinações da Lei n.º 5.865/69, com as atividades dessa firma requerente na Fazenda Sarandi, pelo fato de prestar atividade de interesse público, no fornecimento de sementes de milho híbrido, e então se autoelevam por pelo milho de alta produtividade, reproduzindo as matrizes da Secretaria de Agricultura e por possibilitar a infraestrutura adequada dentro da Fazenda Sarandi, pela consecução de boas sementes aos utilizadores de terras.

A Macali S/A usa de um curioso e pretensioso argumento, no que se refere a adquirir a posse definitiva da área que ocupava, pois considerava que a fração de terras que possuía poderia "possibilitar terras a no máximo 20 famílias", afirma isso por meio da conta de que os 1.655 hectares divididos em 20 famílias receberiam apenas 82,75 hectares cada uma, resultaria no desemprego de mais de 40 famílias e consideram esse ato "ilógico, injusto e ANTIECONÔMICO". Considerava que a extinção das atividades da empresa na fazenda iria imobilizar 3 milhões de cruzeiros de forma "inútil" e desnecessária. Pediram a "V. Excelência", o governador, que fosse concedida a venda dessa área de terra que estava ocupada pela Macali S/A, dentro da Fazenda Sarandi, alegava serem terras necessárias à continuação das atividades e que a área, preço e condições deveriam ser estudadas por ambas as partes, a empresa e o Estado, inclusive aborda que havia plantado uma reserva na área de 50.000 araucárias brasilienses, em 1956. É possível analisar os argumentos utilizados para defender o ponto de interesse da empresa arrendatária, em que se percebe o nível da deturpação, pois, na desapropriação original realizada por Brizola, ficou estabelecido uma fração geral entre 20 e 25 hectares por família e, na continuação do assentamento no governo seguinte, bagunçou a estrutura da propriedade familiar para que o restante da área atendesse aos interesses dos "grandes" e não aos sem-terra e pequenos agricultores.

Em anexo, consta uma declaração de 31 de março de 1976 rea-

lizada pela Associação dos Municípios da Zona da Produção, uma associação compostas pelos municípios: Alpestre, Caiçara, Carazinho, Chapada, Colorado, Constantina, Erval Seco, Fontoura Xavier, Frederico Westphalen, Iraí, Liberato Salzano, Não Me Toque, Nonoai, Palmeira das Missões, Palmitinho, Passo Fundo, Planalto, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sarandi, Seberi, Soledade, Vicente Dutra e Victor Graeff. Tal declaração é destina ao governador do estado do RS, Sinval Guazzelli, em apoio a Macali S/A no processo de compra definitiva da área que arrendava na Fazenda Sarandi.

Os prefeitos da Zona da Produção reuniram-se em Passo Fundo/RS para uma reunião plenária no dia 26 de março de 1976, em que decidiram aprovar por unanimidade a moção que será analisada no decorrer deste trabalho, a qual foi destinada ao governador em pedido que analisasse com "honrosa atenção". É abordado o que foi trabalhado nos parágrafos anteriores sobre a Lei n.º 5.865, de dezembro de 1969, em que permitia a alienação das terras do Estado para os agricultores sem-terra, que os detentores dos lotes pudessem incorporá-los a seus patrimônios, sobre os 21 anos que a Macali S/A havia arrendado 1.655 hectares de terra na Fazenda Sarandi, a produção de milho híbrido. Para defender a causa da Macali S/A, os prefeitos apelam para fatores como: as atividades exercidas pela empresa na "Granja Macali", em conjunto com a Secretaria de Agricultura, estava atendendo aos "objetivos de interesse públicos"; consideravam, sobre a grande área de 21.889 hectares da Fazenda Sarandi que o Estado adquiriu, "nada mais justo preservar uma pequena fração a atividade relevante da Macali S/A", indefensável, pois 1.655 hectares de latifúndio na região norte do RS, terras de campo, não poderiam ser classificadas como "pequena fração". Explicam que as terras da Macali iriam assentar 10 famílias e desempregar as 40 famílias que trabalhavam para essa empresa. Então, era "necessário" o Estado alienar tais

terras à Macali S/A e isso possibilitaria recursos para assentar as 10 famílias, sem "destruir" as instalações equivalentes a "três milhões de cruzeiros". Apelam, inclusive, que, assentar as 10 famílias de agricultores sem-terra, iria destruir um grande complexo produtivo e que o Estado ficaria responsável por gerar outro complexo semelhante.

Evidencia-se o projeto agrícola elitista deste país, no qual são priorizados os grandes latifúndios e os latifúndios menores, ou seja, exclui-se a pequena propriedade e os trabalhadores rurais do processo produtivo e do direito à propriedade da terra, pois tal visão deturpada dos prefeitos afirmava que, dos 1.655 hectares da Macali S/A, apenas 10 famílias poderiam ser assentadas, um total de 165 hectares por família, o que seria uma fração ótima para as famílias, porém, a realidade política brasileira não permitia e combateria uma reforma agrária autêntica. Portanto, para a realidade do período tal qual aconteceu no projeto inicial de colonização na Fazenda Sarandi, os lotes eram, em suma, de 20 hectares por família. Logo, em realidade do período, em toda a área da Macali S/A, poderiam ser assentadas 80 famílias com 20,6 hectares cada uma, em vez de alguns beneficiarem-se abundantemente, era possível que 80 famílias tivessem condições de vida digna, de trabalho, sustento, livres de um destino incerto.

Em Passo Fundo/RS, no dia 12 de novembro de 1974, Ari Dionísio Dal Molim e Argentino Dal Molim enviam um ofício a Cemapa, em Porto Alegre/RS, apresentam-se como antigos sócios de Liu Yen Sun e sucessores da Granja Brilhante (1.692,1 hectares), definiram a área como de 20 quadras de sesmaria na Fazenda Sarandi, explicam que a área litigia com o Estado e pretendiam "por direito" de preferência na aquisição de tal área, haja vista que o Estado objetivava alienar as ditas áreas. Alegavam que essa questão estava demorada de solucionar e que o Estado e os requerentes estavam em prejuízo. Emitiram à Secretaria de Agricultura que eram uma empresa produ-

tora de sementes selecionadas (soja e trigo), que possuíam potência de produtividade, máquinas, benfeitorias, equipamentos e empregados. Portanto, apresentaram uma proposta que visava uma solução conciliatória para o caso, a proposta é elaborada em três itens: o primeiro item elucida que os requerentes (irmãos Dal Molim) fariam a entrega de 50% da área, na parte da frente do imóvel, que confronta a estrada que liga Passo Fundo, Ronda Alta, e ficariam com os outros 50% da área na "continuação uniforme da proposta feita pela Macali S/A", permitindo ao Estado implantar "seu projeto de colonização" em 2.000 hectares. O segundo categoriza que a intenção dos requerentes era adquirir a área nas condições, prazo e preços dos demais adquirentes da Fazenda Sarandi, a área de fundo da área que ocupava, confrontando com a barragem do Rio Passo Fundo. O terceiro item refere-se que, com a aceitação do Estado a essa proposta, após a homologação do acordo, as partes iriam desistir de todas as ações ajuizadas em andamento, correndo as despesas de cada uma delas por sua responsabilidade.

A Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura (Cemapa), da Secretaria de Agricultura, emite um ofício em Porto Alegre/RS, no dia 12 de junho de 1975, em resposta ao requerimento dos irmãos Dal Molim sobre o ofício em que esses solicitaram a compra de 50% da área da Granja Brilhante que ocupavam na Fazenda Sarandi. Contém na nota que, após análise do requerimento, a Cemapa os informa que a área da Fazenda Sarandi destina-se e, para tal, foi desapropriada a agricultores sem-terra ou com terras insuficientes para sustento próprio e familiar. Em obediência ao plano de colonização adotado pela administração do período, era possível que eles adquirissem uma área máxima de 150 hectares, onde poderiam ser implantas as "granjas agrícolas", em consonância com a legislação vigente que era a Lei n.º 5.865/69. Perante a vigência dos

dispositivos legais e de acordo com o parecer da Consultoria-Geral do Estado, no Processo n.º 6.915-Cemapa, a entidade indeferiu o requerimento dos irmãos Dal Molim, sobre a aquisição "nas mesmas condições, prazo e preços dos demais adquirentes", 50% da área ocupada a título de "Granja Brilhante", conclui-se a resposta "sob pena de concedermos privilégio, exercer protecionismo e incorrer em ilegalidade, sem examinarmos o problema do ponto de vista ético e social" (SNI, 1977, p. 49), assina o médico veterinário Rubens Jardim de Quadros, superintendente.

No mesmo dia, em 12 de junho de 1975, a Cemapa envia um ofício em resposta ao requerimento da Macali S/A, de 6 de novembro de 1974. Evidencia os mesmos fatores expostos na resposta aos irmãos Dal Molim, que a finalidade da desapropriação da Fazenda Sarandi era para os agricultores sem-terra e que poderiam adquirir a área máxima de 150 hectares. Devido aos dispositivos legais e de acordo ao parecer da Consultoria-Geral do Estado no Processo n.º 6720/74-Cemapa, foi indeferido o requerimento, no qual a Macali S/A pretendia adquirir 50% da área que ocupava "nas mesmas condições, prazo e preços dos demais adquirentes [...] sob pena de concedermos privilégio, exercer protecionismo e incorrer em ilegalidade, sem examinarmos o problema do ponto-de-vista ético e social" (SNI, 1977, p. 51), da mesma forma conclui com assinatura do Superintendente, Rubens Jardim de Quadros.

Em 3 de setembro de 1979, o Serviço Nacional de Informações (SNI) da Agência de Porto Alegre (APA) emite um relatório de "Informação" n.º 021/117/APA/79, denominado "Problema Agrário no Estado do Rio Grande do Sul". O conteúdo contido inicia ao elaborar um histórico da questão agrária no RS, por abordar sobre o início das movimentações em busca da posse da terra no RS, a qual tomou proporções no início dos anos de 1960, devido ao governador Brizola

ter estudado o artigo 141 da Constituição Federal de 1946, em que estabelecia que o uso da terra deveria ter um objetivo social. Então, solicitou um estudo sobre essa matéria à Procuradoria-Geral do Estado. É explicado que, por meio da anuência do governador Brizola, os trabalhadores rurais passaram a se organizar em movimento, em defesa do que consideravam um direito deles e formaram com o apoio dos parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), grupos que compuseram o Movimento dos Agricultores Sem Terras (Master), com finalidade de classificar o órgão de vigilância militar como "invadir propriedades rurais do Estado", como a Fazenda Sarandi. Todavia, as ocupações ocorriam devido às grandes propriedades não exercerem sua função social. O Master espalhou-se pelo estado e obteve cada vez mais a adesão dos agricultores à causa do movimento, de tal modo que Brizola criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) para cadastrar e selecionar os agricultores sem terras.

Os trabalhadores rurais obtiveram apoio do Estado em realizarem assembleias permanentes no RS, as discussões duravam dias. Por meio dessas reuniões, foi decidido reivindicar terras públicas. Próximo a Porto Alegre, o Master reivindicou as terras de Lagoa Negra, em Itapuã, área em torno de 2.000 hectares pertencente ao Estado. É descrito que Brizola compareceu na área e, por meio de discurso, reconheceu a legitimidade das reivindicações dos colonos e assentou 40 famílias na área. Em seguida, ocorreram ocupações e desapropriações das fazendas Sarandi, em Sarandi, e Banhado do Colégio, em Camaquã/RS, onde foram assentados centenas de famílias de agricultores.

Denota-se a forma tendenciosa que o SNI classifica o "movimento dos sem terras", nos anos de 1960. Afirmam que o movimento era "insuflado por esquerdistas e agitadores", mas foi "esvaziado com o advento da Revolução de 31 de março de 64", como "resposta ao movimento social apoiado pela Igreja, sindicalismo urbano, o Estado

populista e as ligas camponesas" (SNI, 1979, p. 3), foi editado o Estatuto da Terras na Lei 4.504/64. Fica evidenciado que o fator do Golpe de 1964 usou de artimanhas para perseguir os agricultores sem-terra, as lideranças e as entidades que os apoiavam, de tal modo que esses estivessem desorganizados para lutar por seus direitos e submetidos ao governo militar.

É descrito que há tempos existia o problema agrário no RS, porém passou a tomar maiores proporções e visibilidade a partir de 1978, quando os indígenas se revoltaram e expulsaram das reservas indígenas centenas de famílias de colonos que ficaram desabrigados. No caso da Reserva Indígena de Nonoai/RS, é descrito que esses agricultores sem-terra passaram a adentrar as Fazendas Sarandi, Annoni e a Reserva Horto-Florestal do Estado, parte desses agricultores foram assentados em Bagé/RS e no estado do Mato Grosso. A descrição continua sobre o decorrer de 1979, em que se intensificaram as movimentações dos agricultores pela posse da terra, devido à formação de associações, manifestações e reivindicações ao governo do Estado em busca de uma definição para a problemática.

A análise prossegue com o segundo item, intitulado "Estrutura fundiária do RS", no qual elucida dados intrigantes sobre o fator que mais contribui com a precária situação dos sem-terra no RS, que é a estrutura fundiária, a concentração de terras. Aponta que, no período (1979), que aproximadamente 72% das propriedades rurais no RS eram minifúndios, os quais ocupavam apenas 12% da área total do estado; as empresas rurais representavam 5% e ocupavam 10% da área; o "latifúndio por exploração" representava 23% dos imóveis e ocupava 73% da área; o "latifúndio por dimensão" representava 0,005% dos imóveis e ocupava 5% da área. Impressionante como esse modelo de concentração de terras persiste, os latifúndios responsáveis por ocupar a grande maioria do espaço, enquanto a menor área é ocupada pe-

los diversos minifúndios. O documento descreve que a predominância de minifúndios e de "latifúndios por exploração" constitui-se no principal obstáculo ao desenvolvimento da economia no RS, devido à prevalência da agricultura sobre os outros setores, seja no fator ocupação de mão de obra quanto na renda gerada no sistema econômico.

Em 1979, os colonos expulsos da Reserva Indígena de Nonoai possuem certa organização, mediação da Igreja, lideranças sindicais, políticas e universitária, denotando a organização. A organização possibilitou a união dos "desalojados" e reuniu os dispersos que haviam abandonado a tentativa de reassentamento. Em julho de 1979, os colonos começaram um processo de ocupação de fazendas, massificaram-se as idas até Porto Alegre (capital do RS) para que o governo liberasse para assentamento as granjas Macali e Brilhante, remanescentes da antiga Fazenda Sarandi. Após as falsas promessas do governo, em 6 de setembro de 1979, os colonos ocupam a Fazenda Macali. Assim, o governo tentou usar força policial, porém os colonos estavam organizados, o governo "recua" e passa à fase das tentativas de negociações. Essa movimentação fez com que fosse possível a "conquista da Macali". Esses acontecimentos tornaram possíveis os próximos acontecimentos, pois deu ânimo aos sem-terra, tanto que se prepararam para a ocupação da Fazenda Brilhante ao fim de setembro do mesmo ano (Tedesco, 2012).

As famílias acampadas reivindicaram ao governador o assentamento no RS, nas áreas das granjas Macali e Brilhante, remanescentes da Fazenda Sarandi, que haviam sido arrendadas pelo Estado. Caso não fossem atendidos, iriam ocupá-las. Representantes dos sem-terra reuniram-se com o governador, em 1º de agosto de 1979, o qual pediu um prazo de 30 dias para decidir. O prazo acabou e não houve resposta, então, os agricultores concluíram que lhes restava a ocupação. Na noite do dia 6 de setembro para madrugada do dia 7, caminhões e

outros veículos transportaram 110 famílias sem-terra para dentro da Granja Macali. Montaram acampamento e, como havia sido decidido, fincaram uma cruz para representar a conquista e nela colocaram a bandeira do Brasil. No dia seguinte, acampou aos arredores um pelotão da Brigada Militar, o qual recebeu reforços de mais soldados. As mulheres e crianças fizeram uma barreira em torno do acampamento para impedir uma invasão dos soldados (Morissawa, 2001). Outro grupo de 170 famílias sem-terra ocupou a Granja Brilhante no dia 25 de setembro. Havia ameaça de repressão policial, mas essas famílias obtiveram o apoio da sociedade. Não houve resolução para assentar as famílias acampadas, até a chegada do período de colheita da área do "grileiro", como descreve Morissawa (2001, p. 125). Foram necessárias as mulheres serem as agentes de ação, colocando-se em frente às máquinas, onde impediram o trabalho de colheita pelos empregados e conseguiram que o governo concordasse em assentar parte daquelas famílias, pois a área não era suficiente para atender a todos.

Com a ocupação da Fazenda Brilhante, desencadeou-se uma forte reação do governo, tanto que nos meses seguintes houve vários confrontos entre os colonos e a Brigada Militar. Os acontecimentos nas granjas Macali e Brilhante serviram para reascender as discussões sobre a polêmica das terras do Estado na Fazenda Sarandi. Ao final de 1979, na Assembleia Legislativa, foi elaborada uma CPI, a qual evidenciou "negócios escusos, casos de grilagem, vendas ilegais de madeiras, distribuição de terras para pessoas estranhas a agricultura, desmatamentos", no período de 1964-1979, tais atividades realizadas pelos funcionários da Fazenda Sarandi. Entre maio e julho de 1980, são selecionadas parte das famílias acampadas para serem assentadas na Fazenda Brilhante (Tedesco, 2012).

A descrição prossegue em torno do item denominado "Dificuldades encontradas para o reassentamento dos agricultores", o qual jus-

tificava que o Poder Executivo não conseguia realizar o assentamento dos agricultores dentro do RS, devido à estrutura fundiária existente e ao processo de urbanização em desenvolvimento, desculpas utilizadas pelo governo para não modificar a estrutura agrária em prol do assentamento de diversas famílias camponesas. O relato apresenta que as "soluções" oferecidas pelo governo não eram bem aceitas, pois os colonos não desejavam abandonar o estado para serem assentados no MT. São responsabilizados alguns parlamentares do MDB, por incentivarem os agricultores a não terem aceitado as propostas do governo e que a existência de terras férteis no RS com possibilidade de ocupação produzia esperança entre os agricultores sem-terra. É destacado que as áreas "cobiçadas" pelos agricultores eram as áreas remanescentes das Fazendas Sarandi e "Sarandi-Annoni" (Fazenda Annoni), áreas que eram passiveis de ocupação, devido ao não cumprimento da função social da terra.

É elucidado que o "Plano de Reforma Agrária", a partir da desapropriação da Fazenda Sarandi, foi executado gradativamente com o assentamento de agricultores divididos em glebas. Entretanto, alguns arrendatários, remanescentes ao ato de desapropriação da área, permaneceram ocupando aquelas terras com a anuência do governo do Rio Grande do Sul até 1971. A partir dessa data, o relatório afirma que o Estado visou buscar a reintegração de posse dos 3.152 hectares restantes do imóvel que estavam em situação de arrendamento, de tal modo que o Estado ingressou no judiciário com uma ação contra os arrendatários "Macali S/A, empresa exploradora do ramo agrícola, e Ari Dionísio Dalmolim, Presidente da Federação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO)" (SNI, 1979, p. 9).

O Estado obteve deferimento da liminar na ação judicial movida, porém os ocupantes impetraram mandado de segurança, em que também houve concessão de liminar, suspendendo a execução da

medida deferida no início do ato. Por meio da Consultoria-Geral, o Estado interpôs agravo regimental. No entanto, o Tribunal de Alçada negou provimento. Então, os autos do processo foram concluídos em 22 de março de 1974. Desde a movimentação desse processo até o período em que os agricultores sem-terra ocuparam as referidas áreas em 1979, a dita reintegração de posse ficou paralisada.

O relatório prossegue com a descrição de que o Poder Executivo vinha sofrendo pressões populares para acelerar a liberação da área (Macali e Brilhante) em poder dos arrendatários. Havia sido marcado para o dia 24 de agosto de 1979 uma audiência na Comarca de Sarandi/RS, com vistas para "apreciar" o feito. É tratado que para a devida audiência os agricultores estavam preparando uma "demonstração", que não se concretizou, porém não se sabe se de fato haveria uma "demonstração" e o que seria essa "demonstração", são apenas dados descritos pelo SNI. O relatório busca culpar pela "demonstração" as seguintes entidades por "estimular" os agricultores: Anistia Internacional, Defensores dos Direitos Humanos, Pastoral da Terra, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Associação dos Sociólogos e Conselho Agrícola Missionário.

Elucida-se que a audiência contou com a assistência de 60 colonos e o deputado estadual Aldo Pinto, do MDB. Ao final, o juiz da Comarca declarou que havia se tornado "impossível" o julgamento da ação, pois alegava que várias precatórias de inquisição de testemunhas, expedidas a outras Comarcas, não haviam retornado para o processo. O relato aponta que o fator que impedia o governo de solucionar o problema social em questão, o qual se arrastou por muitos anos, foi devido aos "expedientes protelatórios ocorridos na audiência e a falta de sensibilidade que estava se verificando no caso" (SNI, 1979, p. 10). Isso leva-nos à indagação se o fator do caso demorar a uma solução ser mesmo devido aos expedientes e burocracias ou realmente

o desinteresse em atender às camadas trabalhadoras, como sempre havia acontecido nos governos. Prossegue-se com a informação de que o consultor-geral do Estado iria discutir com o governador medidas alternativas que solucionassem o impasse e que uma das medidas que seriam propostas seria a desapropriação dos direitos, preterições e ações da área em questão.

Em 19 de setembro de 1979, após a ocupação da Fazenda Macali pelos agricultores sem-terra, no início do mesmo mês, foi emitido um relatório pelo SNI da Agência de Porto Alegre, com o Informe n.º 035/117/APA/79, intitulado "Problema Agrário no Rio Grande do Sul – Fazenda Sarandi". O documento aborda que o estado do RS, por meio da Consultoria-Geral do Estado, obteve reintegração de posse nos 1.620 hectares da Fazenda Sarandi, ocupados pela Macali S/A. A decisão foi proferida pelas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Alçada, em que indeferiu o mandado se de segurança impetrado pela em empresa "Madeireira Carazinhense LTDA (Macali)", que foi declarada a caducidade da liminar expedida em 20 de dezembro de 1973, a qual permitiu a ocupação da área.

O Tribunal de Alçada sustou a liminar que dava suporte aos arrendatários, devido ao acolhimento da tese de defesa apresentada pela Consultoria, pois a empresa era apenas permissionária com posse. O mandado de segurança foi impetrado contra o juiz de Direito da Comarca de Sarandi/RS. A parte impetrante ocupava a área desde 1964, pagando Cr$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) anuais pelo arrendamento, mas desde 1973 deixaram de pagar o valor do arrendamento, a posse foi considerada ilegítima e abusiva. Como consequência, a decisão judicial condenou os impetrantes ao pagamento das custas processuais, mais o valor de Cr$ 200.000 (duzentos mil cruzeiros), simbolicamente, como indenização pela posse ilegal da área a partir de 1973. O documento aborda o ato realizado pelas 110 famílias que ocuparam

a Fazenda Sarandi (Macali), na madrugada do dia 7 de setembro de 1979, onde obtiveram garantida a permanência na área, em consequência da decisão judicial.

A descrição continua a respeito da outra parte da área, com 1.500 hectares, a "Granja Brilhante", arrendada a "Dal Molim e Irmãos", a qual teria a situação possessória definida com a execução das medidas judiciais alternativas em estudo pela Consultoria do Estado. O governador do RS havia assinado um decreto visando a instauração de processo de reintegração de posse dessa área ao Estado. É descrito que, das famílias que estavam à beira da estrada, 80 não conseguiram ocupar a área, devido à ação do governo do Estado. Os títulos de propriedades seriam entregues legalmente aos colonos, após ser realizada a divisão e a demarcação dos lotes. Até o momento do relatório, consta que a situação dos colonos era precária, agrupados em número de sete em cada barraco do acampamento improvisado. É abordado que a Brigada Militar policiava a área e distribuía alimentos aos colonos que estavam calmos. Esse fator gera curiosidade, pois os colonos encontravam repressão da Brigada, alimentos eram doados por outras pessoas e entidades, por meio da organização da Paróquia de Ronda Alta.

No processo de luta pela terra, a CPT trabalhou as reflexões sobre as condições de trabalho e como viviam os trabalhadores rurais, de tal modo que teve apoio e sentido por meio da leitura do Livro do Êxodo do Antigo Testamento da Bíblia, o qual descreve sobre o fim da escravidão no Egito, a libertação e a promessa da Terra Prometida, a terra da fartura, a terra sem males. Nesse segmento, a CPT foi importante para desmascarar as políticas e os projetos dos governos militares. A CPT estava ligada à CNBB, porém possuía autonomia de ação e propôs ser ecumênica (Goes, 2010). Em outubro de 1980, outro grupo de famílias que não havia sido assentado tentou ocupar a Fazenda Annoni, um latifúndio próximo à Encruzilhada Natalino.

Todavia, logo, são retirados pela polícia que estava nas proximidades no período, devido à intensa movimentação dos colonos, os quais são obrigados a voltarem para o acampamento na Brilhante. No período, o Brasil estava a caminho da redemocratização política e, a nível regional, houve uma experiência de luta pela reforma agrária, na qual os colonos expulsos da reserva indígena de Nonoai foram os agentes da história. As famílias não contempladas nos assentamentos Macali e Brilhante formam o acampamento de Encruzilhada Natalino (Tedesco, 2012).

Tedesco (2012) assim classifica as etapas do acampamento na Encruzilhada Natalino:

> O acampamento da Encruzilhada Natalino passou por várias fases que vão da sua constituição lenta até metade de 1981; intervenção militar-federal, assentamento provisório em 1982 até o assentamento definitivo em outubro de 1983. O mesmo não encerrou um processo de luta; ao contrário, deu seqüência ao conflito gerado pela expulsão de colonos de Nonoai, alimentou e abriu possibilidades para novas ações em anos subseqüentes na região de grande repercussão, realidade essa que, em períodos com mais intensidade, outros menos, perdura até então (Tedesco, 2012, p. 257).

A década de 1980 foi composta pelas lutas contra a ditadura militar. Nesse sentido, agiam os ideais trabalhados pela Teologia da Libertação, onde por meio das CEBs eram formadas as lideranças, elaboradas as reflexões sobre as problemáticas vigentes na sociedade e buscadas as formas para que houvesse transformação da realidade. Segundo Goes (2010), devido à repressão ter sido menor nos espaços ligados à Igreja, esses ambientes foram propícios para a organização e luta por justiça social. Camponeses e trabalhadores das periferias

encontraram na Igreja uma nova "mística" adotada para promover a superação da injustiça social.

Os anos de 1980 foram marcantes devido aos acontecimentos relacionados às lutas populares e à inserção da Igreja Católica em tais acontecimentos. A região norte do Rio Grande do Sul, especialmente a área de estudo (Sarandi, Ronda Alta e Pontão), foi palco dos acontecimentos relacionados à luta pela terra. O acampamento na Encruzilhada Natalino e a ocupação da Fazenda Annoni foram capazes por motivar as autoridades do clero da diocese de Passo Fundo a apoiarem a luta dos agricultores sem-terra e a reforma agrária. A opção pelos oprimidos, nesse caso os sem-terra, fez com que muitos agentes de pastoral se mobilizassem para fortalecer a luta. Nesse período, a própria formação dos seminaristas, religiosos e leigos foi direcionada para as questões da realidade dos pobres, oprimidos, em busca das transformações e superação das injustiças (Goes, 2010).

Após as diversas análises neste capítulo, é possível compreender o histórico da problemática em torno da terra no Rio Grande do Sul que resultou nas invasões de colonos e madeireiros em Reservas Indígenas, o assentamento de diversas famílias de agricultores na Fazenda Sarandi, a destinação de parte significativa deste latifúndio a um projeto de granjas (latifúndios menores); a expulsão dos colonos das reservas indígenas, como a de Nonoai; o histórico de arrendamento das granjas Brilhante e Macali, integrantes da antiga Fazenda Sarandi, até a ocupação e assentamento nas referidas áreas através de muita luta. Sobretudo, o fator essencial que foi o suporte desta pesquisa, o processo de vigilância militar no período, até então trabalhado de forma explicativa sobre o que foi ou fez, em outros trabalhos, mas aqui analisado de forma aprofundada.

O SNI catalogou os processos envolvendo as granjas Macali e Brilhante, como se deu o arrendamento dessas áreas pelo Estado, in-

clusive os valores pagos pelo arrendo e aos funcionários, que até então não foi contemplado em outras pesquisas. Alia-se a isso a movimentação do Estado em retomar essas áreas para fins de reforma agrária e o empenho dos arrendatários em manter a posse das áreas, por meio da recusa em entregá-las ao Estado, as tentativas dos irmãos Dal Molim e a Macali S/A em adquirir as terras e a busca de apoio de prefeitos em intervir por eles nas negociações com o Estado. Fatores que favoreceram as ocupações dessas áreas em setembro de 1979 e a realização dos assentamentos. Tais movimentações aqui foram contempladas devido ao acesso aos relatórios do SNI, os quais estavam arquivados no Arquivo Nacional, aguardando para serem analisados.

Nesse sentido, no próximo capítulo, será trabalhado, a partir das revisões historiográficas e da sustentação na análise das fontes, a constituição do acampamento de Encruzilhada Natalino pelas 600 famílias de agricultores sem-terra; o processo de apoio e organização do movimento pelos religiosos e religiosas, por meio das místicas, celebrações etc.; e as ações e mobilizações camponesas, principalmente no "Dia do Colono". Inclusive, a vigilância militar sobre esses acontecimentos, no auge da repressão no acampamento em agosto de 1981, período da intervenção militar federal, sob comando do major Curió em Encruzilhada Natalino, no intuito de desmobilizarem os agricultores sem-terra por meio da opressão. Com isso, será destacada a organização dos sem-terra e a derrota de Curió, o enfrentamento às perseguições até o assentamento provisório na área chamada "Nova Ronda Alta" (1982) e o assentamento definitivo (1983) após intensas lutas.

2.

ENCRUZILHADA NATALINO

Entre a repressão e a persistência

Neste capítulo, iremos tratar sobre o Acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS, que teve o primeiro barraco erguido em dezembro de 1980, constituído por famílias que não haviam sido assentadas nas lutas anteriores, originárias da expulsão da Reserva Indígena de Nonoai. Somaram-se ao acampamento assalariados e filhos de pequenos agricultores. O local era um ponto estratégico por ser próximo a Brilhante, Macali e à Fazenda Annoni, no entroncamento para Passo Fundo, Ronda Alta e Sarandi. Em julho de 1981, havia em torno de 600 famílias no local, em um total de 3 mil pessoas em barracos em uma extensão de 2 km à beira da estrada. Uma parte dos acampados possuía experiência de luta, organizaram-se em grupos e formaram uma coordenação. Dessa organização, foi criado o "Boletim Sem Terra", um órgão de comunicação do movimento, que será analisado no decorrer desta pesquisa, e uma equipe administrativa em Porto Alegre para buscar apoio por meio da solidariedade de pessoas e instituições (Morissawa, 2001).

2.1. Cronologia do acampamento de Encruzilhada Natalino

O Acampamento da Encruzilhada Natalino constituiu-se em torno da rodovia RS-324, que liga Passo Fundo a Ronda Alta, na localidade denominada Encruzilhada Natalino. Tal denominação deu-se devido a haver no local um estabelecimento comercial e lancheria em que o proprietário se chamava Natálio Verardi. O local é rodeado de extensas áreas de terras de agricultura. A encruzilhada dá acesso aos municípios de Sarandi, Rondinha e Carazinho e próximo ao acampamento localizava-se as granjas Brilhante e Macali, ocupadas por agricultores expulsos da Reserva de Nonoai. O acampamento de Encruzilhada Natalino foi composto por "peculiaridades", em comparação aos acampamentos anteriores e aos posteriores. Na formação, não havia um movimento organizado de agricultores, pois o MST seria criado em 1984. Esse acampamento apresentou características oriundas dos acampamentos organizados pelo Master no início da década de 1960, em que a constituição não havia um momento predeterminado e organizado. O acampamento de Encruzilhada Natalino não possuía uma área com objetivo imediato de ocupação, foi um processo de construção dos objetivos da luta. Anteriormente, objetivava chamar a atenção do governo para solucionar os problemas sociais dos agricultores expulsos da Reserva Indígena de Nonoai. Sobre as fases do acampamento, Marcon (1997, p. 66) elucida:

> A trajetória do acampamento, desde a sua constituição em 1980 até o assentamento definitivo em 1983, pode ser dividida em quatro fases distintas: a primeira, que vai da gestação do acampamento até o final do mês de julho de 1981; uma segunda, que abrange o período da intervenção militar-federal durante o mês de agosto de 1981; a terceira, que vai da saída dos interventores até o assentamento provisório em Nova

> Ronda Alta, em março de 1982, e a quarta, que vai do assentamento provisório em Nova Ronda Alta ao assentamento definitivo em outubro de 1983.

As primeiras famílias a acamparem na Encruzilhada Natalino eram provenientes da Reserva Indígena de Nonoai e não haviam sido assentadas na Brilhante e na Macali. Em seguida, juntaram-se outros pequenos agricultores. A alternativa restante a essas famílias pobres foi estabelecer acampamento em barracas simples às margens da rodovia, buscando a atenção do governo para solucionar o problema que os afligia. O acampamento começou com o primeiro barraco erguido em dezembro de 1980, seguiu com poucas famílias até abril de 1981, quando começou a obter maior expressão, devido à chegada de em torno de 50 famílias para se somar ao acampamento, isso devido à divulgação que havia sido feita na região. Muitas famílias eram compostas por colonos que estavam em situação de arrendatários, meeiros e assalariados, os quais viram a possibilidade de conquistar uma área de terra para poderem trabalhar e sustentar dignamente suas famílias (Marcon, 1997).

Para compreendermos o processo do acampamento de Encruzilhada Natalino, elucidar-nos-á uma edição do Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem-Terra, em uma edição especial da Romaria da Terra, publicada em 23 de fevereiro de 1982. O referido boletim faz uma análise cronológica dos acontecimentos no acampamento de Encruzilhada Natalino. Descreve que, no início de abril de 1981, havia cerca de 80 barracas à beira da estrada e mais de 500 pessoas habitando precariamente os barracos feitos de lonas, bambu e capim.

Nos primeiros dias do acampamento, foram destacados para o local um efetivo de 100 soldados da Brigada Militar para "dar segu-

rança à área", os quais instalavam-se em alojamentos cedidos pelos fazendeiros locais. Em 13 de abril, uma comissão de colonos foi a Porto Alegre para conversar com o governador Amaral de Souza, que não os recebe e designa o secretário da agricultura para recebê-los. Os sem-terra explicaram sobre as condições que se encontrava o acampamento, mas o secretário disse-lhes que não havia terras no RS para reassentá-los e nem dinheiro para isso, transferindo o problema para o Incra resolver. Em 15 de abril, o governador Amaral de Souza declarou à imprensa a atribuição a "elementos invisíveis" infiltrados no meio dos colonos, induzindo-os a reivindicar terras no RS. Com isso, ofereceu propostas de emprego nas estações experimentais da Secretaria da Agricultura. Em 16 de abril, chegou ao acampamento equipes do Incra e do Serviço Nacional de Emprego (Sine), para oferecer emprego aos agricultores interessados em serem peões ou trabalhadores rurais em granjas e cadastrá-los.

Em 28 de abril, chegou em Ronda Alta uma equipe designada pelo governador para resolver o problema em Natalino. Após o major Caio de Camargo expor a proposta de emprego do Estado, os três mil agricultores iniciaram uma passeata em repúdio a proposta. Em 29 de abril, o governador, em nova entrevista, reforça que o Estado pode oferecer empregos e reassentamento era função do Incra. Em 4 de maio, o major Caio, da casa militar do governo, fez ameaças de "despejar de qualquer maneira" os colonos que não aceitassem as propostas oficiais. A Polícia Política Secreta (Deops) havia começado a agir entre os acampados. Os colonos denunciaram aos deputados, à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Fetag. O governo continuou com as acusações de que a maioria dos acampados não eram agricultores e, sim, donos de terras e criminosos. Em 11 de maio, chegou ao RS o presidente do Incra, Paulo Yokota, o qual repete aos agricultores que não havia terras para reassentá-los no Estado. Então,

propôs o reassentamento das 600 famílias acampadas em Natalino, em projetos do Incra no Acre, Roraima e Mato Grosso[1].

Em 1º de maio, os colonos de Encruzilhada Natalino localizaram na região um latifúndio com nove mil hectares, uma área subtilizada, chamada Fazenda Irmãos Guerra. O secretário do Trabalho e Ação Social declarou que o governo estadual não iria se responsabilizar pelas famílias acampadas, porque havia sido feita a proposta de empregos. Em 4 de junho, o governo realizou três levantamentos socioeconômicos dos agricultores acampados. Ao publicar os resultados, ficou comprovado que suas acusações eram falsas, pois a grande maioria eram agricultores sem-terra e sem formação profissional, portanto foi obrigado a reconhecer a legitimidade do movimento. O governador convidou o padre Arnildo Fritzen para uma audiência no Palácio Piratini. Na audiência, o governador fez várias ameaças ao movimento dos colonos sem-terra e acusou o Pe. Arnildo de instigar os agricultores, ameaçou usar a imprensa para acusar publicamente o referido padre, a equipe pastoral e toda a Igreja que apoiava o movimento. Em 23 de julho, o acampamento de Encruzilhada Natalino recebeu a visita inesperada do major Curió, em meio às preparações para o ato do Dia do Colono (25 de julho), disse ser enviado da presidência da República e voltaria em uma semana para resolver o problema.

Em 30 de julho, enquanto 180 agricultores estavam em Porto Alegre para reivindicarem terras no RS, instalou-se no acampamento

1 No decorrer deste trabalho será analisada a insistência do governo em assentar as famílias acampadas em Encruzilhada Natalino, nos projetos de colonização nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, especialmente no Mato Grosso. O governo argumentou a não existência de terras passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária no Rio Grande do Sul e por isso insistiu nos projetos de colonização no MT. Em verdade o governo não quis alterar a estrutura agrária vigente no estado, pois as entidades sociais citadas no texto levantaram dados de terras para desapropriação. Os projetos de colonização no Mato Grosso são resultado de um projeto do governo em colonizar a região, porém não é objetivo deste trabalho se aprofundar nessa questão.

da Encruzilhada Natalino major Curió, acompanhado de um batalhão do Exército, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, montou quatro barreiras fechando o acesso ao acampamento, instalaram as barracas, um mastro para a Bandeira Nacional e um abrigo para projetar filmes sobre os projetos de colonização do Incra no norte, proibiu a venda de bebidas alcóolicas, a entrada de donativos e as visitas coletivas de solidariedade aos acampados. Passou a ter rigoroso controle das saídas dos agricultores e acompanhar os contatos feitos com os visitantes. Tudo era documentado e iniciou um processo de patriotismo, com relação às cerimônias em torno da Bandeira e do Hino Nacional. Os alimentos passaram a ser distribuídos pela Cobal e oferecer assistência médica. Em seguida, o relatório aponta sobre os acampados levados para conhecer o projeto de Serra Ramalho na Bahia:

> 2 de agosto. Dois aviões da Força Aérea Brasileira partem de Sarandi levando mais de 50 acampados para conhecer o projeto de Serra Ramalho, na Bahia. Logo em seguida, Curió prepara outro grupo para conhecer o mesmo projeto.
> 9 de agosto. Colonos denunciam que o coronel Curió pagou para que "falassem bem da Bahia". Dizem ainda que os dois aviões foram completados com pessoas de fora do acampamento – funcionários da prefeitura de Ronda Alta e peões das granjas da região que Curió arrumou – para fazer número (SNI, 1982, p. 7).

Em 11 de agosto, o deputado Aldo Pinto, presidente da Assembleia Legislativa, visitou o acampamento. Curió ameaçou enquadrar os agricultores na Lei de Segurança Nacional e revelou descontrole da situação. Deu o prazo para os agricultores aceitarem as propostas até o dia 25 de agosto, pois ele iria embora. Em 16 de agosto, foi

distribuído o "Comunicado n.º 1" de Curió, dizia estar esgotando o prazo e que o problema deixaria de ser social para ser policial. Curió fez contatos com lideranças do PDS na região. Em 22 de agosto, o major tentou impedir de entrar no acampamento uma caravana de Porto Alegre, porém o grupo possuía um salvo-conduto concedido pela justiça da capital permitindo a entrada no acampamento. Em 24 de agosto, o major fez ameaças de ação judicial depois do dia 31, quando encerrava suas atividades no acampamento, fez tal comunicado a deputados, representantes da OAB/RS que visitaram o local. No mesmo dia, 137 padres rezaram missa em Natalino, distribuindo nota de apoio à luta dos sem-terra.

No dia 31 de agosto, Curió se retira do acampamento com seu batalhão a assistência médica e alimentícia e expede o "Comunicado N.º 3", no qual reitera as propostas do governo e acusa o Pe. Arnildo e a irmã Aurélia pelo seu insucesso. Em 1º de setembro, chega ao local um efetivo de 60 soldados da Brigada Militar, somando 200 policiais nas proximidades do acampamento. Em 4 de setembro, apesar da retirada de Curió, o governo federal manteve no local o major Coutinho, ligado ao gabinete da presidência e a vários agentes policiais. Depois de muitas pressões, conseguiram convencer um dos líderes dos acampados, Saul Marchiori, a aceitar terras no projeto Lucas do Rio Verde no MT. Em 9 de setembro, a Polícia Federal negou o indiciamento do Pe. Arnildo Fritzen na Lei de Segurança Nacional. Em 18 de setembro, após muitas pressões, o bispo de Passo Fundo e novo arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, determinou o afastamento temporário de Pe. Arnildo e da irmã Aurélia da Encruzilhada Natalino. Arnildo foi impedido de celebrar missa no local e a irmã Aurélia foi ameaçada de inclusão na Lei dos estrangeiros e de expulsão do país, por ser de nacionalidade italiana.

Em 4 de novembro, partiram 160 famílias de colonos do RS

para o projeto Lucas do Rio Verde/MT. É descrito que, um mês depois, começaram a retornar os primeiros colonos desiludidos com o projeto e as promessas de Curió. Consta que havia grande vigilância militar sobre o referido projeto e a assistência religiosa estava a cargo de um capelão militar do Exército. Em 18 de novembro, médicos residentes no RS visitaram Encruzilhada Natalino, constataram as péssimas condições e denunciaram a Secretaria de Saúde por priorizar os colonos que aderiram os projetos no MT. Em 8 de dezembro, novamente 180 colonos foram à capital na intenção de reivindicar terras no RS ao governador. Em 17 de dezembro, os colonos retornaram a Ronda Alta sem solução. Em 19 de dezembro, o governador Amaral de Souza esteve em Ronda Alta para inaugurar uma agência do Banrisul. O Pe. Arnildo foi convidado à solenidade, mas alegou ter outro compromisso, os políticos do PDS pressionaram o padre a ir à solenidade e ofereceram-lhe 1,5 milhão de cruzeiros da nova agência bancária para realizar reformas no salão paroquial. O padre indignou e não compareceu. Porém mais de 200 colonos estiveram presentes, o governador se irritou e proferiu acusações à Igreja e aos sem-terra.

Em 8 de janeiro de 1982, cerca de 200 policiais militares que cercavam o acampamento começaram a pressionar as 300 famílias acampadas de Encruzilhada Natalino. Os policiais espalharam boatos de que o acampamento acabaria em janeiro e provocavam os colonos, desafiando-os para "ver quem tem mais força". Em 14 de janeiro, a polícia, após muita pressão, corrompeu outro líder dos colonos e membro da Comissão Central, Raul de Vargas, o qual, juntamente à família, abandonou o acampamento e se dirigiu ao acampamento destinado a quem fosse para o MT. Outros agricultores foram subornados pela polícia, para obterem informantes no acampamento, os quais eram protegidos e posteriormente enviados ao MT. Consta que, em 16 de janeiro, a *Folha da Tarde*, um jornal de Porto Alegre, publicou

um artigo usando a "linguagem do governo e da polícia" com acusações ao Pe. Arnildo. Nos dias seguintes, o artigo foi transformado em panfleto e distribuído pela polícia na região de Ronda Alta.

Em 2 de fevereiro, houve um confronto entre a Brigada Militar e os acampados, o tumulto foi gerado pelos colonos protestarem contra o ato dos policiais de mudarem a parada de ônibus intermunicipal do centro do acampamento para 2 km além da Encruzilhada Natalino. Em 9 de fevereiro, a Secretaria de Segurança anunciou a nomeação de um delegado para permanecer por tempo indeterminado em Ronda Alta, devido aos conflitos recentes. Em 10 de fevereiro, o chefe do estado-maior do III Exército, general José Apolônio da Fontoura Rodriguez Netto, criticou, em Porto Alegre, o envolvimento da Igreja em assuntos políticos, além de atribuir aos religiosos a responsabilidade pelas recusas dos agricultores em aceitarem as propostas de terras no MT. No dia 11 de fevereiro, a *Revista Manchete* publicou uma entrevista com Curió, o qual acusou políticos e entidades de classe pelas ações dos sem-terra em Encruzilhada Natalino, disse que os "verdadeiros colonos" foram para o MT, enquanto os que permaneceram no acampamento eram "oportunistas e insufladores".

O último acontecimento abordado na edição do Boletim Informativo da campanha aos sem-terra foi sobre o dia 15 de fevereiro, no qual 50 religiosos e mais de 7 mil pessoas, na maioria agricultores, realizaram uma grande manifestação pública em Ronda Alta, de solidariedade e apoio ao Pe. Arnildo Fritzen e às freiras que prestavam assistência aos agricultores acampados. A concentração foi realizada devido aos rumores de que o sacerdote seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional por seu envolvimento pastoral em meio aos colonos sem-terra.

Após a análise cronológica dos acontecimentos no acampamento de Encruzilhada Natalino, até alguns dias antes da solução

encontrada, torna compreensível o processo que houve e instiga a ler detalhadamente todo o decorrer desse marco na luta pela terra, para entender como foi o processo de organização dos agricultores sem-terra, o apoio de setores da Igreja e a repressão pelo SNI e major Curió.

2.2. Constituição do acampamento de Encruzilhada Natalino

Em 10 de abril de 1981, o SNI da Agência de Porto Alegre (APA) publica um relatório de caráter "Confidencial" com o Informe n.º 011/117/APA/81, intitulado "Problema Agrário no RS. Concentração de colonos sem-terra em Ronda Alta/RS". O documento inicia ao elucidar que no período "abria-se" um novo ciclo da crise fundiária pela qual atravessava o Estado, com o recrudescimento das movimentações de colonos e tentativas de "invasão" a áreas de terra. Denota-se o termo destorcido utilizado, "invasão", o que em realidade caracteriza-se como ocupação pelo fato de a terra não estar cumprindo a sua função social.

A descrição continua ao tratar que, desde abril de 1981, vários colonos e suas famílias foram se acampando às margens da estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta, na altura do km 64, à entrada da granja Macali. A cada dia, novos grupos chegavam ao local e ali se instalavam precariamente, estimava-se em cerca de 700 o número de pessoas, representando aproximadamente 135 famílias. Destas, algumas são remanescentes de expulsões de reservas indígenas, outras desalojadas de áreas destinadas à construção de barragens e ainda não haviam sido reassentadas, mas todas provenientes do Alto Uruguai, dos municípios de Ronda Alta, Planalto, Constantina, Rondinha, Liberato Salzano, Nonoai e Sarandi.

Com o aumento de famílias no acampamento, tornou-se necessário um levantamento para compreender a origem dessas pessoas. Então, o Incra realizou um cadastramento junto a esses agricultores, na segunda metade de abril de 1981, havia 469 famílias no local. Anteriormente ao acampamento, das famílias cadastradas: 25,1% eram arrendatários, 19,36% trabalhavam em terras de familiares, 15,53% eram peões, 14,04% eram agregadas, 4,46% trabalhavam em parceria e 10,44% na categoria "trabalho". Eram provenientes de 14 municípios, parte significativa provinha da microrregião do Alto Uruguai, onde a colonização deu-se no início do século XX, oriundos da pequena propriedade. Das 469 famílias, 45,12% eram de Ronda Alta, 20,42% eram de Nonoai e 14,46% de Constantina. Foi um fator impressionante a presença de famílias no acampamento de Encruzilhada Natalino que haviam retornado dos projetos de colonização em Mato Grosso. Os dados do cadastramento realizado em abril evidenciaram quatro famílias que retornaram do Projeto Canarana e mais quatro famílias do Projeto Terranova, que havia sido organizado para reassentar as famílias expulsas da Reserva Indígena de Nonoai. Com o tempo, aumentou o número de famílias que retornaram. É descrito, por meio dos dados, que 42 famílias compuseram a quantidade de remanescentes da Reserva de Nonoai (Marcon, 1997, p. 69).

O relatório prossegue ao descrever que, em 6 de abril de 1981, o governador do estado, José Augusto Amaral de Souza, enviou mensagem ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Paulo Yokota, apresentando ciência da situação. Isso tendo em vista a iminência de "invasão", ocupação de área que seria responsabilidade do Incra, a Fazenda Sarandi-Annoni, a qual se encontrava "subjudice", estava na justiça em processo de desapropriação entre a família Annoni e o Estado. O Incra salientou que:

> [...] só dispõe de uma solução a nível nacional, ou seja, o reassentamento das famílias em áreas pioneiras do País (MATO GROSSO, PARÁ, ACRE, RONDÔNIA OU AMAZONAS) – hipóteses inaceitáveis pela grande maioria dos colonos – o Governo Estadual diz que a sua responsabilidade se limita ao reassentamento dos colonos oriundos (expulsos) de reservas indígenas.
> 6. O tema, como sói acontecer, já começa a ser objeto de exploração política pelos parlamentares oposicionistas, que de forma inconsequente e leviana postam-se a apregoar soluções superficiais, demagógicas e dissociadas da realidade que envolve a estrutura fundiária do RS (SNI, 1981, p. 4).

Em 1981, é emitido um extenso conjunto de relatórios divididos em dois arquivos, cada um composto por 99 páginas. O primeiro relatório é datado de 29 de setembro de 1981, possui caráter "Confidencial" e foi elaborado pelo SNI da Agência de Porto Alegre, classificado na "Informação" n.º 044/119/APA/81, intitulado "Movimento Reivindicatório de Agricultores Sem-Terra/Encruzilhada Natalino/RS". A abordagem inicia-se com a descrição de que havia sido deflagrado no Rio Grande do Sul um movimento reivindicatório rural de colonos egressos da Reserva Indígena de Nonoai, expulsos pelos indígenas que reivindicaram aquelas terras. As famílias desalojadas remanescentes construíram um acampamento provisório às margens da Rodovia RS-324, na localidade denominada de Encruzilhada Natalino, devido ao abandono por parte do governo do Estado em reassentá-los. O relatório complementa que mais colonos se somaram ao acampamento.

É descrito que, pelo crescimento do movimento, uniram-se a ele "segmentos contestatórios ao governo e ao regime político vigente, sob o pretexto de solidariedade aos acampados" (SNI, 1981, p.

2). O SNI buscou deslegitimar o movimento por meio de acusações sobre aqueles que buscavam reivindicações e protestavam contra o governo ditatorial do período, classifica os setores "mais radicais" dos movimentos populares, aliados ao clero progressista e aos políticos da oposição, por usarem a ampla cobertura da imprensa e organizarem "comissões de solidariedade", agindo como "instrumentos de pressão" sobre as autoridades. É destacado que o padre Arnildo Fritzen, pároco da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes de Ronda Alta, orientou a organização dos colonos e dirigiu as atividades do movimento, estabelecendo as lideranças e coordenando a distribuição dos donativos aos colonos. Em consonância, é descrito que a Comissão Permanente de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do RS lançou a "Campanha de solidariedade aos agricultores sem-terra", tal campanha obteve apoio das seguintes entidades:

> - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG);
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibirubá/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira das Missões/RS;
> - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carazinho/RS;
> - Movimento dos Agricultores Sem-Terra de Arroio do Tigre/RS;
> - Frente Agrária Gaúcha (FAG);

> - Comissão Pastoral da Terra (CPT/RS);
> - Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA);
> - Movimento de Justiça e Direitos Humanos/RS (MJDH/RS);
> - Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Alegre/RS;
> - Pastoral Universitária (PU/RS);
> - Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;
> - Intersindical do RS;
> - Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Leopoldo/RS;
> - Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CEBES);
> - Associação Gaúcha dos Médicos Residentes (AGMR);
> [...]
> - Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCE/UFRGS);
> - Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CASTA/PUCRS) e
> - Diretório Acadêmico do Instituto de Teologia da PUCRS (SNI, 1981, p. 2-3).

No início da formação do acampamento, os agricultores sem-terra estavam abandonados, sem assistência de sindicatos, partidos e governo. Os acampados solicitaram ao padre Arnildo, pároco em Ronda Alta, que rezasse uma missa no acampamento. Então, passou-se a serem celebradas missas todos os finais de semana no acampamento. Percebeu-se, então, o apoio da Igreja:

> Nesse sentido, a Igreja, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), teve um papel decisivo na condução do movimento do Natalino, tanto sobre sua orientação política quanto na sua organização interna e na sistemática de reflexão dos passos dados. Toman-

> do como ponto de partida o princípio de que "a terra é um dom de Deus para todos", a CPT ajudou a deslegitimar o conceito de propriedade privada, utilizado para justificar a concentração da terra e o latifúndio. Ao mesmo tempo, contribuiu para o estabelecimento de novos pressupostos éticos, com base no direito e na legitimidade de acesso à terra (Marcon, 1997, p. 72-73).

As reflexões trabalhadas pela CPT agiam na consciência do direito à terra, com a desmistificação dos pressupostos que legitimavam a concentração de grandes áreas de terras. A existência do latifúndio acarreta a privação de milhares de famílias em possuir direito ao trabalho e ao viver dignamente, restando a esses acampar em beiras de estradas. As reflexões propostas pela CPT possuíam bases teológicas para fundamentar e legitimar o direito e acesso à terra. A orientação metodológica da CPT baseou-se em que os próprios acampados assumissem a luta como "sujeitos do processo", nas negociações com o governo, Incra e com a imprensa. Essa metodologia foi importante, pois os sem-terra passaram a serem agentes de sua causa, inserindo-se nos espaços e "perdendo o medo de falar". Com a nova metodologia, foi feita uma análise da experiência do Master, que, por ter sido cooptado pelo governo e atrelado ao PTB, perdeu parte significativa de sua autonomia enquanto movimento de agricultores sem-terra (Marcon, 1997).

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH/RS) foi uma entidade ativa na comissão. Consta-se que divulgou uma lista em que descreveu oito latifúndios existentes em seis municípios na Região do Planalto Médio[2] do RS e apontou que o Incra encarava

2 Planalto Médio é a região compreendida no estado do Rio Grande do Sul pelos principais municípios: Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Ijuí, Panambi, Tupanciretã, Soledade, Tapera, Espumoso e Júlio de Castilhos.

com "subterfúgios", ou seja, de maneira a esquivar-se dos problemas relacionados a questão de terras no estado. Em soma a essa questão, é descrito que o economista João Pedro Stédile (membro da CPT/RS) publicou uma matéria no *CooJornal*[3] intitulada "Os latifúndios do Rio Grande" (SNI, 1981, p. 4), na qual explicitou sobre a existência de latifúndios improdutivos no RS, com base em dados cadastrais do Incra.

A Comissão prestou como parte das atividades o desenvolvimento de uma campanha de coleta de donativos em agasalhos e alimentos destinados aos agricultores sem-terra acampados em Encruzilhada Natalino. A promoção dessa atividade esteve sob responsabilidade da Intersindical do RS, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da CPT/RS, da PU/RS, de estudantes, associações de bairros e o MJDH/RS. Somou-se a essas entidades a CNBB, por meio da manifestação do bispo auxiliar de Porto Alegre, Dom Urbano José Allgayer, que garantiu o apoio da Igreja Católica à causa dos sem-terra, por meio da ação das Dioceses de Passo Fundo e Frederico Westphalen/RS. A entrada dessas Dioceses no movimento deu-se devido à Comissão Diocesana para Estudos sobre os Sem-Terra de Encruzilhada Natalino. A Diocese de Passo Fundo elaborou e distribuiu uma declaração para que fosse lida, a partir de 21 de junho de 1981, em todas as Paróquias sob sua jurisdição:

A declaração[4] abordou uma análise da situação dos colonos, configurados como "pobres" por quem a Igreja declarava ter opção preferencial e que a Diocese de Passo Fundo montou uma comissão de padres e o bispo para estudar a problemática dos sem-terra. Des-

3 *CooJornal* foi um jornal lançado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, em 1974. Com edições mensais, abordava entrevistas, reportagens e peças de humor sobre os fatos ocorridos no período. Funcionou até 1983, quando foi fechado devido à repressão da Ditadura Militar.

4 Ver em anexos.

tacou que a missão do cristão é ajudar os irmãos que sofrem e que os acampados eram de fato agricultores almejando um pedaço de terra para trabalhar. Apontou os problemas fundiários como os grandes responsáveis pela desigualdade, pobreza e sofrimento desses colonos e que no Brasil havia milhares na mesma situação dos acampados de Encruzilhada Natalino, pois muitos eram trabalhadores rurais, mas não possuíam terra para trabalhar. Enfatizou que, para resolver esse problema, era necessário a reforma agrária, com justa distribuição de terras. Ao apelo da Assembleia de Puebla, convocou os cristãos, "homens de boa vontade", para ajudarem os sem-terra para que a estrutura agrária do país pudesse ser modificada, a qual era origem e causa de tantos problemas.

Os redatores do SNI escreveram sobre o ingresso de religiosos no movimento com finalidade de prestação de assistência espiritual e obteve-se a adesão da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A questão agrária na totalidade, especialmente a situação dos colonos em Ronda Alta, foi objeto de análise por pastores da IECLB durante três dias em Porto Alegre. O pastor Edmundo Grubber, da 3ª Região Eclesiástica, com sede em Panambi/RS, afirmou que foi realizado um levantamento de terras agricultáveis à venda em toda a região produtora do RS, onde os colonos poderiam ser assentados em um total de 3.947 hectares. Após, não se consta maiores explicações sobre essa informação, como a quantidade de propriedades para formar essa fração de terras, dentre outros fatores.

Em 18 de agosto de 1981, o cardeal-arcebispo de Porto Alegre e bispos do RS divulgaram um documento intitulado "Reflexões Pastorais sobre os Agricultores Sem-Terra" (SNI, 1981, p. 5), elaborado após a realização de uma reunião na Diocese de Passo Fundo. O texto obteve a aprovação do cardeal Alfredo Vicente Scherer e dos bispos: Urbano José Allgayer, Edmundo Luiz Kunz e Antônio do Carmo

Cheuiche, de Porto Alegre, Estanislau Amadeu Kreutz, de Santo Ângelo, Henrique Gelaim, de Vacaria, Aluísio Sinésio Bohn, de Novo Hamburgo, José Ivo Lorscheiter, de Santa Maria, Bruno Maldamer, de Frederico Westphalen, Nei Paulo Moretto, de Caxias do Sul, Jacob Roberto Hilgert, de Cruz Alta, e José Claudio Colling, de Passo Fundo.

Foi tratado no documento sobre as origens do problema dos sem-terra de Encruzilhada Natalino, considerado "fragmento de um problema nacional e continental", em que foi enfatizado "a necessidade de uma urgente Reforma Agrária sentida por muitos dos que abandonam o campo e pela Igreja" (SNI, 1981, p. 5). Os religiosos apontaram caminhos no documento para solucionar o problema, como no caso de a Pastoral Rural constituir uma das prioridades do plano da Igreja no RS, no biênio 1981/82, e a execução de projetos como:

1. Apoio e esclarecimento sobre os direitos em face dos conflitos de terra e barragens;
2. Levantamento de terras disponíveis para pequenos agricultores sem-terra;
3. Articulações dos diversos organismos que se dedicam à Pastoral Rural (SNI, 1981, p. 5).

Os religiosos acreditavam que a execução desses projetos iria contribuir para uma "solução justa, humana e cristã" dos problemas relacionados à terra que emergiram com maior intensidade no acampamento, em Ronda Alta. Apontaram como solução desses problemas o compromisso por parte das autoridades em efetuar, com rapidez, a implantação da reforma agrária no país e reincluir o RS como área prioritária, devidamente reconhecendo a complexidade da situação. A Igreja havia se proposto em colaborar para a formulação de uma "consciência nacional" em torno desse objetivo. Soma-se a isso

a solução, o apoio a "empresa rural familiar por uma política agrária adequada de preços, crédito, técnica, estocagem, incentivo às agroindústrias cooperativadas de produção" (SNI, 1981, p. 6) e as condições para uma autêntica reforma agrária. Nota-se o incentivo a uma reforma agrária justa e que os agricultores sejam amparados no processo de produção. Apontaram que a solução imediata para os agricultores acampados em Ronda Alta poderia ser por meio de crédito fundiário para adquirir suas próprias terras, pois, se havia crédito para questões supérfluas, com razão deveria ter para os agricultores acampados, inclusive a redução do módulo rural para que, na Fazenda Annoni, pudessem ser assentadas mais famílias que o previsto. Por fim, pedem aos agricultores que não agissem com violência, ao Estado que também não agisse com violência e tomasse as medidas para satisfazer as reivindicações dos agricultores. Porém, na data do documento dos bispos, agosto de 1981, foi um período de intensa repressão em que as forças militares sob comando do Curió estavam sitiando o acampamento dos agricultores de Encruzilhada Natalino, na intensão de acabar com aquele movimento.

O Incra, por meio da Coordenadoria Regional do Rio Grande do Sul, manteve-se firme na decisão e considerou "inviáveis" as propostas dos bispos do RS. Usou de argumentos com dados técnicos e reiterou o oferecimento de reassentá-los em outras regiões do país, além das propostas do governo estadual em empregá-los nas estações experimentais mantidas pela Secretaria da Agricultura do Estado/RS. No mês de junho de 1981, a situação era muito difícil no acampamento, devido ao frio intenso do inverno, muitos adultos e crianças adoeceram. Os barracos eram feitos de taquara, cipó, lona de plástico e até por capim, não oferecendo proteção contra o frio e as chuvas. É descrito que havia noites em que as pessoas acampadas não conseguiam dormir pelo frio intenso que fazia. Surgiram doenças relacionadas à

água contaminada, porque a água utilizada de uma lagoa próxima servia inclusive para lavar roupas e banho (Marcon, 1997).

Em junho, os agricultores acampados receberam muito apoio material e a visita de lideranças e representantes de entidades de todo o Brasil. A visita de Dom Pedro Casaldáliga foi extraordinária, pois tratou em seu depoimento sobre as experiências de luta na região de São Félix do Araguaia/MT, as ameaças recebidas de morte e expulsão do país, devido à "Lei dos Estrangeiros". Tudo isso serviu para dar força aos agricultores sem-terra a decidirem resistir até conquistarem terra. A presença de Dom Pedro Casaldáliga não foi bem-vista pelo governo e por setores conservadores da Igreja Católica, principalmente Dom Vicente Scherer, cardeal de Porto Alegre. Dom Pedro não foi autorizado pela Igreja local a celebrar missa no acampamento, porém participou dos atos e citou números de latifundiários e agricultores sem-terra no Brasil, encorajou os acampados a prosseguirem na luta e alertou-os para não se dividirem, pois, "os grandes e o governo" (Marcon, 1997, p. 81) iriam tentar dividi-los. Esse fator de alerta provinha da experiência no Mato Grosso. Marcon (1997, p. 81, grifos do autor) prossegue a análise sobre a dimensão religiosa no acampamento de Encruzilhada Natalino:

> O texto bíblico de Êxodo, relativo à experiência do povo hebreu que, organizado, partiu em busca da liberdade pela conquista da terra, foi intensamente utilizado: os acampados também queriam chegar à *terra prometida*. O sonho de conquistar a terra e tirar dela o sustento deu-lhes forças para a luta e para a resistência. [...] foi, no contexto do acampamento Natalino, um dos elementos essenciais para a resistência e sustentação do movimento contra as adversidades climáticas, a fome, e para o enfrentamento das práticas repressivas e das calúnias, tanto de parte do governo quanto de setores da sociedade civil contrários ao movimento. A

> fé, no entanto, não substituiu ou arrefeceu a luta política. No acampamento, não houve a idolatria de nenhum líder, pois as soluções sempre foram discutidas em conjunto e assumidas coletivamente.

Anteriormente ao documento emitido pelos bispos, em agosto de 1981, a atuação do clero junto aos acampados se fazia presente, como na ocasião em que Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá visitou o acampamento no dia 21 de junho de 1981, onde auxiliou o padre Arnildo Fritzen, no ofício de uma missa. Dom Pedro Casaldáliga era bispo de São Felix do Araguaia, na ocasião, incentivou os colonos a permanecerem reivindicando áreas no RS. No dia 25 de julho de 1981, Dia do Colono, Dom Tomás Balduíno de Souza, bispo da Diocese de Goiás e vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), rezou missa aos acampados, também exortando a luta pela terra no estado, ao alegar que "lugar de gaúcho é no Rio Grande".

É abordado que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do RS (Fetag/RS), em comemoração ao Dia do Colono, prosseguiu a sua atuação junto aos agricultores em Ronda Alta, contando com a colaboração da CPT/RS, da Intersindical do RS, além de entidades sindicais dos trabalhadores urbanos, programou o "Dia do Protesto". A Fetag, em 9 de julho de 1981, em ocasião de Assembleia Geral Extraordinária, reuniu representantes dos sindicatos de Trabalhadores Rurais do RS e aprovou uma moção de apoio aos colonos, exigindo que fossem reassentados imediatamente, inclusive foi reivindicado que o RS voltasse a ser considerado uma área prioritária para fins de reforma agrária. Na moção, é exaltada a organização da resistência dos agricultores sem-terra, principalmente em Ronda Alta. Inclusive, é enfatizado no dizer que "a terra deve ser para quem nela trabalha ou nela quer trabalhar" e que a estrutura fundiária e a política agrária do país não permitem ao agricultor obter por meio do

seu trabalho condições de vida digna. Aponta que o RS possuía milhares de terras "ociosas" não aproveitadas, conforme apresentavam os dados oficiais apresentados pela Fetag/RS, no devido Encontro, acrescenta que no estado havia centenas de famílias acampadas na beira da estrada por não terem terra para trabalhar e essas famílias estavam enfrentando situação de extrema miséria com a falta de moradia, alimentos e assistência à saúde. Nesse sentido, consideraram justas as reivindicações dos trabalhadores sem-terra.

A moção prossegue com a descrição de que o I Encontro de Trabalhadores exigia que o governo reassentasse imediatamente os colonos acampados em Ronda Alta, aplicando o Estatuto da Terra, por considerar aquela região como área de "tensão social" e passível de desapropriação por interesse social. Também propôs que os trabalhadores se mantivessem em estado de alerta para conferir o cumprimento dessa exigência, com o prazo até 25 de julho de 1981, Dia do Colono. Colocaram que, se até essa data não estivesse resolvida a problemática dos colonos de Encruzilhada Natalino, os trabalhadores de todos os sindicatos realizariam uma "Concentração Geral" juntamente às demais entidades de classe no acampamento em Ronda Alta.

Era exigido na moção da Fetag o reassentamento imediato das 500 famílias de Ronda Alta, as famílias do Passo Real (famílias desapropriadas pela Barragem de Passo Real), das remanescentes da Fazenda Sarandi, dos agricultores ocupantes das reservas indígenas e as milhares de famílias sem-terra existentes no estado do Rio Grande do Sul. Inclusive que fosse efetivado o artigo 28 do Estatuto da Terra, o qual previa a destinação de 3% de toda a receita tributária da União, para compor o Fundo Nacional da Reforma Agrária, suprimido pelo Decreto-Lei 200/67. Por fim, que o governo federal tivesse a "corajosa decisão política" de realizar a imediata e massiva reforma agrária no Brasil. O documento foi assinado pelos membros da Comissão de Po-

lítica Agrícola e Agrária da Fetag/RS: Luiz Trentin, José Florentino Barassuol, Benjamin Black, Mário Gabardo e Canísio Felicido Weschenfelder. É descrito que a Comissão Organizadora da Concentração do dia 9 de julho foram: Arnildo Fritzen, Orgênio Rott, Auxílio Rebechi e Archimindo Bitencourt dos Santos.

No relatório do SNI (1981) consta que, no evento da Fetag/RS, usaram da palavra: Saul Marciori, Antônio Campigotto e Raul de Vargas (colonos membros da Comissão Central dos Sem-Terra); Gelindo Zulmiro Ferri (secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag); Francisco Urbano Araújo Filho (tesoureiro da Contag); Orgênio Rott (presidente da Fetag/RS); Auxílio Rebechi (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo); Jorge Edmundo Krubber (pastor da IECLB); Juliete Ballestro (representante do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Ceprs). Todos os pronunciamentos foram em solidariedade aos agricultores, pelo reassentamento no RS e da adoção da reforma agrária. É possível analisar a diversidade de setores da sociedade, que se puseram ao lado dos agricultores sem-terra, em apoio à luta pela terra. Não houve pronunciamentos de políticos, porém estava presente uma comissão do Partido dos Trabalhadores (PT).

O próximo ponto do relatório aborda sobre a esfera administrativa, em que se desenvolveram gestões diretas entre o governo do RS, Delegacia Regional do Incra/RS e comissão de representantes dos colonos, além das entidades representativas dos trabalhadores rurais. Em 28 de julho de 1981, o governador José Augusto Amaral de Souza, em reunião com secretários de Estado, examinou a situação dos colonos e apontava haver "pessoas infiltradas" entre os acampados. Convocou a direção da Fetag/RS para debater o problema e fez uma exposição acerca da situação. O governador prestou esclarecimentos sobre a po-

sição e as providências oficiais para superar o impasse, solicitou "as lideranças da Fetag/RS que meditassem sobre a situação criada", acusou que os acampados estavam sendo induzidos a "tudo recusar; a nada aceitar, insistindo em permanecer à beira da estrada" (SNI, 1981, p. 10). Os agentes do SNI, funcionários do governo militar, buscaram acabar com a mobilização popular constituída no acampamento de Encruzilhada Natalino. Portanto, para eles, era fácil atacar os colonos e seus representantes, classificavam como "irredutíveis" em aceitar as propostas do governo em serem reassentados no centro-oeste, sendo que havia a disponibilidade de terras no RS para que se constituíssem os assentamentos.

Na mesma data, em 28 de julho de 1981, as lideranças das entidades de classe dos trabalhadores rurais estiveram reunidas na Fetag/RS, e concluíram que o problema dos acampados em Encruzilhada Natalino era de extrema urgência, mas o movimento rural era bem mais amplo e exigia uma Reforma Agrária, que passaria a ser o principal objetivo da Fetag/RS. Observa-se no relatório um compromisso assumido pela Fetag/RS, no apoio aos colonos acampados em Ronda Alta e na busca pela Reforma Agrária, a qual era e é totalmente necessária.

Em 29 de julho de 1981, contando com o apoio da Fetag/RS e do MJDH/RS, em torno de 180 colonos estiveram em Porto Alegre solicitando audiência com o governador do Estado. Durante o período na capital, os colonos foram "assistidos" pelo frei Sérgio Antônio Gorgen, membro da CPT/RS, por Celso Luiz Franco Gaiger, presidente do MJDH/RS, pelo deputado estadual Celso Testa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa (AL/RS), e pelo deputado estadual Antenor Ferrari, do PMDB e presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos da AL/RS. As reivindicações

junto ao governador e ao Incra foram rejeitadas, o governo alegava a inexistência de áreas de terra disponíveis para reassentamento no RS, o que de fato era a falta de compromisso do governo para com os agricultores sem-terra, pois havia terras passíveis ao ato de reassentamento, o plano era direcionar os colonos para outras regiões do país. A comissão de colonos retornou a Ronda Alta e fixou um prazo de 15 dias para a solução do impasse pelas autoridades estaduais e federais.

2.3. Intervenção Militar Federal em Natalino: Curió e o auge da repressão

Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Major Curió. Fonte: Agência Câmara dos Deputados, 2022.

O próximo ponto (ponto 7) trata sobre a resposta do governo federal aos agricultores acampados. Em decorrência dos acontecimentos, o governo federal enviou um representante para "dirigir e coordenar" a organização do acampamento dos agricultores, o representante era o Cel. Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, como "medida preliminar e disciplinadora". O que de fato marcou uma fase de intensa repressão e perseguição aos agricultores sem-terra, aos religiosos, civis, sindicatos e demais entidades que apoiavam a causa dos colonos. Curió, ao chegar ao acampamento, restringiu o acesso de pessoas e caravanas de solidariedade ao local, ergueu barreiras e providenciou assistência médica e alimentar as famílias acampadas.

Em 30 de julho de 1981, iniciou no acampamento o processo de "intervenção militar-federal", a atuação durou cerca de um mês, até o dia 31 de agosto. Enquanto aconteciam as negociações dos colonos

com o governo do Estado em Porto Alegre, estabeleceu-se no acampamento o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, acompanhado por um grande contingente de agentes federais em um forte esquema de segurança, onde estavam envolvidas as Polícias Rodoviária Estadual e Federal, a Polícia Federal e o Exército (Marcon, 1997).

A justificativa da intervenção federal no acampamento está baseada na incapacidade do governo do Estado em solucionar a problemática e, com o tempo, o movimento adquiria mais apoio e força política. Somado a esses fatores, a presença de uma comitiva em Porto Alegre, dos agricultores acampados, em 29 de julho, provocou pânico generalizado e mobilizou um grande esquema de segurança. De tal modo, o governo estadual, para conter o avanço do movimento, transferiu a responsabilidade para o governo federal, que articulou a intervenção militar no acampamento e transformou-o em área de Segurança Nacional. Marcon (1997, p. 110-111) prossegue, ao tratar que para o governo o problema fundamental era:

> Como quebrar a resistência dos acampados sem *traumas* tanto para as entidades solidárias com o movimento quanto para os acampados e a imprensa? Com essa preocupação, o governo federal organizou a intervenção e delegou o comando a um experiente desarticulador de movimentos sociais no campo, o major Curió.
> [...] No dia 30 de julho, no entanto, sem consulta alguma, o major Curió instalou-se no acampamento, que ficou sob a sua responsabilidade e de sua equipe de assessores. Ele se apresentou "em nome da Presidência da República" e destacou que tinha como objetivo solucionar o impasse entre governo e colonos num prazo de 15 dias. A partir de então, "o acampamento Natalino foi considerado área de Segurança Nacional.

O major Curió projetou-se a nível nacional entre 1973-1975, por ter atuado no combate à Guerrilha do Araguaia, na qual implantou outras táticas de vigilância, como a infiltração de agentes secretos nas comunidades para descobrir informações sobre os guerrilheiros, que até então eram defendidos pela população civil e pela Igreja local. Suas táticas tiveram sucesso, pois cercou os povoados e efetivou a prisão de 300 pessoas por ligações com os guerrilheiros e toda a ação repressiva levou ao fim da guerrilha. O major continuou atuando na região do Araguaia como responsável pelo projeto de colonização do Exército na OP-3, no km 90 da Transamazônica, onde uma extensa área de terra foi dividida em lotes de 200 hectares, os quais foram doados às famílias que forneceram informações e colaboraram com as forças contra a guerrilha (Marcon, 1997).

O major continuou atuando na região, onde criou um laço de dependência das famílias assentadas para com ele. Marcon (1997) analisa que o bispo de Marabá/PA, Dom Alano Pena, elucidou que o OP-3 foi totalmente controlado por Curió, o qual teria feito uma "lavagem cerebral" nas famílias assentadas, inclusive proibiu a presença de religiosos que questionassem sua prática. Então, designou um capelão militar de sua confiança. Curió exerceu um caráter paternalista no local, em troca exigia a submissão política.

Curió, após a guerrilha do Araguaia, obteve mais espaço no Conselho de Segurança Nacional. Obteve o papel de ser o mediador entre o governo federal, posseiros e latifundiários. Atuou como "conciliador" nas áreas de tensão social no campo. Em 1980, atuou em: Alagamar/PB, Bico do Papagaio/MT, Marabá/PA e em Serra Pelada/PA. Serra Pelada havia uma desenfreada busca por ouro, inicialmente desarmou os garimpeiros. Em seguida, controlou toda a alimentação, usando dessa estratégia para recolher as armas. Os garimpeiros precisavam de uma identificação para retirar os alimentos em um posto da

Cobal, possibilitando o controle de pessoas à Polícia Federal. A estratégia usada por Curió em Serra Pelada e sua experiência fez com que se instalasse na Encruzilhada Natalino, replicando as mesmas táticas. Em Encruzilhada Natalino, proclamava nos alto-falantes que havia acabado com 16 áreas de tensão social. Com isso, deu o prazo de 15 dias para resolver ou acabaria com o acampamento (Marcon, 1997).

O relatório prossegue. Em 30 de julho de 1981, foi criada a "Coordenadoria do Acampamento do Natalino", sob comando de Curió. Em 15 de agosto, emitiu um comunicado intitulado "Aos Colonos de Encruzilhada Natalino", iniciou abordando sobre o "propósito" de encontrar uma solução justa ao que chamaram de "problema social criado a partir do Acampamento do Natalino" (SNI, 1981, p. 11). Foi oferecido as seguintes alternativas para solucionar o problema:

> - Terras na Bahia, no Projeto Serra do Ramalho;
> - Terras no Acre, no Projeto Pedro Peixoto;
> - Terras em Roraima, no Projeto Anauá;
> - Terras no Mato Grosso, no Projeto Lucas do Rio Verde;
> - Emprego no RS, nas Estações Experimentais da Secretaria da Agricultura do Estado/RS;
> - Apoio de transporte para aqueles que, voluntariamente, desejassem retornar a seus lugares de origem (SNI, 1981, p. 11).

Em relação aos colonos que aderiram à proposta governamental sobre o Mato Grosso, é descrito que seriam alojados em um acampamento de espera montado pelo governo do estado, com alimentação subsidiada pelo governo federal, até o deslocamento para a área do projeto. As promessas a quem fosse para o MT incluíam lotes de 200 hectares, sendo 100 hectares de reserva, créditos pelo Banco do Brasil, assistência técnica e médica e madeira para construção de casas

(Comunicado 15/08). Aos demais, foi estabelecido o prazo de 31 de agosto de 1981 para uma decisão. Ao expirar, foi retirada a "assistência prestada". Em realidade, 31 de agosto era a data final que Curió teria para acabar com a mobilização camponesa no acampamento de Encruzilhada Natalino, feito que de fato não conseguiu.

Com a presença dos interventores federais, ficou impossível acontecer as reuniões diárias, pois as lideranças eram perseguidas. Quando algum grupo de pessoas estivesse conversando, no meio estava algum agente secreto infiltrado. As entidades apoiadoras dos sem-terra encontraram dificuldade em visitá-los devido à pressão dos interventores. A Coordenadoria do Acampamento, chefiada por Curió, passou a incentivar os colonos ao projeto de Lucas do Rio Verde (Marcon, 1997).

Após 10 dias da presença dos interventores no acampamento, a repressão aumentou, visitas foram proibidas, ameaças constantes de terem os barracos queimados, inclusive apenas as mulheres podiam sair do acampamento, depois de responder a um questionário explicando o motivo da saída. Ao findar o prazo de 15 dias de Curió acabar com o acampamento, sem êxito, apresentou o número de 436 famílias cadastradas no acampamento. Dessas, 113 haviam optado pelo projeto Lucas do Rio Verde, 7 foram retiradas por não serem agricultores, 6 abandonaram, 2 aceitaram a proposta de emprego e as 308 restantes continuaram a reivindicar terras no RS (Marcon, 1997).

Com o fim do prazo de 15 dias e mais de 70% das famílias acampadas persistindo em serem assentados no RS, a Coordenadoria (Curió) estendeu o prazo até o final de agosto, mas oferecendo as mesmas propostas. Ao final dos primeiros 15 dias, Curió emitiu o "Comunicado n.º 1", alertando sobre a proximidade de esgotar o prazo e a necessidade de os acampados escolherem uma das propostas (Marcon, 1997). No dia 21 de agosto, a Coordenadoria emitiu o "Comu-

nicado n.º 2", em que apelou para os acampados aceitarem alguma das propostas do governo, pois o prazo da intervenção no acampamento estava findando. Após o dia 31, os interventores sairiam do local e cessariam os "auxílios" do governo aos acampados, somavam-se as ameaças de queimarem o acampamento, caso não aceitassem tais propostas.

No relatório, é descrito que a imprensa gaúcha deu destaque ao fato do encerramento do trabalho da Coordenadoria do Acampamento Natalino, comandada pelas forças repressivas em que Curió foi designado para chefiar a missão, na qual expediu o "Comunicado n.º 3", em 31 de agosto de 1981. É um documento em que é realizado um balanço das atividades da "Coordenadoria" e carregado de acusações contra a Igreja Católica, por meio da CPT/RS responsabilizada por "todos os movimentos geradores de tensão social na área rural brasileira" (SNI, 1981, p. 12). Perante as tentativas fracassadas em dissolver o acampamento, Curió buscou ao máximo culpabilizar a Igreja pela resistência dos agricultores sem-terra, pelo fato da grande maioria se manter firme no propósito de exigir terras no RS e não ter cedido e aceite serem reassentados no MT, onde não teriam voz depois de estarem lá, local que não era "mil maravilhas", como o governo militar passava a imagem.

No "Comunicado n.º 3", foram enumerados os "problemas criados pela ação do clero progressista em todo o país", foram mencionados nominalmente os bispos, padres e freiras responsáveis pela condução de movimentos de sem-terra no Brasil. Tal documento provocou a reação do padre Arnildo Fritzen de Ronda Alta, apontado como o maior responsável pelo insucesso do trabalho da Coordenadoria junto aos colonos. O papel prestado pelos religiosos, em verdade, era orientar os agricultores que não acreditassem fielmente nas propostas "faraônicas" do Curió, que representava o grande aparato repressi-

vo ditatorial vigente no período. Havia muita miséria nas áreas para reassentamento no MT, onde não teria como se rearticularem novamente e no RS havia terra suficiente para serem reassentados. O padre considerou o Comunicado Oficial como "um ataque a toda a Igreja Brasileira", denota-se o estado crítico do período entre os militares e a Igreja Católica.

A repressão resultou na proibição de visitação das entidades ao acampamento, as denúncias contra tal proibição não tiveram efeito. O acampamento estava isolado politicamente, a única solução aparente para combater as forças do governo militar era uma posição firme da Igreja do Rio Grande do Sul em apoio aos acampados. Até então, o posicionamento dos bispos estava disperso, entre os apoiadores dos sem-terra, de outro lado, Dom Vicente Scherer e Dom Colling, ao lado do governo. Os sindicatos, Fetag e partidos políticos de oposição politicamente eram fracos. Sindicatos de trabalhadores rurais dividiram-se entre apoiadores dos acampados e das propostas do governo. A única instituição que possuía forças para questionar o governo era a Igreja. Então, houve muitas expectativas em torno da reunião dos bispos do RS que seria realizada em 18 de agosto (Marcon, 1997).

As pressões de um posicionamento dos bispos aumentaram em relação ao amontoamento das denúncias realizadas pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) sobre as difíceis condições de vida dos acampados que estavam isolados e proibidos de receberem visitas. Tais fatores são somados à declaração de Curió de que qualquer padre ou freira que fosse "perturbar a ordem" no acampamento seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional e, se fosse estrangeiro, restaria a Lei dos Estrangeiros, provocaram um posicionamento mais incisivo dos bispos. O documento elaborado ao final da reunião dos bispos evidenciou uma crítica à estrutura fundiária vigente no país e à necessidade da reforma agrária. As alternativas apresentadas foram

a abertura de crédito para a aquisição de terras no RS e a redução do módulo rural na Fazenda Annoni para assentar mais famílias. As repercussões do posicionamento dos bispos foram positivas para os acampados, pois:

> A partir de então, várias entidades assumiram uma posição mais clara de apoio ao movimento; conseqüentemente, os interventores foram perdendo *legitimidade* e poder de ação. O documento dos bispos, inclusive, tornou-se referência para ulteriores discussões, pois, somente na Assembleia Legislativa, foi transcrito quatro vezes a pedido de deputados no período de 19 a 31 de agosto (Marcon, 1997, p. 136, grifo do autor).

O SNI prossegue ao colocar que, em 31 de Agosto de 1981, foi emitido o "Comunicado n.º 3 - Acampamento de Ronda Alta", por subtítulo "Aos Colonos de Encruzilhada do Natalino (e ao Povo Gaúcho)", em que a Coordenadoria do Acampamento Natalino (Curió) descreve que a atuação no acampamento durou um mês, em nome dos governos federal e estadual. Afirma que procuraram resolver o problema social das famílias acampadas, "dentro da lei e com espírito humanitário, dirige aos colonos o seu último comunicado". No prosseguimento, "lamentam" que, desde a chegada ao acampamento e enfeitam que as opções oferecidas e as medidas tomadas, em "sentido conciliatório", sofreram injúrias e difamações de muita gente. Caracterizaram no Comunicado n.º 3 uma intenção de "prestação de contas" e acusaram os acampados, religiosos e demais entidades apoiadoras como "exploradores da miséria" que não desejavam a remoção da miséria, pois sem a miséria não teriam como causar agitação. Porém é importante compreender que as "soluções" oferecidas pelos militares não eram benéficas aos agricultores sem-terra, eram medidas para acabar com o acampamento, levar essas pessoas à situação de miséria em

outras regiões do país ou em cidades e estarem desmobilizadas. Era essa a precaução defendida pela Igreja e sindicatos que desagradava ao governo militar.

O Comunicado prossegue ao tratar que o Movimento dos Sem-Terra insuflava os colonos e criava obstáculos que levavam a um impasse, acusava os dirigentes de considerarem Ronda Alta um "problema político" em que teria a oportunidade para ser realizada a "apregoada e necessária Reforma Agrária". O trecho original é reescrito, aos moldes do Curió, de um Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem-Terra, de 7 de agosto de 1981, de autoria da CPT, Pastoral Universitária (PU) e Movimento de Justiça dos Direitos Humanos (MJDH), na intenção de colocar a opinião pública contra os sem-terra e a CPT. Afirmava que o objetivo da CPT era transformar o acampamento de Encruzilhada Natalino em um foco que simbolizasse o início de uma mudança social, que "desrespeita o direito de propriedade, garantido pela Constituição" (SNI, 1981, p. 90) e as leis que regulavam a posse da terra. Ora, as leis eram feitas para defender os interesses dos grandes e excluíam os pobres da participação política. Prossegue ao tratar que Ronda Alta se inseria em um contexto em que eram instigados os agricultores a promoverem invasões de terras pelo país.

É mencionado a opinião do cardeal Dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, divulgada em 24 de julho. O cardeal confirmou a presença de religiosos nos grupos de pressão que instigavam os colonos a permanecerem no acampamento, "isentou" a Igreja da participação e culpou os religiosos da CPT que agiam independentemente da Igreja e da CNBB. O Comunicado complementa ao citar trechos da Bíblia para "mostrar" o "erro" dos padres e demais religiosos que apoiavam os agricultores. Cita uma passagem de Mateus 22:21 "Dai, pois, a CESAR o que é de CESAR, e a DEUS o que é de DEUS", para

justificar e ordenar que "o envolvimento da religião nas coisas terrenas fora condenado por JESUS" (SNI, 1981, p. 91). É intrigante analisar Curió e seus subordinados (militares), como queriam mostrar e ensinar sobre o cristianismo aos padres e religiosos, que, obviamente, em suas formações tiveram de estudar muito a partir da Bíblia.

Afirmou que o "Movimento dos Sem-Terra intoxicou" a mente dos colonos durante meses, deixando-os na situação de marginais, obrigados a sobreviver com doações, e atacou a origem das doações serem "duvidosas". Apontou que o acampamento se encontrava em condições precárias e três crianças haviam falecido, as mortes foram simbolizadas por três mantos brancos pendurados na grande cruz de madeira. O comunicado prossegue de uma forma cruel ao comentar sobre os mantos brancos pendurados na cruz, "exibidos como troféus. Troféus de uma causa inglória que precisa de cadáveres de pobres crianças para obter solidariedade de pessoas de boa-fé mas mal informadas" (SNI, 1981, p. 91). Os mantos brancos representavam a vida e a luta.

O Comunicado n.º 3 ataca Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás Velho (Goiás) e vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e Dom Moacir Grechi, bispo de Acre-Purus, por "não se contentarem em promover agitações e fazer política partidária em suas dioceses" e se deslocarem pelo Brasil, "sempre presentes onde haja oportunidade para disseminarem suas mensagens deletérias" (SNI, 1981, p. 91). É descrito que o primeiro bispo esteve em Ronda Alta rezando missa e foi "reprovado" pelo bispo local, por interferir em outra Diocese. O segundo enviou uma carta de solidariedade aos colonos, sua carta é chamada de "leviana", e que Dom Moacir "apressou-se em tirar partido da situação", sem ter ido presencialmente ao acampamento na ocasião. O apoio à causa dos colonos sem-terra recebia força com o apoio de bispos de outras Dioceses, porém o fato

desagradava aos militares, em especial ao Curió, o qual buscava atacar a atuação desses religiosos que estavam agindo "à luz" da "preferência pelos pobres" assumida no Concílio Vaticano II.

A análise prossegue ao acusar que os colonos de Encruzilhada Natalino vinham sendo "desumanamente manipulados com fins políticos" por religiosos que estavam agindo em nome de princípios cristãos. São atacados os religiosos, à frente o padre Arnildo Fritzen, por divulgarem boletins e panfletos "cheios de ódio e calúnias". Em verdade, alertavam nos panfletos sobre a situação de injustiça, exploração e descaso do Estado para com os agricultores sem-terra. Curió continua as acusações e cita trechos difusos da Bíblia sem contexto de explicação, apenas com fins de acusação:

> Falsos profetas, fariseus e escribas dos tempos modernos que JESUS condena em seus sermãos, há quase dois mil anos atrás:
> "- Acautelai-vos, porém, dos falsos profetas, que vêm até vós vestidos como ovelhas, mas interiormente são lobos devoradores (Mat 7.15)."
> "- Este povo honra-me com os seus lábios, mas o seu coração está longe de mim (Mar 15:8-9)."
> "- Mas em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos dos homens.
> - Observai, pois, e praticai tudo o que vos disserem; mas não procedais em conformidade com as suas obras, porque dizem e não praticam (Mat 23:3)." (SNI, 1981, p. 3).

Citam-se acusações referentes à Coordenadoria do Acampamento por esbanjar recursos na montagem de um armazém da Cobal para atender "gratuitamente" aos colonos e porque disponibilizou "aviões Búfalos" para visita aos projetos do Incra. É defendido que a Cobal e os Búfalos eram instrumentos que o governo dispunha

para atender ao povo naquelas situações. "Nem poderia ser diferente por se tratar de pessoas humanas e, portanto, merecedoras de toda a consideração e respeito" (SNI, 1981, p. 92), como se o coronel Curió tivesse tido algum respeito ou empatia por qualquer ser humano que discordasse o mínimo possível dele. Curió foi autoritário, repressivo e sem escrúpulos, como muito é evidenciado por suas atitudes nos documentos elaborados pelas entidades apoiadoras dos agricultores sem-terra. Em relação às visitações aos projetos do Incra, muito foi abordado que quem tivesse o interesse em conhecer era levado a conhecer outras áreas que parecessem perfeitas. As famílias que de fato aceitaram foram assentadas em áreas totalmente diferentes e miseráveis das quais haviam "visto".

É abordado que "eles" denunciam pelos jornais e, por meio dos seus "raivosos panfletos", o coronel Curió de desestruturar a organização dos colonos, de subornar e ameaçar, de ser inimigo dos padres e um homem perigoso, com uma liderança obtida à base do temor, da intimidação e da pressão. O coronel foi chamado de "astuto e matreiro" e de praticar "lavagem cerebral" nos agricultores para enganá-los (o que de fato aconteceu). Um colono que esteve em Serra Pelada teria desmentido Curió sobre as "maravilhas" daquele garimpo. A Coordenadoria do Acampamento fez um convite aos que desejassem, religiosos e colonos, para conhecerem Serra Pelada, colocava um avião à disposição para que eles vissem se o coronel Curió era "mentiroso". O Comunicado passou a "vangloriar" Serra Pelada e a atuação de Curió, afirmava que naquele local poderiam "sentir" o trabalho realizado e constatarem de que lado estaria a verdade. Continua ao dizer que "talvez nem precisem, porque, em Serra Pelada, está correndo um abaixo-assinado" (SNI, 1981, p. 93), na época com "mais de dez mil assinaturas", que seria subscrito por todos os garimpeiros, com o seguinte teor:

> ABAIXO ASSINADO. Nós abaixo assinado, para fazer justiça ao Dr. Curió e toda Federal, queremos que as mesmas pessoas que escreveram um boletim de Porto Alegre as notícias de que Serra Pelada é um campo de concentração, fique sabendo e escrevam agora que a gente não aceita essa mentira. Em Serra Pelada o que existe é todo mundo igual, Dr. Curió e os homens dele, só trabalham para o bem dos garimpeiros e de nosso querido Brasil. Aqui na Serra Pelada só proíbe é jogo de azar – cachaça – mulher. A Serra já foi visitada por jornalistas de todos os países e o mundo todo já sabe como é aqui. Não adianta ficar escrevendo mentira sobre a Serra Pelada (SNI, 1981, p. 4).

Dias antes, distribuíram uma carta, a terceira em nome dos "colonos sem-terra da Encruzilhada Natalino", com mais acusações contra o major Curió. O major afirma que a carta não foi escrita pelos colonos. Acusa a carta de carregar "tantas inverdades e tolices" sobre o acampamento estar uma "beleza" e que o coronel chegou com "uma montoeira de agentes secretos e tentou comprar o pessoal para ir prá BAHIA e pró MATO GROSSO" e por ter ameaçado botar fogo nos barracos de quem não aceitasse. Para distorcer as acusações, Curió bate na premissa, ao comparar a fala dos colonos de que "ninguém queria ir para o MT" com o fato de 137 famílias decidirem ir e seriam proprietárias, donas de suas terras e "progredirem com seu próprio esforço" (SNI, 1981, p. 93). Afirma que essas pessoas ficaram "amigas" do pessoal da Coordenadoria.

Ataca no Comunicado o fato de muitos terem falado de Ronda Alta, apresentando "dados falsos e propondo soluções inviáveis e até absurdas. Uns por má-fé, outros por desconhecimento da realidade". Afirmava que o governo não estava alheio ao problema de terras e enviava esforços para satisfazer os "anseios do homem rural". Que não bastava distribuir terras e regularizar a propriedade, se não fosse im-

plantada uma estrutura que tornasse a propriedade produtiva e capaz de proporcionar condições adequadas de sobrevivência aos que "labutam no campo" (SNI, 1981, p. 94). O Comunicado cita dados na intenção de evidenciar o que o governo estava fazendo em relação à distribuição de terras, entre o período de 1978 a julho de 1981, haviam sido entregues 335.796 títulos a agricultores sem terras nos diversos Estados da Federação. Continua ao salientar que aos agricultores não faltavam meios para aquisição de terra própria, inclusive o Banco do Brasil dispusera de financiamentos que necessitavam os agricultores para aquisição de implementos e sementes para plantio.

Cita que o governo nunca quis "arrancar" o agricultor do solo, porém, por "interesses da Nação", é obrigado a desapropriar terras em certas ocasiões, para empreendimentos energéticos "indispensáveis ao progresso do País", procurando colocar os desapropriados em outras regiões adequadas. Afirmou no Comunicado que o governo não fomenta o êxodo rural, pois estimula a ocupação de novas regiões no Oeste brasileiro, "como atestam várias áreas colonizadas e em plena ascensão econômica, gerando riquezas", enfatizou-se as áreas colonizadas em Mato Grosso, Rondônia e no sul do Amazonas. Elucidou que o governo assegurava o direito à posse da terra a quem a possuísse legalmente e que a legítima posse era respeitada, fossem terras da União, fossem terras particulares, quando se usasse o instrumento de desapropriação por interesse social, previsto no Estatuto da Terra em todo o país.

É elucidado que no norte e nordeste surgiram áreas de tensão social e conflitos entre proprietários e posseiros. O governo criou o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra) para simplificar o assentamento dos posseiros e reassentar ocupantes da terra. É citado que o governo adquiriu a Fazenda Santo Antônio em Mato Grosso para assentar posseiros da região, porém Dom Pedro Casaldáliga

Plá, da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, e os padres Antônio Canuto, Geraldo e Jesus criticaram como se deu esse processo. Da mesma forma, na região de Alagamar/PB, foram compradas terras e entregues à Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Alagamar LTDA para serem cultivadas por colonos da região. Dom José Maria Pires (Dom Pelé) "incitou" (teceu críticas e alertou) os agricultores a não se associarem àquela Cooperativa. Curió apresentou medidas no Comunicado e colocou os religiosos de outro lado como "atrapalho" ao assentamento de agricultores. De uma forma breve, todavia, não explicita a fundo os reais motivos pelos quais os religiosos posicionaram-se contra a forma que esses projetos estavam acontecendo.

Sobre a atuação de religiosos junto a indígenas e agricultores, é descrito sobre a Funai que, desde 1967, tentava demarcar a área indígena nas imediações da Fazenda Tapiraguaia, onde viviam os indígenas Tapirapé e Karajá, com uma população de 162 e 90 pessoas, convivendo com 18 famílias de colonos, 132 pessoas, sem atritos, desde 1960. O Comunicado trata sobre Dom Casaldáliga, Dom Tomás Balduíno, padre Antônio Canuto e as Irmãzinhas de Jesus, Nayr, Genoveva e Raimunda pertencentes a uma missão religiosa que estava na região desde 1932, ambos atacados por "exercerem sobre os índios uma perniciosa influência" (SNI, 1981, p. 97).

Foi enfatizado que houve ações levadas a efeito junto aos religiosos citados e solicitada a interferência do Núncio Apostólico no Brasil, mesmo que sem resposta, acusa os religiosos: "persistem na sua intenção de não cooperarem na solução harmônica, que vem sendo procurada de forma a assegurar o que é de direito a cada uma das partes envolvidas" (SNI, 1981, p. 97). É citado que o próprio Dom Pedro Casaldáliga reconhecia ser subversivo por citar em um de seus poemas: "Tenho fé de guerrilheiro e amor de revolução". É intrigante analisar como se deu o processo de enfrentamento entre os militares

e religiosos, pois os primeiros acionaram o Núncio Apostólico na intensão de que repreendesse os religiosos, até trechos de poemas serviam para "incriminar" alguém que estivesse contra os interesses dos militares no período.

O Comunicado n.º 3 critica a sugestão de assentar os agricultores, onde o trabalho seja em formato de cooperativa, argumentava que não era viável para os colonos acampados em Ronda Alta e que não teriam um título de propriedade. Assim, não aceitariam essa solução aqueles que estariam em busca de um pedaço de terra para sustentar sua família. Comparou a "solução" dada aos agricultores sem-terra de Encruzilhada Natalino com aquelas adotadas em outras regiões do país, onde os colonos eram assentados em terras da União e recebiam assistência técnica e social. Cita a existência de 40 projetos de colonização no Brasil, com ênfase nas regiões norte e centro-oeste, onde estavam assentadas 21.737 famílias de agricultores e que 9.921 outras famílias haviam sido assentadas em projetos de colonização particular, fiscalizados pelo Incra. Explicita que o governo estava assentando os agricultores nos 40 projetos de colonização e aponta serem infundadas e levianas as afirmações de que a solução encaminhada aos agricultores de Encruzilhada Natalino ter sido tomada por pressão do clero. Cita que o governo era contra a manutenção dos latifúndios improdutivos, porém o governo não promoveu uma reforma agrária em relação aos latifúndios. De tal modo, caracteriza o latifúndio produtivo ou na intenção de ser produtivo como "empresa rural", não passível de desapropriação, conforme estabelecido no Estatuto da Terra.

Em relação à pequena propriedade, aborda que seria respeitada pelo governo se fosse economicamente viável. Afirma que, nas pequenas propriedades com localização nas proximidades das grandes cidades, a atividade agrícola tornava-se "antieconômica" devido ao elevado preço que essas terras adquiriam. O Comunicado explana que não

havia como impedir que o pequeno produtor vendesse sua gleba aos "melhores aquinhoados das cidades", que transformariam as áreas em "sítios de lazer". Em suma, o governo não estava a favor da pequena propriedade, pois se estivesse iria incentivar os pequenos agricultores em geral a se manterem na atividade de produção de alimentos. Nesse caso, deveria incentivar os favorecidos pela proximidade aos grandes centros a não necessitariam vender a mão de obra a industriais e suas terras não fariam parte a outros latifúndios, pois em realidade a pequena propriedade passa a ser adquirida/anexada aos latifúndios, com funcionamento à base da monocultura, sem agregar de fato a produção de alimentos e na independência dos trabalhadores.

Curió afirma no Comunicado que o governo não precisava assumir compromisso com a reforma agrária, porque já estaria em curso nas aberturas de áreas de colonização. Um conceito de reforma agrária um tanto quanto estranho, pois pretendia deslocar os agricultores para áreas de colonização no centro-oeste e norte do país, mantendo intactas as grandes propriedades nas outras regiões. Trata que no Rio Grande do Sul toda a extensão das terras foi declarada área prioritária de emergência para fins de reforma agrária no Decreto n.º 58.612, de 6 de abril de 1966. A intervenção federal, segundo o Decreto, foi prevista para três anos e visou os trabalhos de levantamento cadastral de todos os imóveis rurais, avaliação dos recursos naturais, levantamento dos posseiros existentes nas diversas áreas de tensão, regularização da ocupação legítima da terra e desocupação de terras federais invadidas, regularização dos títulos de posse dos imóveis rurais ocupados por posseiros existentes na área, instalação de 30 novos postos de extensão rural, assistência técnica, crédito rural e seguro agrário e promoção de meios modernos de comercialização da produção agrícola.

O decreto de criação de área de emergência para fins de reforma agrária no RS, citado no parágrafo anterior, recebeu a doação de Cr$

35.000.000.000,00 (trinta e cinco bilhões de cruzeiros), destinados a investimentos na área no período de 3 anos, em 1966. Após realizados os trabalhos previstos pelo decreto no RS, o governo lançou seus "propósitos" de reforma agrária a outros estados, afirmando no Comunicado que nos outros estados os problemas de tensões sociais eram mais agudos. Considerou que declarar o Rio Grande do Sul como área prioritária de Reforma Agrária não teria o menor sentido e que só mesmo o desconhecimento dos problemas ligados à reforma agrária no País pode levar a esta sugestão. Está clara a posição do governo em ser contra a realização de uma reforma agrária no RS, evidenciou diversos argumentos de formas desconexas e até sem uma base sólida de onde surgiram tais dados para sustentar seus argumentos. Com isso na intensão de obrigar os agricultores a abandonarem a ideia de serem assentados no RS para comporem as levas migratórias de "povoamento" nas Regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, desconsiderando toda a questão cultural e de vivência desses agricultores, no sentido de estarem ligados ao "solo" do RS e que partissem para o "desconhecido" nas áreas de colonização em outras regiões, onde os recursos eram distantes e afastados, teriam difíceis condições de vida e não teriam forças para reivindicar e protestar ao governo.

O Comunicado voltou a atacar a atuação do clero. Consideraram que setores do clero reconheciam a complexidade do problema da reforma agrária e ofereciam colaboração para resolver. Todavia, a participação desses setores no problema apenas fez agravá-lo e Ronda Alta era um "exemplo vivo". A posição do governo e a do clero eram divergentes no quesito de solucionar o problema dos agricultores sem-terra, o governo pretendia assentá-los em outras regiões, enquanto o clero defendia o assentamento no RS. É abordado que uma alternativa era a concessão de créditos fundiários, porém não era tão simples. Uma tentativa de propiciar crédito fundiário foi feita

pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, mas não obteve aprovação por "ferir a legislação em vigor" e que qualquer medida tomada nesse sentido no RS constituiria um precedente para que outros estados pleiteassem crédito fundiário para solucionar seus problemas, graves na maioria. De outro lado, é colocado que as terras no RS atingiram preços que a aquisição de áreas para assentamentos demandaria enormes quantias, acima dos orçamentos designados para esse fim.

Havia uma proposta elaborada pelos bispos de redução da área dos lotes para que mais famílias fossem assentadas. No Comunicado n.º 3, a proposta de redução do módulo para a Fazenda Annoni é considerada fora de propósito, pois descrevem a definição de módulo:

> Imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, eventualmente trabalhando com a ajuda de terceiros (SNI, 1981, p. 13).

Deixaram claro que a fixação do módulo não poderia estar sujeita a variações para aliviar as tensões sociais. São citados fatores para embasar a teoria de que essa alteração não daria certo, como a necessidade de estudos técnicos demorados, que abrangessem a qualidade das terras, as culturas adaptáveis, considerar o clima da região, distância de centros consumidores e a possibilidade de escoamento da produção. Trata-se de um conjunto de desculpas para não assentar os agricultores e não alterar a estrutura fundiária vigente. De outro lado, produz certo grau de sentido quando se refere à diminuição dos módulos sem estar apoiada em estudos aprofundados, correndo o risco de atingir nas pequenas propriedades a diminuição de sua área, capaz de acarretar prejuízos ao agricultor. Ou seja, o lote de 20 hectares seria

reduzido e, quanto menor a área, mais difícil o pequeno agricultor se manter, pois se veria na "obrigação" de competir no modelo capitalista de produção agrícola.

O Comunicado evidencia que as forças militares sob comando do coronel Curió deixavam o acampamento seguros de que "honravam" os compromissos assumidos e "pediam" a atenção dos colonos para alguns aspectos. Os agricultores que não aceitaram as propostas de assentamento no Mato Grosso e optaram por continuar no acampamento foram classificados por repudiarem "a mão que lhes estendemos" e que continuariam a ser explorados pelos que pretendiam agravar as tensões e "provocar" agitação. O Comunicado é ardiloso. Para sustentar sua posição, cita o seguinte trecho da Bíblia "Antes no coração forjais iniquidade; sobre a terra fazeis pesar a violência de vossas mãos (Salmo 58:2)", e então acusa o padre Arnildo Fritzen, por liderar os "movimentos de invasão de propriedades", no Rio Grande do Sul, suas propostas por acarretarem divisão de terras de "posse legítima". Inclusive, acusa que continuaria as atividades no acampamento de Encruzilhada Natalino a irmã Bruna Duranti, conhecida por irmã Aurélia, de origem italiana, havia vivido no Uruguai e que "aqui vem disseminando discórdia e a desordem". A freira italiana havia "instigado os acampados a não cantar o Hino Nacional e a não reverenciar a Bandeira, sagrados símbolos da Pátria" (SNI, 1981, p. 8). Buscou-se culpar o padre Arnildo e a irmã Aurélia pelo insucesso da tarefa do Curió em acabar com o acampamento, pois a atuação dos religiosos deu-se no sentido de alertar os colonos sem-terra sobre as medidas fantasiosas oferecidas pelo governo, para não desistirem da luta por um pedaço de terra, trabalhos que mantiveram os colonos persistentes na causa e frustrou os objetivos do Curió.

O Comunicado continua com as acusações sobre a atuação dos dois religiosos, padre Fritzen e irmã Aurélia. Classifica a atuação

como "aparentemente piedosa" e "não se compatibiliza com a doutrina cristã da Igreja". Para sustentar as acusações, é citado outro trecho da Bíblia: "Porque haverá homens que têm a aparência de piedade, mas negam a eficácia dela. Destes afasta-te (II Tim 3:2-5)". Na atuação de Curió, é constantemente perceptível ele citar trechos da Bíblia, sem nenhuma base, e querer ensinar aos religiosos sobre o cristianismo. Prosseguiu ao descrever "se a Pátria não existe para eles, não podem falar em nome de Deus, antes invocam o seu santo em nome em vão", considerava que o Brasil se mantinha unido pelo espírito altivo do povo e pelas bençãos de Deus, no binômio "Deus e Pátria". Usou desse discurso enfeitado para dizer que o Brasil se formou "à sombra da CRUZ, da Cruz de um Cristo bom e amoroso e não de um tal Jesus das gravações destinadas às Comunidades de Base" (SNI, 1981, p. 8). Citou os seguintes trechos da Bíblia para sustentar seu posicionamento:

> Admoesta-os que se sujeitem aos principados e potestades, que lhes obedeçam, e estejam preparados para toda a boa obra;
> Que a ninguém infamem, nem sejam contenciosos, mas, modestos, mostrando toda a mansidão para com todos os homens (TITO 3:1-2).
> Sujeitai-vos pois a toda a ordenação humana por amor do Senhor:
> Quer ao rei como superior;
> Quer aos governadores, como por ele enviados para castigo dos malfeitores, e para louvor dos que fazem o bem.
> Honrai a todos. Amai a fraternidade. Temei a Deus.
> Honrai o rei (I PEDRO 2:13-14. 17). (SNI, 1981, p. 15).

O cristianismo que Curió "pregava" era aquele antigo, tradicional, baseado apenas em "rezas", na manutenção da ordem social e que não afrontasse os interesses dos poderosos. Com isso, via-se afron-

tado pelos religiosos que abordavam um cristianismo embasado no Concílio Vaticano II, em que não aceitavam as injustiças e explorações, buscavam a superação das injustiças sociais e eram acusados de comunistas. O major Curió puxa para sua atuação o motivo de não ter mais falecido crianças no acampamento ao citar: "durante a nossa presença, que hoje se encerra, nenhum outro manto branco foi pendurado na cruz" (SNI, 1981, p. 9), o que é uma falácia. Em tom de ameaça, o major prossegue ao explanar que todos tivessem o conhecimento de que a partir da data que ele se retirava do acampamento, os novos mantos brancos não poderiam significar crianças mártires, mas crianças inocentes assassinadas e que cada um assumisse a própria responsabilidade. O acampamento que prosseguisse em Encruzilhada Natalino não deveria ser considerado "Acampamento dos sem-terra mas Acampamento dos que não querem terra". Essa era a verdadeira personalidade do Curió, aparência de "bonzinho" nos primeiros dias para iludir os agricultores sem-terra, frustrado, a verdadeira face vem à tona, ameaçar e ser capaz de assassinar crianças, Curió possui uma história de crimes e de horrores dedicados à ditadura militar.

É abordado um parágrafo referente a um Comunicado anterior, n.º 1, que considerava o prazo de um mês em que os militares estariam no acampamento. Estava chegando ao fim e a Coordenadoria apelava aos colonos que decidissem sobre as alternativas oferecidas, pois ao fim do prazo, o "problema" que os agricultores representavam ao governo, deixaria de ser social e passaria a ser tratado como de caráter exclusivamente policial, sujeitos às consequências. Ainda no Comunicado n.º 3, é afirmado que o futuro "há de conduzir os pobres iludidos que aqui permanecem pelos amplos e ilimitados descaminhos da marginalidade" (SNI, 1981, p. 9). Por meio da pressão e da intimidação, a Coordenação, representada pelo Curió, tentou de todas as formas acabar com o acampamento e sua organização, levando esses

agricultores a serem empregados na cidade ou para os projetos de colonização no Mato Grosso. Todavia, não obteve sucesso. É tratado que as famílias que permaneceriam acampadas nas margens da estrada, na chamada "faixa de segurança", além do acostamento, considerada "faixa de domínio da rodovia", em posse do Estado, não poderiam continuar lá devido a alegações de que aquela área não poderia ser objeto de ocupação. O Comunicado descreve aquela ocupação como "invasão" do bem público e que o Estado estaria autorizado a agir em defesa de sua propriedade, usando a força policial.

O Comunicado n.º 3 estabelece forte oposição à continuidade do acampamento de Encruzilhada Natalino, além de fazer alusão a uma necessária intervenção de força policial, interroga:

> O que esperar deste Acampamento sobrevivente, na forma que o concebe e o alimenta o autodenominado "Movimento dos Sem Terra", como se fosse problema político, mais do que legal, mais do que sujeito a dados técnicos, apenas dependente da decisão das famílias acampadas, abrindo oportunidade à Reforma Agrária? (SNI, 1981, p. 17).

Prossegue em um misto de questionamentos e ataques, enfatiza o que esperar de um "ajuntamento" que funciona como "força de pressão", obtendo reconhecimento e desejado pelo cardeal e os bispos do Rio Grande do Sul. Para reforçar a posição do governo e não ceder à requisição dos agricultores sem-terra, descreve que uma Reforma Agrária aos moldes que estava sendo pautado no acampamento de Encruzilhada Natalino não seria permitida, da mesma forma que "não a obtiveram, desta forma, antes de 1964" (SNI, 1981, p. 10) e não a teriam no período.

Os militares temiam o futuro dos acampados em Encruzilhada Natalino, devido ao que acontecia no Brasil no período. É citado que

em outras áreas havia vários conflitos de terra que resultaram em conflitos armados. O Comunicado acusa que o estímulo à violência era de responsabilidade dos religiosos e agentes de pastoral. São citados os seguintes lugares onde houve confrontos: Araguaia, Vizeu, Nova Jacundá e São Geraldo no Pará, Rio Branco no Acre, Navirai no Mato Grosso do Sul, Ariquemes em Roraima, Correntes em Pernambuco, Araguaiana em Goiás. Em São Geraldo, haviam ocorridos quatro incidentes, no último, em 13 de agosto de 1981, agentes da Polícia Federal foram emboscados. Curió afirma que o culpado foi o Padre francês Aristides Câmio, subordinado do bispo Dom Alano Maria Pena da Diocese de Marabá, em que por meio de suas pregações inspirou os 13 participantes da emboscada, posseiros pobres, que foram presos. Quando Curió cita "fatos" sem explicar de onde são as "evidências" e o que de fato houve, é de se questionar a veridicidade de tais fatos. Os militares acusaram os religiosos como responsáveis pelo estímulo à violência, porém os agricultores estavam lutando por uma área de terra e eram amparados pelo apoio e organização dos religiosos em defendê-los das artimanhas do governo. Os religiosos são acusados de agitadores por estarem alertando os agricultores. Então, eram acusados e difamados por dificultarem as ações do governo.

Sobre a participação de religiosos e religiosas nos movimentos pela terra, são abordados alguns casos no Comunicado, como o ocorrido 15 dias após um conflito de terras em Sumaúma. O ministro da Agricultura recebeu um abaixo-assinado, com quase 500 assinaturas, originário de Cremona na Itália, protestando contra a minoria dominante e exigindo reforma agrária. É questionado ironicamente se por coincidência os "instigadores" mais atuantes na região eram: o missionário Nicola Arponi e o frei Henrique Roziens, ambos estrangeiros, as missionárias Lurdes Góis, (brasileira) e Nicolina (francesa), as religiosas Beatrice Uruck (francesa), Marie Madeleine Hauffer (francesa) e

o padre Stanislaw Swiderski (polonês). Em Pernambuco e na Paraíba, esteve o padre belga José Comblin "instruindo" sacerdotes e agentes de pastoral. Religiosos e religiosas estiveram presentes, atuando junto aos agricultores pela reforma agrária, porém os militares descrevem a atuação dos religiosos como algo criminoso. Em verdade, estavam apoiando e organizando aquele povo pobre.

É descrito que em 24 de agosto, sem a aprovação do cardeal, compareceram ao acampamento 120 religiosos, 92 eram padres, para "o confronto, que não houve". É tratado sobre a carta que os religiosos assinaram, por estar "cheia de falsidades e até deturpa o evangelho". Curió considerou a carta "ridícula" e o dizer que "todas as lutas do povo gaúcho e brasileiro de hoje passam pela Encruzilhada Natalino", como "demagogia exagerada" (SNI, 1981, p. 12). Classifica como mentira a "acusação" de que ninguém podia sair do acampamento e das ameaças constantes e intimidações que recebiam os agricultores. Passou a questionar os padres que atuavam no acampamento de Encruzilhada Natalino e não foram ao "Acampamento Quero-Quero" (esse último acampamento era montado pelo governo, onde os agricultores aguardavam serem destinados a Mato Grosso).

Nesse sentido, é descrito: "dizem os padres que se apresentaram em Ronda Alta como o bom samaritano, que atendeu o ferido à beira da estrada" (SNI, 1981, p. 12), após é transcrita a parábola do Bom Samaritano, do Livro de Lucas (10-25.30) da Bíblia, passagem que descreve sobre o pobre que foi assaltado e ferido, abandonado na beira da estrada, ninguém o ajudava, apenas o "bom samaritano" o ajudou. O fragmento após ser citado serviu para o seguinte questionamento: "Quem é o bom Samaritano? Os padres, que viveram um momento de ódio, ou a Coordenadoria, que oferece uma vida de paz?" (SNI, 1981, p. 13). Curió e sua equipe montaram no Comunicado n.º 3, um aparato de trechos e fragmentos para defender sua tese de acabar

com o acampamento. Para isso, usou dados e informações desconexos sem citar de onde surgiram, ou seja, o embasamento, a veracidade, e trechos da Bíblia, ao "pé da letra", sem a compreensão dos significados, apenas para defender seu ponto.

Prossegue com uma "Prestação de Contas", antes da retirada, referente ao dia 28 de agosto de 1981. Trata de um levantamento efetuado em 31/07/1981, o qual aborda: famílias acampadas: 510; barracos: 344; pessoas adultas: 695; crianças: 780. Levantamento realizado em 28/08/1981: famílias acampadas: 317; barracos: 270. Famílias inscritas para o Mato Grosso até 28/08/81: famílias inscritas: 137; famílias que aguardam na Cemapa (acampamento de espera): 62; famílias que aguardam em suas residências ou de familiares: 75. Famílias que deixaram o acampamento por diversos motivos: famílias que deixaram o acampamento e retornaram para suas residências: 44; famílias que foram convidadas a deixar o acampamento: 7; famílias que deixaram o acampamento por terem optado por empregos: 3; famílias que abandonaram o acampamento por ocasião da chegada da Coordenadoria: 2. Assistência médica e hospitalar entre 30/07 a 27/08: consultas: 1678; vacina poliomielite: 280; baixas hospitalares: 6 adultos e 7 crianças; 10 partos. Esses números apresentados pela Coordenadoria no Comunicado são curiosos e nos levam a crer que são tendenciosos, pois em relatórios abordados anteriormente, elaborados pelo SNI, em julho de 1981, destacam que havia números mais expressivos como o de 650 famílias acampadas, 1.500 crianças e um total de 3.000 pessoas no acampamento.

Encaminhando-se ao final do Comunicado, é evidente uma mudança na posição crítica e acusatória, para um discurso "amistoso", como se fossem bons amigos dos acampados. Agradecem a "compreensão" e afirmam que nunca mentiram, tudo que ofereceram foi em nome do governo. Alegram-se pelos que aceitaram as propostas

oferecidas e que estariam junto com eles. Estariam de mãos estendidas aos que permaneceriam em Encruzilhada Natalino, mesmo que esses "infamaram" o papel da Coordenadoria, dedicando-os à frase dita por Cristo na Crucificação: "Senhor! Perdoai-os que eles não sabem o que fazem!". Percebe-se um autoposicionamento, como se a Coordenadoria fosse a única detentora de fé e de conhecimento, e concluem: "Desde já, o nosso adeus para uns e o nosso até breve para outros" (SNI, 1981, p. 15). Em Ronda Alta, dia 31 de agosto de 1981, período de intensa repressão, ameaças e falsas promessas, encerraram-se as atividades da Coordenadoria do Acampamento Natalino. Após a retirada oficial da Coordenadoria sob comando do major Curió, uma comissão formada por 33 integrantes do MJDH/RS, da PU/RS, do Movimento de Justiça e Não Violência (MJNV) de Pelotas/RS visitou o local para prestar solidariedade à luta dos colonos remanescentes.

O ponto seguinte (ponto 8) aborda que o Comunicado n.º 3 da Coordenadoria repercutiu em diversos setores envolvidos no problema, provocando reações variadas. Em 8 de setembro de 1981, foi realizado no acampamento de Encruzilhada Natalino um culto ecumênico "em desagravo às imputações daquele documento". O ato foi denominado "caminhada da reflexão". Compareceram em torno de 300 religiosos e leigos de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), 6 pastores da IECLB e representantes das entidades promotoras da manifestação (MJDH/RS, PU/RS e CPT/RS). Foi realizada uma "missa conjunta", em que vários oradores se manifestaram, reiterando a posição em favor do reassentamento dos colonos no Rio Grande do Sul. São classificadas as "presenças mais destacadas" no encontro: o padre João Bosco Luiz Schio, coordenador da CPT/RS, padre Marcelo Barrios, da Comissão Nacional da Pastoral da Terra, padre Natalício José Weschenfelder, membro do Conselho Indigenista Missionário (CIMI/PR), e o pastor Osmar Armange, da IECLB.

Em 9 de setembro de 1981, a Comissão de Justiça e Paz do Rio Grande do Sul, órgão da Regional Sul-3 da CNBB, divulgou um documento contestando o Comunicado n.º 3, acusando o Cel. Sebastião Rodrigues de Moura (Curió) de instrumentalizar o Evangelho. Por isso, estariam "admitindo" que o objetivo da Igreja é promover a reforma agrária. É descrito que o documento cita como fonte inspiradora a Doutrina Social da Igreja e refere-se o "Manifesto de Apoio dos Bispos Brasileiros a uma Autêntica Reforma Agrária", sugerindo duas opções propostas pelo "Episcopado Gaúcho" reunido em Passo Fundo: a criação do crédito fundiário e a redução do módulo rural de 25 para 16 hectares.

O próximo ponto (ponto 9) aborda que o bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Colling, tendo em vista o noticiário da imprensa estadual sobre o possível enquadramento do padre Arnildo Fritzen na Lei de Segurança Nacional (LSN), tomando por base boatos correntes, acusou nominalmente o MJDH/RS, a CPT/RS e a PU/RS de incitamento dos colonos e de estimularem um confronto com o governo. A manifestação de Dom Cláudio se constituiu em uma censura aberta às entidades atuantes na área de tensão social de Natalino, fato que havia sido acusado pelo cardeal Alfredo Vicente Scherer. Denota-se a preocupação de Dom Cláudio com a defesa da atuação do padre Arnildo Fritzen, atribuindo a "ação agressiva" às entidades citadas. Devido às circunstâncias, contando com a mediação de Dom Cláudio, o padre Arnildo deixou temporariamente de prestar assistência espiritual aos colonos, a partir de 21 de setembro de 1981.

Essa decisão foi tomada durante a reunião realizada em Passo Fundo, em que tomaram parte o futuro arcebispo de Porto Alegre, Cláudio Colling, os bispos: Dom Urbano José Allgayer e Dom Edmundo Luiz Kunz, de Porto Alegre, Dom Jaime Henrique Chemello, de Pelotas, e Dom Nei Paulo Moretto, coadjutor de Caxias do Sul. Na

reunião, também participaram o padre João Bosco Luiz Schio, coordenador da CPT/RS, padre Osvino José Both, da Pastoral Diocesana, e o próprio padre Arnildo. Ao final do encontro, foi distribuída uma nota contendo a posição dos presentes, que foi transcrita nesse relatório sintetizada em: atribuir aos colonos a responsabilidade pelo prosseguimento do movimento, a FETAG/RS e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região a gestão e assessoramento e prosseguir no "propósito de prestar assistência espiritual" a comunidade acampada. Trata-se que a retirada do padre Arnildo, com sua concordância, tem a intensão de "colaborar para a solução do problema", em face do seu possível enquadramento na LSN, segundo Dom Cláudio. Foi designado o padre Ênio Luís Bottan de Sarandi, para atender o acampamento.

O ponto seguinte (ponto 10) aborda sobre o "movimento popular" do RS, especialmente apor meio do MJDH/RS, aliado a "setores progressistas da Igreja Católica", representados pela CPT/RS e pela Pastoral Universitária (PU). Movendo bandeiras de luta específicas, utilizando-se da situação gerada pelo impasse vigente no acampamento de Encruzilhada Natalino como instrumento de pressão política contra as autoridades governamentais com objetivos definidos: confronto entre colonos e o poder constituído e a luta pela adoção da Reforma Agrária. Acusa que as alas conservadoras e moderadas do clero gaúcho, com algumas exceções, eram instrumentalizadas pelos setores radicais internos, fato materializado pelos posicionamentos intransigentes sobre a questão. As lideranças sindicais de trabalhadores rurais permitiam a divisão do exercício da liderança do movimento de apoio e solidariedade aos agricultores com entidades estranhas à classe rural.

Acusou-se em torno de que a questão agrária nacional era particularizada a nível regional, como a Encruzilhada Natalino, símbolo de luta pela Reforma Agrária, prestando-se como condutores de um processo social do ponto de vista das "esquerdas radicais", onde

"a comunidade de agricultores sem-terra se transformou em massa de manobras". Após o afastamento do padre Arnildo, a Igreja Católica partiu para uma ação pastoral evangelizadora mais efetiva, abandonando o trabalho de conscientização e coordenação do Acampamento de Encruzilhada Natalino. A atitude "revisionista" de Dom Cláudio Colling visava isolar o clero das manifestações e envolvimento em questões de movimentações sociais, atribuindo os acontecimentos em Encruzilhada Natalino propriamente aos colonos e sindicatos.

Em anexo, há um mapa (Figura 9, na página seguinte), no qual aparece a localização do acampamento de Encruzilhada Natalino, as grandes propriedades ao redor e onde localizavam-se as granjas Macali e Brilhante, as quais viraram assentamento após as ocupações em 1979. Esse mapa elaborado pelo SNI demonstra o quão fundo foram com o aparato de vigilância, pois realizaram o levantamento das áreas em questão, posição geográfica, além dos extensos e diversos relatórios sobre as atividades desenvolvidas pelos sem-terra, religiosos e entidades apoiadoras.

O relatório do SNI carrega alguns anexos como o seguinte "Boletim Especial" da FETAG/RS e da Comissão Organizadora da Concentração do dia 25 de julho de 1981, em Ronda Alta. O boletim intitulado "Encruzilhada Natalino ou Encruzilhada dos Colonos" inicia com uma imagem representando uma encruzilhada. No centro dela havia três pontos defendidos no ato: "Terra, preços e saúde" apontados com o dizer "Insegurança do Colono". Ao redor, havia caminhos apontando em direções que são representadas por fatores que os afetavam, um caminho possuía o dizer: "Resistir na Terra", outro caminho descrevia: "União, Organização, Pressão, Abaixo-Assinado, Concentração-Acampamento". No outro caminho, havia os dizeres em forma de reflexão: "Abandonar a Terra? Desemprego? Abandonar a Luta? Marginalização? Ir para a cidade? Salário de fome?". No

último caminho, havia as perguntas: "Diminuir a produção? Não comprar insumos? Não tomar financiamentos? Cada um buscar solução isoladamente?". Ao lado de um desses caminhos, está descrito em forma de reflexão: "Quem não se encontra nesta Encruzilhada? Que rumo seguir? Aceitar o rumo que os outros traçaram para nós? Ou assumir a Luta pela Defesa de Nossa Classe?". Cada caminho simbolizava as alternativas e angústias que representavam as opções que os agricultores sem-terra possuíam.

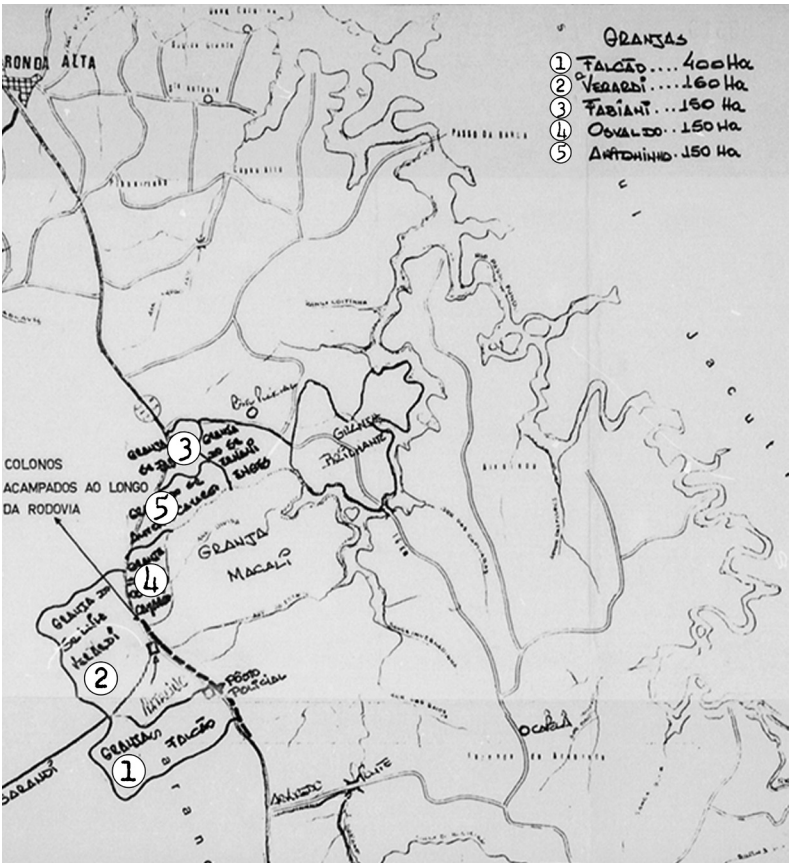


Figura 9. Mapa com a localização do acampamento de Encruzilhada Natalino e Granjas Brilhante e Macali. Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional.

Abaixo da imagem da Encruzilhada, é apresentado um texto em nome dos pequenos produtores, abordando que a cada dia que se passava sentiam que ficavam "mais pobres, mais inseguros, mais desamparados". Reforçam que sempre se esforçaram para produzir "mais e melhor". Responderam prontamente aos apelos de modernização e produtividade. Com isso, encheram os "celeiros do Brasil" com as maiores colheitas da história. Apesar disso, qualquer problema de saúde que os acometesse poderia deixá-los na miséria da noite para o dia. Destacam que, para quase todos os produtos, os preços não compensavam o trabalho duro e "sacrificioso" que eles desempenharam e que esses agricultores estariam "pagando para produzir". Denunciaram estarem descapitalizados e pressionados pelos gananciosos que queriam terra para negócios. Com isso, estavam sendo empurrados para "engrossar os cinturões da miséria" e aumentar as filas de desempregados nas cidades. O pagamento que recebiam pelo trabalho de assalariados rurais não permitia sobreviverem. Descreveram estar começando a descobrir que "tudo isso não acontece por acaso" e decidiram que tal situação não poderia continuar acontecendo com "a nossa classe", constituída em mais de 50 milhões de brasileiros. Decididos a enfrentar uma longa luta pela conquista de direitos, unidos e organizados exigiam, em relação a: saúde – mudanças na Lei da Previdência, segurança total para o agricultor na doença e na velhice, preços – que fossem cobertos os custos da produção, reajustados de acordo com o aumento dos insumos e com margem de lucro, e terra – para quem nela trabalha, respeito a livre escolha de região para assentamento e o cumprimento do Estatuto da Terra.

A segunda folha do Boletim traz uma série de reflexões por meio de algumas perguntas e respostas sobre do que se tratava a movimentação dos agricultores sem-terra. A pergunta inicial era: "Quem são os acampados?". Então, foi descrito: "É a pergunta que todos se fazem.

Alguns procuram acusá-los de 'vadios e aproveitadores'. Outros já dizem que são 'agricultores que querem condições para trabalhar'". Em seguida, tratou-se sobre: "O que nos diz a Comissão Diocesana de Passo Fundo": "São homens simples com vontade de trabalhar, tanto que pedem terra exatamente para isso. São o grito unido dos sem-terra desta região enfrentando corajosamente o rigor da chuva, do frio e da fome" (SNI, 1981, p. 21).

O próximo questionamento do Boletim era: "O que nos dizem os próprios acampados, que eram trabalhadores rurais, não criminosos, filhos da região em questão, muitos foram expulsos da área indígena, muitos eram filhos de agricultores, os pais não possuíam condições de comprarem terras para seus filhos. O próximo ponto era: "O que querem os acampados", foi elucidado que como agricultores, achavam possuir o direito a ter um pedaço de terra para plantar, queriam até pagar por ela a partir do trabalho. Em seguida, consta a posição da FETAG/RS, referente à Assembleia Geral de 03/05/1981, em que externava o apoio e solidariedade de toda a categoria dos trabalhadores rurais à luta iniciada pelos colonos que buscaram o direito de possuir um pedaço de terra para trabalhar e sobreviver, estendendo a colaboração a fazer com que as autoridades reconhecessem esse direito.

Em seguida, são abordadas questões referentes à terra. É perguntado "Com quem está a terra no Brasil?". Então, são descritos dados oficiais do Incra: 70,1% das famílias ocupam apenas 10,8% das terras; enquanto 29,9% das famílias ocupam grandes propriedades em um total de 89,2% das terras. Existiam 7 milhões e 400 mil famílias de agricultores sem-terra entre assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários. Após, é tratado sobre a distribuição de terras no Rio Grande do Sul: 111.776 famílias ocupavam grandes propriedades, somando 18.538.851 hectares; 431.546 famílias ocupavam pequenas propriedades, totalizando 5.971.006 hectares. No RS, quase 80% das

famílias ocupavam uma quarta parte das terras, enquanto as outras famílias (20%) ocupavam as outras três quartas partes das terras. Em 1975, apenas 6.967 famílias no RS controlavam 9.063.512 hectares, ou seja, 44% das terras agricultáveis do estado. Calculava-se no período a existência de 150 mil a 200 mil famílias sem-terra no Rio Grande do Sul. Foram apresentados dados referentes ao município de Ronda Alta no exercício de 1981. O levantamento abrangeu 78% do município e foi realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta: proprietários até 5 hectares – 182 pessoas; arrendatários e agregados – 647 pessoas; empregados, assalariados – 92 pessoas.

Após, é tratado sobre o Estatuto da Terra e seu significado. Inicia-se pelo princípio de que o Estatuto da Terra é a "Lei Maior sobre os problemas da Terra", na Lei n.º 4.504, de 30/11/1964, e na Lei n.º 5.889, de 08/06/1973. Consta que a fidelidade do Estatuto é, no Artigo 1º: Promover a Reforma Agrária, isto é: promover a melhor distribuição da terra, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade, para promover a Reforma Agrária a Lei trata sobre o "Direito do Trabalhador" e o "Dever do Poder Público". O artigo 2º refere-se ao chamado "Direito do Trabalhador" em ter o acesso à propriedade da Terra e ao "Dever do Poder Público" em, 1º: promover e criar condições de acesso dos trabalhadores rurais à propriedade da terra "economicamente útil" e de preferência nas regiões em que habitam; 2º: zelar que a propriedade da terra desempenhe sua função social.

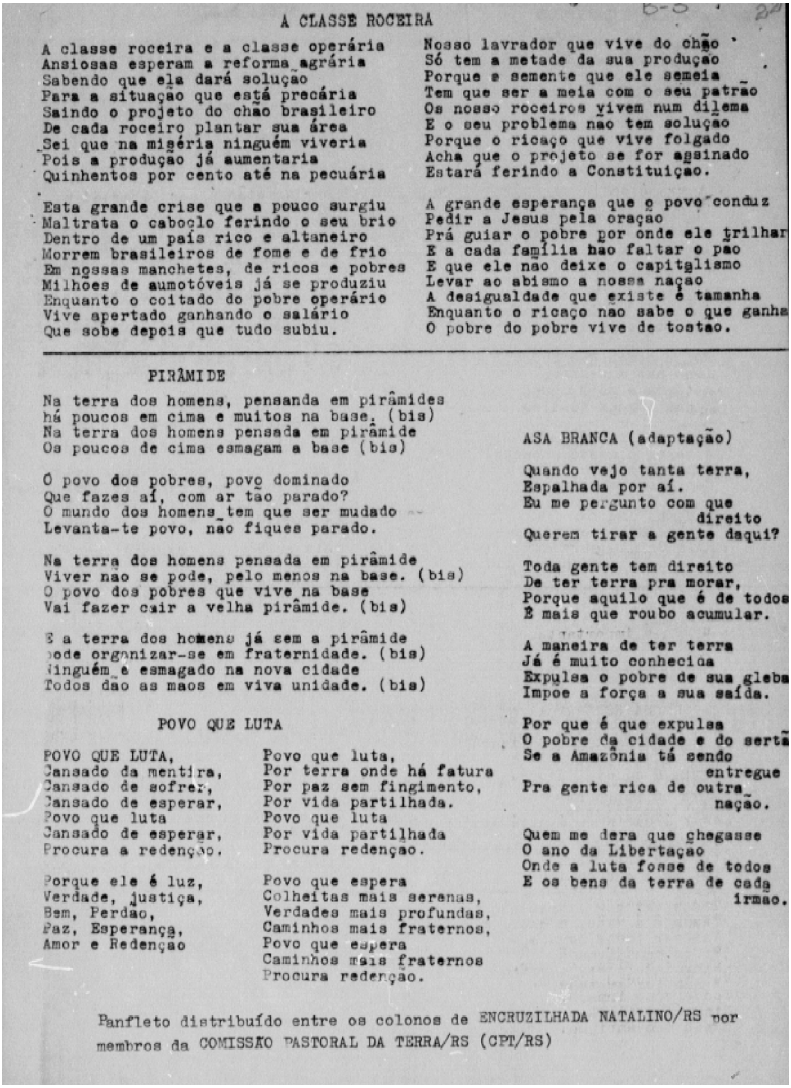
Consta em anexo no relatório panfletos de cantos utilizados no Dia do Colono, 25 de julho de 1981, distribuídos por membros da CPT aos agricultores de Encruzilhada Natalino. Os cantos utilizados possuem letras de reflexão e de protesto, em que os agricultores sem-terra expressam a luta por acesso à terra, as injustiças contra os trabalhadores dessa classe em detrimento ao acumulo de terras em

mãos de poucos. No panfleto, há os cantos intitulados: A Classe Roceira, Pirâmide, Asa Branca (adaptação), Povo que Luta, A Terra é de Todos, Nossa Alegria, Nossa Esperança e Caminhando para a Luta (Hino oficial dos Acampados). O canto "A Classe Roceira" aborda sobre as classes roceira e operária, as quais ansiavam pela reforma agrária e que ela traria a solução para a situação difícil que o povo enfrentava. Assim, "cada roceiro" poderia cultivar seu pedaço de terra, ninguém viveria em miséria, critica a grande diferença entre os pobres que viviam em péssimas condições, obrigados a entregar metade da produção aos patrões, enquanto os ricos ostentando luxos, ficavam cada vez mais ricos. Por isso, o povo pedia a Jesus para guiar os pobres, não lhes faltar o pão e defendê-los contra o capitalismo gerador de tanta desigualdade. O canto "Pirâmide" faz uma alusão à sociedade com uma pirâmide, em que os poucos que estão no topo fazem sofrer as multidões que estão na base. Com isso, buscavam um novo modelo sem a pirâmide, no qual houvesse fraternidade. Sobre a adaptação do canto "Asa Branca", é feita uma crítica à existência de tanta terra em mãos de poucos e esses poucos buscavam tomar, por meio da expulsão, a pouca terra que os pobres possuíam.

O canto "Povo que Luta" é um desabafo, uma crítica das vivências do período, pois aborda que o povo estava cansado de mentiras, de sofrer e esperar, tal povo ansiava por paz, partilha, boas colheitas, verdades e fraternidade. O canto "A Terra é de Todos" se embasa na interpretação do contexto bíblico em que a terra era direito de todos terem acesso e cultivá-la, porque Deus teria a criado e entregue a Adão para tirar seu próprio sustento, porém com o pecado apareceu o egoísmo e o acumulo, fatores considerados injustos. Com a terra sendo de todos, era necessária a união do povo para vencer o contexto de dominação vigente. O canto "Nossa Alegria" transmite "esperança" aos acampados. A letra é sobre o povo se alegrar em saber que um dia

todos seriam libertados, continuar na Luta, pois Jesus havia mandado libertar os pobres. O canto "Nossa Esperança" também aborda sobre a libertação do povo, as injustiças e a opressão iriam acabar, com a luta e com fé na esperança de um mundo novo. O canto "Caminhando para a Luta", descrito como hino oficial dos acampados, é caracterizado por conclamar os irmãos (povo) a lutar para conquistar um pedaço de terra, descreve a dificuldade da luta e sobre a exploração dos pobres, a importância da união e por terem fé que Deus os ajudaria nesse processo.

É importante analisarmos como as questões culturais e religiosas estavam totalmente presentes na forma de expressão dos agricultores sem-terra. Por meio dos cantos, eram manifestados seus anseios, preocupações, esperanças, união, a promoção de reflexões e a forma de coragem e ânimo transmitida nas manifestações realizadas por eles. Em seguida, consta uma carta elaborada pela Pastoral Universitária de Porto Alegre/RS. Intitulada "Carta Aberta à População", denunciou a grave situação em que se encontravam os colonos sem-terra acampados em Ronda Alta há meses, fator que se tornou o principal assunto dos jornais de todo o país. Era esse o maior problema que o governo do estado enfrentava nos últimos tempos, devido ao fato de que o movimento questionava profundamente o modelo político econômico do Brasil, totalmente enraizado na grande propriedade agroexportadora, que produzia e concentrava a riqueza em mãos de poucos, às custas do empobrecimento da grande maioria da população.



A CLASSE ROCEIRA

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará soluçao
Para a situaçao que está precária
Saindo o projeto do chao brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria
Pois a produçao já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária

Esta grande crise que a pouco surgiu
Maltrata o caboclo ferindo o seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro
Morrem brasileiros de fome e de frio
Em ngssas manchetes, de ricos e pobres
Milhoes de aumotóveis já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando o salário
Que sobe depois que tudo subiu.

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produçao
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser a meia com o seu patrão
Os nosso roceiros vivem num dilema
E o seu problema nao tem soluçao
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto se for assinado
Estará ferindo a Constituiçao.

A grande esperança que o povo conduz
Pedir a Jesus pela oraçao
Prá guiar o pobre por onde ele trilhar
E a cada família nao faltar o pao
E que ele nao deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa naçao
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o ricaço nao sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de tostao.

PIRÂMIDE

Na terra dos homens, pensando em pirâmides
há poucos em cima e muitos na base. (bis)
Na terra dos homens pensada em pirâmide
Os poucos de cima esmagam a base (bis)

Ó povo dos pobres, povo dominado
Que fazes aí, com ar tao parado?
O mundo dos homens tem que ser mudado
Levanta-te povo, nao fiques parado.

Na terra dos homens pensada em pirâmide
Viver nao se pode, pelo menos na base. (bis)
O povo dos pobres que vive na base
Vai fazer cair a velha pirâmide. (bis)

E a terra dos homens já sem a pirâmide
Pode organizar-se em fraternidade. (bis)
Ninguém é esmagado na nova cidade
Todos dao as maos em viva unidade. (bis)

POVO QUE LUTA

POVO QUE LUTA,
Cansado da mentira,
Cansado de sofrer,
Cansado de esperar,
Povo que luta
Cansado de esperar,
Procura a redençao.

Porque ele é luz,
Verdade, justiça,
Bem, Perdao,
Paz, Esperança,
Amor e Redençao

Povo que luta,
Por terra onde há fatura
Por paz sem fingimento,
Por vida partilhada.
Povo que luta
Por vida partilhada
Procura redençao.

Povo que espera
Colheitas mais serenas,
Verdades mais profundas,
Caminhos mais fraternos,
Povo que espera
Caminhos mais fraternos
Procura redençao.

ASA BRANCA (adaptação)

Quando vejo tanta terra,
Espalhada por aí.
Eu me pergunto com que direito
Querem tirar a gente daqui?

Toda gente tem direito
De ter terra pra morar,
Porque aquilo que é de todos
É mais que roubo acumular.

A maneira de ter terra
Já é muito conhecida
Expulsa o pobre de sua gleba
Impoe a força a sua saída.

Por que é que expulsa
O pobre da cidade e do sertã
Se a Amazônia tá sendo entregue
Pra gente rica de outra nação.

Quem me dera que chegasse
O ano da Libertaçao
Onde a luta fosse de todos
E os bens da terra de cada irmao.

Panfleto distribuído entre os colonos de ENCRUZILHADA NATALINO/RS por membros da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/RS (CPT/RS)

Figura 10. Panfleto de Cantos utilizado no Dia do Colono (25/07/1981). Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

Foi esclarecido que, de um lado, estava o povo "massacrado e pisoteado constantemente pela política imposta pelo regime" e que

resolveu se levantar, organizado exigiu seus direitos à terra, junto a esses, seus apoiadores. De outro lado, estava o governo federal com "todo o aparato burocrático-militar" a serviço dos grandes latifundiários, além de tentar quebrar a "mingua" resistência do movimento, tentou dispersá-los por todo o território nacional; pretendendo envia-los para lugares de muitos conflitos entre posseiros, indígenas e grileiros de empresas multinacionais; enviá-los para a Bahia, pois "se de lá o povo imigra às centenas, todos os meses, para os grandes centros urbanos do Sudeste do país, empobrecidos, esmagados, pela falta de apoio e pelo desfavorecimento governamental" (SNI, 1981, p. 25). Descreve-se que, apesar da difícil situação, os colonos reuniam forças unidos em torno da Cruz do "Deus dos oprimidos". Resolveram ir a Porto Alegre para apressar uma tomada de decisão e exigir terras no estado e não fora, porém apenas ouviram promessas vagas e descompromissadas. Foi prometido assistência médica, agasalhos, alimentos, mas nada de terras. É descrito que a não solução deveu-se aos poderosos não permitirem abrir precedentes, porque, se o Estado resolvesse esse caso, iria incentivar mais 100 mil famílias que vagavam pelo RS em busca de terra. Devido a tais fatores, foi encaminhado a Ronda Alta o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura (Curió).

Curió foi responsável pela organização do garimpo Serra Pelada, pelo "martírio" dos garimpeiros que, ao descobrir um veio de ouro na Amazônia, para lá seguiam como única saída, onde eram assolados pela fome e miséria. Curió militarizou o garimpo, agiu contra qualquer tentativa de organização dos garimpeiros, substituiu a mão de obra "desqualificada" pela exploração planejada de empresas nacionais e estrangeiras. Curió foi destacado pessoalmente pelo gabinete da presidência da República para resolver com o "caso Ronda Alta". Situou um caminhão da Cobal para distribuir alimentos aos acampados, audiovisuais que mostrassem "as maravilhas das agrovilas" do

Acre e Mato Grosso, de custo mais elevado que a própria Reforma Agrária, segundo dados do Incra (SNI, 1981, p. 25).

Elucida-se sobre a existência de um sistema de alto-falantes que cobria todo o acampamento, o qual era ligado a todo o volume todas as vezes que havia tentativa de reunião dos agricultores. O governo fazia questão de desconhecer qualquer acampamento. No momento da carta, havia um agrupamento de agentes do Dops e da Polícia Federal subordinados ao Ten.-Cel. Curió no acampamento de Encruzilhada Natalino. São descritas as intenções de Curió: "quebrar a unidade do grupo de colonos, intimidando-os seja ostensivamente, seja oferecendo-lhes hipocritamente comida e assistência médica, investem no sofrimento para comprar a paz para os latifundiários" (SNI, 1981, p. 26). Na carta, é descrito que a Bíblia julgava a todos na descrição: "Ai dos que planejam fazer o mal e têm poder para fazer mesmo o que querem. Apoderam-se das terras, roubam as casas dos pobres e escravizam o homem e sua família. A paciência do Senhor chegou ao fim" (Miq. 21-3). Portanto, o Deus dos oprimidos e injustiçados também julgava a todos, conforme escreveu Isaías: "Ai dos que ajuntam casa a casa, reúnem terra a terra, até que não haja mais lugar, e fiquem como os únicos moradores no meio da terra. Em verdade, muitas casas ficarão desertas" (SNI, 1981, p. 26). Com isso, os universitários cristãos se sentiram chamados, engajados, solidários e responsáveis pelo povo impedido de conquistar uma "autêntica reforma agrária". Afirmavam não ser mais possível aceitar a falácia governamental, utilizando-se do poder e auxiliado por um discurso religioso, mantinha situações claramente injustas.

Encerra com um apelo ao governo que se dignasse a ouvir o povo, por quem não foi eleito e a quem oprimia, e redistribuísse as terras. No RS, apenas 16% dos proprietários controlavam 76% das terras; enquanto os pequenos agricultores somavam 84% dos proprie-

tários, controlavam 24% das terras. Seis mil novecentos e sessenta e sete famílias de fazendeiros controlavam sozinhas 9 milhões de hectares, 44% do estado. Que essa área fosse distribuída entre os empobrecidos e marginalizados devido à política de favoritismo do governo e encerra com o pedido que fosse retirada a "tutela" do Ten.-Cel. Curió do acampamento.

2.4. Do fim da intervenção à permanência no acampamento de Encruzilhada Natalino

No mesmo relatório, em anexo, consta uma carta de 15 de maio de 1981, elaborada pelos agricultores acampados de Encruzilhada Natalino, intitulada: "SEM TERRA: Carta dos Colonos Acampados em Ronda Alta". Descrevem que eram mais de 500 famílias de agricultores que viviam na região do Alto Uruguai, como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados etc. Nas condições em que estavam, não conseguiam mais viver, era uma vida insegura e muitas vezes não tinham o que comer. Não queriam ir à cidade, pois não sabiam trabalhar lá. Foram criados no trabalho da lavoura e era isso que sabiam fazer. É relatado que muitos desses agricultores haviam se inscrito "três, quatro ou cinco vezes" na sede da Fazenda Sarandi para conseguir um pedaço de terra. No ano anterior (1980), recorreram aos políticos e ao secretário da Agricultura e não conseguiram nenhuma solução. Recorreram aos sindicatos, mas estes pouco puderam fazer. Por não terem mais a quem recorrer, resolveram acampar na beira da estrada para ver se em conjunto conseguiriam uma solução. Estavam mal alojados, passavam fome e frio no acampamento, mas estavam dispostos a permanecer até conseguirem a terra que precisavam para trabalhar.

Esses agricultores sabiam da existência de terras no Estado para

todos eles e muitos outros que também precisavam. Todavia, essas terras estavam (e permanecem em sua totalidade, haja vista algumas desapropriações) nas mãos dos ricos que não precisavam delas para viverem. Evidenciou-se na carta que muitos dos fazendeiros viviam nas cidades, como era o caso de vários que se apossaram de grande parte da Fazenda Sarandi que havia sido desapropriada para os colonos, porém parte significativa foi entregue pelo governo para "amigos dele que não precisam". É destacado que apenas essas terras seriam capazes de atender a demanda desses agricultores em Encruzilhada Natalino e muitos outros. É salientado que os agricultores estavam cientes do direito de possuir uma área de terras e produzir alimentos, inclusive queriam pagar a partir de seu próprio trabalho. Funcionários do governo tentaram fazê-los aceitar empregos por salário-mínimo ou terras na Região Norte do país, porém muitos regressaram para o sul. Muitas pessoas prestaram apoio aos sem-terra, inclusive entidades, sindicatos, Igrejas e outros. Concluem a carta ao solicitar apoio de quem fosse lê-la, do jeito que pudessem o fazer. Agradecem todo o apoio recebido e iriam continuar acampados até conquistar terra para trabalhar. No verso da carta, consta onde fazerem as doações de solidariedade para sustentação dos acampados, em Porto Alegre, deveriam ser entregues a Cáritas ou ao Sindicato do Vestuário; do interior e outros Estados, ser remetidas ao Movimento dos Agricultores Sem Terra, Paróquia N.ª Sr.ª Dos Navegantes de Ronda Alta.

Consta que, em junho de 1981, foi elaborada outra carta aberta dos colonos acampados em Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta. Inicia ao tratar sobre a carta anterior, a qual possuía o objetivo de esclarecer a situação a opinião pública. Sentiram que tal carta foi bem aceita, porém havia um grupo de elite e o governo que estava contra e propagavam que havia bandidos e ladrões entre os agricultores sem-terra. Queriam provar nessa carta que tais acusações eram falsas e

que eram todos trabalhadores rurais. Disseram não serem perfeitos, mas não eram criminosos. Sabiam que as acusações eram "armas jogadas em cima de nós para destruir-nos" e isso era uma injustiça. Estavam cientes de que todos que os apoiavam e incentivavam, estavam comprometidos na causa e esses eram os trabalhadores do campo, da cidade, as igrejas e os pobres, e aqueles que chamavam os acampados de "vadios" estavam contra a luta pela terra. Por meio dessa carta, fizeram um apelo a todos os de boa vontade, para que apoiassem os agricultores acampados e não se deixassem levar pelas mentiras que eram espalhadas. Diziam-se filhos da região, muitos foram expulsos da reserva indígena e, embora o governo tivesse prometido os reassentar, estavam "rolando de um lado para o outro", sem saber onde morar e sem terra para trabalhar. Muitos eram filhos de agricultores que não possuíam condições de comprar terras para os filhos e nem podiam dividir a pouca terra que tinham com todos os filhos.

Destacam que haviam tentado todas as maneiras junto ao governo para conseguirem condições de adquirir um pedaço de terra e nunca foram atendidos. Para não se alocarem nas favelas da cidade, tomaram uma atitude em conjunto: acampar na beira da estrada. Assim, com o apoio das pessoas de boa vontade, exigiram do governo que atendesse o direito de terem um pedaço de terra para viverem com dignidade. Salientaram que não queriam terra de graça e a queriam pagar a partir de seu trabalho nela, queriam apenas condições favoráveis para isso. Quiseram também na carta agradecer a todos que os apoiaram e foram solidários. Queriam terra, porque a terra é para quem nela trabalha.

Em seguida, consta uma descrição intitulada: "Situação da posse de terras no Rio Grande do Sul". 400 mil famílias de minifundiários com pouca terra; 100 mil famílias de agricultores sem-terra. De outro lado, 9 mil famílias de grandes proprietários que controlavam

10 milhões de hectares, ou seja, 44% das terras no Estado. Foi feita a pergunta: "Onde está a função social da terra?" e apresentados dados do município de Cruz Alta/RS: 34 famílias com mais de 1.000 hectares cada, totalizando 48.471 hectares; 16 famílias com mais de 2.000 hectares cada, somando 44.430 hectares; 2 famílias com mais de 5.000 hectares, 11.635 hectares; essas 52 famílias detinham 104.536 hectares. Em Vacaria/RS, foram encontradas: 50 famílias com mais de 1.000 hectares cada, somando 68.154 hectares; 16 famílias com mais de 2.000 hectares cada, totalizando 47.477 hectares; uma família com 5.200 hectares; e uma família com 10.559 hectares; essas 67 famílias possuíam 131.390 hectares. Após esses dados, é questionado como que o governo dizia que no Rio Grande do Sul não havia terras para reforma agrária, diante dessa quantidade expressiva de concentração de terras em mãos de poucos. Segundo cadastramento do Incra de 1978, existia no RS 150 mil hectares de propriedade de estrangeiros. Diante a expressividade de terras, foi explicado que para o assentamento das 500 famílias de Encruzilhada Natalino, era necessário 15 hectares por família, segundo o módulo rural da região, calcularam-se: 15 hectares X 500 famílias = 7.500 hectares aproximadamente, para atender a todos. É importante destacar que no terceiro capítulo será evidenciado sobre a Região de Cruz Alta, no fim dos anos 80, foi palco de ocupações e assentamentos.

Após as cartas, consta em anexo no relatório do SNI um panfleto intitulado: "História de um Povo Oprimido". O primeiro item aborda sobre o acampamento de Encruzilhada Natalino antes da intervenção federal. É dito que a terra é para os colonos da mesma forma que a água é para o peixe e esse era o grande sofrimento de "nossos irmãos", acampados em Encruzilhada Natalino, não ter terra para trabalhar, estando cientes de que na região existiam grandes latifúndios que pouco ou nada produziam. É perguntado quem eram os acampados

e foi descrito que não importava o lugar de onde vieram, os calos nas mãos, a pele queimada, o jeito de falar, os assuntos preferidos, eram todos colonos. Para provar o amor pela terra, era só observar a tentativa que fizeram de plantar alimentos ao redor dos barracos. Viviam alojados em barracas, a maioria de plástico em condições precárias, as camas eram de bambu e os fogões improvisados. O fator motivante que os levou a unirem-se e organizarem-se para conquistar um pedaço de terra foi a "fé e a esperança". Para provar isso, ao chegar ao acampamento, era vista uma grande cruz de madeira ao centro. Para eles, essa cruz foi símbolo de seu sofrimento unido ao sofrimento de Cristo, era carregada com a ajuda dos irmãos (as entidades e Igrejas). Relata-se que a fé era alimentada e fortalecida todos os dias. Foi organizada uma comissão que preparava a reza do terço com leituras da Bíblia e reflexões. Em tal momento, eram lidas as cartas e manifestações de apoio enviadas ao acampamento, eram discutidas as notícias do jornal e do rádio e caso houvesse algo a ser resolvido, a comissão convocava a todos a se reunirem para dar sua opinião. Todo o acampamento era organizado em grupos de famílias, de cinco em cinco barracos, orientados por líderes tirados do próprio grupo. Esses grupos refletiam sobre sua vida "à luz da Palavra de Deus" e faziam estudos sobre o Estatuto da Terra. Nos grupos, eram preparados os batizados, até então foram batizadas 37 crianças. Tudo que era feito no grupo era levado para a assembleia à tarde, na hora do terço. As crianças também tinham sua hora de encontro à tardinha com cantos e catequese.

Para o bom andamento do acampamento, além da comissão central, da comissão de reza e dos grupos, existiam muitas outras comissões auxiliares, como a comissão da água que se preocupava em cuidar das fontes, sua limpeza e ordem; a comissão de animação percorria diariamente o acampamento acolhendo os que chegavam,

orientando e ajudando a resolver os problemas internos; a comissão de limpeza que se preocupava com a higiene ao redor dos barracos; e a comissão de distribuição de alimentos, roupas e calçados recebidos da campanha de solidariedade. Todas as comissões tinham a meta de servir os companheiros para que todos juntos pudessem alcançar o objetivo, que era a terra para nela trabalharem e tirar o sustento de suas famílias.

O segundo item se refere ao acampamento com a intervenção federal sob comando do major Curió. A partir do dia 23 de julho, toda a organização surgida dos próprios colonos começa a ser sutilmente desestruturada. Apareceu na Encruzilhada Natalino uma figura conhecida nos Estados do Norte do Brasil, o major Curió, membro do Conselho de Segurança Nacional. Com ele, aumentou o contingente de polícia secreta infiltrada no acampamento, chegou o exército, além da Brigada Militar que estava em guarnição no local. Curió foi descrito como uma pessoa falante, havia chegado mostrando ser amigo dos colonos, tentando convencê-los a aceitar terras em outros estados, sem obter êxito nessa investida. Consultou os colonos sobre a possibilidade de colocar uma barreira no acampamento. A proposta foi colocada de forma confusa, os colonos não chegaram a uma decisão e ficaram de responder a Curió na semana seguinte, pois ele havia prometido que voltaria na semana seguinte. Foi realizada a assembleia geral, os colonos decidiram não aceitar a barreira proposta e decidiram formar uma comissão para ir a Porto Alegre falar com o governador e o Incra.

Na semana seguinte, dia 30 de julho, enquanto 180 colonos estavam em Porto Alegre, o coronel Curió, dizendo-se enviado da presidência da República e encarregado de resolver o "problema social e fundiário de Encruzilhada Natalino", baixou no acampamento. A partir desse momento, Curió passou a ser personagem central do acampamento, fez tudo girar em torno de si, desrespeitando total-

mente a organização dos acampados e as decisões que haviam sido tomadas. Curió instalou-se no acampamento, usando um sofisticado sistema de alto-falantes, onde transmitia mensagens constantes aos colonos, chamando um ou outro para o seu barraco ou tocando música, não permitindo aos colonos nenhum momento de sossego para se reunirem e discutirem a nova situação do acampamento. Sempre seguido de um número de policiais vestidos à paisana, dizia que a partir de então ele mandava no acampamento, que lá ele era autoridade. Quando lhe falaram sobre uma promessa do governador, ele disse que nada tinha a ver com o governador, mas com o presidente da República. Nesse sentido, Curió dizia:

> [...] ter recebido uma missão e que quando recebe uma missão, quer os instrumentos. E seus instrumentos são o dinheiro à vontade, que inclusive já foi distribuído entre alguns colonos, um rádio com ligação direta com Brasília, inúmeros homens sob seu comando, um armazém volante da COBAL (só no primeiro dia o Coronel distribuiu mais ou menos Cr$ 1.400.000,00 em valores para serem retirados em alimentos no dito armazém), e aviões búfalos à disposição, para levar os colonos a ver os Projetos de Colonização do Incra em outros estados (SNI, 1981, p. 33).

Alguns colonos relatavam que não estava no programa do coronel Curió terras no Rio Grande do Sul, objetivo da grande maioria dos colonos em Natalino. O coronel utilizava dois métodos de convencimento: por meio das boas maneiras, impressão de diálogo em todo seu trabalho, passava o tempo todo falando e tentando convencer os agricultores de sua boa vontade. Ao mesmo tempo, havia o clima de intimidação, Curió estava sempre acompanhado de um grupo de agentes policiais à paisana, instalou barreira policial nos três acessos ao acampamento, exigia identificação de todo mundo. Onde

havia um grupo conversando, lá estava um agente presente, estavam sempre gravando e fotografando quase tudo. Ao mesmo tempo que afirmava a liberdade de todos e que ninguém era obrigado a aceitar terras em outros estados, afirma aos colonos que não havia terras no RS e os funcionários que realizavam os cadastramentos diziam que quem não aceitasse terra em outros estados teria seu barraco "varrido". Os objetivos do coronel Curió eram claros, dissolver o acampamento. Queria resolver à sua maneira o problema dos colonos que queriam terra no estado. Curió tentou perseguir e desmoralizar membros da comissão enquanto tentava cooptar outros. Um membro da comissão central recebeu a proposta de ser o coordenador de uma agrovila no projeto de reassentamento na Bahia, caso aceitasse ir para lá e voltar elogiando o projeto.

Havia dificuldades de reunião, devido à intensa vigilância sobre os colonos e somava-se a tática de Curió em mantê-los ocupados e distraídos com alguma coisa. Tentou desmontar a organização dos acampados, acabar com suas decisões democráticas e propagandear o reassentamento em projetos fora do RS. Curió suspendeu toda a distribuição de roupas e alimentos dados por Igrejas e entidades, feitas por comissões de acampados. O coronel tentaria usar de todos os meios para cumprir sua missão, incluindo subornos e ameaças. Mais uma vez, o governo tratava os problemas sociais como questão de segurança nacional. No período que Curió estava no acampamento, faleceu uma criança, Sandra Rodrigues, o ocorrido abalou os colonos e acrescentou a revolta deles. Durante o enterro, gritaram protestos e suas exigências com muita força e sofrimento.

O próximo subtítulo aborda sobre as manobras do Incra e do governo. Desde o início do movimento dos agricultores acampados em Encruzilhada Natalino, o governo utilizou-se de várias formas para justificar a negação em atender as reivindicações dos colonos.

A tática adotada pelo Incra era a de afirmar que no RS não existiam terras ociosas e não caberia a desapropriação para assentar os colonos. Muitos setores da opinião pública, políticos oportunistas, algumas pessoas da imprensa, direções sindicais e até elementos da Igreja estavam aceitando e defendendo as propostas do governo. No RS não havia terras totalmente ociosas e não estava escrito em lugar algum que a terra para ser desapropriada precisasse ser totalmente ociosa. Apenas na interpretação do Incra, para desviar do real problema. O Estatuto da Terra define no Artigo 20, ao dizer:

> A desapropriação poderá recair:
> a) nos minifúndios
> b) nos latifúndios
> c) nas áreas beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto
> d) nas áreas cujos proprietários desenvolveram atividades predatórias
> e) nas áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estas não tiverem logrado atingir seus objetivos
> f) nas áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros
> g) nas áreas que não se adequaram ao uso econômico. Mais tarde, o Governo baixou outro Decreto-Lei, de nº 582/69, para acelerar a aplicação do Estatuto da Terra em que estabeleceu as áreas e prioridades para a Reforma Agrária:
> a) as áreas onde existam invasões públicas em projetos de desenvolvimento
> b) as áreas de latifúndio por exploração e por extensão
> c) as áreas de concentração de minifúndios
> d) as áreas onde existe manifesta tensão social
> e) as zonas de elevada incidência de não proprietários
> f) as áreas mal exploradas, próximas aos centros consumidores (SNI, 1981, p. 35).

Para uma propriedade ser desapropriada, o aspecto principal é a classificação em latifúndio, somada a fatores de exploração, ociosidade e ordem social. O Incra ao firmar-se na questão da ociosidade, desviava o assunto do tema principal. Pretendia manter a estrutura fundiária existente, favorecendo a má distribuição e a crescente concentração de terras. Um cadastro do Incra de 1976, evidencia a existência de 9.871.000 hectares classificados como latifúndios, dessa área, 1.732.000 hectares eram de lavoura, enquanto os restantes 8.139.000 hectares eram ocupados por pastagens. Somou-se a questão social da terra, em que muitas famílias fariam a propriedade produzir mais.

É citado o exemplo da Granja Macali, a qual foi ocupada em 1979 por 100 famílias de colonos. Antes a granja era de uma empresa, havia quatro empregados; produziam 10 mil sacas de soja, 5 mil de milho e criavam 200 cabeças de gado. No momento da elaboração desse folheto (1981), na mesma área aonde foram assentadas 100 famílias, estavam produzindo 15 mil sacas de soja, 15 mil sacos de milho, 2 mil sacos de batata, 2 mil sacos de feijão, 2 mil sacos de arroz, 200 kg de mandioca, mais de 200 cabeças de gado e centenas de suínos, além de outras culturas de subsistência.

Foi questionado acerca de onde estavam os latifúndios, os quais poderiam produzir bem mais se estivessem em mãos de colonos, conforme as disposições legais, serem desapropriados. Caberia ao Incra, que dispunha do cadastro de todas as propriedades rurais, levantar as terras de latifúndio e encaminhar as providências a desapropriação. O Movimento dos Sem Terra, as entidades apoiadoras e a imprensa, vinham divulgando e apontando nomes de dezenas de latifundiários ou as regiões de latifúndios. Além da legalidade e dos critérios técnicos, o problema era político.

O próximo subtítulo trata sobre as terras no Rio Grande do Sul. Através do Boletim Informativo aqui analisado, o Movimento dos

Sem Terras apontou mais de 900 mil hectares de latifúndios no estado, áreas consideradas latifúndios pelo Incra. No município de Dom Pedrito, apenas 152 famílias controlavam 380.022.757 hectares, cada família com áreas acima de 1.000 hectares.

O próximo subtítulo refere-se as notícias do acampamento. Começou a tratar do enviado do presidente da República em Encruzilhada Natalino. Em 23 de julho, o tenente-coronel Curió chegou ao acampamento acompanhado de funcionários do Incra e do coronel Coutinho. Repetiu as ações praticadas na Região Norte do país, fez-se de simpático, contava piadas e distribuía doces para as crianças, além de afirmar trazer uma solução para o problema dos acampados. Apresentou-se como enviado do presidente da República, persuadiu-os sobre o Projeto de Serra Ramalho na Bahia, afirmando que o local era "uma maravilha". Os colonos apresentaram um dossiê elaborado pela CPT daquele estado sobre a realidade do projeto, Curió nem sequer quis olhar o dossiê e ouvir as argumentações dos agricultores. Havia alguém no acampamento que conhecia Curió, um agricultor havia ido para o Projeto Terra Nova no Mato Grosso, em 1978. Sem condições de firmar-se no "fracassado" projeto, teve que virar garimpeiro em Serra Pelada, onde foi subordinado do coronel Curió, este pediu que o ex-garimpeiro contasse das "maravilhas" de Serra Pelada. O colono desmentiu algumas coisas que Curió havia dito, contou as verdades sobre o projeto, imediatamente o coronel mudou de assunto.

O coronel Curió, membro do Conselho de Segurança Nacional, disse que trabalhava para o governo, nos bastidores do "setor de informações". A Igreja do Sul do Pará formulou duas importantes denúncias contra Curió, ele teria sido responsável pela "lavagem cerebral" feita nos agricultores das estradas OP1, OP2 e OP3 no sul do Pará, além de ser eficiente em atrapalhar o trabalho da Igreja na região, perseguindo os religiosos que lá trabalhavam. Para quase todos os setores

da Igreja no sul do Pará, Curió era um dos "inimigos da classe". Era o militar que coordenava a presença da repressão na região, um especialista em transmitir para o povo a ideologia do regime e dizer que o trabalho da Igreja popular era subversão. Os religiosos admitiam que ele possuía considerável "liderança" entre o povo, obtida principalmente à base do temor, da intimidação e da pressão. Por isso, era considerado um homem perigoso.

O coronel Curió, no garimpo de Serra Pelada, esteve por um bom tempo, com quase 20 mil homens vivendo sob seu domínio absoluto e de seus agentes federais bem armados, em uma vivência como um campo de concentração. Curió acrescentou a seus serviços prestados ao regime militar uma missão às vésperas da eleição para a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Conceição do Araguaia, foi enviado à região para trabalhar como cabo eleitoral do interventor e candidato a presidente Bertoldo Siqueira. Curió percorreu de helicóptero do Exército as principais cidades e povoados distribuindo bombons, ameaças e promessas. No Rio Grande do Sul, foi "astuto e matreiro", Curió tentou mobilizar o acampamento dos colonos de Encruzilhada Natalino a seu modo. Desfez a organização existente e centralizou tudo nas barracas que ele divide com elementos da Polícia Federal e do Exército. Ao fornecer alimentos e assistência médica, o coronel e seus federais criaram um sistema de dependência dos colonos, que ficaram atrelados e moralmente comprometidos com o militar. Assim, Curió tenta cumprir a determinação de acabar com o problema social daquele local. Havia atuado em áreas mais violentas, com sua demonstração de "carisma" tentava persuadir os colonos.

O item seguinte é intitulado: "Alguns colonos na capital e o governo entra em pane". É descrito que 180 colonos, representando as mais de 500 famílias acampadas na Encruzilhada Natalino, estiveram em Porto Alegre, novamente reivindicando seu assentamento em ter-

ras no Rio Grande do Sul. A decisão de irem à capital surgiu em 25 de julho de 1981, nas manifestações do Dia do Colono, onde participaram do ato mais de 10 mil trabalhadores. Em quatro ônibus lotados com crianças, homens e mulheres, portando faixas de protesto, chegaram a Porto Alegre na madrugada do dia 29 de julho, foram recebidos por forte aparato policial-militar a 10 quilômetros da entrada da capital. Foram forçados a se deslocarem para um bairro na zona sul de Porto Alegre, a 20 km do centro, onde estavam localizados o palácio do governo e a Assembleia Legislativa. No início do dia, todo o perímetro da Assembleia e do Palácio estava tomado por forte aparato policial. O secretário de Segurança Pública do Estado havia anunciado no dia anterior que não iria permitir os colonos acamparem na praça em frente à sede do governo, como haviam prometido no ato do dia 25. Os agricultores possuíam por objetivo conversar com o governador e fazer uma concentração na Assembleia Legislativa, onde relatariam seus problemas e reivindicações a população do RS.

A ida da comitiva de agricultores a Porto Alegre foi muito tensa, os próprios acampados alegaram o sofrimento pela pressão policial desde a saída do acampamento, em que cercaram os ônibus e impediram a entrada e saída. Foi preciso a ação popular dos acampados para que tivessem a caravana liberada. Em Porto Alegre, os colonos não esperavam que continuasse a repressão e as intimidações policiais, não sabiam que ficariam confinados e em um bairro distante do centro da cidade. Somente após intervenção de parlamentares, sindicatos e outras entidades que buscaram desde a madrugada localizar o paradeiro da caravana de acampados, é que a polícia liberou os ônibus para chegarem ao destino. É descrito que, no trajeto até o centro da cidade, a caravana de colonos portando faixas nos veículos foi fortemente saudada pela população que passava nas ruas. As rádios acompanhavam a situação desde madrugada e repassava boletins informativos. Às 10

horas da manhã, todo o Estado sabia sobre esse ato dos agricultores sem-terra, considerado um ato de bravura das 500 ou 600 famílias acampadas, pois nos últimos dias havia aumentado as adesões ao acampamento, e ambas lutavam por permanecerem no Rio Grande do Sul.

Após, surgiu outro impasse, a dificuldade de serem recebidos pelo governador. Todos queriam falar com o governador, o qual enviou um deputado do PDS dizer aos colonos que só receberiam uma comissão. Os sem-terra alegaram que a viagem foi longa, sofrida e aqueles 180 eram a comissão, incluindo as crianças, e as decisões seriam tomadas por todos. Após muito tempo, reprimidos e cansados, resolveram junto aos representantes sindicais e de pastorais em formar uma comissão para conversar com o governador. No entanto, ele deveria se comprometer em falar com todo o pessoal. Após 2 horas de audiência com o governador, os agricultores da comissão estavam irritados, afirmaram que foi a "enrolação de sempre". Estavam desiludidos com o governo desde manhã, refletiram que, se o governo quisesse resolver algo, não teria colocado tanta polícia atuando contra eles. Foi dito que o governo teria "novidades" aos sem-terra, porém só reafirmou promessas de assentamento em terras fora do Estado. A partir daquele momento, o Incra assumiria o acampamento de Encruzilhada Natalino oficialmente.

Ao chegar à noite, o clima de frustração dá lugar à revolta. Os sem-terra estavam cansados e desanimados. Diante da não solução, ficaram desorientados e é relatado que foi muito importante nesse momento o apoio das entidades de representantes de trabalhadores rurais, urbanos, comunidades de base, de todos que foram solidários. Os agricultores chegaram à conclusão de não retornarem a seus barracos sem uma solução. Então, iriam se deslocar para as comunidades de base de Porto Alegre, quando foram informados de que o gover-

nador iria se reunir com eles na Assembleia para discutir o problema. Após as 19 horas, chegou o governador acompanhado de secretários, assessores, deputados e militares. Ao entrarem na Assembleia, foram recebidos pelo hino dos trabalhadores rurais: "A Classe Operária". Conforme analisado anteriormente, a letra dessa canção aponta a Reforma Agrária como a solução dos problemas que estavam enfrentando. Após o hino, o governador Amaral de Souza iniciou seu discurso repetindo as mesmas promessas, repetiu que não havia disponibilidade de terras para assentamento no Rio Grande do Sul, insistiu nos projetos de colonização propostos pelo Incra no norte. Comunicou que o Incra assumiria o Acampamento de Encruzilhada Natalino a partir do dia 1º de agosto, enviando alimentação e assistência médica. Sem apresentar uma rápida resolução, o governador propôs a formação de uma comissão composta por representantes da Fetag, Contag, Incra, representantes do governo e dos colonos acampados, para que fossem conduzidas as negociações e encontrado uma solução satisfatória do problema. O governador disse que, após o Incra assumir a responsabilidade do acampamento, os acampados iriam receber alimentação e não dependeriam mais de "esmolas". O termo "esmolas" gerou indignação dos colonos, pois entenderam que ele se referiu às doações arrecadadas pelas entidades na campanha da solidariedade. Retrucaram que não dependiam de alimentação do governo, do governo só queriam a terra.

No dia seguinte, 30 de julho de 1981, reunidos na Fetag com líderes sindicais rurais, os agricultores resolveram divulgar uma nota se posicionando frente às propostas recebidas no dia anterior. A nota dos representantes dos agricultores acampados em Encruzilhada Natalino aborda sobre sua representação em Porto Alegre, na busca de serem assentados no Rio Grande do Sul. Na Assembleia com o governador, foi declarado que o Incra passaria a ser responsável pelo

assunto, o qual teria um prazo de 15 dias para apresentar soluções a problemática que os afetava. Os agricultores sem-terra decidiram levar a proposta para todos os acampados decidirem a aceitação do Incra em assumir o acampamento e inclinaram-se a aceitar a oferta de alimentos e ampliação da assistência médica, desde que a distribuição fosse feita pelos próprios acampados ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ronda Alta, sem interferência do governo.

Em seguida, é transcrita uma matéria de Carlos Alberto Kolecza, jornalista do *Jornal Zero Hora* de Porto Alegre, publicada em 1 de agosto de 1981. A matéria intitulada: "Tremelique Geral" trata de maneira pejorativa e grosseira os acontecimentos envolvendo a comissão dos agricultores sem-terra em Porto Alegre nos dois dias anteriores. Inicia a descrição do "tremelique geral" sobre a polícia-militar estar à espera na ponte do Rio Guaíba; os porteiros do Palácio Piratini estarem avisados para uma tentativa de "invasão"; o bispo-auxiliar encarregado da política agrária da Igreja, alegando não poder falar; o cardeal ausente; delegado-substituto do Incra desculpando-se por não ter recebido instruções a respeito; "bate-boca" (discussão) entre o tenente e o deputado por causa da proibição de passar na rua Duque; Brasília pedindo informações a todo momento; reforço na despensa do quartel "prevenido de que receberia dezenas de famintos". Por causa de "uma centena e pouco de agricultores que vieram a Porto Alegre reclamar terra, desarmados, com mulheres a tiracolo e os filhos nos braços" (SNI, 1981, p. 44). Nesse trecho, é perceptível a visão e posicionamento do grande jornal no RS em relação aos agricultores sem-terra, tratados como miseráveis que passavam fome, tratou as mulheres agricultoras apenas como "fardos" carregados, desconsiderando totalmente seu papel na luta pela terra.

Prossegue a descrição com a "grande tragédia que não aconteceu". Os "bárbaros, jogados para lá e para cá, voltaram para Encruzi-

lhada Natalino sem quebrar uma vidraça". Devido a isso, as excelências poderiam descansar em suas poltronas estofadas, pois o "grande perigo" havia passado. De forma tão grotesca e mal-intencionada, o jornalista escreveu: "uma mancha que outra em algum felpudo tapete são o estrago maior da passagem dos hunos de Ronda Alta pelos gabinetes da Praça da Matriz" (SNI, 1981, p. 44). Porto Alegre podia respirar tranquila, pois eles decidiram retornar aos barracos. Descreve que os "cavaleiros da Sagrada Ordem da Higiene Social" poderiam voltar a seus lugares "aconchegantes de fofocas", sem o risco de pisar em "sujeiras" deixadas pelas crianças "subnutridas". Descreve como "irritantes esses colonos pés-de-chinelo" e que não seguem a um líder que pode ser desmoralizado ou comprado. Trata que fazia meses que dormiam no chão, bebiam água contaminada, comiam quando podiam e não desistiam, que ninguém havia os prometido terra e a queriam "teimosamente". Ouviam no rádio que não havia terras para eles no estado e se sentiam esperançosos. Toda vez que ameaçavam ir a Porto Alegre, o governo entrava em pânico, os políticos oportunistas saiam do ar e os religiosos recorriam à "teologia da resignação". Uma reportagem carregada de preconceitos e acusações, causadora de asco a quem possui o mínimo de humanidade e compreensão pelo que de fato foi o processo de luta por um pedaço de terra para trabalhar, em meio à vastidão da concentração de terras em mãos de poucos.

2.5. Ações significativas: Campanha de Solidariedade e o Dia do Colono

O próximo subtítulo aborda esclarecimentos sobre a "Campanha de Solidariedade". Retoma que no dia 1º de maio de 1981, após visita ao acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, foi desenvolvida uma campanha de solidariedade, coordenada pelo

MJDH/RS, CPT e Pastoral Universitária, recolhendo agasalhos e mantimentos remetidos ao acampamento. Devido a essa iniciativa, iniciou-se a publicação do boletim "Sem Terra" enviado periodicamente a todas as regiões do Brasil, abordando informações sobre a situação dos acampados, as lutas e reivindicações. Dia 25 de julho, considerado dia histórico para os agricultores sem-terra, pois estiveram no acampamento mais de 15 mil pessoas para comemorar o "Dia do Colono", reunidos pelos sindicatos e CEBs. Dia 30 de julho, quando uma caravana de 180 colonos esteve na capital do Estado buscando soluções junto ao governo e ao Incra, "baixou" no acampamento, transformando-o em um "campo de concentração", coronel Curió e seu aparato repressivo, no qual proibiu a campanha de solidariedade manifestada nos donativos, intimidou o povo por meio da constante presença de policiais.

Consta que o governo assumiu arbitrariamente o acampamento por meio de Curió, o qual proibiu toda a solidariedade manifestada em donativos aos acampados, pois acreditava que essas questões deveriam ser controladas por ele. Devido a essa situação, as entidades envolvidas na Campanha de Solidariedade, forçadamente, tiveram de suspender suas atividades de campanha de agasalhos e mantimentos. Sobre o pagamento aos ônibus que levaram os sem-terra a Porto Alegre, o dinheiro era proveniente de um fundo de apoio criado a partir de doações recebidas do povo. Com isso, o deputado Aldo Pinto, presidente da Assembleia Legislativa, autorizou um reembolso da referida despesa ao fundo de apoio. O apoio aos sem-terra acampados em Encruzilhada Natalino ultrapassou os limites político-partidários. Receberam solidariedade da Contag, Fetag, CNBB, bispos e comunidades católicas de muitos estados, Igrejas Luteranas, Metodista e Episcopal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), centenas de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Sindicatos Urbanos, Comissão de

Justiça e Paz do RS, dentre outras associações e entidades de todo o país. Os sem-terra receberam o apoio de diversas entidades, por meio de mensagens e doações, inclusive a Diocese de Passo Fundo, havia enviado o quarto caminhão da Cáritas diocesana carregado de alimentos e roupas arrecadados na campanha organizada em todas as paróquias de Passo Fundo. O apoio recebido das mais diversas instituições foi fundamental para fortalecer os agricultores na luta pela terra.

O próximo item refere-se às visitas realizadas ao acampamento. Aborda sobre as várias manifestações de apoio e solidariedade recebidas à luta por terras no RS. Em seguida, foi feita uma relação de nomes de pessoas e entidades que estiveram no acampamento prestando apoio à causa dos sem-terra: Pe. Adroaldo Chiappono, de Vila Maria, Passo Fundo, acompanhado do reverendo Luiz Eduardo da Silva, pastor da Igreja Metodista de Alegrete/RS, João Pedro Geraldo Mafaldo, do Sindicato Autônomo de Porto Alegre, Wilson Telles Paz, em nome da diretoria do Frigorífico Friapel de Farroupilha/RS, Pe. Marcelo de Barros Souza, Goiânia/GO, jornalista Flávio Tavares, Pe. Luiz Facchini, Joinville/SC, estudantes acompanhados do Pe. Inácio Nerlang, Barão de Cotegipe/RS, Pe. Hermeto Mengarda, Santiago/RS, Pe. Miguel Sartore, Santa Maria/RS, um grupo da cidade de Saudades/SC, um grupo acompanhado pelo por João Francisco Souza, Recife/PE, um ônibus com representantes de Herval Grande/RS, um grupo de Vacaria/RS, representantes dos Sindicatos Rurais de Severiano Almeida/RS, Orgênio Roth, presidente da FETAG/RS, 83 pessoas da Escola de Servidores de Comunidades de Erexim/RS, acompanhados pelo Pe. Angelo Faldar e da irmã Hilda Casta, a fim de conhecer e apoiar os sem-terra. Na ocasião, permaneceram uma tarde no acampamento alegrando-os com cantos e poesias o presidente do Sindicato de Miraguaí, Sílvio Rebeldatto, acompanhado de uma comitiva, Dom Paulo Moretto e outros membros da CPT regional de

Caxias do Sul/RS, representantes do Instituto paulista de Promoção Humana, de Lins/SP, presidente e representantes do Sindicato Rural de Roca Salles/RS, membros do Sindicato Rural de Espumoso/RS, Alípio Fritzen, acompanhado de um casal de alemães, Pe. Antônio e um ônibus de Erval Grande/RS e o Pe. Pedro Gajardo com uma equipe vocacional de Passo Fundo/RS.

ATENÇÃO

O original deste documento (com 01 folha) foi apresentado parcialmente legível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

carta dos acampados

03519 B-7

OS SEM-TERRA VOLTAM A ESCLARECER A OPINIÃO PÚBLICA.

última página

SEM TERRA

POLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

Porto Alegre, 11 de junho de 1981. nº 4

Com a chegada do inverno - a temperatu na região cai, itas vezes a zero au - a situação as famílias no acampamento de cruzilhada Natalino tende a se tornar lamitosa. madeira para manter s fogueiras - única neira de se quecerem - começa a scassear. Os barracos armações de bambú, obertos de plástico, onas e grande parte penas de capim - não esistem às chuvaradas ao forte vento que opra na região, nesta poca.

Foto Zero Hora

Agora, mais do que nunca, embalados pelo firme propósito dos colonos, de resis irem acampados, todos os que, de uma forma ou de outra, solidarizaram-se com a usta luta daquelas 500 famílias, devem cobrar de forma incisiva uma solução ur- ente do Governo e órgãos responsáveis pelo problema. Antes do forte do inverno.

preocupação do governo: investigar a vida dos colonos!

Figura 11. Carta dos acampados: esclarecimentos dos sem-terra a opinião pública (11/06/1981). Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

Em seguida, é anexado o Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos agricultores sem-terra, representado pela Figura 11. O intuito dessa carta novamente foi esclarecer a situação para a opi-

nião pública. Torna-se chamativo na capa uma fotografia dos barracos do acampamento à beira da rodovia e ao fundo o casarão, símbolo de Encruzilhada Natalino. A carta emitida em 11 de junho de 1981, em Porto Alegre, inicia ao tratar da chegada do inverno, muitas vezes com a temperatura abaixo de zero. Com isso, o sofrimento das famílias se intensificava, pois os barracos eram armados com bambu, cobertos com lona de plástico e muitos apenas com capim, porém não resistiam às chuvas intensas e ao forte vento que soprava na região. O primeiro subtítulo conta a "história de um povo oprimido", a partir das lamentações sobre a morte da criança Loivaci Pinheiro. O trecho aborda sobre o sofrimento de uma mãe, em meio a tantas, que ouviam os filhos pedirem por comida e não terem o que oferecê-las; o apelo ao governo para que se comovesse com o sofrimento e distribuísse terra para essas famílias trabalharem e sustentarem-se. Em 29 de maio, havia falecido a menina Loivaci, com apenas 4 meses de vida, filha de colonos acampados em Encruzilhada Natalino, na fila de um hospital de Ronda Alta, por falta de cuidados médicos e omissão do governo. O ocorrido gerou revolta nas mais de 500 famílias acampadas, que prometeram, se falecesse outra criança por falta de cuidados médicos, enterrá-la em frente ao Palácio Piratini em Porto Alegre.

Há 15 dias da publicação da carta, havia duas freiras da Congregação Jesus Crucificado, acampadas com os colonos sem-terra. Relatam um pouco da experiência sobre chegarem ao acampamento e perceberem o intenso interesse de todos, a terra. Comparou-se a terra para os colonos como a água para o peixe. Considerada crueldade a falta de terras para eles trabalharem, levando em conta a existência de tantos latifúndios improdutivos na região. O jeito de ser, falar e os calos nas mãos comprovavam que todos eram colonos, inclusive pelos canteiros de verduras ao redor das barracas. Barracas de capim e plástico, camas tarimbas de bambu, fogões feito de barro ou com a

chapa sob o chão cavado. Água proveniente de dois poços longes e contaminados, muitos ficavam doentes por causa dessa água. Além dos sofrimentos pelo frio, chuva, doenças, fome, morte, presença da polícia e outros, o maior sofrimento perceptível era a ciência de que o governo não tomou nenhuma decisão a favor dos agricultores de Encruzilhada Natalino, aproximando-se o período de plantio e a falta de garantia de assentamento.

As irmãs continuam a descrição de que no centro do acampamento estava a grande cruz, símbolo da luta e sofrimento do povo. Cruz do sofrimento e ressureição. Em um domingo após a reza, os colonos perceberam que a cruz era escorada e não devia mais ficar plantada no chão. Muitas pessoas e entidades ajudavam a dar foça e "carregar" a cruz de seus sofrimentos, por isso possuíam certeza de uma vitória. Todos os dias, à tardinha, reuniam-se ao redor da cruz para rezar, cantar, ler as cartas de apoio e as notícias, resolvem em conjunto o que for preciso decidir. À noite, quando se recolhem em seus barracos, as crianças recordam as canções que falam de seus sofrimentos e esperanças. A distribuição de alimentos, roupas e calçados era feita por uma comissão que possuía a meta de servir aos companheiros para que todos juntos alcançassem a terra. Os colonos acreditavam que a Bíblia era a Palavra de Deus e lá era descrito que Deus deu a terra para todos (Gênesis 1, 28-30). A irmã Maria Izabel complementa o texto ao colocar que a luta dos colonos era o sinal de uma nova sociedade, mais justa e fraterna, e isso amedrontava os grandes.

Em 31 de agosto de 1981, é emitido um documento pela Coordenadoria do Acampamento do Natalino, ou seja, os militares comandados pelo major Curió, a presidência da República. O documento intitulado "Comunicado dos Governos Federal e Estadual" aborda sobre o encerramento das atividades dos militares na mesma data, a Coordenadoria (militares) do Acampamento Natalino, em nome

dos governos federal e estadual, informara que havia sido desenvolvido todo o esforço necessário e possível, dentro do ordenamento jurídico, para resolver o "problema" de Ronda Alta. A atuação dos militares durou 30 dias no acampamento de Encruzilhada Natalino. Nesse período, ofereceram em nome do governo aos colonos, cinco alternativas: terras para as famílias acampadas nos estados da Bahia, Mato Grosso, Acre e em Roraima e empregos no Rio Grande do Sul. Explicitam que era de conhecimento público que algumas famílias haviam abandonado de forma voluntária o acampamento de Encruzilhada Natalino, inclusive os relatores atacam a luta pela terra como "participação de uma aventura". É descrito que 137 famílias aceitaram terras em Mato Grosso e que o assentamento estava sendo processado pelo Incra com apoio do governo do Estado.

No relatório, é atacado que em torno de 300 famílias permaneceram intransigentes, sem aceitar nenhuma das alternativas oferecidas pelo governo. O não aceite por parte dessas famílias foi acusado como responsável por condicioná-los, o padre Arnildo Fritzen, a irmã Aurélia, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros "arquitetos do caos", a não ter sido aceite as soluções. Esses apontados exerciam participação do movimento junto aos agricultores sem-terra, no intuito de orientá-los a não serem ludibriados pelo governo militar e não desistirem do direito de receberem uma área de terra para trabalhar. Para encerrar esse relato, é descrito que os militares no acampamento e o governo não poderiam ceder a imposição dos "intransigentes", pois estariam cometendo injustiça com os assalariados que trabalhavam pela "grandeza desta Pátria" e que, a partir do dia de emissão do relatório, classificaram que o Acampamento dos Colonos Sem Terra do Natalino passaria a ser o "Acampamento dos colonos que não querem terra". Tal documento deveria ser lido nas emissoras de rádio e televisão. Percebe-se a repressão dos militares

sobre os acampados em Encruzilhada Natalino durante os 30 dias, a insistência de desarticulação do movimento, a culpabilização de terceiros por estarem apoiando a causa daqueles agricultores sem-terra e a tentativa de demonstrar que os únicos que estavam contribuindo ao país eram os assalariados, evidente a pretensão de caracterizar a justa luta pela terra como um atrapalho à nação, obviamente aos interesses dos grandes e poderosos.

Em 17 de julho de 1981, foi emitido um relatório com o Informe n.º 11-2588/81, de caráter "Confidencial" pelo SNI, por meio da Supervisão Central de Informações, ligada à Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, intitulado "Situação dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino – Ronda Alta/RS". O documento inicia a descrever sobre irregularidades que estavam acontecendo no acampamento, gerando descontentamento e divisões internas entre os colonos, causadas por "ações de elementos estranho", provenientes de diversos setores da comunidade. Na data de 13 de julho de 1981, a situação no acampamento era formada por: 650 famílias aproximadamente; 1.500 crianças; 50 mulheres grávidas; aproximadamente 3.000 pessoas, entre homens, mulheres, velhos e crianças. Consta que havia um ônibus da Previdência Social estacionado permanentemente ao lado do acampamento, com disponibilidade de um médico ou um enfermeiro prestando assistência médica e os casos mais graves eram encaminhados para o município de Ronda Alta.

É descrito no item "Fatores geradores de atrito entre colonos" a distinção entre as famílias, pois consta que apenas 75 famílias eram oriundas da Reserva Indígena de Nonoai e esses pleiteavam receberem terras primeiro que as demais famílias; a ocorrência de uma farta distribuição de alimentos e roupas para os componentes da comissão dos colonos; a composição das comissões, em que as

lideranças oriundas da Reserva de Nonoai, eram substituídos por novos "líderes". Existiam duas comissões no acampamento, uma encarregada da situação geral, que era a Comissão Central, e a outra responsável pelo recebimento e distribuição dos alimentos, Comissão de Alimentos, essa liderada por duas irmãs religiosas que também estavam acampadas no local. É descrito que somente a Comissão de Alimentos poderia receber os donativos e fazer a distribuição.

Aborda sobre a chegada de muitos caminhões no acampamento, contendo gêneros alimentícios e roupas destinados aos colonos, o SNI acusou que os caminhões levavam estes materiais ao Salão Paroquial Nossa Senhora dos Navegantes em Ronda Alta, cujo pároco era o padre Arnildo Fritzen, e que o local funcionava como sede do Movimento dos Colonos Sem Terra, onde estava estocada toneladas de alimentos e roupas, que só eram liberados por ordem do padre. O relato prossegue ao denunciar que residentes de Liberato Salzano estavam fechando suas casas e deslocando-se até o acampamento para usufruírem dos donativos. Os donativos em dinheiro eram depositados no Banco Bamerindus em Ronda Alta e só poderiam ser movimentados por meio de cheque assinado por um membro da Comissão de Colonos e um membro da CPT. O dinheiro era utilizado para manter uma camioneta que realizava transporte diário de alimentos do Salão Paroquial de Ronda Alta até o acampamento e financiar viagens de colonos até Porto Alegre para fazerem reivindicações. É colocado que a Comissão Central possuía um caderno de controle de distribuição de alimentos e roupas aos colonos.

Ao fim do documento, há uma lista de pessoas e entidades que lideraram e apoiaram os colonos sem-terra de Encruzilhada Natalino no período, são os seguintes: Comissão Pastoral da Terra do RS – CPT/RS; Pastoral Universitária de Porto Alegre - PU/PA; Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS – MJHD/RS; Movi-

mento dos Agricultores Sem Terra, Paróquia dos Nossa Senhora dos Navegantes de Ronda Alta; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região; Sindicato do Vestuário de Porto Alegre; e o padre Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta. Consta como a constituição da Comissão Central dos Colonos Acampados em Encruzilhada Natalino os seguintes nomes: Raul de Vargas, presidente, Angelino Antônio Campigotto, Valdelino Antônio Zatti, João Maria de Oliveira, Salvador Pinheiro, Saul Machiori, Iraci Pizzinatto, Ivanir de Vargas, Laurindo José Cavazin e Ildo Romancin. Somam-se aos nomes dos integrantes à Constituição do Movimento dos Agricultores Sem Terra de Ronda Alta/RS os seguintes: Arnildo Fritzen, pároco de Ronda Alta, presidente, Archimindo Bitencourt dos Santos, presidente do Sindicato Rural de Ronda Alta, Cláudio Casarin, advogado, Saul Barbosa, agricultor, Sudário Ribeiro, agricultor, Antônio Clivati, contador do Sindicato Rural de Ronda Alta, Jairo José Casali, dentista, e João Pedro, funcionário da Secretaria da Agricultura.

Nas observações finais, consta uma "cisão" na Igreja Católica da região, pois o bispo de Passo Fundo, Dom João Cláudio Colling, não concordava com as atividades realizadas pelo padre Arnildo Fritzen e o seu "Movimento dos Agricultores Sem Terra", inclusive proibiu o bispo Dom José Maria Casaldáliga de rezar uma missa em Passo Fundo, em homenagem aos colonos sem-terra, quando esteve visitando a região. Para o dia 25 de julho de 1981, estava previsto uma grande concentração em Encruzilhada Natalino em função do "Dia do Colono". Tal atividade causava temor nos militares devido às proporções que tal atividade poderia tomar. O padre Arnildo Fritzen estava liderando juntamente com os sindicatos rurais da região a realização da festa pelo Dia do Colono, na data descrita acima. Alertam ao governo do Estado que, até a data, tomassem alguma solução ao "problema", "alertam" que os colonos pretendiam alugar 25 ônibus e deslocarem-

-se a Porto Alegre para acamparem em frente ao Palácio Piratini, sede do governo estadual.

Goes (2010) considera a década de 1980 como a "década de ouro" para a Igreja Católica em questões de luta popular, para o movimento camponês e para o movimento operário, devido à troca das direções dos sindicatos, os quais passaram a serem pessoas "desatreladas do controle e paternalismo do Ministério do Trabalho" (Goes, 2010, p. 56). Esse evento levou à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para desatrelar a classe do Estado. Em relação aos movimentos camponeses, foi pela conquista da Terra, onde em Encruzilhada Natalino iniciou-se a organização que mais tarde levou a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A diocese de Passo Fundo, no período, esteve "sintonizada" com as movimentações ocorrentes na região, tanto que contribuiu para o surgimento do MST.

É necessário compreender a localidade de Encruzilhada Natalino, a qual fica entre os acessos a Passo Fundo, Sarandi e Ronda Alta na RS-324. Esse local abrangeu e constituiu-se no símbolo maior da luta pela terra no Brasil na década de 1980, tanto que, segundo Goes (2010), estavam acampadas 600 famílias de agricultores sem-terra de 1981 até 1983, período de pressões, resistências e assentamento. Os agricultores sem-terra que não foram assentados nas Fazendas Macali e Brilhante, entre 1978-1979, áreas remanescentes da antiga Fazenda Sarandi e próximas de Encruzilhada Natalino, formaram o acampamento de Encruzilhada Natalino. Pelos fatores de experiência de acampamento e somado ao apoio dos agricultores assentados, foi obtido o suporte para o acampamento de Encruzilhada Natalino. Nota-se que na antiga Fazenda Macali havia pessoas desarticuladas que foram incentivadas para organizarem novo acampamento.

Para que houvesse acampamento de Encruzilhada Natalino, foi

planejado o ato por meses a partir das experiências dos acampados em relação ao enfrentamento à repressão e a acampamentos na Macali e Brilhante. Para isso, foi organizada a união entre os acampados dispersos, assalariados e filhos de pequenos agricultores que não possuíam terra. Goes (2010, p. 58) descreve a formação do acampamento com a chegada do primeiro casal:

> A chegada do primeiro casal à Fazenda da Encruzilhada Natalino foi espontânea, ocorrida na véspera do Natal de 1980, cujo chefe, por coincidência, chamava-se Natalino, oriundo de Nonoai. A família entrou na fazenda sem grandes problemas, sem ter encontrado qualquer barreira que impedisse o seu acampamento e até o final de 1980 mais dois ou três barracos estavam ali instalados. Durante os primeiros meses do ano de 1981, mais e mais famílias ocuparam a fazenda e, aos poucos, o movimento foi se formando. Nesse ano aconteceu uma grande crise econômica, com a qual muitos pequenos agricultores perderam tudo, indo, então, juntar-se aos demais no acampamento.

O acampamento de Encruzilhada Natalino foi formado por famílias de colonos de várias localidades da região. Essas famílias encontravam-se desamparadas e buscaram auxílio na paróquia de Ronda Alta, onde encontrava-se o padre Arnildo Fritzen, que os ajudou e celebrou as missas nos fins de semana no acampamento. Na fase inicial do acampamento, não havia prestatividade e apoio das entidades e governo, os sem-terra estavam abandonados. Nesse ato, começou o trabalho da Igreja com os acampados sem-terra. Para efetivar-se o acampamento, a ocupação da terra foi feita em grupos de famílias apoiadas pela CPT. O acampamento constitui-se em um espaço de vivências, lugar de conflitos, lutas, partilha, solidariedade e esperança. Esperança de conquistar uma área de terra para trabalhar

e sustentar as famílias. Cientes disso, juntos possuíam força para lutar (Goes, 2010).

A Igreja Católica esteve presente na colonização do Rio Grande do Sul, exerceu funções culturais, educativas, jurídicas, políticas e na distribuição de terras, além da mediação entre os proprietários e o governo. No processo de colonização, foram ofertados aos colonos escolas católicas, questões de cooperativismo e sindicalismo, enquanto os caboclos permaneceram de lado, sem assistência pelas instituições responsáveis. No período dos acampamentos, colonos e caboclos estavam juntos na luta por um pedaço de terra (Goes, 2010). Nesse sentido, Benincá (1987) descreve sobre um levantamento feito em 1987 na Diocese de Passo Fundo, no qual foi apurado que 81,55% do clero provinha do interior, eram filhos de colonos. A Igreja cumpriu o papel de identificar entre colonos aqueles com capacidades de liderança, para que fossem preparados para liderá-los. O trabalho das lideranças contribuiu à CPT e foi além na luta pela terra, devido à Pastoral da Juventude no papel de formação das lideranças no campo, organizando-os nas comunidades e trabalhando cursos com pensamentos críticos perante a situação da realidade social. Assim, denota-se que a maioria das lideranças dos sem-terra haviam sido da Pastoral da Juventude. A CPT seguiu sua orientação de que os sem-terra fossem os protagonistas no processo de luta pela terra e que esses negociassem com o governo, buscassem apoio da imprensa e arrecadação de alimentos (Goes, 2010).

O primeiro grande ato da CPT no RS será abordado em seguida. Ele envolveu quantidade significativa de pessoas na comemoração do Dia do Agricultor (25 de julho de 1981), onde foram feitas discussões e planejamentos de ações. A CPT transformou essa data comemorativa, churrascos onde os agricultores eram "passivos", para atos de debates e reflexões sobre a situação social e econômica dos

agricultores, além de promover a organização desses. Os rumos da comemoração do Dia do Agricultor tornaram-se politizados, tanto que a organização dessas comemorações era realizada por religiosos. Nos atos, eram realizadas discussões, reflexões, confraternização, lazer e celebrações religiosas, no intuito de fazer com que houvesse participação e não a resignação dos agricultores. A ação da CPT junto aos agricultores foi possível devido ao apoio recebido pela CNBB. Além disso, na década de 1980, foram debatidos os temas sobre reforma agrária e a distribuição de solos urbanos. No mesmo período, surgiram os livros sobre a Teologia da Libertação pelo frei Leonardo Boff. Tudo isso em sintonia com o Concílio Vaticano II (Goes, 2010).

Em 21 de agosto de 1981, ao Comando Estado Maior – 2ª Seção, III Exército, ligado ao Ministério do Exército, foi emitido um relatório de caráter "Confidencial", com o Informe n.º 612-M36 E2/81, intitulado "Festividades do Dia do Colono em Ronda Alta/RS", pela 16ª Brigada de Infantaria Militar, difuso pelo SNI – Agência de Porto Alegre (APA). É descrito que, em 25 de julho de 1981, em Encruzilhada Natalino em Ronda Alta, tiveram lugar as festividades do "Dia do Colono", organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Fetag e outras entidades, em particular os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de vários municípios. Aproximadamente 10.000 pessoas compareceram ao evento. A festividade iniciou-se com uma Procissão, foi carregada uma cruz (uma grande cruz de madeira), na qual estavam amarrados três lençóis brancos, representando três crianças que morreram no acampamento. Durante o percurso, foram feitas várias paradas "via Sacra" e eram abordados problemas referentes a colonos, com gritos de "Protestamos", "Exigimos", dentre outros. Após, usaram da palavra representantes de várias entidades, em que prestaram apoio aos sem-terra. O "ponto alto" das festividades foi a celebração de uma missa campal, celebrada por Dom Tomás Balduíno, bispo de Goiás-

-Velho/GO, auxiliado por representantes da CPT. Consta que Dom Balduíno fez severas críticas ao governo e disse que: "O clero deveria estar sempre junto aos pobres e quem repudiar essa ideia, está contra a Igreja. Quem optar pelo poder temporal não está optando por Cristo" (SNI, 1981, p. 73).

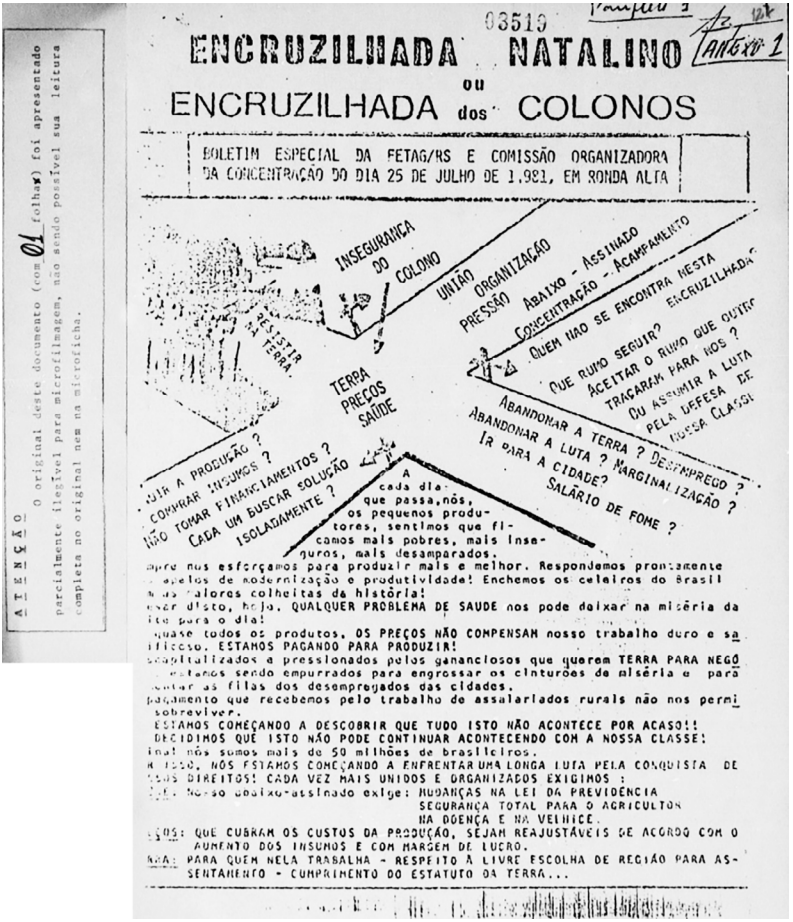


Figura 12. Panfleto da Encruzilhada Natalino sobre do Dia do Colono – 1981. Fonte: Relatório do SNI – Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian).

Em relação às festividades do Dia do Colono, foram divulgados panfletos, como esse da Figura 12, com uma imagem que associava a Encruzilhada Natalino, com os rumos daquelas famílias acampadas, a luta por terra, saúde, como combater a fome, a importância de não abandonar a "luta" e a união, o desemprego e o questionamento de fazer o que na cidade, dentre outros fatores utilizados para reflexão e conscientização daqueles colonos que passavam por momentos de tensão, sofrimento e incerteza.

Em 5 de agosto de 1981, em Brasília, foi emitido um relatório de caráter "Confidencial" pelo SNI, a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Agricultura, intitulado: "Manifestações de colonos acampados na Encruzilhada Natalino/município de Ronda Alta/Rio Grande do Sul". Este aborda sobre o dia 25 de julho de 1981, em que foram realizadas manifestações de protesto no acampamento dos colonos em Encruzilhada Natalino. É descrito que o acampamento era formado por 400 barracos, construídos com pedaços de madeira, plástico e capim. Os barracos ocupavam um dos lados da estrada, na extensão de quase 2 km. Posicionado em um local alto, sujeito a ventos fortes, geadas rigorosas e muito barro quando chove. Havia grande concentração de famílias e muitas crianças. No local, havia uma pequena represa. Foram abertos alguns poços e construídas privadas rudimentares. Alimentos e roupas eram conseguidos por meio de doações das coletas realizadas pelos sindicatos e Igrejas.

As manifestações eram organizadas pela Fetag e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Participaram do movimento representantes do Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, CPT, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e da Contag. No Dia do Colono em Encruzilhada Natalino, houve participação significativa de Dom Tomaz Balduíno, bispo de Goiás e vice-presidente do Conselho

Indigenista Missionário (Cimi), que participou especialmente para celebrar missa no local. É citado que ele mesmo dizia que ele "transformava o altar em tribuna durante o sermão e novamente em altar após o sermão" (SNI, 1981, p. 4). O tema do Evangelho foi a passagem do "milagre da multiplicação dos pães". Ainda sobre Dom Tomaz na explicação do Evangelho:

> Comparou o povo presente com o que foi alimentado com os pães, com a diferença de que agora o povo esperava a distribuição de terra. Disse que a "Encruzilhada Natalino é uma advertência ao Governo e que apoiava a sugestão do acampamento dos colonos em frente ao palácio do Governador, em Porto Alegre", feita momentos antes pelo representante dos colonos ANTÔNIO CAMPIGNOTTO. Defendeu a reforma agrária e disse que "os colonos não devem sair do Rio Grande do Sul" (SNI, 1981, p. 4).

Atuavam junto aos colonos os padres Arnildo Fritzen da Pastoral da Terra e Ercílio Simon, coordenador da Comissão da Diocese de Passo Fundo, para os sem-terra acampados. O padre Alex Kloppenburg, representante da CPT, em São Gabriel/RS, declarou à imprensa que existia má-vontade do governo e do Incra, pois existiam 150 mil hectares de terras ociosas no RS, onde os colonos sem-terra poderiam ser reassentados. Participaram do ato do Dia do Colono em Encruzilhada Natalino pessoas de localidades distantes, inclusive pessoas de Porto Alegre e cidades vizinhas. Havia no local cerca de 40 ônibus e 200 automóveis. No relatório, levantou-se a hipótese a respeito da alimentação, a qual deveria ter sido a cargo dos próprios participantes. É definido em 7 mil pessoas presentes no evento pela parte da manhã. Na parte da tarde, reduziu para 5 mil pessoas, sem contar os acampados. Denota-se o confronto de números, na versão

do SNI, constam 7 mil pessoas, de outro lado, na versão dos acampados, das Igrejas e sindicatos, consta que passou das 10 mil pessoas presentes no ato.

O movimento iniciou às 9 horas, com marcha de protesto na extensão da estrada em frente aos barracos, com término às 11 horas. Durante a marcha, os organizadores ocupavam um caminhão com alto-falantes e proferiam palavras de ordem como: "Exigimos uma solução rápida para os colonos sem-terra", "Exigimos reforma agrária", "Exigimos reassentamento só no Rio Grande do Sul", "Exigimos preços justos", dentre outros. A cada um desses *slogans*, o povo era convidado a repetir "exigimos" três vezes e eram cantadas canções de protesto, conforme o panfleto da Figura 10. Descreve que as músicas e as letras haviam sido previamente ensaiadas. Um fator que chamou a atenção do SNI foram as faixas com os seguintes *slogans*: "Encruzilhada Natalino, um passo para a Reforma Agrária", "Tem muita terra no Rio Grande do Sul", "Não queremos ir para Mato Grosso".

Pela parte da tarde, foi retomado às 13h30min, o caminhão tribuna foi ocupado por oradores e trovadores até as 16 horas, quando começou a missa. Todos teceram críticas ao governo, à política agrária, ao sistema de saúde e à previdência social, ao Incra, aos políticos, às multinacionais, à demora na solução do problema dos acampados e ao governador do Estado. Entre os oradores, destacavam-se Antônio Campigotto, representante dos acampados, que leu um discurso contendo críticas ao governo e a ameaça dos colonos acamparem em Porto Alegre, em frente ao palácio do governo, Francisco Urbano Araújo Filho, da Contag, que defendeu a implantação da Reforma Agrária e apelou para os colonos não aceitarem terras fora do RS, Orgênio Roth, presidente da FETAG/RS, que apoiou a luta dos acampados pela terra, Auxílio Rebeschi, presidente do Sindicato Rural de Passo Fundo, que defendeu a Reforma Agrária. É intrigante o papel do SNI

em ter registrado detalhadamente todos os fatores de qualquer movimentação no período, relatórios que a população não possuía conhecimento da existência e que agora contribuem para a historiografia. A partir das 15 horas, o tempo ficou nublado e muita gente começou a se retirar com receio de ficar atolado na estrada caso chovesse. Após a missa, o pessoal se retirou e foi encerrado o ato.

Em relação aos discursos, é descrito que a receptividade foi "batida de palmas" calorosas dependendo do discurso. O relatório pretende evidenciar que as palmas não foram "calorosas" como o esperado, tende a mostrar os discursos como "fracos", ao dizer que um trovador de Miraguaí/RS foi mais aplaudido que os oradores. É complementado que a manifestação ocorreu sem incidentes e em "completa ordem". A Brigada Militar montou um sistema de segurança discreto, mas eficiente. Todas as estradas de acesso ao local estavam guarnecidas, inclusive as áreas das fazendas vizinhas. Em anexo, constam alguns panfletos.

A Figura 13 (na página seguinte) está em anexo ao relatório analisado. Ela trata sobre o movimento de Encruzilhada Natalino, uma passagem de Dom Pedro Casaldáliga sobre a terra e a liberdade, da qual estava em posse de poucos e todos teriam direito a ela. O símbolo que nos leva à reflexão é a imagem do colono ao centro, amarrado em uma cruz formada por uma pá e um garfo, ferramentas utilizadas no trabalho rural. Essa simbologia faz uma abordagem ao sofrimento dos colonos e faz uma alusão ao sofrimento de Cristo na cruz. É importante ressaltar como a fé cristã e as simbologias estiveram muito presentes no viver e no resistir dos agricultores sem-terra.

Figura 13. Panfleto sobre o Dia do Colono (25/07/1981). Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

O acampamento de Encruzilhada Natalino foi um acontecimento surgido pela injustiça que acometia os agricultores sem-terra. Foi um processo de muita luta, organização e enfrentamento ao auge da repressão militar no período da intervenção no acampamento, como foi descrito nos relatórios do SNI analisados, pois a vigilância mili-

tar fez-se presente em todos os momentos do acampamento, seja em Encruzilhada Natalino, seja nas idas a Porto Alegre para pressionar o governo, fez-se presente nas manifestações populares, como a que ocorreu no "Dia do Colono", inclusive no empenho em recolher todas as edições das cartas dos colonos e nos Boletins Informativos da Campanha de Solidariedade aos sem-terra para vigiar o que se passava e agir conforme as diretrizes do governo militar. Inclusive, o SNI fez-se presente no período posterior à intervenção no acampamento, em que se seguiram os ataques proferidos por agentes das forças policiais a mando do governo e dos latifúndios, e as pesadas acusações de jornalistas mal-intencionados. Os relatórios do SNI foram fundamentais para compreendermos o cotidiano e o funcionamento do acampamento, pois carregam diversos fatores, os discursos, os atos, as manifestações e em anexo constam os boletins e cartas dos colonos, nos quais estão expressas as manifestações dos sem-terra, tornando possível a análise a partir dos dois espectros envolvidos nesse contexto histórico.

No próximo capítulo, será analisado o desfecho de Encruzilhada Natalino, com o ponto marcante da presença religiosa nas movimentações pela terra, especialmente na atuação da irmã Aurélia, até então não abordado esse fenômeno em nenhuma outra produção acadêmica. A V Romaria da Terra em Encruzilhada Natalino (1982), marcando a posição da Igreja Católica junto aos agricultores sem-terra e a aquisição de uma área de terra pela Igreja, através de uma campanha de angariamento de fundos, na qual os acampados foram transferidos e puderam cultivar a área até o assentamento definitivo de todas as famílias em 1983. Em seguida, levar-nos-á a analisar como esse processo serviu de experiencia e levou à formação do MST (1984) e após o processo de ocupação e assentamento na Fazenda Annoni (1985-1993), o maior latifúndio improdutivo da região norte do Rio Grande do Sul, símbolo da maior conquista do movimento após a criação deste.

3.

VIGILÂNCIA DO SNI:

atuação da Irmã Aurélia,
resignificação em Nova Ronda Alta e
a conquista da Fazenda Annoni

Este capítulo será iniciado com o aprofundamento de relatórios do SNI, em torno da atuação de religiosos e da irmã Aurélia junto aos agricultores sem-terra, em que buscam acusá- la por sua atuação e a sua posterior deportação, por ser de nacionalidade italiana. Além disso, aborda a transferência do acampamento para a área adquirida pela Igreja, denominada de "Nova Ronda Alta" e o assentamento definitivo em 1983.

3.1. Irmã Aurélia: símbolo da atuação religiosa feminina junto aos sem-terra

No processo da luta pela terra em Encruzilhada Natalino, uma figura atuante junto à organização dos colonos sem-terra foi a irmã Aurélia (Bruna Duranti). A freira de nacionalidade italiana, no período atuando na paróquia de Ronda Alta, foi fundamental na organi-

zação com os agricultores sem-terra. Ela prestou atividades pastorais e, conforme os relatórios do SNI, considerada subversiva por incentivar a reforma agrária, exercer trabalho de conscientização junto às mulheres acampadas sobre a importância da atuação das mulheres na sociedade e na luta pela terra. Existem dois relatórios que descrevem suas atividades e serão analisados a seguir.

Em 8 de setembro de 1981, o Serviço de Informações da Superintendência Regional no estado do Rio Grande do Sul, ligado ao Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, emite um relatório de caráter "Confidencial" com o Informe n.º 55- 067/81/SI/SR/DPF/RS, intitulado "Bruna Duranti – Incitamento a colonos Sem-Terra – Ronda Alta/RS". Bruna Duranti era o nome da irmã Aurélia. Ela era natural de Calcinato, na Itália, nascida em 8 de junho de 1939, filha de Firmo Duranti e de Agape Festa, ingressou em território brasileiro por meio da cidade de Bagé/RS, em 20 de fevereiro de 1978, procedente do Uruguai, onde residiu por cinco anos antes de chegar ao Brasil. O documento aborda que a irmã Aurélia (Bruna Duranti) foi e continuava sendo uma das "principais incitadoras" dos colonos sem-terra que estavam acampados desde alguns meses em Encruzilhada Natalino. A irmã Aurélia visitava diariamente o acampamento dos colonos sem-terra, orientando-os a não aceitarem terras em outros estados, afirmava que no Rio Grande do Sul existiam terras em abundância e que o governo era obrigado a reassentá-los no RS.

A irmã Aurélia fazia parta da Comissão Pastoral da Terra, possuía uma barraca armada no interior do acampamento, local em que eram guardados faixas, panfletos e vários tipos de material de propaganda distribuídos aos colonos. É descrito que a referida irmã procurou "em suas atividades de incitamento aos colonos" usar religião como suporte de reivindicações e alertando as pessoas acampadas no local, principalmente as mulheres, a não aceitarem terras do governo

em outro estado que não seja no RS. Irmã Aurélia orientou diversas pessoas a não cantarem o Hino Nacional na ocasião do hasteamento e arriamento da Bandeira Nacional, "solenidades diárias" que eram realizadas no acampamento, no período em que permaneceram no local os órgão militares federais sob comando do coronel Curió. No relatório foi descrito a ação de Bruna Duranti (irmã Aurélia), que havia "utilizado" de sua condição religiosa para incitar e apoiar reivindicações "inaceitáveis", o reassentamento de colonos no RS, além de orientar as pessoas a se "omitirem na prática de atos inerentes à vida cívica nacional" (SNI, 1981, p. 5). É descrito que os órgãos federais no acampamento visavam o reassentamento daqueles agricultores em outros estados, porém, de fato, o intuito desses órgãos era desmobilizar os agricultores sem-terra, controlar e repelir as ações de religiosos junto ao acampamento, por serem considerados agitadores junto aos colonos e, de fato, reassentá-los em outros estados, sem amparo governamental, recursos e desmobilizados, sem forças de reivindicação.

Após a descrição sobre a irmã Aurélia, o relatório prossegue com alguns depoimentos realizados à Polícia Federal, da Superintendência Regional do RS. O primeiro depoimento é de Gelson André Ceretta, o qual se deu em 12 de agosto de 1981 no acampamento de Encruzilhada Natalino, ao delegado Nilto Nemo Pereira e ao escrivão Hélio José dos Santos. Gelson Ceretta era natural de Ronda Alta, nascido em 1957, agricultor e estava residindo no acampamento de Encruzilhada Natalino. Gelson foi inquirido a prestar depoimento após ter dado uma entrevista ao jornal *Zero Hora*, publicado dois dias antes, em que na oportunidade declarou "achar" que havia terra suficiente no Rio Grande do Sul e que: "o problema dos gaúchos tem que ser resolvido aqui no Estado" (SNI, 1981, p. 6). Declarou ao jornal a existência da Fazenda Santa Rita, em Ronda Alta, e a Fazenda dos Irmãos Guerra, em Carazinho, passíveis de desapropriação para as-

sentamento dos sem-terra, declarou que soube de outros colonos que perderam familiares nos projetos de colonização no Mato Grosso por motivo de doenças e abordou sobre as mortes ocorridas nos projetos na Bahia por meio de pessoas que lá estiveram para conhecer as terras. Concluiu ao jornal que não havia conflitos entre os acampados e que, até então, não havia sido ameaçado pelos agentes federais no acampamento. Ao fim desse trecho explicativo sobre a declaração do agricultor que o levou a ser intimado a depor ao delegado, o escrivão conclui ao escrever que a fala de Gelson: "não é em todo verdadeiro". Denota-se como o aparelhamento de vigilância do SNI estava ativo, tudo que viesse em desagrado ao regime do governo era pretexto de investigação e prestação de depoimentos.

Em seguida, consta o depoimento de Sebastião Miguel dos Santos ao delegado da Polícia Federal, Nilto Nemo Pereira, e ao escrivão, Hélio José dos Santos. Sebastião dos Santos, nascido em 1937, natural de Nonoai, agricultor residente no acampamento de Encruzilhada Natalino junto à sua esposa e às filhas, foi inquirido a depor sobre a irmã Aurélia. Consta que, ao chegar os agentes federias, iniciou-se uma cerimônia diária de hasteamento da Bandeira Nacional e cantado o Hino Nacional. A família de Sebastião participava diariamente da solenidade. É descrito que a irmã Aurélia, também acampada, foi no barraco do depoente e disse-lhe para não participar de tal solenidade, nem cantar o hino, disse que a irmã passou de barraco em barraco com a mesma finalidade. Consta que havia três irmãs de caridade, mas apenas a irmã Aurélia usava o hábito religioso. Encerra afirmando que o depoente iria continuar participando da solenidade.

Após consta o depoimento de Valdelino Antônio Zatti ao mesmo delegado e escrivão citado no parágrafo anterior. Valdelino, natural de Liberato Salzano/RS, nascido em 1952, agricultor, residente no acampamento de Encruzilhada Natalino com esposa e filhos, foi

inquirido a depor após ter sido entrevistado pelo jornal *Zero Hora*, em 8 de agosto, para o qual declarou que cada brasileiro possuía direito à terra onde habita e não iria ao Mato Grosso, até que tivesse "um pingo de sangue" lutaria para permanecer no RS. A declaração continuou ao dizer que o coronel Curió estava criando divisão no acampamento, porém possivelmente pelo medo do depoente em depor, o escrivão trata a questão da divisão como se tivesse se referido à divisão de pessoas que queriam ir para o MT e as que permaneceriam no RS, pois Valdelino não confirma as palavras utilizadas pelo *Zero Hora* em sua integralidade.

Nos anexos dos relatórios sobre a irmã Aurélia, consta uma imagem do documento de identificação dele, tendo uma foto 3x4, única foto dela existente em que foi possível encontrar (ver Figura 14, na próxima página). Consta a nacionalidade italiana, a filiação, a função de religiosa, o número do passaporte e a entrada no Brasil por Bagé/RS, em 1978, antes estava em Montevideu, Uruguai.

Em 9 de março de 1982, o SNI emite um relatório de caráter "Confidencial" com o Informe n.º 029/119/APA/82, intitulado: "Atividades de Bruna Duranti – Encruzilhada Natalino/RS". Esse relatório se trata da vigilância do SNI sobre a religiosa Bruna Duranti, também conhecida como irmã Aurélia, por desenvolver atividades junto aos agricultores sem- terra de Encruzilhada Natalino durante o ano de 1981. Devido à "natureza" da assistência espiritual prestada aos sem-terra, foi instaurado contra a irmã a Investigação n.º 006/81-SR/RS – Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional/RS (DPF/RS), pela "possível prática de delito" previsto na Lei n.º 6620, de 17 de dezembro 1978, lei responsável por definir os crimes contra a Segurança Nacional. É descrito que o processo foi instaurado contra a irmã Aurélia, em face às declarações do colono acampado em Encruzilhada Natalino. Sebastião Miguel dos Santos afirmou ter re-

cebido visita da religiosa no barraco e ela solicitou para não participar das solenidades de hasteamento da Bandeira Nacional, promovidas por Curió. Por determinação do bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Colling, a irmã Aurélia foi afastada das funções de assessoramento espiritual prestado aos colonos.

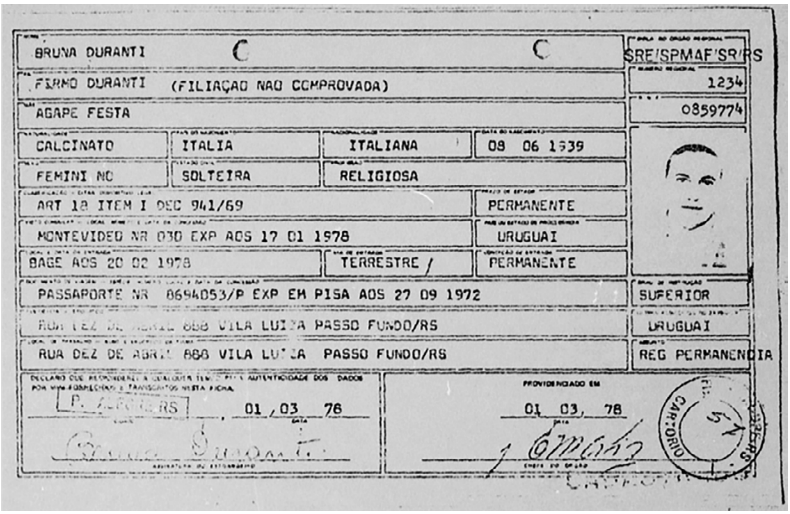

BRUNA DURANTI C C
SRE/SPMAF/SR/RS
FIRMO DURANTI (FILIAÇAO NAO COMPROVADA)
1234
AGAPE FESTA
0859774
CALCINATO ITALIA ITALIANA 08 06 1939
FEMINI NO SOLTEIRA RELIGIOSA
ART 18 ITEM I DEC 941/69 PERMANENTE
MONTEVIDEO NR 030 EXP AOS 17 01 1978 URUGUAI
BAGE AOS 20 02 1978 TERRESTRE PERMANENTE
PASSAPORTE NR 0694053/P EXP EM PISA AOS 27 09 1972 SUPERIOR
RUA DEZ DE ABRIL 888 VILA LUIZA PASSO FUNDO/RS URUGUAI
RUA DEZ DE ABRIL 888 VILA LUIZA PASSO FUNDO/RS REG PERMANENCIA
01 / 03 76
01 03 78

Figura 14. Documento de identificação da Irmã Aurélia. Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

O inquérito sobre as atividades da irmã Aurélia ficou a cargo do agente de Polícia Federal, delegado Carlos Eduardo Silveira Machado, e do escrivão, Hélio José dos Santos, ambos visitaram a região do acampamento colhendo depoimentos de colonos e autoridades que tiveram envolvimento com a investigada. Para obtenção dos depoimentos, foi prometido sigilo aos depoentes. O primeiro depoimento é de Vilson Moacir Pandolfi, representante do Funrural, em Ronda Alta. Ele afirmou ter sido convidado para um jantar oferecido pela CPT no salão paroquial de Ronda Alta, por ocasião da chegada da

irmã Aurélia e notou pessoas estrangeiras naquele jantar. Disse que naquela época não existia o acampamento de Encruzilhada Natalino, mas eram notadas reuniões de grupos de jovens "visando a invasão de fazendas na região", lidos os impressos da CPT e discutidos métodos operacionais. Após esses encontros, pessoas eram encaminhadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais para serem cadastradas como sem- terra. Acrescentou que havia líderes nas reuniões, algumas foram assistidas pelo padre Arnildo e pela irmã Aurélia. Concluiu ao relatar que os colonos eram amparados pelos religiosos citados e toda a movimentação agrária na região era tratada pela CPT.

O próximo depoente foi Teófilo Wrasse, um dos agricultores expulsos da Reserva Indígena de Nonoai. Ele disse ter entrado em contato com o padre Arnildo para rezar missa no acampamento. A partir daí, deu-se a chegada das freiras, a irmã Aurélia foi a primeira. Relatou a chegada de pessoas estranhas ao acampamento, levadas pela referida religiosa e pelo padre, citou as seguintes pessoas levadas pela irmã Aurélia Antoninho Campigotto, Ildo Romancin, Antônio Cavasini, Antônio Zatti e Saul Marchiori chegaram à noite em uma camioneta inscrita "Mensageiros da Caridade". Criticou a concentração das doações no Salão Paroquial de Ronda Alta e a sua distribuição mediante a uma Comissão, pois antes ficava no acampamento. É possível entender pelos relatórios que a mudança de local dos mantimentos e o controle e sua distribuição pela Comissão foram necessários para a organização do acampamento e das doações. Acusou a irmã por favorecimento a algumas pessoas em contraponto às pessoas que não eram de "sua simpatia", classificou a religiosa como se fosse "chefe" do acampamento e que tudo deveria estar sob controle dela. Porém os boletins escritos pelos colonos demonstram que não existe um líder no acampamento, tudo era decidido em assembleia geral.

Teófilo foi um dos dois colonos expulsos do acampamento, caso

não se retratasse por sua atuação contra tudo que era decidido pelos agricultores acampados. Junto a Vitorino Mário Saugo deu uma entrevista à Rádio Planalto acusando com inverdades a organização dos sem- terra em Encruzilhada Natalino. Um documento utilizado anteriormente neste trabalho mostra que os colonos acampados acreditaram na possibilidade de Teófilo e Vitorino terem sido infiltrados da polícia no acampamento. O depoente continuou a tratar que foi escoltado pela polícia para retirar seu barraco do local e que a irmã Aurélia acompanhou a movimentação. A retirada deu-se sob gritos: "Povo unido jamais será vencido" entre a entoação do canto "Classe Roceira".

O depoente elucidou sobre duas procissões feitas, a primeira até a Fazenda Falcão e a segunda até a divisa da Fazenda Annoni, carregava-se uma cruz, lideradas pela irmã Aurélia e pelo padre Arnildo Fritzen. Afirmou que na terceira procissão se daria a "invasão" (ocupação) da Fazenda Annoni, porém frustrada devido a um desmembramento do acampamento pelo depoente e outros colonos de seu grupo, os quais notificaram as autoridades. Tal ação torna-se alvo de diversos questionamentos. Em teoria, todos estavam acampados lutando por justiça social em acesso a um pedaço de terra para trabalhar. Então, Teófilo e alguns colonos causam divisão no movimento e relatam para as autoridades a ocupação de uma fazenda improdutiva, barrando a possibilidade de serem assentados. Autossabotaram-se? Apenas serve para fortalecer a indagação dos acampados sobre esse sujeito ter sido um infiltrado da polícia no acampamento.

O próximo depoente foi Vitorino Mário Saugo, o qual assistiu ao depoimento de Teófilo e concordou com tudo que foi dito. Acrescentou que a irmã Aurélia foi a articuladora de todo o movimento dos colonos. Em seguida, o depoente foi Ezequias de Souza Machado, delegado de Polícia da cidade de Sarandi. Recordou que em junho

foi ao acampamento com os seus comandados, para "dar proteção" à retirada dos pertences de Teófilo e Vitorino. Durante a ação, disse ter sido cercado pela irmã Aurélia, a qual entoava cânticos junto aos colonos e palavras de ordem como: "povo unido jamais será vencido". A multidão que se formava no entorno da ação era evacuada pela polícia. Na ocasião, um sujeito de nome Almiro Torres foi algemado e colocado em uma viatura policial. Devido a essa ocorrência, é descrito que a religiosa proferiu: "O que é que o pessoal do Governo vem fazer aqui? Prender o povo". Na saída dos policiais, a irmã iniciou uma salva de palmas, acompanhada pela multidão enquanto entoavam os cânticos. O próximo depoente foi Waldemar Batista Neto, proveniente da Reserva Indígena de Nonoai. Em seu depoimento, apenas acrescentou alguns fatores. Disse haver conflito entre os colonos oriundos da reserva indígena com colonos chegados de localidades vizinhas, por motivo da distribuição de alimentos estar a cargo de uma Comissão responsável. Então, iniciou um processo de convencimento ao pessoal oriundo da reserva indígena para se retirarem do acampamento. Disse ter sofrido pressão por colonos trazidos pelo padre Arnildo e pela irmã Aurélia. Isso leva-nos a refletir sobre a atuação dos acampados. Foi necessária a formação de Comissões para manter a organização, porém aqueles contrários à existência das comissões dão a entender que não possuíam noções de organização e que deveria funcionar de qualquer forma, se assim fosse, não teria prosperado o acampamento e teriam se rendido as tratativas de Curió.

As ações de Waldemar, Vitorino, Teófilo e outros agricultores citados nesse inquérito funcionaram no intuito de dividir o acampamento, quando se propõe a divisão das pessoas, ao ser aderida a divisão, enfraquece-se a força do movimento e torna-se mais distante a conquista do objetivo comum, que era a terra para trabalharem e viverem.

Waldemar prossegue o depoimento. Abordou sobre jornais da capital terem denunciado a presença de pessoas infiltradas no acampamento, os quais não seriam colonos. Após tais acontecimentos, houve uma reunião da Comissão presidida pelo padre Arnildo e irmã Aurélia, que falaram que as afirmações do governo eram falsas e não havia infiltrados entre eles. Na ocasião, os religiosos mostraram aos colonos uma folha impressa, trazida de Ronda Alta e seria levada a Passo Fundo para ser mostrada à imprensa. Disse que após essa reunião foi descobrir que, nos jornais de notícias vinculados aos colonos, dizia que eles protestavam contra o Incra e o governo. Devido a isso, o depoente e outras 32 famílias retiraram-se do acampamento com o apoio do delegado de Polícia de Sarandi.

Em prosseguimento, consta o depoimento de Auri da Silva, o qual era policial militar do regimento de Passo Fundo. Declarou ter acompanhado o desenvolvimento do acampamento no período aproximado de um ano. No período, seguiu o trabalho de catequese da irmã Aurélia e do padre Arnildo. Várias vezes presenciou o trabalho da irmã no sentido de que os colonos constituíssem resistência às propostas governamentais de assentamento fora do Estado. Por ameaça de desmembramento do acampamento, a religiosa passou em todos os barracos colhendo assinaturas para um abaixo-assinado, declarando que o acampamento estava em ótimas condições, que as doações eram entregues normalmente e que as declarações de Vitorino e Teófilo à Rádio Planalto eram infundadas. Auri acusou a irmã Aurélia de "ameaçar" cortar as distribuições aos acampados que não concedessem as assinaturas. Os agricultores estavam acampados com objetivo de conquistar terra para trabalhar, não permaneciam por obrigação, coação ou imobilizados a manterem-se no local, eram livres para partir. Torna-se questionável a veracidade das acusações de que a irmã Aurélia ameaçava cortar os mantimentos de quem se recusasse a se-

guir as propostas e as decisões discutidas nas assembleias dos acampados. Os relatórios foram formulados pelos agentes do SNI, os quais estavam atendendo as diretrizes estabelecidas pelo governo do período. Obviamente, deve ser questionada a veracidade de tais acusações impostas como uma verdade inquestionável.

Auri relatou que, durante as visitas realizadas nos barracos, a irmã Aurélia convencia principalmente as mulheres a não aceitarem terras fora do Estado e nem as promessas do governo. Orientava somente a Comissão Central conceder entrevistas. Durante as rezas, outras mulheres ajudavam-na na "transmissão" de mensagens de resistência, entre um canto e outro, eram lidas as cartas de apoio ao movimento. O depoente afirmou que o padre Arnildo levou seis famílias da localidade de Santa Lúcia, comunidade do interior de Ronda Alta, para acampar na Encruzilhada Natalino. Com a chegada dos religiosos e formação de uma Comissão, os donativos foram depositados no Salão Paroquial em Ronda Alta, sob supervisão do padre local, e a distribuição realizada pela religiosa em questão. Acusou a irmã e o padre pela intenção de ocupar a Fazenda Annoni. Em seguida, consta o depoimento de Severino Fiorentim. Este afirmou sobre a religiosa passar nos barracos dizendo aos colonos para não aceitarem as propostas do governo, pois havia terras no RS. Disse que as crianças ganhavam doces da irmã por cantarem os cantos dos acampados e que ela distribuía os folhetos de cantos pelo acampamento.

O depoimento seguinte é de Ari Rampanelli. Este disse que o terço no acampamento era coordenado pela irmã Aurélia. Nos terços, eram tratados assuntos de interesse dos colonos e suas reivindicações. Semanalmente, recebia visita da freira, que dizia para permanecer no acampamento, pois havia terras no RS. Explicitou que a irmã ensinava os cantos às crianças. Depôs que, com a chegada dos agentes federais com o Curió, a religiosa prosseguiu normalmente com seu trabalho.

Todavia, aumentou a frequência de suas visitas aos barracos. Com a saída de Curió, a irmã disse no barraco de Ari para aguentarem mais um pouco, pois viria "gente melhor" para resolver a situação. Em uma reunião, os religiosos informaram aos acampados para aguentarem e que havia alimentos no salão paroquial para mais três meses.

A conclusão do inquérito descreve que a irmã Aurélia participou de reuniões em Ronda Alta, incentivando os colonos a ocuparem fazendas na região. "Doutrinou" os colonos conforme as diretrizes da CPT e a resistir as propostas governamentais. Caracterizada como "orientadora intelectual" do acampamento, utilizando a hora do terço para "influenciar" ações a partir dos cantos, hinos e panfletos. Acusada pelos órgãos da ditadura por "doutrinar" as crianças, pelo fato de ensiná-las a proferir os cantos e hinos dos sem-terra, colocar os colonos contra as autoridades e desrespeitar as leis, criticada pela "tensão social" no local, acompanhada pelo padre Arnildo Fritzen. Finda-se ao elucidar que os fatores ocorridos levaram o caso das ações da irmã Aurélia a ser de "interesse nacional", por "colocar em risco a tranquilidade pública e a Ordem Social".

Toda a problemática envolvendo centenas de famílias desamparadas, lutando por terra e abandonados pelo governo, foi o grande fator de tensão social, em que o governo trabalhou para tirar a sua culpa e omissão perante a sociedade. O governo buscou atacar constantemente pessoas ligadas ao acampamento de Encruzilhada Natalino e manchar a imagem dos acampados, evitando a possibilidade de negociações que envolvessem o assentamento definitivo daquelas famílias no Estado do Rio Grande do Sul. Em anexo, consta um panfleto da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de maio de 1981, com o título: "Os Direitos de Terra que o Trabalhador Rural Tem". Este trata sobre a importância da distribuição desse folheto aos trabalhadores rurais para que estudassem e compreendessem às leis do país que favoreces-

sem o trabalhador. O material foi preparado pelo Dr. Celso Gaiger, juiz de Direito e desembargador, também presidente do MJDH.

No primeiro subtítulo: "Prá início de conversa", elucida que a Terra é um dom de Deus para toda a humanidade e que dela pudessem tirar seu sustento e viver em paz e fraternidade. Porém, no Brasil, a terra sempre foi um bem em posse de poucos, sem respeitar as necessidades do povo. Resgata o histórico da concentração de terras, as quais foram entregues a apenas alguns donos pelo governo, apenas com a Lei de Terras de 1850 a terra poderia ser comprada dos seus possuidores. Descreve a chegada dos imigrantes, o aumento populacional, a crise fundiária e a concentração de terras em mãos de poucos fazendeiros. Descreve que, nos anos de 1950 e 1960, houve pressão dos trabalhadores rurais por Reforma Agrária. Então, em 30 de novembro de 1964, foi elaborado o Estatuto da Terra no governo Castelo Branco. O objetivo do Estatuto é a promoção da reforma agrária e por lei é definido, no Art, que 1º: "É o conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, [...] a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade" (SNI, 1982, p. 23). Em relação aos direitos do trabalhador, é descrito no art. 2º: "É assegurada a todos a oportunidade de acesso a propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista em lei" (SNI, 1982, p. 23). Continua ao tratar sobre o dever do Poder Público e do governo, em criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra, de preferência na região em que habita, e zelar que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para usa utilização racional, promovendo o acesso do trabalhador aos benefícios de aumento de produtividade e bem estar coletivo.

Prosseguiu-se a análise sobre o entendimento de "Função Social da Propriedade", fator previsto em Lei no Estatuto da Terra. Cons-

titui-se o elemento de que todos os trabalhadores detêm o direito a ter terra, desde que a usem de acordo com a função social, soma-se a função do governo em zelar que toda terra cumpra essa função. Função social da terra transfigura-se na evidência de que toda terra deve atender primeiro ao bem comum, estando a serviço da comunidade. No Estatuto, consta que a terra deve exercer a função de favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores rurais, alcançar boa produtividade, respeitar e conservar os recursos naturais e obedecer às leis que regulam as relações de trabalho.

O governo pode desapropriar qualquer terra, de qualquer dono, quando: por necessidade ou utilidade pública, construção de estradas, barragens, dentre outros; por interesse social, para que a terra cumpra os devidos fins, este é o caso que envolve os agricultores acampados, exigindo serem assentados nas áreas improdutivas que não exerciam sua função social. Essa questão estava prevista no artigo 17º do Estatuto da Terra, em que conferia ao Poder Público promover a (re) distribuição de terras, para que estas atendessem aos interesses sociais, visando garantir o cumprimento da função social, a promoção justa distribuição da propriedade e obrigar a exploração racional da terra. A desapropriação "por interesse social" só podia ser realizada pelo governo federal. Primeiramente, o presidente da República baixa um decreto evidenciando a região de prioridade para fins de reforma agrária, após, em outro decreto, explicita sobre a propriedade em questão e que será desapropriada.

Realizado esse processo, o Incra assume posse da propriedade e realiza o levantamento de valores e chega a um acordo com o antigo proprietário. A indenização é realizada em um valor negociado entre o governo e o dono da terra. Esse valor é aquele que o proprietário havia declarado no cadastro do Incra, acrescido das benfeitorias, porém, geralmente nos cadastros do Incra, os proprietários colocam valores

baixos sobre suas propriedades, principalmente por motivos de sonegação. Então, os donos em processo de desapropriação não aceitam aquele valor do cadastro e inicia uma longa luta na justiça contra o governo, o qual tem o prazo de 20 anos de terminar de pagar a indenização. Todavia, no ato de desapropriação, a terra passa para posse do governo usá-la, sem interferência do processo de indenização na justiça.

Em anexo, conta que, em 22 de julho de 1981, foi divulgado um Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos agricultores sem-terra. Há um texto que se refere às notícias do acampamento, com o título: "Com sirenes ligadas, metralhadoras e fuzis: a polícia chegou em Encruzilhada Natalino". Nele, é descrito que, em um final de tarde de uma sexta-feira, chegaram os policiais quebrando a rotina das mais de 600 famílias, em um esquema repressivo que não havia sido visto até então. Viaturas com sirenes ligadas, armados com fuzis e metralhadoras, um contingente da Polícia Militar de Passo Fundo invadiu o acampamento, provocando enorme pavor nas famílias. Ao estacionarem os camburões em frente aos barracos, os policiais imediatamente prenderam um agricultor e o algemaram na porta de uma viatura para "servir de exemplo" e intimidar os demais.

Depois de muitas ameaças e provocações, o povo passou a entender o que se passava. Em seguida, as mulheres e crianças, acompanhadas pelos demais acampados, reagiram diante dos policiais e começaram a cantar o hino dos acampados: "Vamos lutar, irmãos, vamos lutar". Os policiais seguiram a operação, os quais estavam acompanhados pelos colonos Teófilo e Vitorino, ambos haviam ido à Rádio Planalto em Passo Fundo prestar entrevista no intuito atacar e de dividir o acampamento. Foi decidido em assembleia que eles seriam expulsos do acampamento, caso não se retratassem. Teófilo e Vitorino se retiraram do acampamento sem se retratarem, retiraram suas bar-

racas auxiliados pelos policiais. O boato corrente entre os sem- terra era que esses dois agricultores eram em verdade informantes da polícia, pois mantinham boas relações com elementos reconhecidos pelos acampados como "infiltrados na polícia secreta".

Foi abordado no boletim sobre uma visita de Dom Paulo Moretto, bispo auxiliar de Caxias do Sul, aos sem-terra de Encruzilhada Natalino, no dia 5 de julho de 1981. Após conversar com os acampados, visitar os barracos e testemunhar o sofrimento dessas pessoas, rezou uma missa dirigindo palavras de ânimo para prosseguirem na "justa e santa" causa pela terra. Ao final da missa, um representante dos colonos agradeceu a Dom Paulo por ser o primeiro bispo gaúcho que rezou missa entre eles e pelas palavras ditas. O bispo recebeu um saquinho com terra, simbolizando que eles continuariam na luta, a fim de conquistar terra. Após a visita, Dom Paulo disse ter achado muito forte o espírito e a moral dos acampados, mas triste a situação em que viviam, em meio a tantas necessidades.

Em 1º de setembro de 1981, a CPT e a Pastoral Universitária emitiram uma carta tratando sobre o dia anterior, 31 de agosto, dia em que, após muita luta, coronel Curió abandonou o acampamento pela impossibilidade de acabar com ele. No entanto, conseguiu persuadir algumas famílias a formarem um novo acampamento e aceitarem o reassentamento no Mato Grosso. Curió, ao sair, deixou o Comunicado n.º 3, em que atacou abertamente toda a Igreja Católica no Brasil e sua linha de ação. Nele, é descrito que tentou instrumentalizar "grosseiramente" o evangelho com citações a seu favor. Nesse sentido, atacou diretamente a seis bispos e demais religiosos: "como se fossem os responsáveis pelas injustiças no campo". Curió atacou diretamente e responsabilizou o padre Arnildo e a irmã Aurélia, além dos bispos do RS, pelo reconhecimento dado ao acampamento de Encruzilhada Natalino. Evidencia-se na carta que o Comunicado n.º 3 utilizou-se

de inverdades e acusações sobre os vários conflitos de terra no Brasil. Então, é feito o seguinte questionamento: "Talvez seria a FETAG, a CPT, ou o Padre Arnildo e os bispos os responsáveis pela existência das 200 mil famílias sem terra?" (SNI, 1982, p. 92). Percebe-se um argumento válido, pois a responsabilidade em resolver a situação dos sem-terra é do Estado.

3.2. Fase final do acampamento de Encruzilhada Natalino

Em seguida, consta um relatório do SNI, de caráter "Confidencial", de 17 de agosto de 1981, com o Informe n.º 32-010/81/SCI/SSP/RS, intitulado: "Colonos sem-terra – Encruzilhada Natalino". Este trata sobre o dia 25 de julho de 1981, em que foi realizado em Encruzilhada Natalino, com o propósito de comemorar o Dia do Colono, uma comemoração que contou com a presença de aproximadamente 10 mil pessoas que foram prestar apoio as mais de 500 famílias acampadas na beira da estrada há alguns meses. Durante a concentração, Angelino Campigotto, líder das famílias acampadas, juntamente com Saul Marchiori, leu um discurso em que solicitou a todas as entidades que estavam presentes para que continuassem apoiando a luta. É descrito que o líder dos colonos pronunciou: "daqui de Ronda Alta vamos começar a tirar do papel esta tal de Reforma Agrária", "Nós não vamos perder esta batalha" (SNI, 1981, p. 14). Foi decidido que os colonos iriam acampar em frente ao Palácio Piratini, pois o prazo dado pelo Incra e pelo governo do estado em reassentá-lo, terminou naquela data.

No dia 29 de julho, apesar da nota emitida pela Secretaria de Segurança Pública que proibia qualquer concentração na Praça da Matriz em frente ao palácio, os colonos chegaram a Porto Alegre. Todavia, foram interceptados pela Brigada Militar e foram escoltados

até Belém Novo. Às 11h30min, os deputados Celso Testa e Antenor Ferrari, contrariando o Executivo, interviram no movimento e acertaram com a Brigada a condução dos sem-terra até Assembleia Legislativa. O SNI descreve que estavam presentes na Assembleia Legislativa, no dia 29 de julho, mulheres representantes do Encontro "Mulher que Trabalha", que congregava 1.500 mulheres. Elas manifestaram-se dispostas a irem até Ronda Alta levar solidariedade a todos os acampados e donativos que recolheriam no dia 30 pelas ruas da capital. Em relação aos colonos, elucida-se que portavam faixas com os dizeres: "Protestamos o uso da Terra para negócio", "A união dos pequenos é a força dos pequenos" e "O sistema atual é uma baita exploração, chumbo neles". É colocado que muitos colonos estavam "desorientados", sem saber o que deveriam falar ao governador se tivessem a oportunidade. Um tanto intrigante tal afirmação, pois outros diversos relatórios analisados neste trabalho demonstram a posição firme e objetiva dos sem- terra quanto às suas reivindicações.

Na Assembleia Legislativa (AL), foi constatada a presença de Firmo Rodrigues da Trindade, o qual "incitou" os colonos a não aceitarem promessas do governo e permanecerem em Porto Alegre o tempo necessário para terem suas demandas atendidas. O caráter do SNI não mede esforços em acusar pessoas e entidades que estivessem contrárias às diretrizes governamentais impostas pela Ditadura Militar e, contrariamente a outros relatórios aqui trabalhados, os quais afirmam ter sido uma movimentação pacífica. Neste, é descrito que os agricultores estavam sob efeito de bebidas alcóolicas e portando facões. Prossegue a relatar que Firmo foi o responsável pela escolha de seis colonos para representarem toda a caravana na audiência com o governador e que o repórter da TV Gaúcha, Heidy Gherardt, esteve junto aos sem-terra desde Ronda Alta, "incitando-os" a se manterem irredutíveis em suas reivindicações. O grupo de sem-terra, dividido

em quatro ônibus, pernoitou nos seguintes locais: Irmãs Missionárias Jesus Crucificado, Rua Castro Alves, 1068; Irmãs Carlistas, Rua Miguel Tostes, 187; Instituto Pastoral de Juventude, Rua Luiz Manoel Gonzaga, 744; e no Camping do Guarujá. No dia seguinte (30) pela manhã, reuniram-se a portas fechadas na sede da Fetag, o SNI descreve que a reunião foi no décimo segundo andar, os colonos falaram um por vez sobre seus problemas aos dirigentes da Fetag e a reunião "não deu em nada". Retornaram à AL, onde participaram de uma reunião com a Comissão de Direitos Humanos que os aconselhou a retornarem ao acampamento e posteriormente retornarem em sua totalidade e mais organizados. Em seguida, os sem-terra deslocaram-se até o Incra, onde foram recebidos pelo coordenador substituto, Jorge Gobbi, que os orientou a regressarem ao acampamento onde encontrariam os elementos credenciados a resolverem a problemática. Na oportunidade, os colonos entregaram um documento ao coordenador do Incra, no qual dão ao instituto o prazo de 15 dias para resolver a situação. Ao final da tarde, os sem-terra chegaram à Cúria Metropolitana, onde tentaram um encontro com o cardeal Dom Vicente Scherer. A Brigada "orientou-os" a rumarem para a Catedral Metropolitana, porém foram recebidos pelo bispo auxiliar Dom Edmundo Kunz, onde foram informados de que o cardeal não era contra os colonos e apoiava a luta desenvolvida por terras. No dia 31 pela manhã, os quatro ônibus regressam a Ronda Alta com os agricultores.

É descrito pelo SNI os principais nomes que interviram junto aos colonos no dia 29 de julho de 1981 e suas atividades, são os seguintes: Omar Ferri, advogado, ex-deputado, membro do MJDH; Edi Lourdes Girardi, secretária da Fracab, integrante do Movimento conta a Carestia (MCC), onde representava o PMDB, ligada ao deputado José Alberto Fogaça de Medeiros, possui ligações com o PCB e o MR-8; Firmo Rodrigues da Trindade, funcionário da Caixa

Econômica Federal, "toma a frente" e ajuda os colonos nas organizações em Porto Alegre, afirmou a necessidade de união dos setores para "derrubar o regime"; Edílio Macedo, líder representante da Vila Campo da Tuca; André Cecil Foster, sociólogo, ex-militante do Movimento Estudantil, ativista de esquerda, ligado à "tendência socialista do PMDB", integrante do jornal *Em Tempo*; Rodolfo Reckziegel de Lucena, ativista do MR-8 e representante do jornal *Hora do Povo*, em Porto Alegre; Dorival Rodrigues de Souza, ativista da Fracab e militante do PCB; padre Tarcísio de Natal, pároco da Igreja do Menino Deus, pertencente ao Clero Progressista, usava o púlpito da Igreja para "fazer proselitismo de esquerda", atacava o governo e "incitava desrespeito" as instituições nas missas; Antônio Gigolette, empregado do restaurante Bologna, em Ipanema (Porto Alegre), emprego que foi conseguido pelo padre Tarcísio, pertence à Associação dos Amigos do Bairro Serraria/POA, consta o nome de Juvenal Gigolette entre os colonos acampados de Encruzilhada Natalino, que seria pai de Antônio; Mário Ranciaro, ex-militar da aeronáutica, compareceu no ato junto aos colonos; João Pedro Agustini Stédile, ex-militante estudantil e ativista sindical, ligado à CPT de Caxias do Sul/RS, proprietário de uma Kombi, na qual portou 2 rapazes e 3 senhoras que distribuíram alimentos aos colonos em frente à AL, no dia 29. Conclui por acusar as entidades de utilizarem os colonos como "fantoches" contra o regime vigente no país.

Em seguida, consta a carta dos sem-terra entregue ao coordenador do Incra, em 30 de julho de 1981, em Porto Alegre. É descrito que a representação dos agricultores acampados de Encruzilhada Natalino foi a Porto Alegre buscar solução para serem assentados no RS, após reunião na sede da Fetag, onde o governador declarou que o assunto estaria sob responsabilidade do Incra. Os sem-terra decidiram dar um prazo de 15 dias ao Incra para que apresentasse medidas que garantis-

sem a solução do problema, caso contrário, outras medidas seriam tomadas. Os colonos abordam estarem cientes de que a responsabilidade seria do instituto, os sindicatos, Fetag e Contag poderiam ajudar, mas sem responsabilidade de resolver. Os sem-terra não aceitaram de imediato a proposta do Incra em assumir o acampamento, pois tal proposta deveria ser levada para ser discutida em assembleia com todos os acampados, mas a princípio estariam inclinados a aceitar a oferta de alimentos e ampliação de assistência médica, desde que a distribuição fosse feita pelos colonos acampados, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais ou Fetag, sem interferência do governo ou do instituto.

Na sequência, consta outro relatório do SNI, Agência de Porto Alegre (APA), a Secretaria da Segurança Pública (SSP), emitido em 8 de setembro de 1981, com o Informe n.º 11-3369/81/SCI/SSP/RS, intitulado: "Caravana visita Acampamento de colonos – Padre Silvio Ferreira Jung". Este relata que, no dia 14 de agosto de 1981, o padre Silvio Ferreira Jung, ligado ao Núcleo de Justiça e Não Violência de Pelotas/RS, organizou uma caravana composta por 32 pessoas da mesma cidade, as quais seguiram para a Encruzilhada Natalino, para apoiar os acampados. O padre Silvio seguiu com a caravana para Ronda Alta, onde manteve contato com o padre Arnildo Fritzen, pároco local. Ao chegarem no acampamento, foi permitida a entrada de apenas quatro "elementos componentes" da caravana. O padre Silvio Jung foi o representante da Diocese de Pelotas no encontro dos bispos em Passo Fundo, pois o bispo Dom Jayme Chemello estava fora do país.

A seguir consta o relatório do SNI/APA, com o Informe n.º 11-3437/81/SCI/SSP/RS, emitido em 15 de setembro de 1981, intitulado: "Padre Aldemir José Busanello – Santo Augusto/RS". É descrito que o referido padre, responsável pela Paróquia São João Batista, em Santo Augusto/RS, no dia 23 de agosto, por ocasião da missa dominical, distribuiu na porta da igreja uma "Carta Aberta" em nome

dos colonos acampados de Encruzilhada Natalino. A carta foi levada de Porto Alegre para Santo Augusto pelo padre Aldemir, em grande quantidade para distribuição. A carta intitulada "Prá todo povo que nos ajuda e prás autoridades" aborda ser a terceira carta elaborada pelos acampados. Ainda, descreve que o acampamento estava uma "beleza", havia grupos de famílias para estudar o Estatuto da Terra e havia as comissões responsáveis pela organização, até que após a caravana ter ido a Porto Alegre, no dia 29 de julho, chega ao acampamento o coronel Curió, acompanhado de muitos agentes da polícia e do Exército. Com o objetivo de levá-los a Região Norte do país, encheu o acampamento de barreiras e começou a "desunir o povo".

Curió passou a distribuir alimentação da Cobal para "mostrar ser bonzinho" e impediu os agricultores e a comissão responsável de distribuir seus próprios alimentos e roupas que provinham das doações populares. As doações chegadas de Vacaria e da capital ele "fez" voltar para o local de origem. Tornou impossível as assembleias dos colonos, interrogava-os constantemente, trabalhou com promessas e ameaças para quem não aceitasse ir para o norte. É descrito que Curió levou um sujeito "metido a cantador e trovador", mas em realidade era um guarda-costas. As promessas para quem aceitasse o assentamento na Região Norte incluíam: casa, assistência médica, churrasco, dentre outras. A grande maioria dos sem-terra não aceitaram a proposta. Eles relatam em outros relatórios que outras pessoas aceitaram e retornaram por viverem em miséria naqueles locais.

Foi questionado o custo de dinheiro público para manutenção da missão de Curió no acampamento, incluindo soldados, o caminhão da Cobal, viagens de avião para mostrar as terras ao norte, salários, dentre outros. Somando tudo, os sem-terra acreditavam que esse dinheiro bastaria para comprar a terra para eles serem assentados. Apontam a existência de terras passíveis de desapropriação no Estado

e que a produção dos sem-terra iria baratear para o povo, os produtos no mercado. Apelam para os apoiadores continuarem nessa missão, pois estava "difícil de enfrentar o Curió". Por fim, assinam "os colonos sem-terra de Encruzilhada Natalino".

Ao final do dossiê de relatórios, consta uma lista que cita os diversos religiosos, freiras, sindicalistas e outros que visitaram o Acampamento de Encruzilhada Natalino, no dia 24 de agosto de 81. Trata-se de uma lista de nomes extensa que será anexada ao final deste trabalho, porém cabe citar que foram 85 padres, 14 freiras, 6 seminaristas, 3 estudantes, 2 professoras, 1 agricultor, 1 doméstica, 4 sindicalistas e 1 representante da OAB. Em seguida, no dia 3 de agosto de 1981, estiveram no acampamento: João Cláudio Colling, bispo de Passo Fundo, os padres Ivo Pedroso, Darci Pasqualotto, José Fritzen, Sérgio Antônio Gorgen e Bruna Duranti, a irmã Aurélia. Em 11 de agosto, estiveram os padres Darci Pasqualotto, Ivo Pedro Oro, Cyrillo Mattiello e Geli Griza e as freiras Teresa Nascimento e Almira Miôr. No dia 10 de agosto, estiveram no acampamento o padre Tarcisio Criveller e as freiras Zelita Antenello e Maria Isabel Grein. No dia 12 de agosto, visitou o acampamento a freira Maria Isabel Grein. No dia 13 de agosto, estiveram visitando o acampamento, as freiras Irmã Aurélia, Angela Maria Koerich, Eloá Souza da Silva e os padres José Fritsch, Ari da Rosa Kilian, Darci Simionato, Armelindo Batistela, Santo Ari Ballarins e Johann Schmid. No dia 19 de agosto, visitaram o acampamento os padres Waldemar Zapelini, Leopoldo Zapelini, Geraldo Luiz Borges Haxknamnn, as freiras Neli Soares Fogazzi, Stella Centeno Marahinche, Maria Lavarda Nelj e Maria Isabel Grein e Maria Helena Borges Hackmann e Ari Hackmann.

Após, consta as entidades e pessoas as representando que estiveram visitando o acampamento de Encruzilhada Natalino. São as seguintes MJDH/RS: Luiz Inácio Germany Gaiger, Miguel Palaoro,

Augustino Veit, Dorilda Grolli; Pastoral Universitária: Tiago de Morais Xausa, Mogli Carlos Veiga, Jusçara Madalena Custódio, Ivanice Schultz, Luiz Carlos Bertotto; CEBs: Clezio Oliveira, Heitor Luiz Scheid, Oli Nascimento, Pedro Avelino Muniz, Santa Jurema Saquett, Francisco Maria de Quadros, Valdemar Hegele e Luiz Alvim Pereira; Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre: Laerte Dorneles Meliga; Diretório Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da PUC-RS: Sandra Beatriz Silveira e Maria Lucia Bianchini; Diretório Acadêmico do Instituto de Teologia da PUC-RS: Helfi Bevilacqua; Associação Gaúcha dos Médicos Residentes: Sonia Maria Radaeli; Coordenação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Porto Alegre: Nelson Jacobs e Alceu Terra Nascimento; Movimento de Justiça e Não Violência: Alice Falcão Pereira; Movimento dos Peregrinos de Porto Alegre: Maria Stephanou; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre: Juracy Macieiro; CPT/RS: Itamar Antônio Spanhol e Arcides Luiz Favaretto; Diretório Acadêmico Tristão de Ataíde: Wilson Luiz Reis; Núcleo da OAB do Planalto Médio Sub-Seção de Carazinho/RS: Elso João Barichelo. Denota-se a eficácia do aparelhamento de vigilância militar em conseguir investigar, acompanhar e formar uma lista com todas as pessoas envolvidas e apoiadoras dos colonos sem-terra.

Em 8 de setembro de 1981, foi emitido um relatório pelo SNI da Agência de Porto Alegre (APA), de caráter "Confidencial", com o Informe n.º 156/119/APA/81, intitulado: "Colonos sem-terra de Encruzilhada Natalino/RS". Este aborda sobre a Fetag ter entregue ao governador José Augusto Amaral de Souza, no dia 4 de setembro de 1981, um documento expondo a posição da entidade em relação aos colonos sem-terra acampados de Encruzilhada Natalino. O documento da Fetag reafirma que os acontecimentos não podiam ser vistos como um "fato isolado", mas pertencente a um contexto amplo,

em que a estrutura agrária, o êxodo rural, a concentração de terras são fatores determinantes. Foi enfatizada a necessidade da adoção de uma reforma agrária, prezando pelo respeito à livre decisão de cada cidadão à escolha do lugar para assentamento, no Estado ou fora dele. Em relação às atividades que desenvolve junto ao acampamento em Ronda Alta, o SNI destaca um trecho descrito na carta, trecho que trata sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais sempre buscar o diálogo e a negociação com as autoridades, a prioridade da pauta de independência perante grupos de qualquer viés político ou ideológico. Mantendo a "consciência sindical", permanecia em defesa das aspirações classistas e na defesa dos colonos acampados de Encruzilhada Natalino, os quais são verdadeiros agricultores, segundo dados oficiais.

Em 10 de setembro de 1981, o SNI da Agência de Porto Alegre emitiu um relatório de caráter "Confidencial" com o Informe n.º 160/119/APA/81, intitulado: "Manifesto da Comissão de Justiça e Paz do Rio Grande do Sul". Esse documento aborda que a Comissão de Justiça e Paz do RS, é um órgão oficial da Regional Sul-3 da CNBB, com sede em Porto Alegre, formada por leigos. A entidade divulgou um documento no dia anterior (09/09), contestando o "Comunicado n.º 3" de responsabilidade do coronel Curió, acusando-o de "instrumentalizar o Evangelho". Por tal contestação, o SNI afirma que o objetivo da Igreja era promover a reforma agrária. Prossegue ao acusar a Igreja, com base na "filosofia da Segurança Nacional", pelas ações dos bispos, padres e agentes de pastorais em todo o país, pois suas ações eram de "semear a divisão, o confronto e a dúvida e criar na população uma imagem distorcida do próprio Evangelho e da missão da Igreja" (SNI, 1981, p. 2). Os religiosos apenas estavam seguindo a Doutrina Social da Igreja e as definições de "caminhar" junto aos pobres, algo visto como afronta e "comunismo" por parte da Ditadura Militar no Brasil.

É descrito que o documento elaborado pela Comissão rebate as acusações de Curió sobre os infiltrados no acampamento, ao afirmar que Cristo era o "único e real infiltrador", atuando em meio aos colonos, e a única força presente no acampamento era a fé na cruz plantada em meio às barracas, representando o Cristo presente, junto ao povo sofredor, transmitindo-os "ânimo, coragem e esperança". A Comissão manifestou sua indignação contra o que considera injustiça, a forma que estavam sendo tratados os dois religiosos que estavam "socorrendo" os colonos, apoiados por orientação do clero e do bispado do RS. É descrito, ainda, que o documento da Comissão de Justiça e Paz evidenciou a existência de latifúndios ociosos no RS, em torno de 2 milhões de hectares. É citado como fonte inspiradora a Doutrina Social da Igreja e o "Manifesto de Apoio dos Bispos Brasileiros a uma Autêntica Reforma Agrária", sugerindo duas opções na reunião do episcopado do RS, reunidos em Passo Fundo: a criação do crédito fundiário para aquisição de terras. Proposta feita anteriormente pelo Secretário de Agricultura do RS; e a redução do módulo rural de 25 para 16 hectares, possibilitando assentar mais famílias, como no caso da extensa Fazenda Annoni, com mais de 9 mil hectares, poderia assentar mais de 500 famílias.

O SNI emitiu um relatório de caráter "Confidencial", em 11 de setembro de 1981, com o Informe n.º 027/19/AC/81, intitulado: "Padre Arnildo Fritzen", e outro relatório, em6 de outubro de 1981, de caráter "Confidencial", com o Informe n.º 171/119/APA/81, intitulado "Arnildo Fritzen – Atividades". Ambos os relatórios abordam a mesma descrição que será analisada em sequência. São descritos dados sobre o referido padre, o qual nasceu no Brasil, em 1942, foi ordenado sacerdote do clero diocesano de Passo Fundo, em dezembro de 1971, e no período exercia suas atividades na Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes de Ronda Alta. Classificado como pertencente à linha do

clero "progressista", apoiador e integrante das atividades da Comissão Pastoral da Terra, de onde "irradia suas ações de oposição ao governo e ao sistema capitalista" (SNI, 1981, p. 3). Suas funções caracterizaram-se no final dos anos 70, em defesa dos agricultores expulsos das reservas indígenas e atingidos por barragens no RS, no sentido de orientar e incentivá-los a se manterem unidos na exigência de serem reassentados no RS. Classificado por ser o mentor do acampamento de Encruzilhada Natalino, dirigir as atividades e organizar os colonos. De fato, o apoio do padre Arnildo Fritzen foi fundamental na organização e na união dos colonos, porém não é abordado sobre as decisões dos sem-terra terem sido tomadas no coletivo, busca culpabilizar o padre Arnildo como único responsável, que em realidade foi importante no incentivo aos sem-terra na luta por seus direitos.

Em 9 de março de 1982, o SNI da Agência de Porto Alegre (APA) emitiu um relatório com o Informe n.º 030/119/APA/82, intitulado "Encruzilhada Natalino/RS". O referido relatório aborda sobre uma comitiva composta por religiosos e seminaristas liderada pelo padre Roque Zimermann, que visitou o acampamento dos sem-terra de Encruzilhada Natalino, no dia 3 de outubro de 1981. É relatado sobre ter sido rezada uma missa campal na oportunidade, pelo padre Elmar Luiz Lauer, auxiliado por seminaristas. O padre Arnildo Fritzen esteve presente. Todavia, não se pronunciou. São descritos os nomes dos componentes da comitiva: os padres Elmar Luiz Lauer e Roque Zimermann; seminaristas Antônio Liocári, Ricardo Wedanat, Plinio José Fench, Irio Luiz Condi, Carlos Raimundo Rockenbach, Otomar Fritzen, João dos Santos, Inácio Stulp, Moacir Felipin, Alvizio Jaco Ely, Arno Golts Schimidt, Admir Dal'Berti, Telmo Luiz Scalcim, Celso Both, Norberto Clemim, Lotário Oto Anole, Itacir Brassiani, Leopoldo Gabriel Tolssen, José Aluírio Sconeider, Ubirajara Benedito Lima, Elton Menegol, Ivo Limberguer, Luiz Moeco e Tarcísio Pires.

É perceptível, após as seguidas análises, o intenso trabalho do clero junto aos agricultores sem-terra acampados de Encruzilhada Natalino, prestando apoio, solidariedade, ajudando-os na organização de como constituir e seguir naquele movimento, prezando a ideia de união de todos para vencer as diversidades que tentaram a todo custo desmobilizá-los e não atenderem às suas reivindicações por terra, a qual se tornaria em trabalho, sustento e dignidade para todas as famílias envolvidas. Em Porto Alegre, no dia 18 de janeiro de 1982, foi emitido um relatório pela subchefia de Defesa Civil da Casa Militar ligada ao governo do Estado (RS), em que aborda sobre a situação dos acampados de Encruzilhada Natalino. O texto elucida que após algumas famílias aderirem ao reassentamento em Mato Grosso (MT) e empregos nas fazendas experimentais do governo do Estado, reduziu o clima de hostilidades por parte dos acampados. Considera o acampamento como um movimento de guerrilha rural, ao mesmo tempo que caracteriza os acampados como "massa de manobra" que agiam sob influência dos religiosos. É descrito que a equipe do acampamento "Quero-Quero", montado pelo governo para quem pretendia aderir ao MT, tentou entrar no acampamento de Encruzilhada Natalino para tentar levar mais famílias e conseguiu levar um dos líderes, Raul de Vargas com mais cinco famílias. Devido a isso, intensificou-se a visita de religiosos ao acampamento de Encruzilhada Natalino, anulando a possibilidade de contato da referida equipe com os acampados.

Em outra oportunidade, havia aumentado o interesse de algumas famílias aderirem às propostas de emprego. No entanto, a Comissão dos colonos identificou tais famílias e os convenceram a rejeitar as propostas. Além de que uma notícia nos jornais da capital, declarou que o governo do Estado iria assentar cerca de 1.000 famílias no RS. Assim, criou-se um clima festivo no acampamento, rechaçando qualquer possibilidade de aceitarem outras propostas. Os militares tenta-

ram tapar os dizeres de que havia miséria nos projetos de colonização no MT e tentaram induzir os sem-terra a aceitarem tal proposta, mas é afirmado que o padre Arnildo fazia reuniões com os acampados dizendo para persistirem no acampamento. Inclusive, chegaram ao acampamento 12 freiras, as quais colocaram em suas vestes os dizeres "sem-terra" e, juntamente às irmãs Izabel e Romilda, visitaram todos os barracos em demorada conversa com as mulheres, aconselhando-as a não desistirem da luta. É descrito que ensinaram as mulheres a "jogar água fervente em nosso pessoal que entrasse em seus barracos". O relato prossegue com o fato de as mulheres não aceitarem saírem da beira da estrada, porque aguardavam o assentamento na Fazenda Annoni. É evidente que os militares não entrariam pacificamente nos barracos dos acampados e se de fato as freiras ensinaram as mulheres a se defenderem. Devido ao clima de tensão e insegurança existentes, tornava-se necessário saberem como reagir.

Foi apontado como "solução" pelos agentes militares: o fortalecimento das barreiras para impedir a entrada do padre Arnildo Fritzen no acampamento; acelerar as obras do Daer que estava alargando a estrada a 35 km do acampamento ou deslocar as obras para mais perto da Encruzilhada Natalino, para que fossem retirados os acampados do local. A atuação dos religiosos foi necessária para induzir os colonos a não cederem às promessas falsas do governo. Em análises anteriores deste trabalho, as famílias acampadas de Encruzilhada Natalino estavam amparadas por lei por meio do Estatuto da Terra. Conseguinte a isso, havia muita miséria nas áreas de colonização no norte do país, dificuldades de acesso a necessidades básicas como saúde e outros meios de sobrevivência pelo fato das cidades serem distantes.

Em 3 de fevereiro de 1982, foi emitido outro relatório pela Subchefia de Defesa Civil da Casa Militar, em que foi abordado sobre reuniões desenvolvidas por integrantes da CPT nas comunidades do

interior de Ronda Alta, por religiosos e agricultores, principalmente pelo Pe. Arnildo Fritzen, Pe. Hilário Fritzen e pela irmã Aurélia, com objetivo de organizar os agricultores, organizar um Partido dos Trabalhadores e combater a estrutura fundiária do país. É descrito que havia dois anos que aconteciam tais reuniões e que essas reuniões passaram a agrupar agricultores dos municípios vizinhos, efeito que gerou preocupação em prefeitos e vereadores do PDS na região. Em anexo, consta um "Organograma Funcional dos Religiosos e Colonos, atuantes em Ronda Alta e Encruzilhada Natalino". Sobre o Pe. Arnildo, o Pe. Hilário Fritzen e a irmã Aurélia consta que lideravam reuniões noturnas no interior de Ronda Alta e municípios vizinhos, organizavam agricultores e combatiam a estrutura fundiária existente. Em seguida, consta que as irmãs Izabel e Romilda permaneceram 24 horas por dia no acampamento de Encruzilhada Natalino, mantinham a organização dos acampados e o apoio constante de comitivas de religiosos. Após, é elencado os integrantes da Comissão de Colonos Izidoro, João Maria, Salvador, Zanatta, David, Cavazzini, Ceretta e Campigotto, estes classificados como líderes de grupos de famílias e responsáveis por grupos de barracos. Encerra o documento com a sugestão de evitar ou esvaziar a Romaria da Terra que aconteceria no dia 23 de fevereiro, em que estava previsto a presença de 10 mil pessoas, inclusive o arcebispo de Goiás.

Se esses relatórios não tivessem sido encontrados, possivelmente a história e atuação de irmã Aurélia teriam caído em esquecimento, pois ela foi deportada para a Itália no início dos anos de 1980. Não posso afirmar se esse feito ocorreu antes dos agricultores sem-terra terem sido transferidos para Nova Ronda Alta ou após terem sido assentados, apenas que no período foi retirada. Mas sem dúvida sua atuação foi necessária para que os agricultores tivessem vencido a repressão e persistido até serem assentados.

3.3. Da Romaria da Terra à Nova Ronda Alta (1982)

Em anexo, consta um documento intitulado "Alternativas de apoio concreto da Igreja". Foi proposto pela entidade conseguir a obtenção de uma área de 100 hectares para um acampamento provisório para os colonos acampados permanecerem durante uma safra. A saída seria organizar um novo acampamento, com centro comunitário, com escola e atendimento médico. Fossem construídos barracos com costaneiras e realizar a produção de hortigranjeiros em pequenas áreas. Os recursos financeiros[1] necessários incluíam o valor da terra entre 15 a 18 milhões de cruzeiros, havia terras à venda na região; 2 milhões para a construção de barracos e centro comunitário; comida possuíam das doações e do que iriam produzir. Necessitavam no total 20 milhões de cruzeiros. É descrito que teria vantagens, como evitar o desgaste promovido pela beira da estrada, teriam uma solução concreta, estariam livres do controle da polícia e esta facilitaria as assistências, iriam produzir e teria escola para as crianças. De outro lado, as desvantagens seriam livrar o governo de uma solução imediata, a solução do problema cairia sob responsabilidade da Igreja, perda da pressão política que havia na beira da estrada, dificuldade de administrar a área e o governo poderia acusar a Igreja de manobras.

O dia 23 de fevereiro foi marcado pela realização da V Romaria da Terra em Encruzilhada Natalino. Marcon (1997) descreveu a participação de 30 mil pessoas nessa romaria, a qual funcionou com uma caminhada composta de reflexões, uma tribuna livre e o encerramento com a missa. Durante o ato, foi anunciada a aquisição de uma área

1 O SNI (1982) nos elucidou uma doação de 200 mil marcos alemães pela Misereor, uma Organização da Igreja Católica na Alemanha, para o pagamento da área de 108 hectares de Nova Ronda Alta. Todavia, não é objeto dessa pesquisa aprofundar-se a respeito da Misereor. Para maiores informações a respeito ver: FRANZEN, Douglas Orestes. A elevação do homem rural: institutos de educação rural e a cooperação da Misereor. **Outros Tempo**s, Maranhão, v. 14, n. 23, p. 80-104, 2017.

de terra próxima ao acampamento de Encruzilhada Natalino, para os sem-terra serem transferidos de local, organizarem-se e ficarem longe da repressão policial. Os acampados estavam em condições difíceis e em meio ao aumento da repressão, que fez com que muitas famílias optassem pelo projeto Lucas do Rio Verde. Consta que, entre os dias 5 e 15 de fevereiro de 1982, 61 famílias saíram do acampamento de Encruzilhada Natalino. Desse total, 44 aceitaram a proposta de assentamento fora do Estado e as outras 17 aceitaram emprego nas estações experimentais do governo. Em 12 de março de 1982, o SNI emitiu um relatório de caráter "Confidencial", de Informe n.º 008/119/APA/82, intitulado "V Romaria da Terra – Encruzilhada Natalino/RS". O conteúdo do relatório destaca a realização da V Romaria da Terra em Ronda Alta, no dia 23 de fevereiro de 1982, um evento anual coordenado pela CPT/RS e apoiado por entidades religiosas, sindicatos rurais e integrantes de movimentos populares em apoio aos colonos sem-terra acampados em Encruzilhada Natalino.

O evento foi precedido de uma intensa mobilização devido a uma pretensa desativação do acampamento pelo governo do RS, atendendo determinações da esfera federal. Anteriormente, no dia 15 de fevereiro, foi realizado um ato público em Ronda Alta, em apoio às atividades pastorais desenvolvidas pelo padre Arnildo Fritzen, prestou-se solidariedade aos religiosos, condenou-se a estrutura fundiária e as distorções de finalidades das cooperativas, inclusive foi dado ao conhecimento público uma nota atribuída a representantes das dioceses do RS, de Chapecó/SC e do Rio de Janeiro, reunidos em Ronda Alta, no dia 8 de fevereiro, cujo teor era denunciar o acometimento de arbitrariedades por parte das autoridades. A programação da V Romaria da Terra foi a seguinte: Via-Sacra, almoço comunitário, debates em "tribuna livre" e missa campal. A Via-Sacra iniciou após a recepção às comitivas. Em cinco estações, foram teatralizadas situ-

ações simbolizando as dificuldades antepostas aos colonos nas visitas a Porto Alegre/RS e na permanência em Encruzilhada Natalino. O governador do RS, o representante do Incra e o coronel Curió foram representados de forma caricaturada. A tribuna livre constituiu-se de rápidos discursos, representantes da CPT e outras entidades teceram críticas à situação dos acampados, culpabilizando o governo pela situação que se encontravam. Exortaram os colonos a se manterem na "posição heroica", foi reiterado o apoio a causa dos sem-terra e ressaltado o valor da fé.

O ato prosseguiu com Dom Moacyr Grechi, o qual rezou uma missa campal, coadjuvado por Dom Nei Paulo Moretto, Dom José Gomes e Dom Estanislau Amadeu Kreutz, além de outros. Após o ato litúrgico, iniciou-se a dispersão final dos romeiros, estimados em mais de 8 mil pessoas, provenientes do RS e outros estados. Outros relatórios tratam que houve mais de 10 mil pessoas no local. No relatório, consta os seguintes religiosos, leigos e entidades presentes: Dom Nei Paulo Moretto, bispo coadjutor da Diocese de Caxias do Sul/RS; Dom Estanislau Amadeu Kreutz, bispo da Diocese de Santo Ângelo/RS; Dom Moacyr Grechi, bispo prelado do Acre e Purus, presidente nacional da CPT; Dom José Gomes, bispo de Chapecó/SC; padre Hilário Pandolfo, representando a Diocese de Caxias do Sul; padre Antônio Cechin, de Porto Alegre; padre João Bosco Luis Schio, de Caxias do Sul, integrante da CPT/RS; Walter Irberg, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); Arnoldo Maedche, pastor da IECLB; Arnaldo Gonsatt, integrante da CPT/PR; Heriberto Back, advogado; Senézio Kunz, integrante da CPT/MS; Olívio de Oliveira Dutra, presidente regional do Partido dos Trabalhadores (PT/RS); Américo Copetti, deputado estadual pelo PDT; Antenor Ferrari, deputado estadual pelo PMDB; Luiz Goulart Filho, advogado e representante da OAB/RS; Jair de Lima Krischke, vice-

-presidente do MJDH/RS; Saul Barbosa e Celso Fumagalli também participaram da organização.

É descrito que o prefeito de Ronda Alta, Dervile Fachine (PDT), estava dando apoio aos colonos acampados, facilitando o transporte e fornecendo alimentos. O vereador Celso Martinelli, vinculado ao Partido Democrático Social (PDS), alugou três caminhões de sua propriedade aos organizadores da Romaria. No local, durante a Romaria, Laerte Dornelles Melliga, descrito como ativista do Movimento Estudantil no RS e ex-integrante da extinta organização "subversiva" VAR-Palmares[2], vendia exemplares da obra *Encruzilhada Natalino*, um livro com edição de fevereiro de 1982, destinado ao fundo de apoio aos acampados. O livro de sua autoria e de Maria do Carmo Janson, editado pela Editora Vozes LTDA, com filial em Porto Alegre, e pela Escola Superior de Teologia São Lourenço Brindes. As fotografias são de Assis Hofmann. O livro aborda sobre os sem-terra acampados em Encruzilhada Natalino, em uma cronologia entre março a outubro de 1981, consta depoimentos de religiosos e colonos extraídos de gravações realizadas pelos autores. São tecidas críticas às autoridades e elevada a luta dos colonos, complementada pela atuação dos religiosos por meio das atividades pastorais da Igreja.

O próximo ponto do relatório trata sobre a imprensa local ter anunciado a disposição da Igreja em reassentar provisoriamente os colonos em uma área de 100 hectares pertencentes à Diocese de Passo Fundo. Declarações atribuídas a Dom José Ivo Lorscheider, presidente da CNBB, não desmentidas por ele, a proposta foi votada por todos

2 A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) foi uma organização brasileira de esquerda com atuação entre 1969-1972, seu objetivo, por meio de luta armada, derrubar a Ditadura Militar vigente no Brasil (1964-1985). Para melhor compreensão, ver: DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul:** (1962-1972). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2011.

os bispos do RS, presentes no encontro de Itaici/SP. O bispo da Diocese de Santa Maria/RS adiantou que a sugestão dos bispos gaúchos é para que os colonos promovessem a organização de uma cooperativa com diretoria própria, assessorados pela Escola de Cooperativismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Segundo Dom Ivo, a propriedade da Igreja poderia ser arrendada ou adquirida aos colonos. O Centro de Documentação e Pesquisa da Unisinos (Cedope) iria iniciar a discussão de tal projeto. O padre jesuíta Roque Lauschner, presidente do Centro e sócio do MJDH/RS, iria coordenar o projeto, coadjuvado pelo professor Martinho Lenz. Segundo o padre José Odelso Schneider, a primeira etapa era a escolha do local para reassentamento. Ficou a cargo das Dioceses do RS empreenderem uma campanha angariando fundos para a aquisição de terras que não seriam doadas aos colonos, mas indenizadas por eles futuramente. A intervenção da Cedope, segundo o Pe. José Odelso, seria essencial, pois o conhecimento que possuem sobre cooperativismo viria a auxiliar nas formas de produção até a comercialização por parte dos colonos assentados, de início atenderia os sem-terra de Encruzilhada Natalino e poderia se tornar um modelo de cooperativismo, devido à coesão demonstrada por esses agricultores. Destaca-se que Dom Ivo Lorscheider foi o principal pregador do sistema de cooperativismo no RS.

Os bispos do Brasil se reuniram em Itaici, entre 9 a 18 de fevereiro, os agricultores sem- terra fizeram-lhes um pedido para que a Igreja adquirisse uma área para assentamento provisório. A CNBB Regional Sul-3 organizou a proposta de uma campanha nacional que angariasse fundos para a aquisição de uma área de 100 hectares. A área adquirida situava-se a 12 km da cidade de Ronda Alta e a 30 km de Encruzilhada Natalino, tal área pertencia a três proprietários: Alexandre Pressotto, Antônio Colombo e Cláudio Casarim. Casarim auxiliou os acampados na compra da área, sem revelar a finalidade aos

outros proprietários com receio de que não aceitassem vender pelo referido objetivo. Ao adquirir a totalidade da área, Casarim transferiu a terra para a Cáritas Diocesana de Passo Fundo (Marcon, 1997). No relatório, consta o encontro em Itaici/SP, onde os bispos discutiram a problemática dos sem-terra de Encruzilhada Natalino/RS, levantaram apontamentos das providências a serem tomadas, evitando o afastamento do governo dessa questão. Os pontos debatidos incluíram: disponibilidade de meios (dinheiro), preocupação da Igreja em não arcar com o acampamento de forma isolada, ausência de contatos e apoio nas esferas política e imprensa, mudança da visão sobre os sem-terra, de "desocupados" em uma comunidade coesa e estruturada, e a ingerência da CNBB nos assuntos de competência do governo. Demonstra-se a disposição da CPT em desenvolver uma pastoral rural voltada à mobilização rural em torno da doutrina do cooperativismo aos moldes do idealizado pelo Cedope/Unisinos. Conclui-se o relatório ao descrever:

> Natalino caracteriza-se, para todas as tendências da esquerda (religiosa e leiga) um movimento que visa a reforma das estruturas fundiárias, significando uma experiência prática do modo operacional para adoção da Reforma Agrária, através do sistema cooperativista (SNI, 1982, p. 11).

Em anexo, consta um Boletim Informativo dos Agricultores Sem-Terra, datado de 19 de novembro de 1981. O texto inicia com uma carta dos colonos acampados de Encruzilhada Natalino direcionada ao Papa João Paulo II. É abordado ao Papa sobre o sofrimento pelo qual os sem-terra estavam passando, o descaso do governo e a fé que mantinha o povo unido por um pedaço de terra, além do mais é salientado uma intervenção do Papa na causa, que entrasse em conta-

to com o governo para que este resolvesse a problemática que trazia sofrimento ao povo acampado. Denuncia-se na carta o falso cristianismo do governo, que dizia ir à missa, mas perseguia os sem-terra por meio do coronel Curió e todo seu aparato repressivo aos agricultores e religiosos. Elucidou-se ainda:

> Nós aqui rezamos bastante junto todos os dias pela saúde do nosso Santo Padre o Papa. Queremos falar também do Pe. Arnildo de Ronda Alta e da Ir. Aurélia que foram proibidos de nos apoiar no nosso acampamento e nos dar apoio espiritual e foram proibidos pelo bispo de Passo Fundo o D. Cláudio Colling, tudo isso aconteceu porque o bispo estava dominado pelo governo e queriam enquadrar o Pe. Arnildo e a Irmã Aurélia na lei de Segurança Nacional.
> O Senhor Papa dê um puxão de orelha no governo, diz pra ele respeitar os direitos dos pobres (SNI, 1981, p. 37).

O próximo texto do Boletim trata sobre Ronda Alta e o II Encontro Intereclesial de CEBs do RS. O primeiro encontro foi realizado em 1979 e foi decidido que as CEBs deveriam crescer no estado. No dia 29 de outubro a 2 de novembro de 1981, foi realizado novo encontro que contou com 250 pessoas, o tema do encontro foi sobre Ronda Alta. Esteve presente uma delegação escolhida no acampamento de Encruzilhada Natalino. Teve um determinado momento para que os acampados contassem sua história, lutas, dificuldades, planos e vitórias. Contaram que o acampamento se deu por necessidade, estavam sem terras para trabalharem e estudaram no Estatuto da Terra que possuíam direito a tê-la, contaram sobre a dificuldade no acampamento de água potável, assistência médica, a ausência de energia elétrica e a colaboração entre eles, os estudos feitos em grupos e as decisões tomadas em assembleia, a dificuldade de permanecer com a ameaça e repressão do Curió e que, após os esforços dele, 312 famílias

persistiram no acampamento por terra. Ao final do encontro, foi decidido que a grande vitória das CEBs do RS seria a conquista da terra para os companheiros acampados em Encruzilhada Natalino. Todos se comprometeram em suas Dioceses em ajudar essa causa angariando fundos para manter o acampamento, além de divulgar sobre o injusto afastamento do Pe. Arnildo e da irmã Aurélia da assistência prestada aos acampados.

Após, apresenta-se que a Comunidade de Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, do município de Tucunduva/RS, enviou a quantia de 10 mil cruzeiros à campanha de solidariedade aos colonos sem-terra. Ainda sobre o apoio das Irmãs Missionárias aos acampados, é descrito que:

> De outras formas também, a comunidade de Missionárias tem apoiado a luta na Encruzilhada Natalino. No mês passado visitaram o acampamento, onde puderam sentir de perto o drama daqueles trabalhadores lutando pela terra. Para as Irmãs Missionárias essa é uma realidade que as toca de perto, pois na comunidade de Vila Pratos, onde trabalham, praticamente todos, são agricultores sem terra, trabalham como bóia-fria ou meeiros (SNI, 1981, p. 41).

Na sequência, consta em anexo um folheto da V Romaria da Terra em Encruzilhada Natalino, no dia 23 de fevereiro de 1982. Conforme a Figura 15, evidencia-se a capa do folheto, composta pelos dizeres "Povo unido jamais será vencido" e pela imagem da cruz em procissão com os agricultores sem-terra.

Figura 15. Folheto da V Romaria da Terra em Encruzilhada Natalino (1982). Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian)

O texto do folheto trata sobre as dificuldades de acesso à terra pelos pequenos agricultores e pelos que não possuíam terra alguma, a importância de estarem em comunidade para se apoiarem na luta, o papel da fé e a atuação da Igreja em sua defesa. É descrito que a Romaria era uma forma do povo celebrar a presença de Deus com

eles, composta de uma caminhada com cantos e orações, onde eram celebradas suas lutas e vitórias. Consta que era uma forma da CPT, uma entidade da Igreja, procurar caminhar junto aos agricultores e ser o "rosto rural da Igreja de Cristo". Assim, foi criada a Romaria da Terra e no referido ano (1982) foi escolhido para realização o local dos acampados sem-terra em Encruzilhada Natalino. É descrito que aqueles que usavam a terra para negócios não a viam como "Dom Sagrado de Deus e Fonte de Vida". Por isso, criticavam a existência dessa Romaria. Os agricultores sem-terra estavam cientes da existência de terras no RS para seu reassentamento e complementa-se a descrição que estavam unidos pela fé a exemplo de Cristo e que seriam libertados da opressão que havia sobre eles. A Romaria da Terra exerceu uma força extraordinária sob os agricultores sem-terra, pois foi objeto de estudos nas comunidades para que o povo fosse à Romaria, possuindo conhecimento da causa e das dificuldades pelas quais passavam os sem-terra. A presença de pessoas de várias regiões foi significativa para fortalecer o ânimo dos acampados e impulsioná-los a persistirem em seus objetivos, pois a necessidade de ter uma área de terra para trabalharem e sustentarem suas famílias, aliada à fé que estava presente no cotidiano das famílias em questão foram fatores fundamentais para elucidar seus dilemas perante a sociedade e prestar-lhes o sustento na causa que estavam inseridos.

Em 19 de março de 1982, o SNI difunde um relatório de caráter "Confidencial", de origem da Supervisão Central de Informações (SCI) da Secretaria da Segurança Pública (SSP), sob o Informe n.º 21-722/82/SCI/SSP/RS, intitulado "Abaixo Assinado – Encruzilhada Natalino – Ronda Alta/RS". O conteúdo do documento refere-se que, devido às críticas à atividade pastoral no acampamento de Encruzilhada Natalino e à situação dos sem-terra, foi elaborado um abaixo-assinado pela população, em defesa do Pe. Arnildo Fritzen e

demais religiosos, repudiando quaisquer acusações e insinuações em relação ao trabalho pastoral realizado na região de Ronda Alta. Consta que no documento é conclamado as autoridades que testemunhem junto à comunidade a lisura das atividades desses religiosos. Aos bispos é pedido atitudes firmes e decididas contra os acusadores e solicitam a não retirada do Pe. Arnildo da comunidade. Em vários itens, foi condenado a proposta oferecida pelo governo, em relação ao assentamento dos colonos em Mato Grosso. O documento foi aprovado por unanimidade em uma concentração realizada em Ronda Alta, em 15 de fevereiro de 1982, e contém aproximadamente 8 mil assinaturas tomadas em várias comunidades cristãs do referido município.

Em anexo, conta na íntegra o texto do abaixo-assinado. Inicia com a identificação de quem assinou tal documento, como membros de comunidades cristãs e testemunhas do trabalho pastoral de Pe. Arnildo, conhecedores dos problemas dos sem-terra. Reforçam o caráter de honestidade dos religiosos envolvidos e por estarem realizando seu papel missionário na região. É chamado a atenção das autoridades pelo fato das perseguições contra Pe. Arnildo por seu "testemunho de fé" junto aos acampados. Aos bispos para tomarem uma atitude contra os acusadores: "contra os que usam uma Bíblia oca para esconder as bombas", para que o bispo de Passo Fundo não retirasse o referido padre do acampamento e da região e que todos os bispos do Brasil não permitissem a sua prisão, por serem consideradas injustas as acusações contra ele.

Consta no abaixo-assinado o pedido de reforma agrária para solução dos problemas da classe trabalhadora rural, questionamentos como a indagação da existência de verbas para usinas atômicas, palácios, "obras do século" e não ter verbas para crédito fundiário e se o pequeno proprietário era obrigado por Lei a ceder suas terras para construção de estradas, aeroportos e barragens, a mesma Lei poderia

ser usada para desapropriar latifúndios para fins de reforma agrária. Por fim, elucidam que tudo poderia ser resolvido dentro da Lei, se os grupos que detivessem o poder se empenhassem em resolver o problema. Concluem o documento com a frase: "Distribuir terra é muito mais do que distribuir riquezas, é multiplicar as oportunidades de trabalho e promoção social. Cada pássaro no seu ninho, cada colono em sua terra, cada gaúcho em seu chão" (SNI, 1982, p. 7).

Em 20 de abril de 1982, o SNI da Agência de Curitiba/PR emitiu um relatório de caráter "Confidencial" com o Informe n.º 0167/116/ACT/82, intitulado "Boletins Informativos Sem Terra e Caminhada da Esperança". O documento trata sobre um Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra. Destaca que uma das notícias era a participação do "Bispo progressista", Dom José Gomes, de Chapecó/SC, na V Romaria da Terra realizada em Ronda Alta/RS, no dia 23 de fevereiro de 1982. Em anexo, consta na íntegra a edição do referido Boletim, datado de 2 de abril de 1982, após o título "Sem Terra", em bom espaço consta o subtítulo "Colonos têm novo local", com a descrição de que o acampamento de Encruzilhada Natalino foi transferido para a localidade batizada pelos sem-terra de "Nova Ronda Alta". Uma área de 108 hectares adquirida com o objetivo de retirá-los da beira da estrada, onde estavam sujeitos a provocações e violência por parte da polícia, que estava determinada em acabar com o acampamento.

O texto do Boletim inicia com o subtítulo "Colonos deixam Encruzilhada Natalino, mas Luta continua". Retoma a Assembleia realizada em Itaici/SP, entre 9 a 18 de abril de fevereiro, na qual a CNBB manifestou sua solidariedade aos colonos sem-terra de Ronda Alta, apoiando uma proposta dos próprios agricultores, que foi apresentado na referida Assembleia pelo episcopado do RS. Como abordado anteriormente, o projeto dos colonos previa a aquisição de

uma área de 100 hectares, para onde foram transferidas as famílias acampadas em Encruzilhada Natalino, para amenizar o sofrimento que tomava conta do acampamento, devido à intensa repressão policial e à ação do governo em esvaziar o movimento dos agricultores. Tal projeto estava em andamento, as 207 famílias remanescentes do acampamento Natalino se encontravam na nova área de terra, denominada pelos colonos de "Nova Ronda Alta". A CNBB assumiu o pagamento imediato da terra adquirida, que custou em torno de 25 milhões de cruzeiros, e a médio prazo a dívida seria saldada pelos recursos arrecadados em campanha que envolveu várias entidades, coordenada pela própria CNBB. Consta um trecho oficial da CNBB, em que explica que o projeto foi aprovado por todos os bispos em assembleia da instituição e estava em andamento, onde os colonos se encontravam na "Terra Prometida", a Nova Ronda Alta, confiantes no compromisso da Igreja que assumiu a responsabilidade pela compra da área. Sobre Nova Ronda Alta, Marcon (1997, p. 190-191, grifos do autor) contribui à análise:

> A área, com 108 ha, custou Cr$ 26 500 000,00 (em torno de duzentos mil dólares), valor a ser pago com uma entrada e mais três prestações. A transação foi rápida e, em menos de 20 dias, os colonos estavam sendo transferidos para a área, denominada de *Nova Ronda Alta*. A transferência representou um alívio para os colonos e também para o governo.
> [...] Em Nova Ronda Alta, os acampados reconstruíram seus barracos e organizaram- se em sete grandes núcleos (entre 23 e 32 famílias cada um), totalizando 207 famílias. [...] longe da repressão policial, os acampados criaram um sistema próprio de segurança, com uma barreira na entrada do local que objetivava identificar as pessoas e, dessa forma, evitar a entrada de *agentes secretos*.

Os agricultores acampados em Nova Ronda Alta recebiam cartas de colonos que foram para o MT, dizendo-lhes para resistirem no sul. Os sem-terra realizaram duas grandes manifestações em 1982 reivindicando terra, em 25 de julho (Dia do Colono) e em 31 de agosto, data da vitória sob o major Curió. Segundo Marcon (1997, p. 196), em setembro iniciaram a plantação de verão na área: "25 hectares de soja, 2 hectares de alho, 40 hectares de milho consorciado com feijão, 10 hectares de arroz e 2 de amendoim" (Marcon, 1997, p. 196). A primeira colheita de rabanete decidiram doar para a comunidade operária de Cachoeirinha, próxima a Porto Alegre, por muito contribuírem com os acampados em Encruzilhada Natalino. Uma amostra de rabanete foi enviada ao secretário de Agricultura como prova de que não eram preguiçosos.

Em 3 de agosto de 1982, o SNI emitiu um relatório de caráter "Confidencial", com o Informe n.º 238/119/APA/82, intitulado "Comitê de apoio aos trabalhadores Sem-Terra – Manifestação do Dia do Colono em Nova Ronda Alta". No referido relatório, é abordado sobre o dia 25 de julho de 1982, por ter sido realizada uma manifestação, devido a ser o Dia do Colono. O ato foi realizado em uma promoção do Comitê de Apoio aos Trabalhadores Sem-Terra, CPT, Pastoral Operária (PO), Comissão Regional de Barragens e Sindicato de Trabalhadores Rurais da Região.

A procissão iniciou às 10 horas, sob coordenação do Pe. Arnildo Fritzen. Na procissão, foi manifestado sobre "A realidade da terra, a realidade dos preços, a realidade dos acampados e o mundo que Deus quer" (SNI, 1982, p. 2) e entoados cantos sobre a luta pela terra. Às 13h30min, iniciou-se a Tribuna Livre, coordenada por Angelin Antônio Campigotto, onde diversos líderes e representantes de entidades populares fizeram o uso da palavra. Houve músicas e poesias reivindicatórias.

Na Tribuna Livre, usaram da palavra Julieta Ballestro, representante do CPERS, que solidarizou-se com a luta dos colonos e exigiu do governo a construção de uma escola no local; Gelson Ceretto, representante das famílias acampadas na Fazenda Annoni, que denunciou uma tentativa de suborno por parte de uma pessoa ligada ao Incra, agradeceu o apoio das entidades e declarou que na Annoni havia terra para reassentar todos os desabrigados pela construção da Barragem do Passo Real; Paulo Renato Paim, sindicalista de Canoas/RS, que relatou sobre a repressão sofrida pelos trabalhadores do Polo Petroquímico e congratulou os sem-terra pelo "exemplo de trabalho e conscientização de base" que estavam dando as demais classes oprimidas; Enid Diva Marx Backes, representante da Associação Gaúcha dos Sociólogos, que fez a entrega de uma carta em apoio aos colonos e convocou as mulheres para que também participassem do movimento e colaborassem para a construção de uma sociedade mais justa, na qual todos tivessem "voz e vez". Consta que também fizeram o uso da palavra alguns representantes de sindicatos. A Tribuna encerrou por volta das 15h30min, com Angelin Antônio Campigotto, que na oportunidade denunciou dois agentes do coronel Curió de terem sido flagrados fotografando e acompanhando a manifestação, os quais foram expulsos da área.

É descrito que, no local da manifestação, teve a presença de cerca de 2.500 pessoas, as quais foram colocados no local a cruz com 5 panos brancos utilizada na procissão e faixas com os dizeres: "Operários e lavradores constroem sociedade fraterna", "Queremos terra para produzir alimento pra cidade" e "Quem trabalha passa fome, quem explora fica rico". Às 16h, foram finalizadas as festividades com o Pe. Arnildo rezando missa no local. É descrito que grande parte dos integrantes eram oriundos de Porto Alegre, ligados à Pastoral Operária. Consta que foi distribuído no local um Boletim Informativo "Sem

Terra", órgão de solidariedade aos agricultores sem-terra, o qual era confeccionado pelo Comitê de Apoio aos Agricultores Sem- Terra do RS, entidade integrada a outros como o MJDH/RS, Pastoral Operária, Pastoral Universitária e CPT. Inclusive, foi distribuído um folheto intitulado "O Povo de Deus se ergue em defesa da Verdade", o qual possui uma sinopse das atividades desenvolvidas pelo Pe. Arnildo e pela irmã Aurélia junto aos acampamentos de colonos de Encruzilhada Natalino e Nova Ronda Alta.

Em anexo, consta o folheto intitulado "O Povo de Deus se ergue em defesa da Verdade". Este trata sobre o apoio da Igreja aos agricultores sem-terra, pela luta justa e descrita como coerente ao Evangelho e a Doutrina Social da Igreja. Sobre o Curió, é analisado sua estada no acampamento por um mês na intenção de acabar com o acampamento e foi derrotado pela organização e resistência dos colonos, ao se retirar deixou o Comunicado n.º 3, atacando vários religiosos, e as propostas dos bispos do RS reunidos em Passo Fundo, em que tratam a necessidade de reforma agrária no RS, crédito fundiário e a redução do módulo na Fazenda Annoni para assentar mais famílias. Após a presença do governador do RS em Ronda Alta para inaugurar uma agência do Banrisul e, em suas palavras, atacar os acampados e os religiosos, intensificaram-se as pressões para a retirada do Pe. Arnildo da paróquia do município. O governador usou da ameaça do enquadramento do padre na Lei de Segurança Nacional, para pressionar Dom Cláudio Colling e este a Diocese de Passo Fundo, para afastar o Pe. Arnildo de suas funções em Ronda Alta.

Setores da imprensa difundiram intensa campanha de calúnias e difamações contra Pe. Arnildo e demais religiosos e religiosas que atuavam em Ronda Alta e região. Os ataques considerados mais violentos e injustos contra o padre provinham do jornalista Rogério Mendelzki, por meio da TV Guaíba e de sua coluna no jornal *Folha*

da Tarde. Seus artigos eram produzidos e espalhados em Ronda Alta e região. O primeiro artigo publicado pelo jornalista em janeiro de 1982, intitulado "Pastor da Desgraça", elogiou as ações do governo no acampamento por oferecer empregos, chamou o acampamento de "farsa montada", como "uma grande encenação montada pela Igreja e por organizações esquerdistas" (SNI, 1982, p. 15). Culpou o religioso pelo sofrimento dos colonos acampados. Fica evidente a quem o jornalista prestava seu apoio, ao regime militar vigente no período. Atacou todos que buscaram saídas dignas aos agricultores sem-terra e não citou o descaso do governo em resolver adequadamente a situação, pois, baseando-se no Estatuto da Terra, havia terras para serem desapropriadas no RS e os acampados estavam amparados pelo Estatuto em serem assentados no Estado.

Foi considerado no folheto que os ataques contra Pe. Arnildo e demais religiosos possuíam o intuito de criar espaço político para enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, pressionar Dom Cláudio Colling e a Diocese de Passo Fundo para transferir Arnildo, e confundir o povo, deturpando a luta dos colonos e o trabalho da Igreja. É descrito que o Pe. Arnildo enfrentava oposição de alguns "fanáticos" ligados ao partido dos militares e a alguns comerciantes desde quando chegou em Ronda Alta, em 1977, por pregar um Evangelho mais próximo ao povo pobre e conscientizá-los da realidade em que viviam, conforme as diretrizes da Igreja Latino-americana. Diziam que o padre era comunista e fazia política, denunciavam- no ao bispo, às autoridades civis e aos militares. Todavia, consta que o povo "humilde", colonos na maioria, aceitou bem o trabalho do sacerdote. Acusavam-no por organizar e promover "invasões" de terra. Tais acusações não surtiram efeito, pois o povo apoiava o padre. Os perseguidores tentaram organizar comissões e, por meio do presidente da Cooperativa Sarandi, amigo de Dom Cláudio, irem denunciar Pe. Arnildo

ao bispo, no intuito de descaracterizar seu trabalho de evangelização. Tanta perseguição fez com que aumentasse a revolta do povo contra os seguimentos que atacavam Arnildo, inclusive policiais passaram a segui-lo. Então, o povo aumentou sua demonstração de solidariedade ao trabalho realizado pelo sacerdote.

Devido às intensas pressões, as lideranças das comunidades do interior de Ronda Alta se encontraram e tomaram a iniciativa de organizar um ato em solidariedade ao Pe. Arnildo e a Igreja comprometida com os pobres que era perseguida. Marcou-se uma manifestação para o dia 15 de fevereiro de 1982, em Ronda Alta. No dia 12, foi decidido em assembleia que todos deveriam levar o máximo de pessoas das comunidades para realizar a manifestação, convidar religiosos e entidades para participarem do ato e a criação de um abaixo-assinado que seria entregue ao governo, à CNBB e a Dom Urbano, futuro bispo de Passo Fundo. Consta que na manifestação do dia 15 reuniram-se mais de 7 mil pessoas em Ronda Alta para protestar contra as perseguições aos religiosos, prestar-lhes solidariedade, exigir a permanência do Pe. Arnildo em Ronda Alta, que os bispos defendessem o referido padre para que não fosse preso e que todo o clero e freiras defendessem as irmãs que sofriam a mesma perseguição. As manifestações de apoio contaram com mensagens do Secretariado Nacional da CPT, da Diocese de Caxias do Sul/RS, comunidades de Ronda Alta das Igrejas Luteranas;, teólogos como Carlos Mesters e jovens de outras paróquias.

O documento do abaixo-assinado foi exposto a todos os presentes na manifestação do dia 15 e aprovado por unanimidade. No documento, constam 8.400 assinaturas, com o objetivo de colocar a posição da comunidade em relação a todas as acusações, ameaças, calúnias e campanha de difamação contra a Igreja, os religiosos e Pe. Arnildo e protestar contra as tramas para enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional ou transferi-lo de Ronda Alta. Consta sobre a Romaria da

Terra realizada no dia 23 de fevereiro, em Encruzilhada Natalino, que estiveram presentes 33 mil pessoas, povo que se solidarizava. Ao final da romaria, foi feito o anúncio da Igreja pelos bispos Dom Paulo Moretto, bispo auxiliar de Caxias do Sul, e Dom Estanislaw, bispo da Diocese de Santo Ângelo, em favor da luta dos sem-terra de Encruzilhada Natalino. É descrito que uma área de 100 hectares seria adquirida como passo intermediário para a conquista definitiva de uma área de terra para cada família acampada.

No dia 8 de setembro de 1982, o Serviço Nacional de Informações (SNI) emitiu um relatório de caráter "Confidencial" com o Informe n.º 290/19/APA/82, intitulado "Dia Nacional de Protesto contra a prisão e condenação dos padres franceses – Comemoração do 1º aniversário da saída do major Curió do Acampamento de Encruzilhada Natalino/Ronda Alta/RS". Conta que, no dia 31 de agosto de 1982, foi realizado um encontro com a presença de "religiosos e leigos identificados com a linha pastoral da Igreja Católica e defensores da Teologia da Libertação" no Salão Paroquial de Ronda Alta, integrando o "Dia Nacional de Protesto" (SNI, 1982, p. 2), convocado pelo Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA). O encontro foi coordenado pelo Pe. João Bosco Luís Schio, integrante da CPT. O ato foi uma comemoração da vitória da resistência dos acampados de Encruzilhada Natalino, contra a repressão exercida pelo "major Curió", pois na devida data completou 1 ano que ele se retirou do acampamento. Também serviu de protesto contra a prisão de dois padres franceses, em Conceição do Araguaia/PA. O Encontro iniciou com cantos, os quais foram trabalhados anteriormente, uma fala do Pe. Virgílio Leite Uchôa, representante da CNBB, em que condenou a prisão dos padres e a perseguição a Igreja. Em seguida, o Pe. Arnildo fez um relato sobre a luta dos colonos sem-terra, no período acampados em Nova Ronda Alta, e a importância do dia 31 de

agosto, em que marcava a vitória contra a opressão e repressão causada por Curió aos sem-terra.

Consta que havia a presença da representante do Brasil no Conselho Pontifício de Leigos, sediado no Vaticano, uma jovem paraibana, a qual usou da palavra e declarou que estava fazendo uma pesquisa sobre a atuação das CEBs no Brasil e mostrou-se entusiasmada com o exemplo que a Igreja estava prestando no "episódio" de Nova Ronda Alta e a atuação em apoio aos sem-terra. O resultado da pesquisa seria apresentado por ela em outubro de 1982, no Congresso Mundial do Conselho em Roma/Itália. No encontro, foi aprovado o dia 31 de agosto como o "Dia Nacional dos Sem-Terra" e deveria ser comemorado anualmente. Foi aprovado a proposta de confecção de um documento em apoio ao pastor Orvandil Moreira Barbosa, condenado com base na Lei de Segurança Nacional (LSN) e ao bispo-coadjutor de Caxias do Sul/RS, Dom Paulo Moretto e outros religiosos que foram atacados pelo jornalista Rogério Vaz Mendelski, por participarem do "Ato Público para Salvar o Rio São Marcos".

Participaram do encontro 300 pessoas, representantes das Arquidioceses e Dioceses do RS, Diocese de Picos/PI, Chapecó/SC e Nova Iguaçu/RJ. É listado a presença de vários padres, religiosas, Dom José Gomes de Chapecó/SC e Dom Augusto Alves da Rocha, bispo de Picos/PI. A missa realizada à tarde foi composta por denúncias dos bispos citados, sobre as explorações acometidas pelo governo, no caso do bispo de Picos, sobre a tomada de terras dos pequenos agricultores pelos latifundiários na sua Diocese. Após a missa, às 17h30min, todos os presentes deslocaram-se para a Encruzilhada Natalino, colocando no local uma grande cruz de madeira. Segundo o Pe. Arnildo, aquela cruz constituiu-se no "símbolo da luta, vitórias e sofrimentos dos acampados" (Marcon, 1997). A situação de Nova Ronda Alta foi resolvida após a eleição para governador do Estado,

em novembro de 1982, quando o novo governador, Jair Soares, comprometeu-se em realizar o assentamento definitivo dessas famílias, indo contra a posição defendida pelos correligionários de partido e do próprio governo federal.

Marcon (1997) explica como deu-se o assentamento das famílias de Nova Ronda Alta. Em 15 de novembro de 1982, teve eleição para governador do estado. Os acampados discutiram com todos os candidatos sobre serem assentados no RS. Jair Soares, do PDS, foi eleito ao cargo, o qual deu o prazo até maio de 1983 para solucionar a questão e com isso sofreu pressões do âmbito federal. Definido o assentamento no RS, foram decididos a escolha de terras na região e superior a mil hectares para que as famílias se mantivessem unidas. Levando em conta essas definições, o *Diário Oficial* lançou edital em 1º de julho de 1983 para a compra das terras. Das 11 propostas apresentadas, nenhuma preencheu os critérios, então, foi publicado novo edital. A solução deu-se em setembro de 1983, pelo estado ter comprado 1.870 hectares para assentar as famílias, a aquisição teve 15 anos de prazo para pagamento. Sobre as áreas, Marcon (1997, p. 198) descreve suas características: "A maior área foi a de Salto do Jacuí, em Cruz Alta, com 1.374 ha; outra em Palmeira das Missões, com 140 ha; mais duas em Ronda Alta, uma com 187 ha e a outra com 167 ha. Além dessas, foram incluídos os 108 ha de Nova Ronda Alta".

Um relatório da CPT/RS apontou que em Salto do Jacuí foram assentadas 103 famílias, em 3 de outubro de 1983; 15 em Nossa Senhora da Conquista e 16 em Vitória da União. Por fim, 10 famílias permaneceram em Nova Ronda Alta. Outras 20 famílias obtiveram recursos para adquirir terras na região. Somou-se o total de 164 famílias assentadas (Marcon, 1997).

3.4. Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (1984)

O MST carrega a história de 500 anos de conflitos agrários no Brasil. O Movimento surgiu como o resultado das lutas da população rural contra a exploração. O MST deriva das mobilizações e enfrentamentos em todo o Brasil, em especial na Região Sul, que os conflitos por terra tomavam novos rumos. Lideranças realizaram reuniões no início da década de 1980 para trocar experiências sobre a luta pela terra. Nesse sentido, os dois marcos significativos para a formação do MST foram as mobilizações decorrentes dos agricultores expulsos da Reserva Indígena de Nonoai/RS e dos desapropriados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu no Paraná. O movimento foi consolidando-se no período entre 1979-1984, as lideranças dos trabalhadores rurais sem-terra, provenientes de 12 estados do país, articularam-se com o apoio da CPT, em 22 de janeiro de 1984, em Cascavel/PR, no Encontro Nacional de Fundação do Movimento Sem Terra (Pasquetti, 2007).

A Comissão Pastoral da Terra passou a promover, a partir de 1981, encontros e debates entre as lideranças da luta pela terra no Brasil. O primeiro "Encontro Regional do Sul" (RS, SC, PR, SP e MS) aconteceu em Medianeira/PR, em julho de 1982, no qual foram feitas avaliações sobre os movimentos existentes, apresentação das causas, a política do governo e a participação dos sindicatos. Os agricultores concluíram que o modelo econômico era o maior inimigo dos trabalhadores. Dois meses após, a CPT organizou o "Seminário em Goiânia", na Diocese de Goiânia. Estiveram presentes 22 agentes de pastoral e 30 lideranças de ocupações de terras da regional sul e de mais 12 estados. Foram relatadas as formas de luta em cada estado, analisados os erros, acertos, a importância de articulações regionais

com frentes de luta para seguir na organização e a ideia da criação de um movimento nacional. Consideraram suficiente a existência e atuação da CPT, mas foi um integrante da CPT que propôs a ideia da criação de um movimento próprio dos trabalhadores (Morissawa, 2001).

Os eventos promovidos pela CPT resultaram no "1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra", realizado entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel/PR, no Seminário Diocesano. Estavam presentes trabalhadores rurais de 12 estados, representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Indigenista Missionária (Cimi) e da Pastoral Operária de São Paulo. Esses apoios representavam a união de diversos setores da sociedade, em prol da formação de um movimento de unificação da luta dos sem-terra em âmbito nacional. O início do encontro foi marcado pelas apresentações das lutas dos sem-terra e as políticas dos governos para a questão. Foi lida uma mensagem de Dom José Gomes, bispo de Chapecó e presidente da CPT, em apoio a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, foi fundado e organizado o movimento de camponeses sem-terra de abrangência nacional, na luta por terra e reforma agrária (Morissawa, 2001).

Em 1985, aconteceu em Curitiba/PR o "1º Congresso Nacional dos Sem-Terra". Então, o MST expandiu-se pelo país, fazendo-se presente em 23 estados em 1990. Compreendia-se que a luta era pela reforma agrária e a palavra de ordem era "Ocupar é a única solução". Foi preciso criar uma organização jamais vista no campo até então, para poder enfrentar os obstáculos e reveses interpostos pela violência dos latifundiários organizados pela União Democrática Ruralista

(UDR)[322], pela polícia e contra a "inoperância" do Incra e o modelo neoliberal. Um fator importante para a sobrevivência do MST foi que desde os primeiros acampamentos havia a experiência do trabalho coletivo, que incentivou a cooperação agrícola nos assentamentos ajudando no enfrentamento as dificuldades. Um obstáculo para a organização e que o movimento buscou solucionar foi a pouca escolaridade dos acampados. Nisso foi dado prioridade a educação dos sem-terra (Morissawa, 2001).

Após o 1º Congresso, a executiva nacional do MST participou de uma audiência com Nelson Ribeiro, o novo ministro da Reforma Agrária, e o presidente do Incra, José Gomes da Silva. Na oportunidade, os sem-terra apresentaram propostas de mudanças "imediatas e profundas" na estrutura fundiária brasileira. Da audiência foi obtido o compromisso de que não seria mais usada a força policial contra os trabalhadores, combatida a violência no campo e os agricultores participariam da elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Após o anúncio do PNRA, houve intensa reação dos latifundiários que assustaram o frágil 1º governo pós-ditadura e sem compromisso em modificar a estrutura agrária vigente. O MST e entidades populares pressionaram os parlamentares para a aprovação do PNRA, em setembro de 1985, além de promoverem diversas manifestações. Em 1986, os ministros latifundiários do governo Sarney, Paulo Brossard e Íris Resende, passaram a desconfigurar o Plano Nacional de Reforma Agrária (Morissawa, 2001).

Os agricultores sem-terra, após serem assentados, enfrentaram muitas dificuldades, como a repressão por parte de latifundiários, na tentativa de acabarem com os assentamentos no intuito de "provar"

3 A União Democrática Ruralista (UDR) foi criada em 1985, símbolo da opressão e conservadorismo, é uma entidade brasileira que congrega grandes proprietários rurais com objetivo de preservar os latifúndios, por meio do discurso de "preservação do direito de propriedade", atuando contra a Reforma Agrária e o MST.

que não davam certo. O MST, em 1989, escolheu seu hino e definiu como palavra de ordem "Ocupar, resistir, produzir!", evidenciando a necessidade de persistir na terra e enfrentar os desafios que provinham das partes detentoras de poder. Para enfrentar as adversidades, os modelos de trabalho cooperativo foram a solução, pois, em seu conjunto de trabalho e formação, criava perspectivas na realidade dos sem-terra em perceberem que estavam unidos e prosseguirem na resistência (Morissawa, 2001). O MST é composto dos chamados "valores". Estes se fazem presentes na vivência cotidiana dos trabalhadores, nas celebrações e comemorações. É trabalhado a memória e a constituição da "identidade Sem-Terra", representada inclusive nos trabalhadores que lutaram antes do surgimento do movimento. O primeiro valor instituído pelo movimento é a solidariedade, que seja vivenciada na vida pessoal e coletiva, solidarizar-se com outras instituições, sociedade e povos. O segundo valor é a beleza, pois as áreas de latifúndios estão em péssimas condições antes da reforma agrária. Então, o Setor de Produção e Meio Ambiente do Movimento incentiva a preservação da natureza e o plantio de árvores nativas. O terceiro valor é a preservação da vida. É estudado pelos militantes que, além de salvar as árvores e rios, deve-se salvar o ser humano, a preocupação com a saúde e bem-estar das pessoas devem estar acima da preocupação com o lote de terra e com o crédito. O quarto valor é o gosto pelos símbolos do movimento, os quais comunicam com os membros a proposta de união. Nesse sentido, são portados os instrumentos que são as ferramentas de trabalho e a bandeira do movimento levados nas manifestações e entoado o hino do MST antes das atividades. Todos esses símbolos e a presença da bandeira do movimento nos assentamentos fazem parte da construção da identidade dos sem-terra (Pasquetti, 2007).

Diante deste estudo, faz-se necessário compreender a simbologia representada na Bandeira do MST, a qual tornou-se símbolo do

Movimento em 1987, no 4º Encontro Nacional. Desde então, ela está presente no cotidiano, nas comemorações e manifestações. Pasquetti (2007, p. 145) explica essa simbologia:

> As cores, de acordo com a Cartilha, têm os seguintes significados: a cor vermelha representa o sangue dos trabalhadores e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; a cor branca representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social para todos; a cor verde representa a esperança de vitória a cada latifúndio que é conquistado; a cor preta representa o luto e a homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade; o mapa do Brasil representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país; o trabalhador e a trabalhadora representam a necessidade de que a luta deve ser feita por mulheres e homens; o facão simboliza as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

O quinto valor é fazer parte do povo. O sexto valor preconizado pelo movimento são o trabalho e o estudo, como um processo de socialização e transformação humana, dignidade e formação intelectual. O sétimo valor é a capacidade de se indignar e reagir perante as situações de injustiça e exploração. O MST assumiu princípios como a preservação da terra, da natureza e dos seres que nela habitam, produzir alimentos para acabar com a fome, evitar o uso de agrotóxicos, preservar os rios, nascentes e lutar contra a privatização da água, embelezar o meio em que moram, os assentamentos, praticar a solidariedade, lutar contra as injustiças e contra os latifúndios para que todos possam ter vida digna e não vender a terra conquistada (Pasquetti, 2007).

Para o MST, a terra deve ser entendida como um bem da natureza a serviço da sociedade e que atenda às necessidades de todos. A pos-

se da terra deve ser subordinada à sua função social e o trabalho pode ser desenvolvido em família, associação ou cooperativa, conforme a necessidade regional. Para isso, tornam-se necessárias as desapropriações, mediante a indenizações aos proprietários, e as expropriações, sem indenizações em caso de grilagem, criminalidade e uso de trabalho escravo, para que todos tenham o direito de trabalhar na terra. Para democratização da propriedade, são previstos alguns fatores como: a proximidade das terras com os centros urbanos para facilitar o deslocamento, abastecimento e a acessibilidade, regularizar as terras dos posseiros, controlar a extração de madeira, acesso aos meios de produção, impedir os bancos, empresas estrangeiras e grupos industriais que não dependam da agricultura, de possuírem terra, impedir as vendas de lotes pelos assentados, garantir o cumprimento da função social, democratizar o uso das águas, penalizar e retomar terras mal utilizadas ou com dívidas de impostos e adequar as terras públicas a esses objetivos (Morissawa, 2001).

Para a democratização da propriedade da terra, o MST compreende a necessidade de organização da produção, orientada para alcançar os objetivos gerais, seja nos modelos familiares, seja em assentamentos. O tamanho da unidade do lote deve ser conforme a necessidade regional. Soma-se a isso a importância da cooperação no trabalho entre as famílias e a proximidade entre as residências, em modelos de povoados ou agrovilas. São reivindicados preços justos pagos à produção e acesso a crédito rural dos bancos públicos para investimento na produção dos assentamentos. Investimento nas pesquisas e práticas agrícolas que aumentem a produção, respeitando e utilizando a terra de forma consciente. Reivindica-se a alfabetização, escolas públicas gratuitas em todos os municípios, acesso à capacitação técnica e ao ensino superior a todos os jovens, valorização dos professores no meio rural e atendimento médico (Morissawa, 2001).

Torna-se necessário evidenciar os beneficiados pelo programa de reforma agrária, pois esta abre os meios para melhorar as condições de vida dos seguimentos sociais: assentados e jovens rurais; trabalhadores da cidade e toda a população que terão disponibilidade de comprar alimentos mais baratos e segurança alimentar, devido ao aumento da produção; setores vulneráveis como os indígenas, quilombolas e pescadores; pequenos comerciantes e setores industriais do ramo agrícola, pois terão maior expressividade em seus negócios, capazes de gerar maior desenvolvimento econômico na sociedade. A problemática de realização desses argumentos está na forte oposição desempenhada pelas classes dominantes representadas nos latifundiários, burguesia e capital estrangeiro, que dominam os governos e as leis. Apenas a soma de forças por meio da mobilização popular será capaz de vencer os setores dominantes e implementar os programas sociais (Morissawa, 2001).

Em relação ao MST no Rio Grande do Sul, em 1987, estava organizado em 70 municípios, agrupando 8 mil famílias no movimento. No início de 1988, havia 3 mil acampadas. Dois anos após o 1º Congresso, haviam sido conquistados 8 novos assentamentos. Em 1988, as famílias acampadas em Palmeira das Missões e Caibaté/RS passaram por um processo difícil, foram transferidas pelo governo para Santo Ângelo/RS, com a promessa de serem assentados em 1 mês. A promessa não foi cumprida, então, a maioria das famílias ocuparam a Fazenda Buriti, em São Miguel das Missões/RS. Havia o temor de um possível confronto com a Brigada Militar e os pistoleiros da UDR. Essas famílias mudaram-se para uma área estratégica em que derrubaram a ponte de acesso e detiveram um funcionário do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Assim foi possível negociar com o governo do Estado. A negociação contou com o acordo de que o governo do Estado faria uma vistoria na fa-

zenda. Com isso, as famílias teriam de desocupá-la e transferirem-se para Tupanciretã/RS. O MST foi incumbido de encontrar áreas para aquisição pelo Estado, ligeiramente foram encontrados 20 mil hectares, porém a Secretaria de Agricultura enfatizou que poderia adquirir apenas 5 mil hectares. Os latifundiários de Tupanciretã pressionaram o governo para enviar as famílias acampadas para outro município e então foram transferidos para Salto do Jacuí/RS (Morissawa, 2001).

Segundo Morissawa (2001), no início de 1989, algumas dessas famílias, com outras procedentes da Annoni, ocuparam a Fazenda Ramada em Júlio de Castilhos/RS. Nessa área, resistiram até o mês seguinte, onde conquistaram terra para 100 famílias. As famílias remanescentes ocuparam a Fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí, receberam ordem de despejo, mas se recusaram a sair. No local, foi montado um "cenário de guerra", pois os aviões agrícolas da UDR lançavam bombas de gás lacrimogênio no acampamento e a Brigada Militar cercou os agricultores sem-terra, empunhando metralhadoras. Desse ato de repressão por meio da violência, 400 sem-terra foram feridos, desses, 19 com tiros e 22 foram presos. O episódio ficou conhecido como o "Massacre da Fazenda Santa Elmira" e registrado com o mesmo título na obra do frei Sérgio Gorgen (1989), religioso que atuava junto às famílias acampadas e que também foi ferido no massacre.

O MST no Rio Grande do Sul, até setembro de 1989, havia conquistado 60 assentamentos com 2.200 famílias assentadas. No início de 1990, 2 mil famílias acampadas em Cruz Alta fizeram um ato público com outras organizações populares na cidade, após partiram em marcha a Porto Alegre para mostrar o movimento para o Brasil. Houve confronto com a Brigada, um policial morreu e muitos sem-terra ficaram feridos. Em 1991, o MST fez proposta ao governo do Estado para assentar 2.400 famílias em um ano, comprometendo-se nesse

tempo não haver novas ocupações. Meses depois, o governo liberou para assentamento 5.700 hectares das estações experimentais, verbas para construções e cestas básicas, mas ainda estava longe de alcançar a meta estabelecida. No mesmo ano, os sem-terra ocupavam a Fazenda Bom Retiro em Júlio de Castilhos, onde houve muita repressão, eram 1.100 policiais, metralhadoras, aviões e cães, contra 520 famílias acampadas. Na década de 1990, houve crescimento significativo no número de famílias acampadas. Por meio das ocupações, acampamentos e mobilizações, em 1997, 6.900 famílias faziam parte do movimento no RS. O governo demorava em suas decisões, os latifundiários usavam de violência. Todavia, os sem-terra permaneceram organizados e firmes na luta pela conquista de terra (Morissawa, 2001).

Os integrantes do MST, em suas manifestações, possuem uma organização de abordagem. Primeiramente, é analisada uma área improdutiva ou que tenha origem de grilagem. Então, é feita a ocupação pelas famílias sem-terra, às vezes o acampamento é feito em beiras de rodovias. Em seguida, é necessária a resistência para persistir no local até uma definição do Estado para desapropriação, porém muitas vezes o governo, justiça e mídia corroboram para ordenarem o despejo dos sem-terra e manterem o latifúndio intacto. Soma-se à existência de dois modelos de acampamentos, o provisório que é feito no intuito de chamar atenção da sociedade e autoridades, apresentando reivindicações, o qual é desfeito após tê-las atendidas, e o permanente, que só é desfeito quando os acampados são definitivamente assentados. Também há as marchas nas rodovias, para chamar a atenção da população em relação aos problemas dos sem-terra, ganhar simpatizantes, promover discussões sobre a realidade brasileira e pressionar os governos. As greves de fome são realizadas em casos extremos para sensibilizar a população sobre a fome existente em acampamentos e no Brasil, além de pressionar as autoridades para atenderem as reivindicações, ocu-

pações de prédios públicos para expor que as instituições não cumpriram os acordos tratados e exigir solução. Os acampamentos nas capitais são feitos para que gere um fator social e a mídia torne visível à sociedade a realidade do acampamento.

Acampamentos em frente a agências bancárias para acelerarem a liberação de recursos e as vigílias realizadas em frente a órgãos públicos ou sindicatos para denunciar injustiças (Morissawa, 2001).

A formação do MST deu-se em um processo de enfrentamento às injustiças sociais, especialmente no campo, onde as famílias sem-terra e pequenos agricultores envolvidos, compreenderam a existência de tantos latifúndios improdutivos e de sua origem incerta em concentração de poucos donos; olhando para suas próprias necessidades, organizando-se, debatendo a questão, feitas as ocupações e resistindo todas as repressões e demais adversidades até a conquista da terra para cada família. Os exemplos de Macali, Brilhante e Encruzilhada Natalino foram fundamentais para guiar os passos na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e em seguida a realização da ocupação de um dos maiores latifúndios improdutivos do norte do Rio Grande do Sul, a Fazenda Annoni, a qual discutiremos a seguir.

3.5. Conquista da Fazenda Annoni: luta na justiça, ocupação, repressão e assentamento (1985-1993)

Para compreendermos o processo em torno da Fazenda Annoni[4], é essencial analisar o histórico de aquisição da fazenda, o processo

4 Para maior análise sobre o contexto da Fazenda Annoni, ver: BONAVIGO, Elizabete Ana; BAVARESCO, Pedro Antônio. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. *In*: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (org.). **Conflitos agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre/RS: EST, 2008. p. 31-50. DICKEL, Simone Lopes. **O processo histórico de reforma agrária na Fazenda Annoni**: da desapropriação à (re)apropriação pri-

judicial de desapropriação, a ocupação pelos sem- terra, os conflitos, as resistências e o assentamento. O assentamento na Annoni não ocorreu de uma vez só, foi realizado em quatro fases, em períodos distintos, desde o início das negociações um ano após a ocupação, em 1985 até 1993.

Segundo Bonavigo e Bavaresco (2008), a Fazenda Annoni, localizada no norte do Rio Grande do Sul, até 1944 integrava um dos maiores latifúndios existentes no planalto do estado, a Fazenda Sarandi. Em 1944, Ernesto José Annoni comprou uma área de 16 mil hectares, que a denominou Fazenda Annoni. Os mais de 23 mil hectares da Fazenda Sarandi foram desapropriados em 1962, como analisado anteriormente. Em 1964, Ernesto Annoni transferiu 11 mil hectares a filhos e netos, subdividindo a área para burlar qualquer tentativa de desapropriação por reforma agrária, porém a área prosseguiu sob uma única administração.

Em 1969, foi iniciado um processo de desapropriação da Fazenda Annoni para assentar as famílias desalojadas pela construção da Barragem do Passo Real, em torno de 600 famílias, na maioria pequenos agricultores. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) assumiu o compromisso de reassentar as famílias em outras áreas. Em 1972, a Fazenda Annoni foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária. Após a desapropriação, o Incra dividiu a área em 200 lotes de 20 a 30 hectares e 2.200 hectares destinados à reserva florestal. Até 1974, foram reassentadas na Annoni 54 famílias. Destas, 30 eram do Passo Real e 24 eram arrendatários ou empregados da fazenda. Os proprietários acionaram a justiça contestando a desapropriação, iniciando um processo judicial que se arrastou por 13 anos. Fato

vada. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2021. PASQUETTI, Luis Antônio. **Terra ocupada**: identidades reconstruídas 1984-2004. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

que foi resolvido pela ocupação da área em 29 de outubro de 1985 por 1.500 famílias de agricultores sem-terra, após muita luta, obtendo a liberação da área em outubro de 1986 (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

Torna-se necessário recapitular o relatório do SNI de Informe n.º 021/117/APA/79, de setembro de 1979, tratado no primeiro capítulo, a parte até então não descrita aqui, sobre o item "Fazenda Sarandi-Annoni", em que trata sobre a aquisição da referida área e o processo na justiça pela desapropriação. É abordado que, em 1944, Ernesto José Annoni comprou no município de Sarandi/RS uma área de terras com cerca de 16.845,84 hectares, que até então era parte da Fazenda Sarandi que foi desapropriada em 1962 pelo Governador Brizola. Ernesto Annoni, ao adquirir a área, denominou-a de Fazenda Sarandi-Annoni. Após a aquisição da área em 1944 e em diferentes períodos, Ernesto Annoni e sua família alienaram frações do imóvel, ficando com uma área, segundo o relatório, de 8.431,34 hectares, em realidade era mais de 9 mil. Da área remanescente foi doada, em usufruto do casal, uma grande parte a seus filhos e netos, restando 906,61 hectares ao casal.

Em 3 de maio de 1972, a Fazenda Sarandi-Annoni foi declarada de interesse social para fins de desapropriação, por meio do Decreto Federal n.º 70.232. O processo de desapropriação foi iniciado com a finalidade de dar prosseguimento ao processo de reassentamento dos agricultores desalojados de suas terras, devido à construção da Barragem da Central Hidrelétrica de Passo Real, em 1969. O Decreto n.º 70.232 havia determinado a desapropriação da "área primitiva da Fazenda Sarandi Annoni", ou seja, a área de 16.845,84 hectares. Todavia, o Incra, em 22 de março de 1972, ajuizou uma ação de desapropriação, não da área delimitada no Decreto, mas da área de 9.259,34 hectares.

Em 29 de março de 1972, devido a uma determinação do juiz Fe-

deral da 3ª Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal/RS, efetivou-se a transcrição da transmissão da propriedade, no Registro de Imóveis de Sarandi/RS, em favor do Incra. Os expropriados, Ernesto Annoni e familiares, acusavam que a delimitação da área expropriada abrangia propriedades adquiridas de Ernesto Annoni por terceiros. Ingressaram com um mandado de segurança no Tribunal Federal de Recursos, apontado como coatores o Incra e o juiz da 3ª Vara da Justiça Federal, sob alegação de que o imóvel constitui "empresa rural", imune à expropriação pelo Decreto n.º 554/69. O referido mandado foi julgado improcedente, ocasionando aos impetrantes a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal (STF).

No andamento do processo de desapropriação, o juiz da 3ª Vara da Justiça Federal determinou que, para o prosseguimento do processo, o desapropriado deveria fornecer a descrição e demais características da fração desapropriada, com limites e confrontações. Com a incerteza sobre as confrontações da área que poderia acarretar prejuízo à defesa dos interessados e para afastar futuras nulidades, o Incra, em outubro de 1972, informou ao juiz Federal os limites da área a ser desapropriada, apenas 8.007,71 hectares, confinando a desapropriação a unicamente a propriedade de Ernesto Annoni, as áreas ocupadas pelas Barragens e usinas da Fazenda foram excluídas do processo de desapropriação.

O Incra havia elaborado o plano de loteamento da fazenda. Em julho de 1973, iniciou os trabalhos de demarcação dos lotes, porém esses trabalhos foram "sustados" até segunda ordem por decisão do coordenador regional do Incra/RS, em cumprimento à determinação verbal do ministro da Agricultura, por meio do presidente do Instituto. Em abril de 1974, por ordem do presidente do Incra, os trabalhos de demarcação dos lotes tiveram prosseguimento, com o reassentamento dos agricultores sobre os lotes demarcados e as demais

medidas para conclusão da demarcação dos lotes restantes. Ainda em abril de 1974, o procurador da Coordenadoria Regional do Incra/RS solicitou ao juiz da 3ª Vara a notificação dos desapropriados para a imediata desocupação, devido ao esgotamento do tempo concedido pela Justiça Federal. Após 15 dias da petição, o juiz Federal da 3ª Vara deferiu-a ao abrir mais 60 dias para os expropriados desocuparem a área. Perante a decisão de estender em mais 60 dias o prazo para os "desapropriados" desocuparem a Fazenda Annoni, a Coordenadoria Regional do Incra/RS resolveu iniciar o processo de assentamento dos agricultores na área, com a aprovação do presidente do instituto. Foram reassentados em torno de apenas 50 famílias. A partir do final de 1974, começaram a surgir na Fazenda diversos atritos e conflitos entre os "parceleiros" do Incra e os empregados dos expropriados, os quais foram utilizados pelos proprietários da fazenda com a finalidade de "causar incidentes processuais" e prolongar a homologação da decisão final pelo Poder Judiciário.

Em novembro de 1975, os agricultores reassentados, por determinação judicial, foram obrigados a paralisar o plantio da soja que estava em pleno andamento. Esse fator ocasionou- lhes grandes prejuízos, piorando a situação difícil em que se encontravam. A partir desse ocorrido, o processo ficou paralisado até 31 de outubro de 1977, praticamente 2 anos depois, quando o juiz Federal da 3ª Vara deu ganho de causa a Família Annoni, declarando nula a extinção da ação de desapropriação movida pelo Incra contra a Fazenda Sarandi Annoni, em 1972. Com a declaração de nulidade do ato expropriatório, determinou o cancelamento da transcrição feita em nome do Incra, o qual passou a ser "demitido" da posse do imóvel em prol dos antigos proprietários. No mesmo despacho, condenou a Autarquia e União Federal a comporem o valor do "dano", que, segundo o documento, foi apurado em liquidação, bem como o pagamento de honorários de

peritos e advogados e das custas de ambas as ações. No período de elaboração do documento (1979), o processo continuava em tramitação "em grau de recurso no Tribunal Federal de Recursos", em Brasília/DF, tendo como relator o ministro Armando Rollemberg.

A ocupação da Fazenda Annoni deu-se na madrugada do dia 29 de outubro de 1985. Pasquetti (2007) elucida que o ato foi composto por em torno de 7 mil pessoas, originárias de 33 municípios. No mesmo período, Tancredo Neves foi o primeiro civil eleito presidente, mesmo que indiretamente, após 21 anos de Ditadura Militar. Tancredo esteve no RS antes da posse e foi possível uma rápida audiência com uma comissão de acampados, em que lhe entregaram suas reivindicações. O MST foi criado em 1984, em Curitiba/PR, em um Congresso que contou com 1.500 pessoas de 15 estados do Brasil. Nesse sentido, a ocupação da Fazenda Annoni foi a primeira grande ação do movimento. Nesse sentido:

> Passados trinta dias sem respostas concretas, no dia 5 de dezembro de 1985, as famílias decidem, por conta própria, realizar a "Lavração da Annoni". Organizaram- se em grupos e, com o apoio da sociedade, realizaram um grande mutirão para arar a terra improdutiva. Este fato teve grande repercussão, gerando muita discussão sobre sua legalidade, mas também serviu para denunciar à sociedade a improdutividade da fazenda demonstrando a vontade dos agricultores de trabalhar a terra e dela retirar o sustento de sua família (Pasquetti, 2007, p. 92).

Os setores da Igreja Católica apoiadores dos agricultores sem-terra defendiam a cooperação agrícola para viabilizar os assentamentos, atingindo uma vida comunitária em que predominem valores como a partilha, solidariedade e fraternidade. Os órgãos do Estado, como o Incra, viam nesse modelo cooperativo a viabilização econômica em lotes

menores e com poucos recursos, além de reduzir sua responsabilidade na condução dos assentamentos. Os técnicos responsáveis viam nesse modelo uma forma de diversificar a produção e introduzir tecnologias alternativas. O MST via nessa proposta a possibilidade de buscar desenvolvimento econômico e social dos assentamentos, além de desenvolver valores imprescindíveis para a mudança da sociedade, além de atingir os objetivos essenciais, transformar a cooperação em ferramenta de luta e resistência ao capitalismo. A cooperação seria "instrumento pedagógico" para desenvolver uma "consciência organizativa", em busca de uma sociedade socialista (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

Após a ocupação da Fazenda Annoni, foi feita uma organização interna para permanência na área, os acampados foram organizados em núcleos, muitos foram formados a partir do município de onde vinham. Cada representante discutia com a coordenação geral as demandas de seus grupos, articulando maneiras de negociar com o governo e fazer as informações percorrerem no acampamento. De início, foram criadas nove comissões responsáveis pela alimentação, higiene, saúde, segurança, acesso à água, relações públicas, animação, imprensa e organização dos barracos. Foi estabelecido um horário para as assembleias e para as missas. A organização interna e a mística religiosa foram essenciais para os sem-terra compreenderem que somente unidos e organizados conseguiriam resistir e pressionar o governo para conquistar o objetivo, que era a terra (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

O Acampamento na Fazenda Annoni não foi um processo linear, houve muitas divergências e rupturas. A primeira fase do acampamento se estende da ocupação até outubro de 1986, onde as 1.500 famílias de agricultores permaneceram em um local da fazenda, conhecido como "Área 10", preocupados em persistir no acampamento e conquistar um pedaço de terra. Em outubro de 1986:

> Inicia-se uma segunda fase, denominada de "Assentamento Provisório", pois a Fazenda foi dividida em 16 áreas e as famílias organizadas em grupos. Nessas áreas, as famílias se espalharam com o objetivo de ocupar toda a Fazenda e iniciar o cultivo da terra, mesmo que a área total não comportasse todas as famílias acampadas.
> O grande número de pessoas envolvidas na ocupação (cerca de 6.500 pessoas) foi um fator decisivo para garantir a permanência na área. Para despejar todos aqueles agricultores, a brigada militar teria que montar uma grande operação e, isso certamente, traria reflexos negativos à imagem do governo da Nova República, que já enfrentava reações contrárias ao recém-assinado decreto que instituía o 1º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária (Bonavigo; Bavaresco, 2008, p. 36).

A justiça federal, em dezembro de 1985, deu posse das terras da Fazenda Annoni ao Incra. Em seguida, no dia 15 de dezembro, para pressionar o Governo a solucionar a questão, os agricultores sem-terra iniciaram a preparação do solo da Annoni para plantio. No mesmo dia, foi decidido espalhar os acampados por toda a fazenda, com objetivo de impedir a entrada dos "afogados", termo utilizado para se referir às famílias atingidas pela Barragem do Passo Real que aguardavam há anos serem reassentadas na Annoni, os quais ameaçavam montar acampamento da referida área. No dia seguinte, fez-se presente o Exército para expulsar os sem-terra. Em janeiro de 1986, 50 famílias dos "afogados" conseguiram entrar e montar acampamento na área, aumentando o acirramento das disputas com os sem-terra pela permanência na fazenda (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

Na primeira fase do acampamento, a Igreja Católica, por meio da CPT, foi fundamental para motivar as famílias mediante da "mística religiosa", pela realização de campanhas para angariar fundos para manutenção do acampamento. A passagem bíblica da Terra Prometi-

da foi fortemente trabalhada, da mesma forma os religiosos incentivaram nos acampados uma vida comunitária que fosse concretizada nos assentamentos por meio do trabalho coletivo. Bonavigo e Bavaresco (2008) acrescentam à análise que o trabalho realizado pelos religiosos servia como "combustível" para motivar os sem-terra a seguir na luta pela terra. Em fevereiro de 1986, foi realizada a IX Romaria da Terra, no acampamento da Fazenda Annoni, evento que reuniu em torno de 50 mil pessoas. Considerado um "ato político-religioso", foi promovido pela CPT. Esse ato legitimou as reivindicações dos sem-terra.

Em 12 de fevereiro de 1986, a Brigada Militar do estado do Rio Grande do Sul emitiu um relatório de caráter "Confidencial", com o Informe n.º 069/32/86, intitulado "9ª Romaria da Terra – Sarandi/RS", entregue à Agência do SNI, em Porto Alegre. O documento trata que no dia anterior (11) foi realizada a IX Romaria da Terra na ocupação da Fazenda Annoni, em Sarandi. Sob coordenação da CPT, o ato contou com 18 mil pessoas, incluindo os acampados. No entanto, é curioso esse dado, pois outros relatórios do SNI, que infelizmente não poderão ser analisados neste trabalho pela sua extensão e tempo hábil de conclusão, abordam sobre serem 20 mil pessoas mais as 7 mil acampadas. Nesse sentido, chocam-se as vertentes declaradas pelos órgãos militares e a quantidade de 50 mil pessoas descritas pelos órgãos ligados à Romaria, de um lado, diminuindo a expressividade e, de outro, enfatizando a força popular. Consta que os participantes eram de diversas localidades e utilizaram 200 ônibus, 130 veículos particulares e cerca de 20 caminhões.

Das 9 as 10 horas, foram cantados hinos religiosos e abordados temas relacionados à terra. Em seguida, os acampados realizaram uma encenação apresentando os problemas enfrentados, como a falta de assistência, falta de apoio do Incra, o abandono do Estado na educação das crianças e a falta de apoio às mulheres. Após, foram feitas

exigências de uma justa reforma agrária, apontado que grupos se favorecem às custas de milhares que sofrem e a falta de direitos as mulheres do campo. Então, Darcy José Maschio, acampado na Annoni, usou da palavra colocando que a reforma agrária teria que ser feita "na marra", pois estavam cheios de promessas dos governos. Ele concluiu ao apontar a desonestidade dos governos e compará-los com os da velha república. A encenação prosseguiu evidenciando a amizade existente entre banqueiros, donos das fábricas de agrotóxicos e os latifundiários. Na encenação, o latifundiário chamou dois empregados pagando-lhes muito dinheiro para matar Darcy Maschio, por este ser comunista e viver agitando a população. Então, o "serviço" foi feito. Na continuação, o padre Arnildo Fritzen disse para fazerem um minuto de silêncio pelos colonos e trabalhadores mortos e desaparecidos nos últimos tempos. O padre chegou perto do "morto" (Darcy) e disse: "Levanta Lázaro, pois tu representa a classe trabalhadora atual ressuscitando", e o "morto" se levantou. Após a representação, foi cantado o Hino Nacional dos acampados, a Classe Roceira.

O ato prosseguiu com encenações até 12h30min, após o almoço, às 14h, foi retomado com cantos e poesias. Em seguida, os reassentados em Ronda Alta fizeram uma explicação sobre como estava a vida no novo assentamento, contaram sobre o trabalho em conjunto na lavoura coletiva, da produção armazenada e a venda do excedente, a construção de moradias feitas por todos ajudando-se e a criação de um estatuto interno para funcionamento e organização e que o modelo estava dando certo. A manifestação prosseguiu com falas e foi exigindo que o governo tomasse providência para assentá-los. Motivados pelo apoio que receberam na Romaria, em 27 de fevereiro de 1986, 250 acampados ocuparam a sede do Incra, em Porto Alegre, por 30 dias. Foram realizadas muitas negociações e então foi feito um acordo em que o Incra prometeu desapropriar 16 mil hectares em 15

dias e 32 mil hectares em 60 dias. Devido ao acordo, os agricultores desocuparam o prédio. Os agricultores acampados na Fazenda Annoni perceberam que o processo de desapropriação seria demorado pela má vontade do Poder Público (Pasquetti, 2007).

O acordo não foi cumprido. Então, em 1º de maio, as famílias realizaram outra ocupação no Incra. Quase 30 dias após a ocupação e nada resolvido, uma nova luta foi realizada. Em 27 de maio de 1986, os agricultores sem-terra e mais apoiadores fizeram uma caminhada de Sarandi a Porto Alegre, uma distância de 450 km com 250 pessoas, no intuito de pressionar as autoridades para que fosse cumprido o acordo com o Incra e o assentamento imediato. O trecho foi marcado por tentativas de a Brigada Militar tentar impedi-los de prosseguirem. Em 23 de junho, chegou em Porto Alegre a marcha dos agricultores sem-terra, o governo e o Incra não haviam providenciado nada. Então, os trabalhadores ocuparam a Assembleia Legislativa por 45 dias. Dormiam no plenário e viviam naquele espaço, cobrando ações dos deputados e sendo importunados por alguns deles. Na capital, buscaram o apoio de sindicatos, trabalhadores, igrejas e parlamentares. Todas essas ações empreendidas não obtiveram resultado, inclusive 31 agricultores e alguns religiosos fizeram um jejum de 5 dias, em forma e protesto para sensibilizar as autoridades (Pasquetti, 2007).

É importante relembrarmos que o processo de luta pela terra não foi pacífico, tranquilo e com o apoio dos governos. Foi necessária muita organização, resistência e mobilização popular para enfrentar o latifúndio aliado aos governos e demais poderosos. O latifúndio dispunha a seu favor força policial do Estado, setores da mídia, parlamentares, juízes e tudo que envolvesse dinheiro, para combater a justa reforma agrária apregoada neste país. De outro lado, os sem-terra conquistaram o apoio de setores das Igrejas, setores mais populares da mídia, sindicatos, entidades civis e camadas sensibilizadas da população,

os quais deram apoio e força na luta pela terra. Para conquistar um pedaço de terra, foi essencial o papel da organização enquanto forma de pressão ao governo. Os métodos de enfrentamento contaram com Boletins Informativos, como no caso de Natalino, campanhas de solidariedade, onde eram recebidos alimentos, agasalhos e cartas de apoio; as Romarias da Terra, organizadas pela CPT, greves de fome, ocupação das sedes de poderes, como a do Incra, e mobilizações para pressionar soluções, como a caminhada que ocorreu da Fazenda Annoni a Porto Alegre. Um processo árduo que foi necessário para pressionar o governo a assentar as milhares de famílias de agricultores sem- terra.

Segundo Bonavigo e Bavaresco (2008), as famílias acampadas na Annoni empreenderam lutas em busca de sensibilizar a opinião pública e pressionar o governo para assentá-los. Como forma de pressão foram lavrados os campos da fazenda antes da liberação, realizada a IX Romaria da Terra, ocupada a sede do Incra e acampado na Assembleia Legislativa, inclusive foi tentado ocupar outras áreas, pois a Annoni não era suficiente para assentar todas as famílias acampadas. Em maio de 1986, 250 agricultores sem-terra realizaram uma caminhada da Fazenda Annoni a Porto Alegre, como forma de sensibilizar a população e pressionar o governo. Todavia, a caminhada não foi uma decisão consensual no acampamento. Um grupo ligado à CPT e às pastorais defendia que a caminhada fosse uma manifestação pacífica, aos moldes da caminhada desempenhada por Moisés e seu povo em busca da "terra prometida". Outro grupo mais ligado à direção do MST defendia ações mais radicais, como a realização de ocupações em outras fazendas para forçar desapropriações. Foi vencedora a proposta da caminhada, a qual foi denominada "Romaria Conquistadora da Terra Prometida", pretendendo permanecer na capital até que o governo cumprisse a promessa de realizar mais desapropriações. Os

sem-terra acamparam na Assembleia Legislativa por 91 dias, saíram após parte da coordenação compreender que não estavam mais exercendo pressão, tudo havia caído como rotina, então resolveram voltar a Annoni e mudar as estratégias de luta, surgindo a nova face do MST.

Em 29 de setembro de 1986, era a data em que os agricultores acampados iriam realizar uma caminhada até a região de Cruz Alta/RS rumo às terras desapropriadas, porém o acampamento amanheceu cercado por 600 policiais muito bem armados. Os agricultores que tentaram ultrapassar a barreira foram reprimidos até regressarem. Cento e cinquenta agricultores conseguiram ultrapassar o cerco e em 1º de outubro iniciaram a caminhada. No dia seguinte, a polícia bloqueou a passagem e obrigou-os a retornar ao acampamento. Em outubro, foram realizadas manifestações mais religiosas, como a caminhada até a Encruzilhada Natalino, crianças entregaram flores aos policiais que os cercavam e uma romaria que juntou políticos, artistas, religiosos e muitos romeiros. Depois de um ano de acampamento, após várias manifestações e confrontos com a polícia, foram abertas as negociações entre o governo e a coordenação do acampamento, em que foi liberada a Fazenda Annoni para fins de reforma agrária aos acampados. A problemática concentrava-se em torno de que a Annoni comportava 200 famílias, porém havia 1.500 acampadas no local e o Incra não dispunha de outras áreas para assentar a todos. Então, fez a proposta de ser feito um assentamento provisório de todas as famílias na Fazenda Annoni e assentando-as em outras áreas conforme fossem desapropriadas. Os acampados aceitaram a proposta (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

A Fazenda Annoni foi dividida em 16 áreas, nas quais as famílias transferiram seus barracos e iniciaram os plantios nos 2 hectares que cada uma recebia. Esse foi um fator fundamental para a proposta de cooperação do MST, superando as divergências e consolidando o

movimento enquanto organização. Devido às pressões e Celso Gaiger (vinculado à CPT e simpático aos movimentos sociais) ter assumido à superintendência do Incra, em 1987, iniciou- se o assentamento definitivo. No mesmo ano, foram assentadas 57 famílias dos "afogados" (Fase I) e 212 do acampamento do MST. Destes (MST), apenas 35 foram assentadas na Annoni, no Assentamento Holandês (Fase II), as demais foram assentadas em três fazendas no estado. Como os acampados estavam espalhados pela extensa área, isso dificultava a comunicação entre eles. Após a escolha das 35 famílias assentadas na Holandês, gerou-se descontentamento em muitas famílias e aumentou-se as divergências internas por não estarem cientes dos métodos utilizados nessa escolha. Em novembro de 1987, um grupo de acampados, em assembleia, criaram outra organização, a Associação Gaúcha de Reforma Agrária (Agra) para coordenar o acampamento, porém não obtiveram hegemonia, tornando-se uma organização paralela ao MST, acusando de manipularem, junto ao superintendente, os sorteios das famílias a serem assentadas (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

Em 24 de setembro de 1986, as 250 pessoas que marcharam até Porto Alegre retornaram ao acampamento na Fazenda Annoni sem nenhuma solução. Então, em 1 de outubro de 1986, a Fazenda Annoni foi desapropriada e o Incra iniciou o assentamento de famílias na área. Parte das famílias restantes foram assentadas em 30 de outubro de 1986, na Fazenda São Pedro, em Guaíba/RS, em 25 de fevereiro de 1987, na Fazenda Santa Rita, em Santiago/RS, e em 16 de março de 1987, na Fazenda Bela Vista, em Tupã/RS (Pasquetti, 2007). O acampamento é um lugar de luta por um objetivo comum, a terra. Lugar de preocupações em relação às necessidades e às dificuldades enfrentadas por todos os envolvidos, resistência a opressão e demais adversidades, onde o significado da vida é reestruturado e a solidariedade faz-se presente diariamente. As diferenças devem ser superadas

para somar forças no enfrentamento ao latifúndio e pela sobrevivência das famílias. Assume-se uma luta coletiva e, com isso, a busca por melhorar a sociedade em que vivem. É um processo que fomenta a aquisição de uma consciência que se importe com todos à sua volta, na superação ao individualismo (Pasquetti, 2007).

A marcha para Porto Alegre deu origem ao filme *Terra para Rose*, dirigido pela cineasta Tetê Moraes. O filme tem uma personagem principal, Rose Celeste Nunes da Silva, acampada na Annoni, chegou grávida na ocupação, dois dias após deu à luz a primeira criança nascida no acampamento. Mulher que sempre esteve disposta a assumir tarefas junto ao grupo. Sonhava em ter seu pedaço de terra para produzir o sustento de seus filhos e vê-los serem "donos de seus destinos". Rose tornou-se em símbolo da luta pela reforma agrária, após morrer em uma manifestação de agricultores, em 3 de março de 1987, aos 26 anos, em que trancaram uma rodovia. Nisso, um caminhão em alta velocidade não aceitou a ordem da polícia para parar e atirou-se sobre a multidão, atropelando-a e outros dois agricultores. O ocorrido levantou a criação de uma CPI na AL, o motorista alegou falta de freios, mas muitos acreditam ter sido proposital. Devido ao acidente, o marido de Rose e seus filhos abandonaram o acampamento e mais tarde mudaram-se para Porto Alegre. Anos depois, a direção do MST/RS procurou o viúvo de Rose, José Corrêa da Silva, e junto ao Incra conseguiram para ele um lote em um assentamento em Viamão/RS.

Em 1987, o superintendente do Incra deu preferência para ex-empregados da fazenda, parceiros e arrendatários em detrimento dos sem-terra acampados. Nisso, realizou a Fase III de Assentamento na Fazenda Annoni, lugar denominado "Rio Bonito", onde foram assentadas 30 famílias. Em 1989, restavam 550 famílias que queriam ser assentadas na Annoni. Todavia, a área abrigaria no máximo 200 fa-

mílias. Cansados de esperar, pressionaram o Incra para definir quem seria assentado na Annoni, com o comprometimento de permanência no local das famílias não contempladas até um assentamento definitivo em outras áreas. No histórico de assentamento na área de estudo, foram privilegiados os grupos que tinham propostas cooperativas de trabalho. Um acordo entre Incra, MST e Agra definiu que das 200 vagas 98 foram destinadas às famílias ligadas à Agra e 102 as ligadas ao MST, priorizando os grupos com propostas de trabalho coletivo. Assim, constituiu-se a IV Fase de assentamento na Fazenda Annoni, com a seleção de 200 famílias, em junho de 1989, porém não havia acabado o acampamento, pois 360 famílias aguardavam no local até o assentamento definitivo em outras áreas. As famílias não selecionadas ficaram revoltadas, 93 eram integrantes do MST e romperam com a coordenação por sentirem-se excluídos do processo (Bonavigo; Bavaresco, 2008).

Entre 1989 a 1993, houve muitos conflitos internos, pois os assentados e as famílias excedentes disputavam a mesma terra, os primeiros queriam a liberação total da área para cultivarem e os segundos continuavam cultivando. Essa problemática foi resolvida com o assentamento das famílias excedentes em outras áreas. Todavia, em 1993, restavam 37 famílias sem assentamento. O Incra alegava não ter terras disponíveis na região norte do estado e essas não queriam assentamento na região sul. Então, foi feito um acordo entre o Incra, MST, as 200 famílias selecionadas na Annoni e as excedentes, de diminuição de tamanho dos lotes de 20 para 15 hectares, além da redução da reserva florestal, resultando no assentamento de mais 32 famílias na área, porém permaneceram 5 famílias acampadas provisoriamente na fazenda até 1998. Após muita luta, repressão, divergências e entendimentos, encerrou o Assentamento na Fazenda Annoni com a Fase IV, com um total de 232 famílias divididas em 4 comunidades. No Assentamento

16 de março, havia 81 famílias, na Área 10, havia 63 famílias, na Área 9, constava 43 famílias e a Área 5 com 45 famílias (Bonavigo; Bavaresco, 2008). Cabe mencionar, mas não adentrar neste trabalho, que após a Fazenda Annoni, no início dos anos 2000, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizaram a ocupação de um latifúndio denominado Fazenda Coqueiros, no município de Coqueiros do Sul/RS, próximo a Annoni, a área possuía mais de 7 mil hectares, porém não foi obtido sucesso na desapropriação dessa área.

No decorrer da construção deste capítulo, o Serviço Nacional de Informações evidenciou a participação das irmãs religiosas no processo de luta pela terra, especialmente por meio do inquérito composto por depoimentos contra a atuação da irmã Aurélia, a qual não teve sua participação descrita em outros trabalhos. A atuação de Aurélia e outras irmãs descritas no segundo e terceiro capítulo foi fator que saneou as lacunas existentes sobre a existência de participação religiosa feminina junto aos agricultores sem-terra e às reivindicações por reforma agrária. Soma-se o apoio da Igreja à causa dos agricultores sem-terra na V Romaria da Terra em Encruzilhada Natalino e o empenho desta na aquisição da área denominada "Nova Ronda Alta", área que serviu de acampamento provisório, retirou os acampados do sofrimento da beira da estrada em Encruzilhada Natalino e serviu para poderem produzir alimentos, até o assentamento definitivo, em 1983.

As experiências do acampamento de Encruzilhada Natalino serviram para moldar a criação do MST (1984), movimento que foi sendo constituído das experiências de lutas anteriores e das assembleias e ocupações posteriores à sua criação. A historiografia complementa que o movimento é definido por normas e metas, tendo ciência de onde se deve partir e onde chegar na obtenção dos objetivos populares. Nesse sentido, percebe-se como a ocupação da Fazenda Annoni, o marco da reforma agrária, foi um processo longo, pois levaram 8 anos

para que fosse concluso o assentamento, o qual foi composto por 4 fases. Foi um período de muita luta, divergências internas, superação para atingir os objetivos comuns e organização para que fosse possível vencer o peso da repressão e das adversidades.

São diversas as fontes dos relatórios do SNI em torno da ocupação da Fazenda Annoni, porém nesta pesquisa não foi possível adentrar em todos os relatórios, devido à proporção tomada por esta dissertação e ao tempo hábil para a elaboração. Os relatórios compõem sobre os processos judiciais de desapropriação da referida Fazenda; as escrituras das terras; um relatório com mais de 300 páginas contendo todas as informações referentes à Fazenda Annoni, desde a aquisição até dados da produção, encomendado pela família Annoni para ser usado a seu favor nas disputas judiciais; uma lista em que estão descritas as 1.500 famílias de agricultores sem-terra que ocuparam a área, inclusive a quantidade de dependentes por membro familiar responsável descrito na extensa lista; a IX Romaria da Terra na Fazenda Annoni, marcando a presença da Igreja nessa ocupação; os conflitos entre os acampados em relação às ações a serem tomadas e à desconfiança no método de escolha das famílias escolhidas em cada fase para serem assentadas. Em suma, são abordados todos os fatores em torno da ocupação da Fazenda Annoni.

Apesar de tantas adversidades, destaca-se a solidariedade entre as famílias acampadas, principalmente as assentadas nas últimas fases que aceitaram a diminuição da área dos lotes para que fosse possível assentar mais famílias na área. Uma história de muita luta, que evidenciou a importância da organização popular pela reforma agrária e pela conquista de justiça social. De tal forma, a repressão da brigada militar, seguindo ordens do governo estadual, no intuito de amedrontar a população envolvida e acabar com a ocupação, fez-se presente no acampamento da Fazenda Annoni e em seus desdobramentos no

período (ocupações de outras áreas como foi descrito). Todavia, somente com a organização popular foi possível vencer a repressão, a calúnia e a difamação, proferidas pelas forças policiais, governamentais e midiáticas e conseguir a conquista de um pedaço de terra para trabalharem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, fruto de uma longa pesquisa e análise das fontes, foi essencial para compreender o processo em torno da luta pela terra no norte do Rio Grande do Sul, no período de 1978 a 1993. Esse processo, em nível regional, elucidou um conflito em nível nacional, o qual fez-se presente em muitos estados do Brasil, cada um a seus moldes, mas com o mesmo objetivo, a conquista por um pedaço de terra em meio à vasta concentração dos latifúndios em mãos de poucos. Nesse sentido, as informações geradas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), ainda pouco estudadas, forneceram dados relevantes, pois esse órgão, cumprindo sua função de vigilância do governo, acompanhou e investigou as mobilizações, elaborando posteriormente relatórios, os quais eram enviados ao alto escalão do governo, para que organizassem a repressão. A disponibilização de tais fontes pelo Arquivo Nacional trouxe à tona a complexidade do contexto no qual se inseriam, possibilitando aos historiadores viabilizar pesquisas relacionadas à questões da história política e social do período.

A criação do SNI surgiu da necessidade do governo militar ter um órgão responsável pela vigilância, capaz de reunir informações so-

bre qualquer assunto, acontecimento ou pessoas. Mais tarde, passou a atuar como polícia política. Por seu turno, a Igreja Católica fez-se presente no apoio aos agricultores sem-terra e no enfrentamento à repressão, influenciada pelas teses do Concílio Vaticano II e das Assembleias de Medellín e Puebla, a partir das quais se formulou a Teologia da Libertação. Por essa doutrina, o clero católico teve embasamento para fazer a opção pelos pobres e estar a seu lado, lutando contra as injustiças sociais. Como visto anteriormente, isso foi imprescindível, pois levou à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na década de 1970, a qual atuou junto aos agricultores sem-terra e pequenos agricultores, em plena ditadura militar, período em que essas classes estavam desamparadas e sem organização. Nesse sentido, a CPT passou a defendê-los e organiza-los para lutarem por seus direitos contra as injustiças sociais. Esse movimento mais amplo, repercutiu em nível regional, na Região Norte do Rio Grande do Sul, junto àqueles agricultores expulsos da Reserva Indígena de Nonoai que passaram a reivindicar um pedaço de terra para trabalhar, resultando na ocupação das granjas Macali e Brilhante, em Ronda Alta, em 1979, e o posterior assentamento.

Nesse sentido, os relatórios do SNI evidenciaram o histórico da posse das granjas Macali e Brilhante, ambas somando mais de 3 mil hectares, os processos de arrendamento com o Estado, as movimentações dos arrendatários, irmãos Dal Molim e Macali S/A, em adquirirem as áreas em definitivo, onde o Estado contrapôs para retomá-las para fins de reforma agrária. Até então, não foi aprofundado esses processos, apenas havia sido elucidado que as áreas pertenciam ao Estado e que foram ocupadas por agricultores sem-terra expulsos da Reserva Indígena de Nonoai. De tal modo, os relatórios evidenciaram sobre as ocupações dessas áreas em setembro de 1979, as quais viriam ser desapropriadas mais tarde.

A mobilização se repete no acampamento de Encruzilhada Natalino, no qual os colonos sem-terra, inspirados no Livro de Êxodo, partiram em busca da "Terra Prometida". A repressão fez-se presente nesse processo, com seu auge em agosto de 1981, com a intervenção militar federal no acampamento, pois os relatórios do SNI evidenciaram como acompanharam de perto todas as movimentações, em que se denota as ações militares/policiais, a organização dos sem- terra e o apoio de religiosos, os quais foram culpados exclusivamente pela manutenção dos sem-terra em Encruzilhada Natalino e por "atrapalharem" as ações do governo. Inclusive, os relatórios carregam em anexo os jornais, boletins e panfletos de apoio aos sem-terra, até então pouco evidenciados em outros trabalhos e aqui aprofundados. Esse material analisado explicitou a defesa e quem eram os colonos sem-terra, no período para mostrarem a sociedade quem de fato eram e pedir ajuda, pois o governo se encarregava de explanar ao povo que eram "aproveitadores" e não colonos, isso para não atenderem às reivindicações de assentá-los e acabar com o movimento.

Acrescenta-se um fator crucial que foi o embate entre a Igreja Católica e o governo militar. O ponto-chave foi na retirada da intervenção militar no acampamento, quando o encarregado da missão pelo governo, major Curió, emite o "Comunicado n.º 3", no qual atacou consideravelmente a atuação da Igreja junto aos sem-terra, principalmente alguns bispos, o padre Arnildo Fritzen e a irmã Aurélia, em que buscou apontá-los como principais organizadores do movimento sem-terra, de manterem os agricultores acampados em Encruzilhada Natalino e por esses não aceitarem as propostas do governo em assentá-los no Mato Grosso. Foi evidenciada a reação da Igreja e de entidades apoiadoras dos sem-terra em relação ao referido "Comunicado", no qual que os religiosos rebatem as acusações de Curió e novamente explicaram as condições em que viviam os sem-terra e a existência de

terras para assentá-los no Rio Grande do Sul. Novamente, o apoio da Igreja fez-se presente na V Romaria da Terra em Encruzilhada Natalino, onde os relatórios registraram todos os acontecimentos em torno dela, inclusive a alternativa encontrada pela Igreja: a aquisição de uma área para assentamento provisório.

O desgaste do enfretamento político, das condições de sobrevivência e da repressão levou a Igreja lançar uma campanha por meio da qual angariou fundos e comprou uma área de 108 hectares em Ronda Alta para servir de assentamento provisório, no novo local denominado Nova Ronda Alta. Ali, as famílias de colonos sem-terra puderam produzir alimentos e estarem afastados da repressão policial, até o assentamento definitivo, em 1983. Fator de grande destaque naquele contexto foi a ocupação da Fazenda Annoni, em 1985. Tratava-se de um latifúndio improdutivo. Pode ser considerada a maior conquista do MST, formado em 1984, após as experiências de luta de acampamentos anteriores. A necessidade de acesso à terra levou 7 mil pessoas a realizarem a ocupação dos 9 mil hectares.

O SNI acompanhou a movimentação, o que está comprovado pelos relatórios que descreveram a disputa judicial movida pela família Annoni contra a desapropriação. O fator social envolvido na ocupação de 1.500 famílias serviu de pressão para que o governo executasse a desapropriação, após muita resistência. Tanta gente em um mesmo lugar levou a momentos de surpresa e convivência difícil. Porém, os colonos sem-terra pareciam saber da importância da conscientização do trabalho em conjunto, em cooperação, tornando possível a produção e a sobrevivência. Esse ainda é um aspecto que necessita de aprofundamento, visto que a extensão da pesquisa não tornou possível se adentrar nos relatórios sobre a ocupação da Annoni, os quais ficarão para trabalhos futuros.

Foi um longo processo no qual se faz visível a situação huma-

na em que se é submetido devido às injustiças. As condições de vida nos acampamentos eram difíceis, barracos feitos de lona e capim, no auge do inverno o frio causava sofrimento, famílias adoeceram, falta de água potável e muitas vezes de alimentos. Os agricultores sem-terra estiveram à mercê da repressão do governo, aliada aos interesses dos latifundiários em não ceder a terra improdutiva. Foi imprescindível ao sem-terra o apoio da Igreja e de parte da sociedade civil, tornando possível enfrentar as difíceis condições de vida. Os próprios relatórios do SNI evidenciam que a situação era precária, mas que com muita persistência acabaram concretizando uma das mais importantes experiências de luta pela terra no Brasil.

No processo de pesquisa, muitas vezes a leitura dos relatórios do SNI, carregados da visão do governo militar sobre o trato desumano aos acampados, tornou-se pesada, porém aumentou a convicção da importância de concluir essa fase do estudo e trazer à tona informações ainda não disponibilizadas, salvo engano, pela historiografia. Ao final da análise, consideramos que a luta popular por justiça social, nesse caso, a reforma agrária, evidencia a necessidade de combater a opressão e as injustiças em geral e que a pesquisa histórica é uma ferramenta imprescindível para compreender os contextos nos quais se desdobraram os fatos que se nos apresentam tal como são e, por que não, a possibilidade de transformá-los.

Vale salientar que um aspecto que ainda carece de pesquisas mais aprofundadas é a questão de como o SNI abordou a atuação das irmãs religiosas junto aos sem-terra. A atuação de muitas irmãs, principalmente a mais citada, irmã Aurélia, junto ao padre Arnildo Fritzen, ajudou os agricultores a se organizarem e enfrentarem as dificuldades, prestigia-se no papel de enfrentamento aos agentes militares responsáveis pela repressão. As irmãs fizeram um trabalho extraordinário de conscientização com as mulheres acampadas, alertando-as sobre os

direitos das mulheres e que elas não deviam aceitar obrigatoriamente as decisões dos maridos de forma imposta sem um diálogo, inclusive no acampamento, e haver consentimento. Além disso, ensinaram às mulheres a se defenderem dos militares, caso estes invadissem os barracos. Aurélia venceu a intervenção militar no acampamento, junto aos sem-terra, mas perdeu a batalha contra o poderio do governo e outros poderosos, foi mandada de volta para a Itália. No momento, não posso afirmar se foi antes ou após Nova Ronda Alta. Está aí mais uma variável a ser investigada em trabalhos futuros que certamente auxiliará na compressão da complexidade daquele movimento de luta pela terra.

REFERÊNCIAS

Bibliografias

ARESI, Cláudia. **Transformações culturais e território**: o Kaingang da Reserva Indígena de Serrinha – RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René Ernani. Fontes sensíveis da história recente. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-194.

BENINCÁ, Elli. **Conflito religioso e práxis:** a ação política dos acampados de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e o conflito religioso. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1987.

BONAVIGO, Elizabete Ana; BAVARESCO, Pedro Antônio. Fazenda Annoni: da ocupação ao assentamento definitivo. *In*: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (org.). **Conflitos agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre/RS: EST, 2008. p. 31-50.

CABRAL, Bruna Marques. **"Do Clero e para todo o clero"**: a revista eclesiástica brasileira e a reforma agrária (1950-1964). 2015. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/Bruna%20Marques%20Cabral%20%20-%20Dissertacao%20final.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Teoria e prática da metodologia da pesquisa histórica: reflexões sobre uma experiência didática. **Revista de Teoria da História –** Universidade Federal de Goiás, Goiás, v. 1, n. 3, p. 8-19, jun. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Desktop/Projeto%20mestrado/Metodologia%20-%20Hermen%C3%AAuitca%20-%20P.%20Caldas.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

CARINI, Joel João. **Estado, índios e colonos**: o conflito na reserva indígena de Serrinha no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. *In*: PAIVA, Vanilda (org.). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 68-109.

CUBAS, Caroline Jaques. Cartas de política, cartas de fé: inserção social e vida religiosa entre 1960 e 1990. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 24, p. 149-172, ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/kSwGPScBM7F3FbKCqmtfcnB/?lang=pt. Acesso em: 6 jun. 2021.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **A ação popular (AP) no Rio Grande do Sul**: (1962-1972). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2011.

DICKEL, Simone Lopes. **O processo histórico de reforma agrária na Fazenda Annoni**: da desapropriação à (re)apropriação privada. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2021.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo do regime autoritário**. Ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). Coleção O Brasil Republicano, vol. 4.

1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 abr. 2022.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRANZEN, Douglas Orestes. A elevação do homem rural: institutos de educação rural e a cooperação da Misereor. **Outros Tempos**, Maranhão, v. 14, n. 23, p. 80-104, 2017. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/566/pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

GOES, Valdemar da Silva. **Entre cruzes e bandeiras**: a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010. Disponível em: http://livros01.livrosgratis.com.br/cp148067.pdf. Acesso em: 2 jun. 2021.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **O massacre da Fazenda Santa Elmira.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação?**: religião e política na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. **Estado, terra e Poder**: a questão agrária no judiciário do Planalto Rio-Grandense – República Velha. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino**: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo/RS: Ediupf, 1997.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O Rio Grande do Sul e a Busca pela Reforma Agrária. *In*: VERDUN, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). **Rio Grande do Sul**: Paisagens e Território em Transformação. Porto Alegre: UFRGS, 2021. p. 169-185. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218546/000869932.pdf?sequence=1. Acesso em: 1 jun. 2021.

MENEZES NETO, Antonio Julio. A Igreja Católica e os movimentos

sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/tSX4YvS44WZv9B3qSFQMyRg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 3 mar. 2023.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/8fM3pmLH3pQMhNBZr6DFSSS/?lang=pt. Acesso em: 5 jun. 2021.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: O golpe de 1964 e a ditadura militar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NETO, Antonio Julio Menezes. A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/tSX4YvS44WZv9B3qSFQMyRg/?lang=pt. Acesso em: 3 jun. 2021.

ORTUNES, Leandro; MARTINHO, Silvana; CHAIA, Vera. Lideranças políticas no Brasil: da Teologia da Libertação ao Neofundamentalismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 28, p. 195-232, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/tG9FtKSQBQBfjgX5J5vSWhh/?lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2021.

PASQUETTI, Luis Antônio. **Terra ocupada**: identidades reconstruídas 1984-2004. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/1951. Acesso em: 16 nov. 2023.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: Dimensões teórico-conceituais. **História**: debates e tendências, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Desktop/Projeto%20mestrado/Hist%C3%B3ria%20regional%20-%20Ana.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/ZHct3GQN5bWGLcvzvTMmk4n/?lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2021.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: UERJ: FGV, 1996.

ROSA, Marcelo Carvalho. Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 197-227, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/jdFfDcQSQNnXBhV4vFj8rWy/?lang=pt. Acesso em: 2 jun. 2021.

RÜCKERT, Aldomar. **A construção do território na Região de Ronda Alta**: ocupação e colonização – 1831/1996. Ronda Alta: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1999.

RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do território**: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado**: Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalhismo, Reforma Agrária, legislação para as populações rurais: uma abordagem do projeto político de Fernando Ferrari. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, FURG, v. 1, n. 2, p. 1-9, dez. 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10367/6714. Acesso em: 1 jun. 2021.

TEDESCO, João Carlos. O "Conflito de Nonoai": um marco na história das lutas pela Terra no Rio Grande do Sul – 1978-1982. **SAECULUM** – Revista de História, João Pessoa, v. 26, p. 241-259, jan./jun. 2012. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado/Textos%20pdf/o%20conflito%20de%20nonoai.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Governador Brizola, o Master e o conflito na Fazenda Sarandi, 1960-1962. **Associação Nacional de História** – ANPUH, p. 1-9, 2007. Disponível em: http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Jo%E3o%20Carlos%20

Tedesco.pdf. Acesso em: 1 jun. 2022.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Movimentos de Luta pela Terra no Norte do RS: O Acampamento Capão da Cascavel na Fazenda Sarandi (1960/1962). **História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 69, n. 1, p. 272-301, jan./jun. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/64198/43113. Acesso em: 07 jun. 2021.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João (org.) **Conflitos agrários no Norte Gaúcho 1980-2008**. Porto Alegre/RS: EST, 2008.

ZARTH, Paulo; TEDESCO, João Carlos. Configuração do território agrário no norte do Rio Grande do Sul: apropriação, colonização, expropriação e modernização. **Revista História**: Debates e Tendências, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 151-171, jan./jun. 2010.

Fontes

AGÊNCIA Câmara de Notícias. Morre ex-deputado Sebastião Curió. Publicado em 2022. Disponível em: https://tinyurl.com/4m2xr5yn. Acesso em 17 jan. 2025.

Serviço Nacional de Informações. **Ari Dionísio Dal Molim**. Brasília/DF, 1976.

Serviço Nacional de Informações. **Fatores que afetam a eficiência do Poder Judiciário na tramitação e julgamento de processos**. Brasília/DF, 1976.

Serviço Nacional de Informações. **Processo movido pelo Estado-RS contra Ari Dionísio Dalmolim e Macali S/A – Terras Públicas em Ronda Alta-RS**. Porto Alegre/RS, 1977.

Serviço Nacional de Informações. **Aspectos suscetíveis de exploração política, por parte de Leonel Brizola, face a reorganização do novo PTB e os problemas políticos, sociais e econômicos do RS**. Porto Alegre/RS, 1979.

Serviço Nacional de Informações. **Problema Agrário no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, 1979.

Serviço Nacional de Informações. **Problema Agrário no Rio Grande do Sul – Fazenda Sarandi**. Porto Alegre/RS, 1979.

Serviço Nacional de Informações. **Problema Agrário no Rio Grande do Sul. Concentração de colonos sem terra em Ronda Alta/RS**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Movimento Reivindicatório de Agricultores Sem-Terra/Encruzilhada Natalino/RS**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Comunicado dos Governos Federal e Estadual**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Manifestações de colonos acampados na Encruzilhada Natalino/município de Ronda Alta/Rio Grande do Sul**. Brasília/DF, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Situação dos colonos acampados na Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Festividades do Dia do Colono em Ronda Alta/RS**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Bruna Duranti** – Incitamento a colonos Sem-Terra – Ronda Alta/RS. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Colonos sem-terra de Encruzilhada Natalino/RS**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Manifesto da Comissão de Justiça e Paz do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Padre Arnildo Fritzen**. Brasília/DF, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Arnildo Fritzen – Atividades**. Porto Alegre/RS, 1981.

Serviço Nacional de Informações. **Encruzilhada Natalino/RS**. Porto Alegre/RS, 1982.

Serviço Nacional de Informações. **Atividades de Bruna Duranti –** Encruzilhada Natalino/RS. Porto Alegre/RS, 1982.

Serviço Nacional de Informações. **V Romaria da Terra –** Encruzilhada Natalino/RS. Porto Alegre/RS, 1982.

Serviço Nacional de Informações. **Abaixo Assinado –** Encruzilhada Natalino – Ronda Alta/RS. Porto Alegre/RS, 1982.

Serviço Nacional de Informações. **Boletins Informativos Sem Terra e Caminhada da Esperança**. Curitiba/PR, 1982.

Serviço Nacional de Informações. **Comitê de apoio aos Trabalhadores Sem-Terra –** Manifestação do Dia do Colono em Nova Ronda Alta. Porto Alegre/RS, 1982

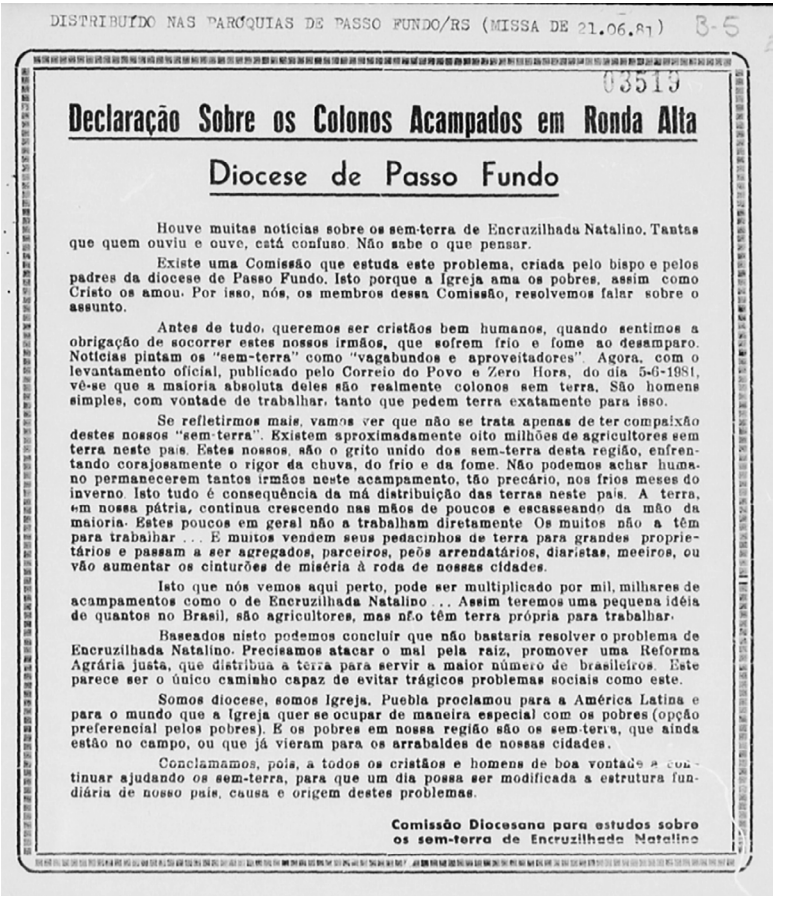
Serviço Nacional de Informações. **Dia Nacional de Protesto contra a prisão e condenação dos padres franceses** – Comemoração do 1º aniversário da saída do major Curió do Acampamento de Encruzilhada Natalino/Ronda Alta/RS. Porto Alegre/RS, 1982.

Serviço Nacional de Informações. **9º Romaria da Terra – Sarandi/RS**. Porto Alegre/RS, 1986.

ANEXOS

ANEXO A

DECLARAÇÃO DA DIOCESE DE PASSO FUNDO SOBRE OS COLONOS ACAMPADOS EM RONDA ALTA (1981)



DISTRIBUÍDO NAS PARÓQUIAS DE PASSO FUNDO/RS (MISSA DE 21.06.81) B-5

03519

Declaração Sobre os Colonos Acampados em Ronda Alta

Diocese de Passo Fundo

Houve muitas notícias sobre os sem-terra de Encruzilhada Natalino. Tantas que quem ouviu e ouve, está confuso. Não sabe o que pensar.

Existe uma Comissão que estuda este problema, criada pelo bispo e pelos padres da diocese de Passo Fundo. Isto porque a Igreja ama os pobres, assim como Cristo os amou. Por isso, nós, os membros dessa Comissão, resolvemos falar sobre o assunto.

Antes de tudo, queremos ser cristãos bem humanos, quando sentimos a obrigação de socorrer estes nossos irmãos, que sofrem frio e fome ao desamparo. Notícias pintam os "sem-terra" como "vagabundos e aproveitadores". Agora, com o levantamento oficial, publicado pelo Correio do Povo e Zero Hora, do dia 5-6-1981, vê-se que a maioria absoluta deles são realmente colonos sem terra. São homens simples, com vontade de trabalhar, tanto que pedem terra exatamente para isso.

Se refletirmos mais, vamos ver que não se trata apenas de ter compaixão destes nossos "sem-terra". Existem aproximadamente oito milhões de agricultores sem terra neste país. Estes nossos, são o grito unido dos sem-terra desta região, enfrentando corajosamente o rigor da chuva, do frio e da fome. Não podemos achar humano permanecerem tantos irmãos neste acampamento, tão precário, nos frios meses do inverno. Isto tudo é consequência da má distribuição das terras neste país. A terra, em nossa pátria, continua crescendo nas mãos de poucos e escasseando da mão da maioria. Estes poucos em geral não a trabalham diretamente. Os muitos não a têm para trabalhar ... E muitos vendem seus pedacinhos de terra para grandes proprietários e passam a ser agregados, parceiros, peões arrendatários, diaristas, meeiros, ou vão aumentar os cinturões de miséria à roda de nossas cidades.

Isto que nós vemos aqui perto, pode ser multiplicado por mil, milhares de acampamentos como o de Encruzilhada Natalino ... Assim teremos uma pequena idéia de quantos no Brasil, são agricultores, mas não têm terra própria para trabalhar.

Baseados nisto podemos concluir que não bastaria resolver o problema de Encruzilhada Natalino. Precisamos atacar o mal pela raiz, promover uma Reforma Agrária justa, que distribua a terra para servir a maior número de brasileiros. Este parece ser o único caminho capaz de evitar trágicos problemas sociais como este.

Somos diocese, somos Igreja. Puebla proclamou para a América Latina e para o mundo que a Igreja quer se ocupar de maneira especial com os pobres (opção preferencial pelos pobres). E os pobres em nossa região são os sem-terra, que ainda estão no campo, ou que já vieram para os arrabaldes de nossas cidades.

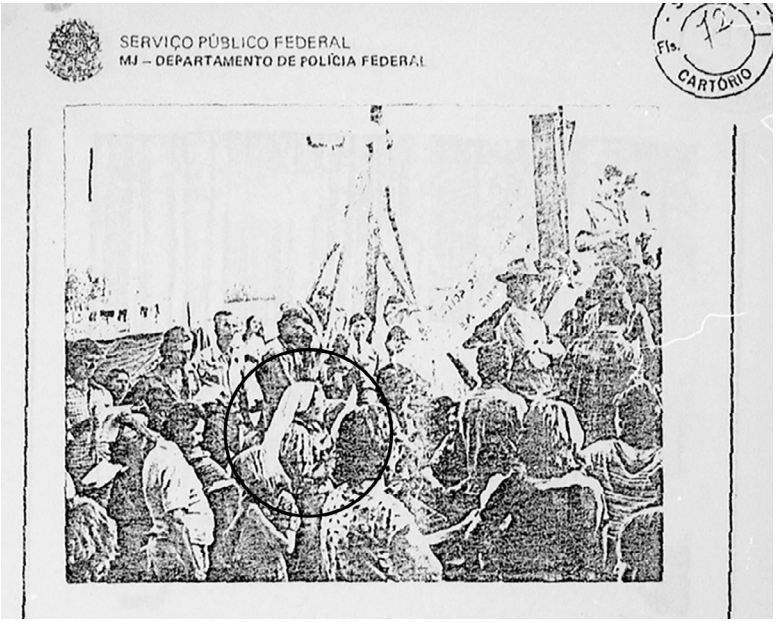
Conclamamos, pois, a todos os cristãos e homens de boa vontade a continuar ajudando os sem-terra, para que um dia possa ser modificada a estrutura fundiária de nosso país, causa e origem destes problemas.

Comissão Diocesana para estudos sobre os sem-terra de Encruzilhada Natalino

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

ANEXO B

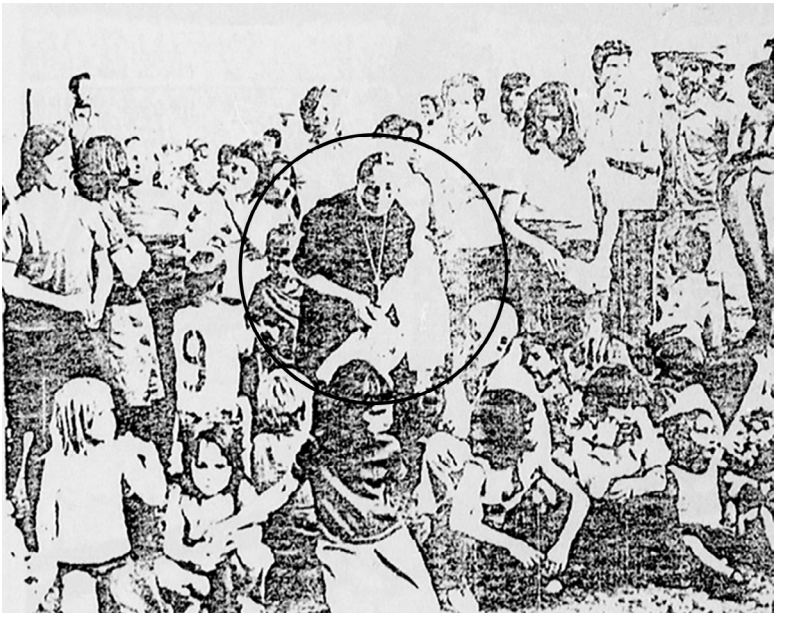
IRMÃ AURÉLIA, IDENTIFICADA PELO HÁBITO BRANCO, EM MEIO AO POVO, NA PARTE INFERIOR DA FOTO



Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

ANEXO C

IRMÃ AURÉLIA AO CENTRO, USANDO UM CRUCIFIXO PEITORAL, PRESTATIVA ÀS CRIANÇAS



Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

ANEXO D

PADRE ARNILDO FRITZEN CONVERSANDO COM SEM-TERRAS

Fonte: Acervo pessoal do padre Arnildo Fritzen.

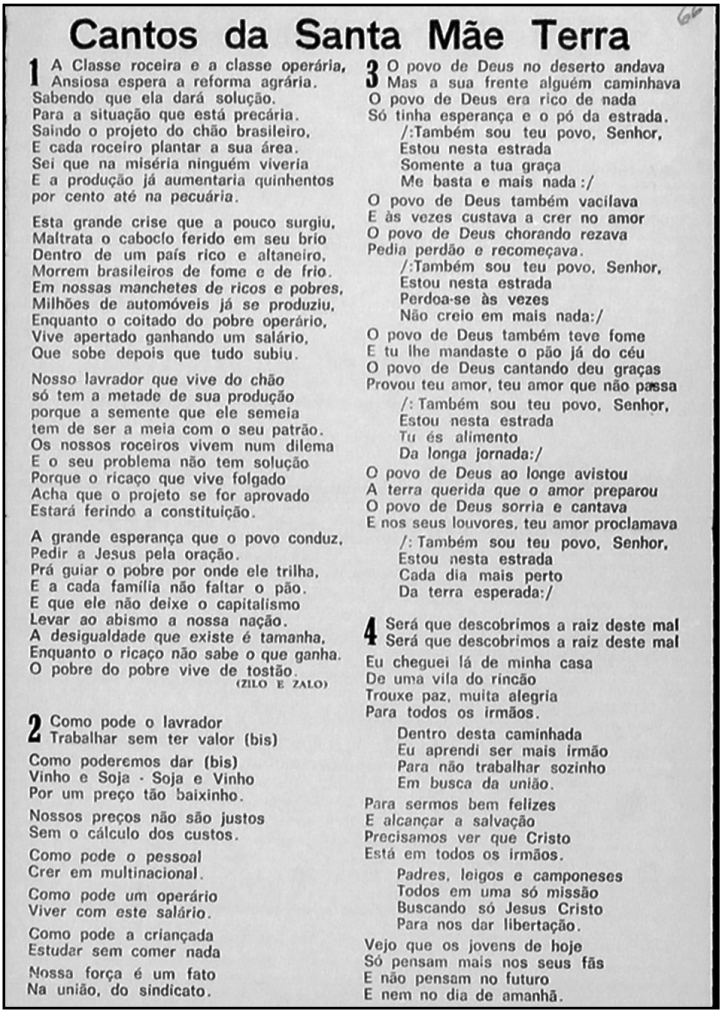
ANEXO E

ACAMPAMENTO DE ENCRUZILHADA NATALINO (1981)

Fonte: Acervo pessoal do padre Arnildo Fritzen.

ANEXO F

PANFLETOS DE CANTOS UTILIZADOS EM ATOS E NAS ROMARIAS DA TERRA



Cantos da Santa Mãe Terra

1 A Classe roceira e a classe operária,
Ansiosa espera a reforma agrária.
Sabendo que ela dará solução.
Para a situação que está precária.
Saindo o projeto do chão brasileiro,
E cada roceiro plantar a sua área.
Sei que na miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria quinhentos
por cento até na pecuária.

Esta grande crise que a pouco surgiu,
Maltrata o caboclo ferido em seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morrem brasileiros de fome e de frio.
Em nossas manchetes de ricos e pobres,
Milhões de automóveis já se produziu,
Enquanto o coitado do pobre operário,
Vive apertado ganhando um salário,
Que sobe depois que tudo subiu.

Nosso lavrador que vive do chão
só tem a metade de sua produção
porque a semente que ele semeia
tem de ser a meia com o seu patrão.
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto se for aprovado
Estará ferindo a constituição.

A grande esperança que o povo conduz,
Pedir a Jesus pela oração.
Prá guiar o pobre por onde ele trilha,
E a cada família não faltar o pão.
E que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação.
A desigualdade que existe é tamanha,
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha.
O pobre do pobre vive de tostão.

(ZILO E ZALO)

2 Como pode o lavrador
Trabalhar sem ter valor (bis)

Como poderemos dar (bis)
Vinho e Soja - Soja e Vinho
Por um preço tão baixinho.

Nossos preços não são justos
Sem o cálculo dos custos.

Como pode o pessoal
Crer em multinacional.

Como pode um operário
Viver com este salário.

Como pode a criançada
Estudar sem comer nada

Nossa força é um fato
Na união, do sindicato.

3 O povo de Deus no deserto andava
Mas a sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
Só tinha esperança e o pó da estrada.
/:Também sou teu povo, Senhor,
Estou nesta estrada
Somente a tua graça
Me basta e mais nada:/

O povo de Deus também vacilava
E às vezes custava a crer no amor
O povo de Deus chorando rezava
Pedia perdão e recomeçava.
/:Também sou teu povo, Senhor,
Estou nesta estrada
Perdoa-se às vezes
Não creio em mais nada:/

O povo de Deus também teve fome
E tu lhe mandaste o pão já do céu
O povo de Deus cantando deu graças
Provou teu amor, teu amor que não passa
/:Também sou teu povo, Senhor,
Estou nesta estrada
Tu és alimento
Da longa jornada:/

O povo de Deus ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus sorria e cantava
E nos seus louvores, teu amor proclamava
/:Também sou teu povo, Senhor,
Estou nesta estrada
Cada dia mais perto
Da terra esperada:/

4 Será que descobrimos a raiz deste mal
Será que descobrimos a raiz deste mal
Eu cheguei lá de minha casa
De uma vila do rincão
Trouxe paz, muita alegria
Para todos os irmãos.
Dentro desta caminhada
Eu aprendi ser mais irmão
Para não trabalhar sozinho
Em busca da união.

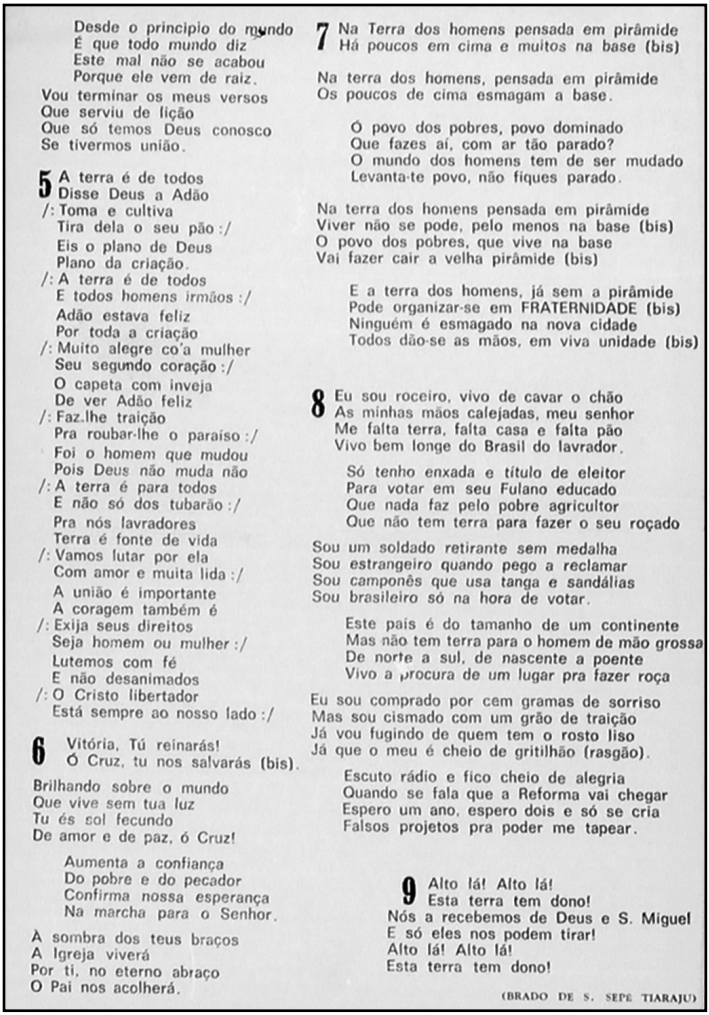
Para sermos bem felizes
E alcançar a salvação
Precisamos ver que Cristo
Está em todos os irmãos.
Padres, leigos e camponeses
Todos em uma só missão
Buscando só Jesus Cristo
Para nos dar libertação.

Vejo que os jovens de hoje
Só pensam mais nos seus fãs
E não pensam no futuro
E nem no dia de amanhã.

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

ANEXO G

PANFLETOS DE CANTOS UTILIZADOS EM ATOS E NAS ROMARIAS DA TERRA



Desde o principio do mundo
É que todo mundo diz
Este mal não se acabou
Porque ele vem de raiz.
Vou terminar os meus versos
Que serviu de lição
Que só temos Deus conosco
Se tivermos união.

5 A terra é de todos
Disse Deus a Adão
/: Toma e cultiva
Tira dela o seu pão :/
Eis o plano de Deus
Plano da criação.
/: A terra é de todos
E todos homens irmãos :/
Adão estava feliz
Por toda a criação
/: Muito alegre co'a mulher
Seu segundo coração :/
O capeta com inveja
De ver Adão feliz
/: Faz-lhe traição
Pra roubar-lhe o paraíso :/
Foi o homem que mudou
Pois Deus não muda não
/: A terra é para todos
E não só dos tubarão :/
Pra nós lavradores
Terra é fonte de vida
/: Vamos lutar por ela
Com amor e muita lida :/
A união é importante
A coragem também é
/: Exija seus direitos
Seja homem ou mulher :/
Lutemos com fé
E não desanimados
/: O Cristo libertador
Está sempre ao nosso lado :/

6 Vitória, Tú reinarás!
Ó Cruz, tu nos salvarás (bis).
Brilhando sobre o mundo
Que vive sem tua luz
Tu és sol fecundo
De amor e de paz, ó Cruz!

Aumenta a confiança
Do pobre e do pecador
Confirma nossa esperança
Na marcha para o Senhor.

À sombra dos teus braços
A Igreja viverá
Por ti, no eterno abraço
O Pai nos acolherá.

7 Na Terra dos homens pensada em pirâmide
Há poucos em cima e muitos na base (bis)

Na terra dos homens, pensada em pirâmide
Os poucos de cima esmagam a base.

Ó povo dos pobres, povo dominado
Que fazes aí, com ar tão parado?
O mundo dos homens tem de ser mudado
Levanta-te povo, não fiques parado.

Na terra dos homens pensada em pirâmide
Viver não se pode, pelo menos na base (bis)
O povo dos pobres, que vive na base
Vai fazer cair a velha pirâmide (bis)

E a terra dos homens, já sem a pirâmide
Pode organizar-se em FRATERNIDADE (bis)
Ninguém é esmagado na nova cidade
Todos dão-se as mãos, em viva unidade (bis)

8 Eu sou roceiro, vivo de cavar o chão
As minhas mãos calejadas, meu senhor
Me falta terra, falta casa e falta pão
Vivo bem longe do Brasil do lavrador.

Só tenho enxada e título de eleitor
Para votar em seu Fulano educado
Que nada faz pelo pobre agricultor
Que não tem terra para fazer o seu roçado

Sou um soldado retirante sem medalha
Sou estrangeiro quando pego a reclamar
Sou camponês que usa tanga e sandálias
Sou brasileiro só na hora de votar.

Este país é do tamanho de um continente
Mas não tem terra para o homem de mão grossa
De norte a sul, de nascente a poente
Vivo a procura de um lugar pra fazer roça

Eu sou comprado por cem gramas de sorriso
Mas sou cismado com um grão de traição
Já vou fugindo de quem tem o rosto liso
Já que o meu é cheio de gritilhão (rasgão).

Escuto rádio e fico cheio de alegria
Quando se fala que a Reforma vai chegar
Espero um ano, espero dois e só se cria
Falsos projetos pra poder me tapear.

9 Alto lá! Alto lá!
Esta terra tem dono!
Nós a recebemos de Deus e S. Miguel
E só eles nos podem tirar!
Alto lá! Alto lá!
Esta terra tem dono!

(BRADO DE S. SEPÉ TIARAJU)

Fonte: Serviço Nacional de Informações (SNI) – Arquivo Nacional (Sian).

SOBRE O AUTOR

Mateus Manfrin Bonavigo nasceu no interior de Ronda Alta e residente no assentamento Tarumã, em Sarandi/RS. Graduado em História (2017-2020) pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestre em História (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Pesquisador na linha de Política e Relações de Poder, com ênfase em questões de vigilância militar, conflitos agrários e atuação do clero.

Esta obra foi composta em Garamond Premier Pro e
Chandler pela Acervus Editora

Acervus Editora
Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Este livro empreende uma análise sobre o processo de vigilância militar, por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI), no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), sobre os movimentos sociais pela terra e o apoio que recebiam de setores do clero. A obra visou compreender o processo da participação religiosa na formação dos movimentos sociais pela terra, no período entre 1978 e 1993, as motivações que mobilizaram esse grupo, a repressão aos considerados subversivos pelo governo militar e o consequente aparelhamento da vigilância pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), no norte do Rio Grande do Sul, especificamente na região abrangida pelo município de Ronda Alta, entre os anos de 1978-1993.